



(ABA, Gestão 2004–2006)

## HOMENAGENS

# Associação Brasileira de Antropologia *50 ANOS*

Cornelia Eckert  
Emília Pietrafesa de Godoi  
(Organizadoras)



Florianópolis, SC - 2006

Copyright © 2006

ABA - Associação Brasileira de Antropologia

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, armazenamento ou transmissão de partes deste livro, através de quaisquer meios, sem prévia autorização por escrito.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Municipal Dr. Fritz Müller

---

301.981

A848h

Associação Brasileira de Antropologia

Homenagens : Associação brasileira de antropologia : 50 anos / organizadoras Cornelia Eckert,

Emilia Pietrafesa de Godoi. – Blumenau : Nova Letra, 2006.

408p.

ISBN 85-7682-104-4

1. Antropologia – Brasil – História 2. Cursos de antropologia – Universidades brasileiras – História

Associação Brasileira de Antropologia – História

I. Eckert, Cornelia II. Godoi, Emilia Pietrafesa III. Título.

---

**Diagramação e impressão**  
Nova Letra Gráfica e Editora

Impresso no Brasil

## SUMÁRIO

---

LISTA DE IMAGENS E ILUSTRAÇÕES .....	9
CALENDÁRIO 2005 - ABA 50 ANOS .....	10
PREFÁCIO	
Miriam Pillar Grossi .....	11
APRESENTAÇÃO	
Cornelia Eckert e Emilia Pietrafesa de Godoi .....	13
<b>ABA 50 ANOS NA UNICAMP – CAMPINAS, SP .....</b>	<b>23</b>
ANTROPOLOGIA NA UNICAMP E A ABA	
Emília Pietrafesa de Godoi .....	25
<b>HOMENAGEM DA ANTROPOLOGIA DA UNICAMP À</b>	
<b>ABA .....</b>	<b>29</b>
HOMENAGEM DA ANTROPOLOGIA DA UNICAMP À ABA: O	
PROJETO HISTÓRIA DA ANTROPOLOGIA NO BRASIL	
Mariza Corrêa .....	31
ORIGENS DO DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA DA UNICAMP	
Antonio A. Arantes .....	37
ANTROPOLOGIA E INTERDISCIPLINARIDADE	
Roberto Cardoso de Oliveira .....	51
<b>A ATUAÇÃO DA ABA DIANTE DAS DEMANDAS SOCIAIS</b>	
<b>E POLÍTICAS .....</b>	<b>57</b>
A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA E SEUS	
DESAFIOS	
Gilberto Velho .....	59

**A ATUAÇÃO DA ABA DIANTE DAS DEMANDAS SOCIAIS E  
POLÍTICAS: A IMPORTÂNCIA DA REUNIÃO DE 1974**

Sílvio Coelho dos Santos ..... 63

**UMA ABA INDIGENISTA? NOTAS PARA UMA EXPERIÊNCIA  
SINGULAR DO FAZER ANTROPOLÓGICO**

João Pacheco de Oliveira ..... 71

**A ATUAÇÃO DA ABA DIANTE DAS DEMANDAS SOCIAIS E  
POLÍTICAS**

Ruben George Oliven ..... 79

**QUESTÕES QUE DÃO À ANTROPOLOGIA O SEU  
CARÁTER ATUAL..... 83**

**A RELEVÂNCIA DA ANTROPOLOGIA**

Eunice R. Durham ..... 85

**UM EXEMPLO: CONHECIMENTO TRADICIONAL, BIÓLOGOS E  
ANTROPÓLOGOS**

Maria Manuela Carneiro da Cunha ..... 95

**QUESTÕES QUE DÃO À ANTROPOLOGIA O SEU CARÁTER ATUAL**

Roque de Barros Laraia ..... 103

**PÓS-IMPERIALISMO, ANTROPOLOGIAS MUNDIAIS E A TENSÃO  
PROVINCIANISMO METROPOLITANO/COSMOPOLITISMO  
PROVINCIANO**

Gustavo Lins Ribeiro ..... 107

**ANTROPOLOGIA E LINGÜÍSTICA: ENCONTROS E POLÍTICAS  
INSTITUCIONAIS**

Yonne Leite ..... 115

**ABA 50 ANOS: EVENTOS LOCAIS ..... 125**

**ABA 50 ANOS NA UFSC - FLORIANÓPOLIS, SC ..... 127**

**“ABA 50 ANOS” E A 9ª RBA EM FLORIANÓPOLIS, SC**

Miriam Pillar Grossi ..... 129

**ABA 50 ANOS NA UFRN - NATAL, RN ..... 131**

**OS 50 ANOS DA ABA NA UFRN E A ANTROPOLOGIA NO RIO  
GRANDE DO NORTE**

Elisete Schwade ..... 133

DEPOIMENTO SOBRE O PRIMEIRO MESTRADO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL NA UFRN

Nássaro Nasser e Elizabeth Nasser ..... 137

REMINISCÊNCIAS DE UMA ANTROPOLOGIA: LEMBRANÇAS DO MESTRE VERÍSSIMO DE MELO

Luiz Assunção ..... 143

**ABA 50 ANOS NA USP - SÃO PAULO, SP ..... 149**

A MESA DAS “GRANDES DAMAS” COMEMORAÇÃO DOS 50 ANOS DA ABA NA USP

Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer ..... 151

REMINISCÊNCIAS – 50 ANOS DA ABA

Miriam Moreira Leite ..... 155

DEPOIMENTO

Ruth Cardoso ..... 161

REVIVENDO OS 50 ANOS DA ABA

Josildeth Gomes Consorte ..... 165

**ABA 50 ANOS NA UFPR - CURITIBA, PR..... 173**

OS 50 ANOS DA ABA NO PARANÁ

Cecília Maria Vieira Helm ..... 175

ACOMPANHANDO A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA POR TRÊS DÉCADAS

Igor Chmyz ..... 185

DUAS DÉCADAS E MEIA DE ANTROPOLOGIA NA UFPR

Marília Gomes de Carvalho ..... 199

DEPOIMENTO

Eny de Camargo Maranhão ..... 213

**ABA 50 ANOS NA UFRGS - PORTO ALEGRE, RS..... 217**

O TESTEMUNHO DE PORTO ALEGRE

Cornelia Eckert ..... 219

O COMEÇO DA ANTROPOLOGIA NA UFRGS

Pedro Ignácio Schmitz ..... 223

ABA – 50 ANOS - DEPOIMENTO

Francisco M. Salzano ..... 231

EM HONRA DO 50º ANIVERSÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DE ANTROPOLOGIA: FORJANDO A IDENTIDADE DE  
ANTROPÓLOGA

Cláudia L. W. Fonseca ..... 235

SAUDAÇÃO

Sérgio Alves Teixeira ..... 245

**ABA 50 ANOS NA UFRR E UFAM – BOA VISTA E MANAUS,  
RR, AM ..... 247**

HISTÓRIA DA ANTROPOLOGIA NA UFRR E OS 50 ANOS DA ABA

Carlos Alberto Marinho Cirino ..... 249

A PROPÓSITO DA REUNIÃO

Júlio César Melatti ..... 255

PRONUNCIAMENTO

Orlando Sampaio Silva ..... 259

**ABA 50 ANOS NA UFMG - BELO HORIZONTE, MG 265**

APRESENTAÇÃO

Léa Freitas Perez, Carlos Magno Guimarães e Ruben Caixeta de Queiroz ..... 267

A ANTROPOLOGIA NA UFMG

Pierre Sanchis ..... 271

O SETOR DE ARQUEOLOGIA DO MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL  
DA UFMG

André Prous ..... 277

O ENSINO DA ANTROPOLOGIA EM BELO HORIZONTE

Candice Vidal e Souza ..... 281

A ÁREA DE ARQUEOLOGIA E A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-  
GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA DA UFMG

Carlos Magno Guimarães ..... 287

A ANTROPOLOGIA NA UFMG

Welber da Silva Braga ..... 289

O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA DA  
UFMG

Bela Feldman-Bianco ..... 293

<b>ABA 50 ANOS NA UFBA - SALVADOR, BA .....</b>	<b>297</b>
ABA, 50 ANOS	
Maria Rosário G. de Carvalho .....	299
AS REUNIÕES PRECURSORAS DE 1953 E 1955 E A FUNDAÇÃO DA ABA	
Maria de Azevedo Brandão .....	309
<b>ABA 50 ANOS NA UFPE - RECIFE, PE .....</b>	<b>317</b>
TRÊS MEMORÁVEIS ENCONTROS - AS REUNIÕES BRASILEIRAS DE ANTROPOLOGIA NO RECIFE	
Antônio Motta, Russel Parry Scott e Renato Athias .....	319
<b>ABA 50 ANOS NA UFAL - MACEIÓ, AL .....</b>	<b>331</b>
THÉO BRANDÃO E A ANTROPOLOGIA EM ALAGOAS	
Bruno César Cavalcanti .....	333
<b>ABA 50 ANOS NA UFPA - BELÉM, PA .....</b>	<b>341</b>
EDUARDO GALVÃO, A CRISE DA UNB E A VII REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA	
Raymundo Heraldo Maués .....	343
HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA ANTROPOLOGIA EM BELÉM – PARÁ	
Jane Felipe Beltrão .....	367
<b>ABA 50 ANOS NA UFG E UCG - GOIÁS, GO .....</b>	<b>375</b>
HISTÓRIA DA ANTROPOLOGIA EM GOIÁS FEITA DE REMINISCÊNCIAS	
Nei Clara de Lima .....	377
SOBRE OS AUTORES .....	385
ANEXO .....	393



# LISTA DE IMAGENS E ILUSTRAÇÕES

## **Calendário comemorativo ABA 50 anos**

### **Folder ABA 50 anos Unicamp**

Ilustração 1 Folder comemorativo ABA 50 anos Unicamp.

### **Comemoração ABA 50 anos na Unicamp, Campinas, SP**

Fotos 001, 004, 005, 006 e 007 - Fotografias ABA 50 anos na Unicamp - autoria de Cornelia Eckert.

Fotos 002 e 003 - Fotografias ABA 50 anos na Unicamp - autoria de Januária Pereira Mello.

### **Comemoração ABA 50 anos na UFSC, Florianópolis, SC**

Fotografias 30 anos de RBA na UFSC e 50 anos da ABA – autoria da equipe do NAVI/PPGAS/UFSC.

### **Comemoração ABA 50 anos na UFRN, Natal, RN**

Fotografias ABA 50 anos na UFRN – autoria de Lisabete Coradini.

### **Comemoração ABA 50 anos na USP, São Paulo, SP**

Fotografias ABA 50 anos na USP, São Paulo – autoria de Cornelia Eckert.

### **Comemoração ABA 50 anos na UFPR, Curitiba, PR**

Fotos 001 e 002 - Fotografias ABA 50 anos na UFPR – autoria de Édison Helm.

Fotos 003 e 004 - Fotografia ABA 50 anos na UFPR – autoria de Carolina Helm.

### **Comemoração ABA 50 anos na UFRGS, Porto Alegre, RS**

Fotografias ABA 50 anos na UFRGS – autoria da equipe BIEV/PPGAS/UFRGS.

### **Comemoração ABA 50 anos na UFMG, Belo Horizonte, MG**

Fotografias ABA 50 anos na UFMG – autoria de Ruben Caixeta de Queiroz.

### **Comemoração ABA 50 anos na UFBA, Salvador, BA**

Ilustração do Banner comemorativo - autoria da comissão organizadora local.

Fotografias ABA 50 anos na UFBA – autoria da comissão organizadora local.

### **Comemoração ABA 50 anos na UFPE, Recife, PE**

Fotografias ABA 50 anos na UFPE – autoria da equipe Antropologia Visual.

### **Comemoração ABA 50 anos na UFAL, Maceió, AL**

Foto 001 - Fotografia ABA 50 anos na UFAL – autoria de Ana Laura Loureiro Ferreira.

Foto 002 - Fotografia ABA 50 anos na UFAL – autoria de Julio Cesar Rocha da Silva.

### **Comemoração ABA 50 anos na UFPA, Belém, PA**

Fotos 001, 002 e 003 - Fotografias ABA 50 anos na UFPA - autoria de Cornelia Eckert.

Foto 004 - Fotografias ABA 50 anos na UFPA - autoria de Carmen S. Rial.

Ilustração do Convite da Cerimônia Comemorativa.

### **Comemoração ABA 50 anos na UFG, UCG, Goiânia, GO**

Fotografia ABA 50 anos na UFG, UCG - autoria de Cornelia Eckert.

### **Comemoração ABA 50 anos em Brasília, DF**

Programa

# ABA 50 ANOS Calendário 2005



	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S										
JAN						1	•	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	•	26	27	28	29	30	31																
FEV	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	•	25	26	27	28																									
MAR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	•	27	28	29	30	31																						
ABR					1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	•	25	26	27	28	29	30																			
MAI	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31																							
JUN					1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30																				
JUL					1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31																			
AGO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31																							
SET					1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30																				
OUT						1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31																		
NOV	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30																								
DEZ					1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31																			

Informações de como se associar à ABA e sobre a programação dos 50 anos, podem ser encontradas no site: [www.abant.org.br](http://www.abant.org.br)

Sede: 2004-2006 | Endereço: Setor Administrativo | Departamento de Análise de Sistemas  
 Centro de Educação Humana - Universidade Federal de São Carlos | Campus Universitário  
 Pq. Santa Rita, s/n - 13560-970 | Tel: (35) 3291-1234 | Fax: (35) 3291-1234 | E-mail: [abnt@abnt.org.br](mailto:abnt@abnt.org.br)

- Quadro dos presidentes eleitos
- 1953. Presidência por H. Bakhin
  - 1955. Carlos Faria (MN)
  - 1958. Lotharino Fernandes (UFPR)
  - 1961. Jacy Ribeiro (FNEF)
  - 1963. Herbert Babin (MD)
  - 1963. Eduardo Góes (UnB)
  - 1966. Manuel Diqueira Junior (UFPR)
  - 1971. (sem eleição)
  - 1974. Paulo de Azevedo (UFPA)
  - 1976. Roldêbaldo (UFPE)
  - 1978. Carlos Faria (MN)
  - 1980. Eunice Durbham (USP)
  - 1982. Gilberto Velloso (MN)
  - 1984. Roberto de Sá (UnB)
  - 1986. Mariana C. de Sá (USP)
  - 1988. Antonio A. Aravam (Unicamp)
  - 1990. Roque Larrea (Unil)
  - 1992. Roberto C. de Santos (UFSC)
  - 1994. João Peixoto de Oliveira (MN)
  - 1996. Maria Gomes (Unicamp)
  - 1998. Yonno Lora (MN)
  - 2000. Roberto Gouveia (UFPA)
  - 2002. Renato Lara Ribeiro (UnB)
  - 2004. Máximo Pillar Gouveia (UFSC)

## PREFÁCIO

---

Miriam Pillar Grossi  
Presidente da ABA – Gestão 2004/2006

### **Os 50 anos da ABA**

É com muita satisfação que a ABA traz a público mais um magnífico livro sobre a história da antropologia no Brasil. O primeiro livro sobre este tema, publicado pela ABA, escrito por Mariza Correa em 2003 – *As Reuniões Brasileiras de Antropologia: Cinquenta anos* – comemorava a primeira reunião brasileira de antropologia, realizada em novembro de 1953, e continha um importante registro fotográfico e histórico das reuniões realizadas entre 1953 e 2002, assim como inestimáveis dados sobre as diferentes gestões a frente da ABA. Seguindo as trilhas abertas por Gustavo Lins Ribeiro, que havia iniciado as comemorações dos 50 anos de nossa associação, com esta publicação e seminário no Museu Nacional/UFRJ em novembro de 2003; realizamos ao longo de 2005 e 2006 comemorações do cinquentenário da ABA em vários outros lugares do Brasil: Florianópolis, Natal, Campinas, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Manaus, Salvador, Recife, Maceió, Belo Horizonte, Belém, Brasília e Goiânia.

São os relatos, as reflexões e inquietações propostas por inúmeros sócios da ABA, que participaram destas já memoráveis comemorações que estão presentes neste segundo livro. Um terceiro livro também está sendo publicado neste mesmo momento pela ABA, sobre a história da antropologia no sul do Brasil, organizado por Sílvio Coelho dos Santos, dando seqüência a esta linha de publicação da ABA que se completa também com a edição de dois vídeos: um feito nas comemorações de novembro de 2003 no Museu Nacional e outro com um amplo leque das comemorações dos 50 anos da ABA.

Tive o privilégio, enquanto presidente da ABA, de estar presente em todos estes eventos, marcados pela emoção. Em cada lugar onde comemorávamos o cinquentenário de nossa associação recolhíamos

depoimentos, fotos, vídeos, recortes de jornais de época, documentos de criações de departamentos e programas de pós-graduação, dados inestimáveis para a reconstrução da história da ABA. Histórias instigantes, surpreendentes e divertidas nos foram contatadas por colegas que ajudaram a construir a antropologia em diferentes lugares do Brasil. Informações esquecidas, controvérsias sobre datas e interpretações, também balizaram estes eventos que tiveram em todos os lugares forte presença de jovens estudantes de graduação e pós-graduação, ávidos por reconhecerem-se dentro de nossa comunidade científica.

Para estas comemorações, além dos recursos da ABA, tivemos o apoio imprescindível da FINEP, que aceitou nossa ousada proposta de um “evento descentralizado” nas cinco regiões do Brasil. Porém, é justo reconhecer que sem o apoio local de nossos sócios, de programas de pós-graduação, departamentos de antropologia, pró-reitorias de pesquisa e outras instâncias institucionais, este projeto não teria tomado a forma grandiosa que tomou. Somos imensamente gratos a todos estes apoios e colaborações recebidos. Do mesmo modo, sem a dedicação de Cornelia Eckert e Emília Pietrafesa de Godoi este livro não teria sido publicado em tão pouco tempo e com tanta precisão editorial que alia texto com imagens. A companhia de Peter Fry, vice-presidente da ABA, na maior parte destas comemorações foi preciosa. Suas lembranças pessoais da antropologia brasileira dos últimos 30 anos, foram também fundamentais para os relatos que se seguiram em muitos lugares e que permitiram que as comemorações dos cinquenta anos da ABA tenham sido um momento privilegiado de reflexão coletiva sobre o lugar da antropologia no seio da comunidade científica nacional e internacional. Pensou-se em voz alta sobre o futuro da antropologia brasileira, sobre suas opções políticas e acadêmicas e, sobretudo, sobre os desafios que temos pela frente, nos próximos 50 anos da ABA, no século XXI. Do pequeno grupo de 47 antropólogos que assinou a ata de fundação da ABA temos hoje várias centenas de profissionais atuando no país, como atesta a massiva inscrição na 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, na qual está sendo lançado este livro, em junho de 2006, Goiânia. Espero que a leitura dos textos deste livro suscite a vocês, leitores, os mesmos sentimentos e os insights teóricos que tivemos ao escutá-los. Boa leitura!

Florianópolis, maio de 2006.

## APRESENTAÇÃO

---

Cornelia Eckert  
Emilia Pietrafesa de Godoi

A antropologia é uma ciência cujo saber e produção de conhecimento quis e soube apropriar-se das mudanças do mundo e aprender com seus eventos e suas durações, exercitando o pensar crítico sobre si mesma. Desde logo, a comunidade antropológica, no nível internacional, deu-se conta de que a cultura humanista implicava igualmente uma cultura científica que permitisse reconhecer na alteridade a condição da complexidade da humanidade em sua longa trajetória e que o conhecimento produzido sobre o Outro exigia uma vigilância epistemológica sobre os pressupostos do saber antropológico. O desafio de uma rede científica estava posto, e ele não se restringiu tão somente à produção de conhecimento no campo especializado, mas se fez também por meio do esforço de construir projetos comuns e dialógicos na superação da fragmentação dos saberes e do desmembramento de disciplinas e na possibilidade de atuação próxima às instâncias de poder na defesa de direitos de minorias sociais. É nesse quadro que as Associações Científicas constroem suas metas de qualificação da pesquisa e do ensino.

No Brasil, uma Associação Científica sem precedentes foi proposta em 1955. Seus profissionais, antropólogos. A iniciativa no país era inovadora. O propósito parecia ousado demais para um grupo tão pequeno em um país com as dimensões do Brasil e onde, desde logo, as dificuldades econômicas de tais empreendimentos sofriam as determinações de políticas limitadas de ensino e de pesquisa.

Mas não apenas a inovação epistemológica se fazia premente no desenvolvimento do pensamento científico antropológico. Também a tomada de posição corajosa de jovens cientistas se fazia necessária

em face das adversidades e violência sofridas por povos indígenas e outras minorias sociais e étnicas pela condição destrutiva das utopias colonizadoras, pelas injustiças advindas das desigualdades e exclusões sociais ou pela ameaça de desaparecimento de nações singulares por extermínio ou por contato, o que denotava a urgência de posições críticas e reflexivas sobre a discriminação e exploração de grupos postos no rastro de um processo de modernização econômica e social.

Em tal atmosfera, a institucionalização de uma tarefa coletiva dispunha-se a construir o conhecimento necessário para elaboração de projetos científicos de fôlego para orientar medidas burocráticas de porte junto aos órgãos e às estruturas de poder. Para a ABA, colocava-se a própria irreversibilidade da demanda de uma comunidade de produção de conhecimento: a reunião de esforços e a construção de um campo de troca fértil e sistemática de pesquisa e ensino.

Os primeiros passos foram dados com firmeza em direção a uma instituição séria e coerente com os propósitos que a incitaram a debutar. Cinquenta anos se passaram, e a Associação Brasileira de Antropologia pode comemorar uma concepção coletiva bem-sucedida. Os percalços foram muitos, como testemunha a dificuldade de assembléia durante os anos de uma ditadura ferrenha que aniquilou homens e mulheres em suas expressões e diversidades.

Muitas contribuições, reuniões, planos, esforços e desejos constituíram uma importante área de saber e representação científica. Organizada por estatuto na forma de uma diretoria representativa eleita por seus associados, orientada por um código de ética como referente de um propósito humanitário e comprometida em reunir suas linhagens bianualmente em diferentes cidades e instituições universitárias do país, a Associação Brasileira de Antropologia é hoje reconhecida como uma das mais competentes e qualificadas Associações.

As duas últimas gestões da ABA, representadas pelos seus presidentes Gustavo Lins Ribeiro (2002-2004) e Miriam Pillar Grossi (2004-2006), atentaram para a importância de comemorar a trajetória percorrida, a partir de encontros que permitissem a reunião de seus associados colaboradores para refletir este lugar-tempo intitulado ABA 50 anos.

Em 2004, a diretoria, sob a gestão de Gustavo Lins Ribeiro,

organizou um evento comemorativo ABA 50 anos, no Museu Nacional da UFRJ, ocasião em que foram concedidas medalhas de mérito Roquette Pinto a todos os ex-presidentes da ABA, conforme segue: Eunice Ribeiro Durham, Gilberto Cardoso Alves Velho, Roberto Cardoso de Oliveira, Maria Manuela Carneiro da Cunha, Antônio Augusto Arantes, Roque de Barros Laraia, Silvio Coelho dos Santos, João Pacheco de Oliveira, Mariza Correa, Yonne de Freitas Leite, Ruben George Oliven e Gustavo Lins Ribeiro.

A atual presidente, Miriam Pillar Grossi, ao assumir a presidência da Associação em junho de 2004, na Reunião Brasileira de Antropologia ocorrida em Recife, pediu a colaboração dos colegas que junto com ela assumiam a diretoria para realizar o empreendimento de organizar encontros comemorativos no maior número possível de cidades e em instituições universitárias do país. Os objetivos desses encontros eram promover um amplo e descentralizado debate sobre o estado de arte da ABA hoje, colocando em pauta seus compromissos em um novo século, os erros e aprendizados de uma longa trajetória, a continuidade de um aprimoramento da Associação iniciada no esforço de diretorias que haviam antecedido a esta, a elaboração de um projeto capaz de amalgamar a diversidade de interesses, de reivindicações, de encaminhamentos, e, sobretudo, de responder à demanda dos alunos de graduação em humanidades e pós-graduação em antropologia e a profissionalização da atuação do antropólogo no Brasil.

Criadas as condições de infra-estrutura de uma sede de secretaria e tesouraria na UFSC graças ao apoio de antropólogos dessa universidade, dos representantes do Departamento de Antropologia, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais e da Reitoria, foi possível gestionar a organização de diversos eventos comemorativos ABA 50 anos, no ano de 2005, em Campinas (Unicamp), em Curitiba (na UFPR), em Porto Alegre (na UFRGS), em Florianópolis (na UFSC), em São Paulo (na USP), em Boa Vista e Manaus (na UFF e na UFAM), em Belo Horizonte (na UFMG), em Recife (na UFPE), em Natal (na UFRN), em Salvador (na UFBA) e em Maceió (na UFAL); em 2006, em Brasília (na UnB), em Belém (na UFPA) e em Goiânia (na UFG e na UCG).

A primeira iniciativa consistiu em reunir os ex-presidentes em assembléia da ABA, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e, aproveitando a ocasião, realizar um evento comemorativo. A diretora regional da ABA, Emilia Pietrafesa de Godoi, foi responsável pela organização local. O primeiro módulo dessa coletânea reúne as contribuições que os ex-presidentes da Associação, Eunice Ribeiro Durham (1980-1982), Gilberto Velho (1982-1984), Maria Manuela Carneiro da Cunha (1986-1988), Roque de Barros Laraia (1990-1992), Sílvio Coelho dos Santos (1992-1994), João Pacheco de Oliveira Filho (1994-1996), Ruben George Oliven (2000-2002), Gustavo Lins Ribeiro (2002-2004) e Yonne Leite (1998-2000) - que, não podendo comparecer à reunião enviou-nos gentilmente a sua contribuição - trouxeram às reflexões sobre a atuação da ABA diante das demandas sociais e políticas e dos desafios que estão postos à antropologia. O primeiro módulo traz ainda os textos dos ex-presidentes Roberto Cardoso de Oliveira (1984-1986), Antônio Augusto Arantes (1988-1990) – ambos, não podendo estar presentes à comemoração, enviaram generosamente os seus textos - e Mariza Corrêa (1996-1998), que, como professores da Unicamp, prestaram a homenagem à ABA falando-nos da antropologia praticada nessa instituição e das contribuições trazidas à Associação. Esse módulo é introduzido por sua organizadora com uma apresentação do evento 50 Anos da ABA ocorrido na Unicamp, em 1º. de junho de 2005.

A reunião dos textos do segundo módulo foi organizada por Cornelia Eckert, secretária geral da ABA dessa gestão. A ordem dos textos aparece segundo a cronologia dos eventos, mas eles são precedidos por um item singular que descreve o evento intitulado 30 anos de RBA ocorrido em Florianópolis. No dia 18 de março de 2005, a ABA e os professores de antropologia da UFSC realizaram uma oportuna homenagem ao Prof. Sílvio Coelho dos Santos, coordenador da RBA ocorrida em 1974. Para marcar a decorrência dos 30 anos da RBA, que teve lugar em Florianópolis, na UFSC, foi descerrada uma placa comemorativa no saguão do prédio onde se localiza o Departamento de Antropologia e o PPGAS, evidenciando a data que se tornou um marco por retomar o processo de reuniões interrompidas pela ditadura militar. Essa situação é descrita no módulo anterior, no

artigo do Professor Silvio Coelho dos Santos. No segundo módulo, trazemos as palavras proferidas pela Presidente da ABA, Profa. Miriam Pillar Grossi, por ocasião da homenagem a esse idealizador.

Na ordem dos eventos comemorativos, segue o testemunho da UFRN, evento organizado pela diretora da ABA, Profa. Elisete Schwade. Essa comemoração foi igualmente a da cerimônia de criação do mestrado em Antropologia na UFRN, em que o vice-presidente da ABA, Prof. Peter Henry Fry, proferiu a aula inaugural. As mesas-redondas comemorativas trataram da História da Antropologia no Brasil e no Rio Grande do Norte. Foram expositores os antropólogos da UFRN professores Nasser Nasser e Luiz Assumpção, cujos textos encontram-se aqui transcritos.

A comemoração seguinte ocorreu na cidade de São Paulo, na USP, no dia 7 de junho de 2005, no FFLCH. Evento organizado pela Professora do Departamento de Antropologia Ana Lucia Pastore Schritzmeyer, também membro da comissão de Direitos Humanos da atual gestão, contou com uma mesa de trabalho composta pelas Professoras Miriam Moreira Leite, Josildeth Consorte, Ruth Cardoso, Eunice Durham e Lux Vidal e coordenada pela presidente da ABA, Miriam Pillar Grossi. O depoimento de participação da ex-presidente da ABA, Profa. Eunice Durham, encontra-se no primeiro módulo. Os depoimentos das demais palestrantes aparecem aqui reunidos em sua riqueza de detalhes que encantaram a platéia de jovens antropólogos. O evento teve continuidade com a abertura de exposição em homenagem à obra de Lux Vidal.

Em seqüência, trazemos os textos apresentados por ocasião da comemoração dos 50 anos da ABA em Curitiba, coordenada pela Profa. Cecília Helm, que recebeu o apoio dos colegas do Departamento de Antropologia e do Museu Paranaense da Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, com justa homenagem aos predecessores da história da antropologia no Paraná. O evento ocorreu no dia 16 de junho de 2005, no anfiteatro Professor Homero de Barros, da UFPR. Apresentamos, aqui, os depoimentos dos professores Oldemar Blasi, Eny de Camargo Maranhão, Igor Chmyz, Cecília Helm e Marília Gomes de Carvalho.

No dia 17 de junho 2005, foi a vez de Porto Alegre comemorar na UFRGS. Evento coordenado por Cornelia Eckert. Duas mesas-

redondas reuniram uma grande platéia de antropólogos de várias gerações. As participações dos ex-presidentes Ruben George Oliven e Silvio Coelho dos Santos compõem o primeiro módulo. Aqui trazemos os depoimentos dos professores Pedro Ignácio Schmitz, Francisco M. Salzano, Claudia Fonseca e Sérgio Alves Teixeira.

De 29 de agosto a 2 de setembro de 2005, no âmbito da IX ABANNE, os professores Lino João de Oliveira Neves e Carlos Alberto Marinho Cirino representaram a comissão organizadora que comemorou o evento ABA 50 anos no território amazônico. Esse congresso ocorreu em Boa Vista, na UFRR, e em Manaus, na UFAM. Uma mesa-redonda especial foi promovida para o ato comemorativo, com a participação dos professores Orlando Sampaio e Silva e Julio Cezar Melatti, que trataram da história da Antropologia na região.

A comemoração recebe continuidade na UFMG, com um evento coordenado pela Profa. Léa Freitas Perez, membro do conselho científico da ABA. Nessa ocasião, vários foram os homenageados que trouxeram seus relatos e contaram suas ricas experiências ordenando um importante testemunho da antropologia na UFMG e narradas por Pierre Sanchis, André Prous, Candice Vidal e Souza, Carlos Magno Guimarães e Welber da Silva Braga. A atual representante de área da antropologia na CAPES, Profa. Bela Feldman Bianco (Unicamp), prestigiou o acontecimento, e seu relato enriquece esse módulo. A participação do ex-presidente Roque de Barros Laraia, homenageado na ocasião, consta no primeiro módulo desta publicação.

Na Bahia, a coordenadora do evento foi a professora Maria do Rosário G. de Carvalho. Trazemos aqui sua exposição representativa da história da antropologia na Bahia bem como o depoimento da Professora Maria de Azevedo Brandão, que faz uma justa homenagem a Thales de Azevedo. A comemoração ocorreu no dia 7 de novembro de 2005, com a presença da presidente e do vice-presidente da ABA, professores Miriam Pillar Grossi e Peter Fry e celebrou igualmente o território de criação da ABA na II Reunião de Antropologia ocorrida em Salvador, Bahia, de 3 a 8 de julho de 1955.

Sede da última RBA em 2004, Recife abrigou mais um fórum comemorativo no dia 9 de novembro de 2005, tendo a antropologia que se faz em Pernambuco como a grande homenageada. Em um belíssimo texto, os professores Antônio Motta, Renato Athias e Russel

Parry Scott tecem suas reminiscências que a todos envolvem no encantamento do saber e fazer antropológicos, trazendo em alto relevo as linhagens pernambucanas. Evento igualmente prestigiado pela presidente da ABA.

Que significativa e gratificante surpresa ter a gestão atual podido comemorar o evento ABA 50 anos na cidade de Maceió, na UFAL, AL, onde a Presidente Miriam Pillar Grossi foi recebida pela coordenadora do evento, Profa. Silvia Martins. A comemoração aconteceu no dia 10 de novembro de 2005, ocasião em que uma importante contribuição relacionando a antropologia das Alagoas às complexidades das redes de produção nos outros estados foi trazida pelo Professor Bruno César Cavalcanti e aqui transcrita.

Em uma agenda de muito trabalho, três eventos serão comemorados em 2006, e seus organizadores nos enviaram desde já suas contribuições. Na UFPA, em Belém, PA, a ABA 50 anos tem por data comemorativa o dia 28 de março 2006, sendo organizada pela diretora regional da ABA, Profa. Jane Felipe Beltrão, que, juntamente com o Prof. Raymundo Heraldo Maués, ambos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFPA, contribui com um texto para essa coletânea.

Em seguida apresentamos o texto da Professora Nei Clara de Lima que fecha este livro referindo-se à história da Antropologia em Goiânia. A comemoração da 50 anos da ABA em Goiânia terá um momento especial no dia 28 de abril com a festa que inaugura a exposição fotográfica da história da antropologia em Goiânia e reúne os coordenadores e participantes da comissão organizadora local da 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, membros da diretoria da ABA e autoridades locais. Esta data abre um processo importante da antropologia em Goiânia que culminará com a realização da 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, um gesto singular para celebrar a importância de uma reunião científica do porte e da abrangência da 25ª RBA, que ocorrerá em Goiânia, de 11 a 14 de junho de 2006, na Universidade Federal de Goiás (UFG) e na Universidade Católica de Goiás (UCG).

Registramos, por fim, que em Brasília o evento comemorativo ocorre no dia 26 abril 2006 na UnB organizada pela diretora da ABA desta gestão, Profa. Lia Zanotta Machado e pelos professores Gabriel

Omar Alvarez e Gustavo Lins Ribeiro.

Somos gratas aos colegas que fazem parte desta coletânea, cujos textos, no seu conjunto, possibilitam uma reflexão ampla sobre a antropologia que praticamos, mostrando a sua diversidade e apontando os desafios enfrentados e os que temos diante de nós.

---

# MÓDULO

## 1

---



# **ABA 50 ANOS NA UNICAMP – CAMPINAS, SP**

Organização de Emilia Pietrafesa de Godoi  
Coordenadora do Evento



## ANTROPOLOGIA NA UNICAMP E A ABA

---

Emília Pietrafesa de Godoi  
UNICAMP, SP  
Diretora da ABA, gestão 2004-2006

Celebração e Rememoração. Eis o que aconteceu no dia 01 de junho de 2005 no Auditório do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Tudo a um só tempo. Já a caminho do Auditório, na sala contígua a este, onde foram instaladas duas exposições fotográficas: *Quem são esses a quem chamamos antropólogos brasileiros?* e *Reuniões de Antropologia* – ambas resultantes de projetos da professora Mariza Corrêa – estávamos nós entre personagens e momentos significativos da história da ABA, imagens eloqüentes que evocavam cenas, situações, colegas, vários presentes ali, eles próprios surpresos com o reencontro e a descoberta que essas imagens proporcionavam<sup>1</sup>. São cinquenta anos de história da Associação Brasileira de Antropologia. Tempo de festejar, sim; de rememorar situações, momentos, colegas, também. E isso aconteceu. Mas o que marcou o evento realizado na Unicamp foi a rememoração da atuação científica, acadêmica e política da ABA, da Antropologia que praticamos, das questões e desafios postos à Antropologia na contemporaneidade.

Foi um privilégio e uma honra para nós podermos não somente reunir neste dia a atual presidente da ABA, Miriam Grossi, o atual

---

<sup>1</sup>A exposição fotográfica *Quem são esses a quem chamamos antropólogos brasileiros* conta a história da Antropologia no Brasil desde o seu início, suas relações com a medicina; a influência dos antropólogos formados nas tradições germânica, francesa e norte-americana; os estudos de comunidade e a participação de mulheres pesquisadoras. A exposição *Reuniões de Antropologia* compreende imagens que abordam cronologicamente os registros que puderam ser reunidos por participantes de Reuniões de Antropologia ao longo dos anos.

vice-presidente, Peter Fry, e vários dos ex-presidentes da Associação Brasileira de Antropologia, mas ouvi-los, aprendermos e nos emocionarmos com eles. Da primeira mesa-redonda “A atuação da ABA diante das demandas sociais e políticas”, coordenada por Miriam Grossi, participaram os ex-presidentes Gilberto Velho (1982-1984), Sílvio Coelho dos Santos (1992-1994), João Pacheco de Oliveira Filho (1994-1996) e Ruben Oliven (2000-2002). Da segunda mesa-redonda “Questões que dão à Antropologia o seu caráter atual”, por mim coordenada, participaram os ex-presidentes Eunice Ribeiro Durham (1980-1982), Manuela Carneiro da Cunha (1986-1988), Roque de Barros Laraia (1990-1992) e Gustavo Lins Ribeiro (2002-2004). Tanto a primeira, como a segunda mesa-redonda, forneceram elementos para acompanharmos as transformações do campo antropológico, para a reflexão sobre a Antropologia que praticamos no Brasil e, seguramente, serviram de inspiração para uma platéia composta não só de colegas antropólogos, mas de muitos estudantes, antropólogos em formação<sup>2</sup>.

Um terceiro momento do evento foi a homenagem propriamente dita da Antropologia da Unicamp à ABA. Convidamos para coordená-la, não sem propósito, Peter Fry, e Mariza Corrêa (1996-1998) para um depoimento, que veio mostrar de forma emocionante e emocionada como a tessitura da história da ABA se entrelaça em vários momentos, nos últimos trinta anos, com a história da Antropologia, ou de antropólogos, na Unicamp. Além dos textos dos ex-presidentes presentes no evento, temos o prazer e o privilégio de ler nesta coletânea os textos dos ex-presidentes, que não podendo comparecer na ocasião, nos enviaram generosamente a sua contribuição, Roberto Cardoso de Oliveira (1984-1986), Antonio Augusto Arantes (1988-1990) e Yonne Leite (1998-2000).

---

<sup>2</sup>Além da participação da Presidente da ABA, Miriam Grossi, a Mesa de Abertura do evento contou com a participação dos professores Edgard Salvadori De Decca, Pró-Reitor de Graduação, representando o Reitor; Nádia Farage, Diretora-Associada do IFCH; José Luiz dos Santos, Chefe do Departamento de Antropologia da Unicamp e Mauro W. Barbosa de Almeida, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Unicamp. Também estiveram presentes nesta comemoração os membros da atual Diretoria da ABA, Cornélia Eckert, Esther Jean Langdon, Jane Felipe Beltrão, Lia Zanotta Machado e de seu Conselho Científico, Giralda Seyferth, Roberto Kant de Lima, José Sérgio Leite Lopes, Simone Lahud Guedes, Lea Freitas Perez, Luís Roberto Cardoso de Oliveira, Lux Boelitz Vidal e a ex-tesoureira Cecília Helm. Contamos ainda com a presença do professor João de Pina Cabral, da Universidade de Lisboa, que atuava naquele semestre como professor convidado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Unicamp.

Disse acima que não foi sem propósito que convidamos Peter Fry para coordenar a homenagem da Unicamp à ABA. Pois bem, Peter é um dos três antropólogos que em 1971 criaram o Mestrado em Antropologia Social da Unicamp - os outros dois são Verena Stolcke e Antônio Augusto Arantes<sup>3</sup>. Nesta condição - de um dos fundadores do Mestrado em Antropologia Social da Unicamp -, Peter não foi exatamente o “coordenador da mesa”, mas, sem estarem - ele e a platéia - prevenidos, acabou dando um depoimento rico, que nos fez rir e emocionar. O depoimento de Antonio Augusto Arantes vai restituir o espírito com o qual e o contexto no qual foi criado o primeiro Programa de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp - o de Antropologia - evocados por Peter Fry. Mostra-nos que o Programa foi criado ao mesmo tempo que a própria Universidade, que se queria inovadora e crítica, empreendimento este desafiador num país à época sob um regime autoritário e militar que perseguia seus intelectuais.

O leitor vai encontrar ainda no texto de Mariza Corrêa a contribuição à ABA dos antropólogos vinculados à Unicamp; aqui quero apenas lembrar que se encontra também nesta Universidade, sob a guarda do Arquivo Edgard Leuenroth, um acervo importante da Associação Brasileira de Antropologia<sup>4</sup>. No texto de Roberto Cardoso de Oliveira vamos encontrar uma marca da Antropologia praticada na Unicamp: sem perder o que se considera o campo intelectual da disciplina, sempre mantivemos uma interlocução intensa com as demais ciências humanas, notadamente com a História, a Sociologia e a Ciência Política e, como mostra o texto de Antonio Augusto Arantes, também com a Lingüística e a Economia, quando da criação do IFCH e do mestrado em Antropologia Social. Hoje, aos trinta e quatro anos, a Antropologia na Unicamp está comemorando o seu primeiro ano de doutorado disciplinarmente integrado, buscando intensificar a formação e a produção antropológicas já consolidadas, sem abrir mão do diálogo teórico e a colaboração em pesquisas com as distintas áreas de conhecimento do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

---

<sup>3</sup> Em 1979, Verena Stolcke transferiu-se para Barcelona, Espanha, onde se encontra até hoje.

<sup>4</sup> Conforme nos informa o texto de Mariza Corrêa, a guarda dos arquivos da ABA pelo Arquivo Edgard Leuenroth ( [www.arquivo.ael.ifch.unicamp.br/](http://www.arquivo.ael.ifch.unicamp.br/) ) foi autorizada pela Assembléia Geral da XVIIª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Florianópolis, em abril de 1990.

Tivemos, pois, muito a comemorar; e foi uma celebração que encontrou seu justo equilíbrio entre a reflexão acurada sobre a antropologia que praticamos, a atuação e a história da ABA e a emoção própria de pessoas que se percebem juntas na construção de algo importante<sup>5</sup>.

Abrimos o primeiro módulo da coletânea com a *Homenagem da Antropologia da Unicamp à ABA*, trazendo os textos dos três ex-presidentes professores da Unicamp, Mariza Corrêa, Antonio Augusto Arantes e Roberto Cardoso de Oliveira; na seqüência, apresentamos os textos relativos aos temas propostos para as mesas-redondas *A atuação da ABA diante das demandas sociais e políticas* e *Questões que dão à Antropologia o seu caráter atual*, na certeza de que esses escritos e depoimentos de ex-presidentes da Associação Brasileira de Antropologia serão inspiradores para o trabalho de novas gerações de antropólogos.

---

<sup>5</sup> Registro aqui os meus agradecimentos a todos os colegas do Departamento de Antropologia da Unicamp que acolheram a idéia de realizarmos este evento e de maneira especial agradeço àqueles que mais diretamente colaboraram na sua organização – Suely Kofes, John Monteiro, Ronaldo Almeida, Mariza Corrêa, Heloisa Pontes e Omar Ribeiro Thomaz. E, nos nomes de Camila Barra, Vanda Silva, Marisa Barbosa Luna e Nashieli Rangel Loera, agradeço também aos estudantes que ajudaram na organização da comemoração.

**HOMENAGEM DA  
ANTROPOLOGIA DA  
UNICAMP À ABA**

Mariza Corrêa (UNICAMP)

Antônio Augusto Arantes (UNICAMP)

Roberto Cardoso de Oliveira (UNICAMP/UnB)



# HOMENAGEM DA ANTROPOLOGIA DA UNICAMP À ABA: O PROJETO HISTÓRIA DA ANTROPOLOGIA NO BRASIL

---

Mariza Corrêa  
UNICAMP, SP

Presidente da ABA – gestão 1996-1998

## 1. Memória/esquecimento

Creio que a melhor homenagem que os antropólogos da Unicamp poderíamos prestar à nossa Associação seria lembrar o quanto temos trabalhado em prol da ABA nos últimos anos trinta anos: demos à ABA dois presidentes (Antonio Augusto Arantes e eu mesma) e uma vice-presidente (Guita Grin Debert), (podíamos contar mais um vice-presidente, se lembrarmos que Campinas foi a primeira casa acadêmica de Peter Fry no Brasil), além de termos trabalhado em estreita colaboração com Manuela Carneiro da Cunha durante sua gestão (ela já tinha se transferido da Unicamp para a USP quando foi eleita), tendo realizado em Campinas a reunião de encerramento de sua presidência, e de termos acolhido nesta casa, quando recém eleito presidente, a Roberto Cardoso de Oliveira, que aqui concluiu sua gestão. Peter Fry, quando ainda trabalhava aqui, foi também tesoureiro na gestão de Eunice Durham, assim como Alba Zaluar havia sido tesoureira na gestão de Luiz de Castro Faria; Antonio Augusto foi secretário na gestão de Eunice Durham, Guita Debert foi secretária na gestão de Antonio Augusto Arantes e Márcio Ferreira da Silva foi secretário durante minha gestão. Fernanda Arêas Peixoto, tesoureira nessa mesma gestão, já era da geração dos alunos aqui formados a serem recrutados para trabalhar para a ABA.

O Departamento contribuiu, além disso, com vários diretores e

conselheiros ao longo dos últimos anos, e abriga hoje vários integrantes dos conselhos e comissões da Associação – como é o caso de Emilia Pietrafesa de Godói, também da geração de ex-alunos da casa, e que gentilmente me convidou a falar nesta mesa.<sup>6</sup> É interessante Emília ter me posto neste lugar, no qual tenho posto tantos outros, há exatamente 21 anos, para contar histórias sobre a nossa história – agora sou eu a velha convidada. Acho que contar histórias é um dom que compartilhamos com os literatos e que deveríamos exercer com mais freqüência. Contar histórias é um modo de não esquecer.

Procurando por anotações sobre como começamos o Projeto História da Antropologia no Brasil, em 1984, encontrei na primeira publicação resultante do Projeto uma nota com os nomes dos estudantes que mais de perto participaram do trabalho, todos hoje antropólogos profissionais, e entre eles dois atuais integrantes de comitês e conselhos da ABA: Emilia e José Augusto Laranjeiras Sampaio.<sup>7</sup>

A maneira como recordamos é curiosa: quando César Lattes morreu, muitos físicos e outros cientistas que conviveram com ele publicaram suas reminiscências dele e dos tempos iniciais de suas pesquisas no *Jornal da Unicamp*. Um elemento comum a todas essas recordações era o quão *precárias, artesanais e amadoras* eram as primeiras pesquisas desse grupo de pessoas. Esse é provavelmente o efeito de olharmos para o que fazíamos vinte anos atrás com a consciência do que se faz vinte anos depois. Visto de hoje, *tudo* o que fazíamos era artesanal, precário e amador. Na primeira entrevista gravada em vídeo, com Thales de Azevedo, entrevistado por Alba Zaluar e por mim, o então Centro de Comunicações, que ainda não se chamava assim, não tinha estúdio: sentamos em torno de uma caixa

---

<sup>6</sup> Para uma lista completa dos integrantes das várias gestões da ABA, ver Mariza Corrêa, *As reuniões brasileiras de antropologia: cinquenta anos (1953-2003)*. Campinas: Editora da Unicamp/ Brasília: ABA, 2003. Parte da segunda geração de alunos que participaram do Projeto, Luiz Henrique Passador é hoje nosso colega no Departamento de Antropologia.

<sup>7</sup> M. Corrêa, *História da Antropologia no Brasil (1930-1960)*. Testemunhos: Emilio Wilhems e Donald Pierson. São Paulo: Ed. Vértice/Campinas: Editora da Unicamp, 1987. Os nomes dos integrantes dessa primeira etapa do projeto são: Adriana Piscitelli, Andréa Milesi, Carlos James dos Santos, Emilia Pietrafesa de Godói, João Batista Cortez e José Augusto Laranjeiras Sampaio. O nós que uso no texto não é o plural majestático: ele refere uma experiência que foi sempre coletiva, de equipe. Além dos estudantes que foram sempre a alma do projeto, cabe registrar que nosso nativo mais explorado, por mim e por eles, foi Roberto Cardoso de Oliveira.

de papelão com um guardanapo sobre ela, para simular uma mesinha de centro. Thales, aliás, nos falou para baixo da mesa. Com quase oitenta anos, Thales tinha uma disposição invejável para contar histórias e parecia muito mais animado do que nós, que tínhamos a metade de sua idade. O vídeo é inteiramente kitsch. Dez anos depois dessa entrevista, uma equipe do Projeto entrevistou Roberto da Matta – estavam lá Marcio Ferreira da Silva e Luiz Henrique Passador – já no atual Centro de Comunicações, num estúdio, com equipamento de áudio e vídeo de última geração, etc. Toda essa tecnologia não impediu que o vídeo também nos pareça kitsch hoje, nem evitou a perda da fita gravada com Bertha Ribeiro e Clara Galvão, pouco antes de morrerem – que, aparentemente, foi usada para a gravação de uma aula de anatomia. Apesar de tudo isso, os depoimentos são muito bons, são uma fonte de emoção para as pessoas que conheceram os antropólogos ali registrados que não estão mais entre nós, e fonte de ensinamentos para os mais jovens<sup>8</sup>.

Lembro também, lendo a apresentação deste livro,<sup>9</sup> que o Projeto História da Antropologia no Brasil começou de modo muito simples: Manuela Carneiro da Cunha, que ainda trabalhava aqui, teve a idéia de gravar os depoimentos de alguns antropólogos mais velhos, para registrar suas trajetórias de vida. Quando a verba pedida à Fapesp foi aprovada, Manuela já tinha se transferido para a USP e fui convidada pelo Departamento para substituí-la no trabalho. A tarefa começou a ficar complicada quando descobrimos que quase todas as pessoas tinham documentos e queriam doá-los. Por exemplo, por sugestão de Egon Schaden, escrevemos para Donald Pierson e, além de publicarmos seu depoimento no primeiro texto sobre o Projeto, começamos a receber dele envelopes e mais envelopes recheados de documentação, correspondência, recortes de jornais e material de pesquisa de brasileiros e americanos que trabalharam aqui na época em que ele foi professor na Escola de Sociologia e Política. Devem somar quase duas centenas de envelopes grandes que estão guardados no Arquivo Edgard Leuenroth, junto com outras coleções que fomos

<sup>8</sup> Enquanto falava, com Manuela sentada à minha frente, lembrei que Manoel Nunes Pereira, cuja entrevista Manuela acompanhou, fazia planos de ir à África com ela durante nossa conversa. Ele tinha 90 anos quando nos visitou em 1984.

<sup>9</sup> *História da Antropologia no Brasil* (1997).

recebendo, como a de Roberto Cardoso de Oliveira. Foi observando a extensão de contatos propiciados por apenas uma história de vida que começamos a nos dar conta da dificuldade da empreitada. Começamos também a ter muitas respostas, mas não tínhamos as perguntas.

## 2. A força das coisas

Um entrevistado levava ao outro como uma história puxa outra e tínhamos muito mais personagens do que podíamos dar conta naqueles primeiros anos. Personagens que emergiam das fotografias, não conhecidos, e que de repente se tornavam íntimos. Quando começamos a examinar as revistas mais antigas, foram aparecendo também alguns mistérios.

O primeiro mistério foi o do demônio no Catulé que, se não estou enganada, deve ter sido o primeiro estudo sobre os ‘crentes’ na década de cinqüenta do século passado. O caso foi publicado na *Revista Anhembi* e tratava do assassinato de quatro crianças na Grota do Catulé, Minas Gerais, porque estariam possuídas pelo diabo. Os dois líderes da seita foram mortos pela polícia em seguida. Agora sabemos que se tratava da pesquisa de uma equipe da qual Eunice Durham fizera parte - tendo sido seu primeiro texto publicado.<sup>10</sup> Nunca conseguimos encontrar o livro que Carlo Castaldi publicou com os estudos sobre o Catulé e o mistério só foi inteiramente resolvido agora, com a publicação do livro de Eunice.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> O texto foi republicado na coletânea de artigos de Eunice, *A dinâmica da cultura*. Ensaios de antropologia. Organização de Omar Ribeiro Thomaz. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

<sup>11</sup> O livro, *Estudos de sociologia e história* (São Paulo: Anhembi, 1957) continha um artigo de Castaldi, a contribuição de Eunice, um estudo psicológico de Carolina Martuscelli (Bori) e dois trabalhos de Maria Isaura Pereira de Queiroz. O antropólogo Carlos Caroso, da Universidade da Bahia, manteve contato com Castaldi um pouco antes de sua morte, em 2002, e está preparando uma tradução de sua tese de doutorado, preparada para Columbia e nunca defendida, sobre comunidades na Bahia. Castaldi viveu cinco anos no Brasil e ao voltar para a Itália deixou de trabalhar com pesquisa antropológica. Ver a apresentação de Caroso em Colóquio Internacional UNESCO no Brasil: uma volta crítica ao campo 50 anos depois, organizado por Livio Sansone, em Salvador, em 2004.

Um segundo mistério foi Buell Quain, o antropólogo norte americano que se matou durante a realização de sua pesquisa de campo: ele raramente era mencionado nos relatos dos antropólogos que nos contavam histórias, e quando era, o suicídio era deixado de lado. Só muitos anos depois de ter ouvido falar dele pela primeira vez fui descobrir, na Casa de Cultura Heloisa Alberto Torres, em Itaboraí, Niterói, um dossiê completo do caso.<sup>12</sup>

Mais outro mistério era a morte de Curt Nimuendaju: não só havia várias versões dela, como também restaram por enterrar, durante muitos anos, seus despojos mortais, guardados numa caixa no Museu Paulista. Em 1981 ele foi finalmente enterrado e em 1988 Roque de Barros Laraia articulou os elementos para entendermos as versões de sua morte.<sup>13</sup>

A história da antropologia era, enfim, uma história emocionante: quanto mais sabíamos, mais queríamos saber. Ao mesmo tempo, percebíamos, ou intuíamos, que boa parte das histórias que íamos ouvindo eram, paradoxalmente, histórias para não serem contadas: algumas histórias de amor e morte, outras histórias de pequenas intrigas de bastidores. Uma parte dessas histórias para não serem contadas está publicada em inglês ou em francês – mas é preciso muita paciência para estabelecer as redes sociais que levem às referências bibliográficas, ou vice-versa. Como me disse uma colega de *métier* uma vez: “E isso importa?” Importa, creio que importa saber o quanto as pessoas que são parte de nossa história não são personagens descarnados, mas são pessoas como nós, sujeitas às mesmas pressões de seu tempo, envolvidas nas mesmas teias de amizade-parentesco-dívidas acadêmicas nas quais nós nos envolvemos. Ainda que boa parte de nossas histórias não possa ser contada, elas ajudam os pesquisadores a emprestar significado às histórias contadas, a entender melhor certos movimentos dos personagens.

Quando Lévi-Strauss veio ao Brasil em 1985, e foi entrevistado

---

<sup>12</sup> Intrigado com minha menção ao caso numa resenha, o romancista Bernardo Carvalho perseguiu os personagens da história com muito empenho e escreveu o romance *Nove Noites*, Companhia das Letras, 2002.

<sup>13</sup> A notícia sobre o enterro de Nimuendaju foi publicada por Tekla Hartmann na *Revista do Museu Paulista*, NS, vol. XXVIII, 1981/1982 e o texto de Roque Laraia, As mortes de Nimuendaju, em *Ciência Hoje*, vol 8 (44), 1988.

por Manuela, já estava casado, dizem, pela sétima vez, mas nós ainda estávamos tentando descobrir sua primeira esposa – que veio com ele ao Brasil nos anos trinta, Dina Lévi-Strauss. Ela foi finalmente descoberta, com seu nome recuperado, Dina Dreyfuss, e entrevistada por Anne Marie Pessis, que então estava trabalhando conosco. Foi a partir dessa entrevista, na qual fica muito claro como nos lembramos e nos esquecemos das coisas, que comecei um trabalho de recuperação de algumas das personagens femininas de nossa história.<sup>14</sup> Finalmente, tínhamos muitas perguntas a fazer, e muita gente além de nós está também começando a respondê-las, em muitos outros lugares.

Uma listagem preliminar dos ‘produtos’ (teses, vídeos, artigos) do nosso projeto está publicada, ainda que já defasada.<sup>15</sup> E o Arquivo Edgard Leuenroth, que vai guardando o que encontramos, vai aos poucos pondo tudo na internet. O AEL tem a guarda também, autorizada pela Assembléia Geral da décima-sétima Reunião Brasileira de Antropologia, em Florianópolis, dos arquivos da Associação – atas, documentos que foram recuperados com ex-presidentes, boletins da Associação, muitos vídeos dos concursos de vídeos, e outros textos.

De forma muito resumida, essa tem sido nossa contribuição para a história da ABA. Muito obrigada.

---

<sup>14</sup> M. Corrêa, *Antropólogas & Antropologia*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

<sup>15</sup> M. Corrêa, História da Antropologia no Brasil. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, II (2), 1995.

# ORIGENS DO DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA DA UNICAMP

---

Antonio A. Arantes  
UNICAMP, SP

Presidente da ABA – gestão 1988/1990

A formação das instituições não foge muito ao desenho geral que resulta do encontro e ajustes de diversas vertentes que, podendo ser independentes umas das outras e mesmo se desenvolverem em direções opostas, terminam entrelaçadas pelas circunstâncias. Projetos no papel tornam-se realidade graças a esse entrelaçamento e aos conflitos a eles inerentes.

Nas origens do Departamento de Antropologia identifico pelo menos três marcos fundamentais: o Golpe Militar de 1964 e suas conseqüências sobre a vida das universidades brasileiras, as transformações críticas da agenda das Ciências Sociais praticada na Universidade de São Paulo na década de 1960 e o projeto de criação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, encabeçado por Fausto Castilho e Rubens Murillo Marques, respectivamente coordenadores das áreas de ciências humanas e matemática daquela então recém criada universidade.

Neste relato, pretendo indicar as principais idéias e fatos que, no meu entender, configuraram o início desse processo, e explicitar o papel que nele desempenhei. Torna-se, portanto, inevitável fazer algumas referências à minha própria trajetória.

Setembro de 1968. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, na Rua Maria Antônia. Eis onde localizo meu ponto de partida.

## **A Faculdade de Filosofia da USP, no final dos anos 1960.**

Uma intensa politização marcou positivamente a vida das

universidades brasileiras nos anos que antecederam o golpe militar de 1964. Intelectuais e estudantes envolviam-se ativamente na organização política da sociedade civil, em defesa das reformas de base e dos direitos sociais, assim como na luta contra o imperialismo norte-americano na América Latina.

Embora os fatos sejam hoje bastante conhecidos<sup>16</sup>, vale lembrar que a segunda metade dos anos 1960 foi marcada pelo Golpe Militar e consolidação do regime autoritário no Brasil. O processo tem início com a deposição do presidente João Goulart e o incêndio da sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro, a 1º de abril de 1964. A 9 de abril, é promulgado o Ato Institucional nº 1 que autoriza a suspensão de direitos políticos, a cassação de mandatos legislativos, assim como a demissão, disponibilidade ou aposentadoria dos que “*houvessem atentado contra a Segurança do País, o regime democrático e a probidade administrativa, excluída a apreciação judicial*”. Na mesma data, é invadida a Universidade de Brasília. Dezesete professores e vários estudantes são presos e indiciados em Inquérito Policial Militar. Nos anos subseqüentes, é desencadeada a luta armada contra a ditadura e prossegue a violência contra a sociedade civil. Em março de 1968 o estudante Edson Luiz de Lima Souto é baleado pela repressão policial no Rio de Janeiro; em junho, organiza-se na mesma cidade a Passeata dos 100 mil, reunindo estudantes, artistas, intelectuais, clero, sindicalistas e povo em geral; em outubro, o 30º Congresso UNE, realizado clandestinamente em Ibiúna (São Paulo), é desbaratado pela repressão e 1240 estudantes são presos. Em 13 de dezembro é promulgado o Ato Institucional nº 5, que autoriza o recesso do Congresso Nacional e das Assembléias Legislativas estaduais, cassa mandatos eletivos, suspende direitos políticos, demite ou aposenta juízes e funcionários (inclusive professores universitários), suspende o *habeas corpus* e autoriza julgamento em tribunais de “*crimes políticos*”.

Esses fatos tornam flagrante que os intelectuais e estudantes brasileiros eram singularizados pela mira das Forças Armadas. Iminentes professores e cientistas são aposentados compulsoriamente. Além da prisão, tortura, seqüestro e execução de colegas e

<sup>16</sup> Cf. cronologia preparada pelo Instituto Perseu Abramo e a extensa bibliografia disponível sobre o período.

companheiros, a sombra da repressão tornou-se cotidianamente presente na Faculdade de Filosofia, com informantes e provocadores infiltrados.

Passeatas, assembléias e muita discussão nos bares da Vila Buarque sobre filosofia, arte e política contextualizavam nossas atividades acadêmicas. Diferenças ideológicas e pessoais posicionavam jovens de uma mesma geração, que iniciavam suas carreiras em um meio social politicamente incerto, mas intelectualmente estimulante, exigente, engajado e cosmopolita. Nos anos 1960, intelectuais estrangeiros influentes freqüentavam regularmente a Faculdade deixando suas marcas e contribuições renovadoras. Entre eles estão incluídos Pièrre Clastres, Perry Anderson e Michel Foucault.

Sedimentava-se claramente, nas acaloradas discussões entre colegas ou entre alunos e professores, o que - na minha percepção - se configurava como pacto implícito de crítica à cultura e aos valores burgueses, assim como a convicção de que caberia à nossa geração, e a cada um de nós, a missão de conhecer e transformar a realidade em que vivíamos. Formava-se um compromisso ético tácito de lutar pela democracia e pela justiça social, embora os matizes ideológicos e partidários produzissem dissensões muitas vezes inconciliáveis.

Repetiam-se em nossos ouvidos os versos de Mario de Andrade: “*Eu insulto o burguês níquel, o burguês burguês, digestão bem feita de São Paulo*”; e, no horizonte, as palavras de Marx, nas teses sobre Feuerbach: “*les philosophes n’ont fait qu’interpréter le monde de différentes manières; ce qui importe, c’est de le transformer*”. Solidários aos operários e camponeses, nos considerávamos *trabalhadores intelectuais*.

O dia 2 de outubro de 1968 foi marcado por um episódio que desde o início se apresentou como algo muito mais grave do que as conhecidas escaramuças do Comando de Caça aos Comunistas contra os estudantes da Faculdade de Filosofia. Por volta das 10 horas da manhã, militantes anti-comunistas e policiais entrincheirados em pontos estratégicos dos edifícios da Universidade Mackenzie, em frente ao prédio da rua Maria Antonia, atacaram com paus, pedras, tiros e bombas incendiárias, estudantes, professores e funcionários e as próprias instalações da Faculdade. O ataque se estendeu até por volta das 19 horas, quando por ordem dos bombeiros, deixaram o prédio os que ainda restavam dos que lá se reuniram solidariamente

ao longo do dia em defesa da Faculdade. Encontrava-me entre eles e facilitei a fuga apressada dos derradeiros combatentes pelo vitrô do Museu Plínio Ayrosa, onde se localizava a então Cadeira de Antropologia, onde trabalhava.

### **O culturalismo, e depois.**

Deixei naquela noite a Universidade de São Paulo, levando comigo as propostas acadêmicas a que vinha me dedicando. Havia iniciado minha carreira como instrutor da Cadeira de Antropologia na Faculdade onde me formei. Ensinava também na Escola de Sociologia e Política de São Paulo e no curso de ciências sociais da Faculdade de Filosofia de Araraquara, que fora visitada por Jean-Paul Sarte e Simone de Beauvoir em 1961, por iniciativa de Fausto Castilho, então professor de filosofia e que viria a ser o principal organizador do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

A USP era o principal centro político-intelectual da região, e um dos mais destacados do país. Partindo da Estação da Luz, os trens que percorriam a Paulista e a Mogiana freqüentemente conduziam jovens professores paulistanos, provenientes da USP ou da PUC/SP, para Rio Claro, São Carlos, Araraquara, São José do Rio Preto e outras cidades. No vagão *pullman*, íamos finalizando a preparação das aulas e conversávamos muito, em especial sobre a situação das universidades naquela conjuntura de muita incerteza. Com freqüência, distribuía material de propaganda política ao longo do trajeto. Campinas, a principal estação dessa linha férrea, era um lugar ambivalente; nem “capital”, nem “interior”. Embora estivesse relativamente à margem das conexões universitárias da época, articulava-se fortemente com o movimento político e intelectual de São Paulo. Lá se concentravam instituições culturais, de ensino secundário e superior, e conseqüentemente, estudantes e professores, provenientes de várias cidades e outros estados, residindo em repúblicas e pensionatos.

Na USP, ainda que na condição de auxiliar de ensino, estava engajado em um esforço de renovação do ensino e da prática da antropologia que envolvia, entre outros professores, Eunice Durham, Ruth Cardoso e Amadeu Duarte Lanna. Esse empenho, que não era totalmente compartilhado pela direção da cadeira, contava com a

simpatia de Gioconda Mussolini e a adesão de vários outros colegas. Tratava-se, em resumo, de consolidar rupturas em dois planos. Por um lado, no que dizia respeito à orientação durkheimiana prevalecte, que tendia a interpretar o simbolismo como efeito e decorrência da estrutura social. Por outro, superar a concepção da antropologia como *a ciência do homem e suas obras*, abrangendo os quatro campos reconhecidos pela prática dominante nos Estados Unidos no período pós-guerra, ou seja, abrangendo antropologia física, cultural, lingüística e arqueologia, com destaque para os estudos de “cultura e personalidade”, que eram uma temática forte na época. O ensaio intitulado *Campo e divisões da antropologia*, da autoria de Ralph Linton<sup>17</sup>, incluído na coletânea organizada por Gioconda Mussolini<sup>18</sup>, exemplifica o enfoque que então orientava a iniciação ao estudo da antropologia na Universidade de São Paulo.

A renovação dos programas das disciplinas básicas de formação em antropologia opunha-se a essas duas vertentes – por assim dizer, sociológica e culturalista - da antropologia. Procurava-se defender, numa veia levistraussiana, a compreensão do social como realidade simbolicamente constituída e da cultura como realidade *sui generis*. Articulando Marcel Mauss a Bronislaw Malinowski<sup>19</sup>, passou-se a introduzir os estudos antropológicos a partir do fenômeno da troca, dando-se destaque à reflexão sobre as implicações recíprocas entre linguagem e cultura, assim como sobre as relações epistemológicas entre a lingüística e a antropologia. Note-se que embora Lévi-Strauss tivesse sido um dos introdutores dos estudos antropológicos na USP, apenas em 1962 – ao que eu saiba -, com a publicação de *Totemisme Aujourd’hui* e *La pensée sauvage*, suas teorias passaram a constituir a embocadura básica e introdutória do ensino dessa disciplina naquela instituição<sup>20</sup>.

<sup>17</sup> R.Linton, “Scope and aims of anthropology” in R.Linton (org) *The science of man in the world crisis*. New York: Columbia University Press, 1945.

<sup>18</sup> Mussolini, G. *Evolução, raça e cultura*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. Essa coletânea foi publicada tardia e postumamente com apresentação de Florestan Fernandes. Sua introdução estava sendo finalizada pela autora por ocasião de seu falecimento, em 1969.

<sup>19</sup> Refiro-me a M.Mauss “Essai sur le don”. Paris: Année sociologique, 1923-1924, t.I. E a B.Malinowski *Argonauts of the Western Pacific*. Londres: Routledge and Kegan Paul Ltd, 1922.

<sup>20</sup> *Le totemisme aujourd’hui*. Paris: Presses Universitaires de France, 1962. *La pensée sauvage*. Paris: Librairie Plon, 1962. Não se pode esquecer que as obras de Levi-Strauss precursoras dessa virada teórica foram *L’analyse structurale en linguistique et en anthropologie* (1945), *Les structures élémentaires de la parenté* (1947), *La sociologie au XXème. Siècle* (1947) e *Introduction a l’oeuvre de Marcel Mauss* (1950).

Paralelamente, a formação acadêmica para a prática etnográfica na USP começava a trilhar as pegadas da antropologia social britânica, em especial na vertente malinowskiana, a que Eunice Durham dedicou grande interesse e sobre a qual defendeu tese de livre-docência<sup>21</sup>. Na crítica ao culturalismo, assim como na aproximação da antropologia com os paradigmas marxista e estruturalista, foram fundamentais as contribuições de professores de filosofia como Bento Prado Júnior e José Artur Giannotti e de outros, vinculados à Cadeira de Sociologia, dirigida por Florestan Fernandes. Entre estes, que incluíam Maria Sylvia Carvalho Franco, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, destacou-se Roberto Cardoso de Oliveira, cuja obra marcou definitivamente a trajetória da antropologia no Brasil e que, nessa época, dedicava-se ao projeto “Áreas de fricção inter-étnica no Brasil”<sup>22</sup> e à criação do Programa de Pós-graduação em Antropologia no Museu Nacional, criado na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1968.

Mudanças teóricas não ocorrem, como se sabe, independentemente das agendas de pesquisa. Por algum tempo ainda, ao longo dos anos 1960, os movimentos migratórios e as mudanças sócio-culturais deles decorrentes mantiveram-se no foco da atenção dos antropólogos da USP, assim como questões de etnologia indígena colocadas pelo campo da disciplina. Mas apresentava-se também, e muito fortemente, a questão do papel específico do antropólogo frente aos assuntos trazidos pelos tempos em que vivíamos. A cultura popular se apresentava, sobretudo no meio universitário, como um espaço poderoso de construção ideológica da cidadania e do anti-imperialismo. O campesinato – sobretudo o nordestino – e suas formas de organização e ideologia emergiam como universo político e simbólico onde se construía as transformações em curso e importantes representações, associadas a tipos humanos como lavradores da cana, cangaceiros e beatos. A compreensão dos processos de ocupação crescente e maciça dos arredores das grandes cidades por trabalhadores migrantes e suas formas de organização e

<sup>21</sup> E. Durham, *A reconstituição da realidade. Um estudo sobre a obra etnográfica de Bronislaw Malinowski*. São Paulo: Editora Ática, 1978.

<sup>22</sup> R. Cardoso de Oliveira, *O índio e o mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964. Resultam também desse ambiente as teses de doutorado de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni sobre o trabalho escravo, ambas defendidas em 1962.

sociabilidade demandavam novos olhares sobre vida urbana. A ampliação do sistema rodoviário nacional e a penetração de áreas que até então encontravam-se ao abrigo da economia de mercado, interpelavam os cientistas sociais e, em especial, os antropólogos. Que tínhamos a dizer a respeito dessas mudanças? De que forma contribuir para a construção da democracia, nessa conjuntura dominada pelo regime militar?

Nessa época, questões análogas colocavam-se a pesquisadores que trabalhavam em outras regiões do mundo, como atesta o célebre Simpósio sobre a Responsabilidade Social da Antropologia, realizado nos Estados Unidos em 1967. Afirma Verena Stolcke, referindo-se a esse encontro “*sus organizadores y los participantes en el debate posterior denuncian, por un lado, la complicidad de los científicos sociales con la política imperialista norteamericana y su colaboración en actividades contra insurgentes del gobierno en América Latina y Asia y, por otro, ponen en tela de juicio las pretensiones científicas asépticas de la antropología clásica relativista en un mundo globalmente pos-colonial, una postura crítica que fue además alentada por el clima político radical que la revuelta estudiantil, la oposición a la guerra del Vietnam y la lucha por los derechos civiles de los negros propaga en las universidades norteamericanas*”<sup>23</sup>.

As conseqüências do Golpe Militar sobre a Universidade interromperam drasticamente a trajetória que vinha se delineando no âmbito da USP e obviamente não só nessa universidade. O ambiente político na Faculdade renunciava as cassações e aposentadorias, que de fato foram efetivadas pelo AI5, em dezembro daquele mesmo ano.

Nesse contexto chegava a notícia da criação de um núcleo interdisciplinar de excelência na área de ciências humanas, na recém-criada e inovadora Universidade Estadual de Campinas. Esse projeto, que privilegiaria desde o início a pesquisa e a pós-graduação, tinha o apoio da Fapesp e o respaldo de intelectuais seriamente comprometidos com a defesa da vida universitária no país, apesar da ambivalência que revestia a figura de seu reitor, o médico e professor Zeferino Vaz. A estratégia de implantação desse núcleo previa o

<sup>23</sup> V. Stolcke De padres, filiações y malas memorias. ¿Qué historia de qué antropología? In Joan Bestard i Camps (ed.), *Después de Malinowski*, Federación de Asociaciones de Antropología del Estado Español y Asociación Canaria de Antropología, Tenerife, 1993.

estágio de um pequeno grupo de jovens intelectuais na Faculdade de Letras de Besançon (França), com o objetivo de desenvolverem os seus conhecimentos em lingüística geral e, posteriormente, prosseguirem sua formação nas respectivas áreas de especialização. Os bolsistas assumiam também o compromisso de, retornando ao Brasil, se ocuparem da constituição do corpo docente e da implantação do futuro Instituto e seus programas de pós-graduação.

A Universidade de São Paulo passava por uma de suas piores crises em decorrência das sucessivas investidas do regime militar. Era praticamente impossível para um recém-formado desenvolver-se intelectualmente e, ao mesmo tempo, enfrentar as vicissitudes que se sobrepunham às atividades acadêmicas. Praticamente não havia alternativa. A 15 de outubro, 13 dias pós os *Acontecimentos da rua Maria Antonia*<sup>9</sup>, foram encaminhados o meu pedido de exoneração da USP e contrato pela Unicamp e Fapesp. Nos primeiros dias de novembro embarquei às pressas para Paris com o sociólogo André Maria Pompeu Villa-Lobos, meu ex-colega na USP. Em Paris, nos reunimos a Ângelo Baroni (matemático) e Luiz Orlandi (filósofo), também professores recém contratados pela Unicamp, e ao diretor do Instituto, Fausto Castilho. Várias pessoas da minha geração foram direta ou indiretamente afastadas da USP nesse período.

### **Entre o inverno de 1968 e o outono de 1969.**

No trem, entre Paris e Besançon, começou a tomar forma o mundo novo que se abria à minha frente. A missão era excessivamente complexa e a responsabilidade enorme. Entretanto, os meus objetivos eram claros, ainda que frágeis, e projetava um futuro menos incerto do que havia deixado em São Paulo. Procurei levar adiante e amadurecer, no novo ambiente, as preocupações que orientavam os meus primeiros passos na USP. Levei comigo os ecos da Rua Maria Antônia e encontrei na Faculdade de Letras de Besançon um ambiente universitário ainda imerso no clima da revolta estudantil de Maio de 68.

Concentrei-me nesse período principalmente no estudo da teoria lingüística e na poética. Por 8 ou 9 meses, li Troubetzkoy, Jakobson, Ruwet, Chomski, Greimas, entre outros. Nas discussões sobre poética

debruicei-me sobre Baudelaire e Lautréammont. Aprofundi a leitura de Vladimir Propp.

O estudo da lingüística era essencial para entender a problemática que pautava as ciências humanas naquele país e, em particular, a antropologia estrutural. Além disso, a ênfase nos estudos de linguagem era um diferencial importante da proposta da Unicamp que propunha, com destaque, a inclusão dessa área no ambiente interdisciplinar a ser criado.

Contudo, no que dizia respeito especificamente à antropologia, parecia-me essencial fortalecer em Campinas a pesquisa empírica e a prática etnográfica. Em comparação com o preparo de colegas de outros países, a formação que se oferecia nas principais universidades do Brasil mostrava-se atualizada e, em muitos casos, tão ou mais cosmopolita do que em várias universidades européias. Entretanto, havia muito a ser desenvolvido enquanto treinamento em métodos de pesquisa e na prática de campo, que são essenciais para o ofício do antropólogo.

No Brasil, a antropologia era uma disciplina de interesse relativamente restrito, do ponto de vista dos cientistas sociais “de esquerda”. De modo geral, considerava-se esse enfoque excessivamente particularista e, por essa razão, insuficiente para alimentar o debate sobre as grandes questões da agenda política nacional. Entretanto, do ponto de vista em que eu me colocava ao lado de outros colegas, essa questão parecia circunstancial. Ela não decorria necessariamente de problemas epistemológicos próprios daquela área de conhecimento. Acreditava, como outros, que as contribuições da antropologia ao conhecimento da realidade nacional se fariam exatamente em razão do enquadramento bem localizado e em escala reduzida de seus objetos concretos, desde que se fizessem as necessárias mediações interpretativas. Aliás, os rumos posteriores da política, com o fortalecimento dos movimentos sociais, e a crise de hegemonia dos grandes paradigmas, acabaram por confirmar esse entendimento.

Esses problemas conduziam a atenção para tradições de pensamento que haviam se consolidado não tanto na França, mas no outro lado do Canal da Mancha, ou seja, no âmbito da antropologia social britânica. Eis porque busquei na London School of Economics,

assim como as universidades de Oxford e Cambridge condições para dar continuidade à minha formação e ao encaminhamento do projeto da Unicamp.

Embora os estudos sobre a América Latina e, em particular sobre o Brasil, ainda não estivessem plenamente institucionalizados em Cambridge<sup>24</sup>, o desenvolvimento da obra de Edmund Leach sugeria uma série de convergências em relação à trajetória que eu vinha trilhando, sobretudo no que dizia respeito à preocupação de articular os avanços teóricos do estruturalismo racionalista francês aos métodos e pressupostos da etnografia empirista britânica. Nesse sentido, destacavam-se na obra de Leach a monografia *Political systems of highland Burma*, publicada em 1954 e reimpressa em 1964 com nova introdução do autor, assim como o ensaio *Rethinking anthropology* que data de 1959 e foi publicado em 1961 na coletânea que leva o mesmo título, e vários estudos sobre narrativas bíblicas publicados nos anos 1960, entre os quais *Virgin birth*, publicado em 1966. Leach não apenas me acolheu como estudante, mas aceitou contribuir para a missão de criar o núcleo da área de antropologia na longínqua Campinas, o que fez através de contatos pessoais e dialogando em minhas sessões de supervisão<sup>25</sup>.

### **As neves de 1969 e um café junto ao Hyde Park.**

Numa tarde de inverno, em Cambridge, encontrei Peter Fry acompanhado de um amigo, *fellow* do Clare College. Apresentamo-nos rapidamente e marcamos um encontro para conversar por mais tempo sobre a proposta de Campinas. Expus-lhe o que se pretendia em termos acadêmicos e o objetivo de iniciar em agosto daquele mesmo ano as atividades da nova área. Inicialmente se ofereceria a disciplina de introdução a todos os estudantes do ciclo básico de ciências humanas e, já no ano seguinte, seria feita a primeira seleção

---

<sup>24</sup> Refiro-me ao livro S.Mathias et alii, *Os Acontecimentos da Rua Maria Antonia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

<sup>25</sup> Celso Furtado (research student do King's College em 1957-8 e, em 1973-4, professor da cátedra Simon Bolívar em estudos latino-americanos) foi um dos primeiros intelectuais brasileiros dessa geração a frequentarem a Universidade de Cambridge. Durante os anos 1960 e 1970, Fernando Henrique Cardoso, José de Souza Martins e Roberto da Matta também permaneceram períodos prolongados em Cambridge, como professores visitantes.

de alunos para o programa de mestrado em Antropologia, que inauguraria a pós-graduação no novo Instituto.

Ele mostrou-se muito receptivo à proposta, embora manifestasse uma compreensível resistência em face da visível contradição de se pretender criar uma universidade crítica e inovadora sob o regime militar, num país que perseguia os seus intelectuais mais brilhantes, muitos dos quais – juntamente com chilenos, gregos e outros – buscavam exílio na Inglaterra e em outros países da Europa. Ele tinha forte disposição de se instalar no Brasil e envolver-se com assuntos brasileiros. Sua formação se adequava ao que se desejava para o futuro departamento. Havia defendido recentemente tese de doutorado na Universidade de Londres, a partir de pesquisa de campo no Zimbábue (então Rodésia), orientado por Mary Douglas. Sua formação associava os estudos sobre ritual e simbolismo à metodologia de análise de processos e conflito social, desenvolvida pela escola de Manchester. Possuía experiência em pesquisa de campo (teórica e prática) e conhecimento de um tema e região relevantes para compreender a formação cultural do Brasil.

Encontrei minha segunda parceira no gabinete do Cônsul do Brasil em Londres. Verena Stolcke (então Martinez-Alier) retornava de Cuba, onde vivera entre 1967 e 1968. Sua tese de doutorado, orientada por Peter Rivière na Universidade de Oxford, encontrava-se em fase de conclusão e versava sobre relações raciais e de gênero em Cuba colonial, no século XIX. Possuía forte interesse pela pesquisa de natureza histórica e questões relativas à economia e à política, demonstrando conhecimento e vivo interesse pela problemática do campesinato latino-americano, inclusive o brasileiro.

Após uma longa conversa num café em Park Lane foi superada a compreensível desconfiança que se manifestara em nosso primeiro encontro, em razão do contexto político da proposta que lhe era feita. Mais uma vez, foi preciso esclarecer que, no Brasil, seria possível contribuir para a formação da nova universidade sem abandonar a crítica e oposição ao regime militar, assim como a defesa dos políticos e acadêmicos exilados. Vivenciávamos um bom exemplo de que a política também se faz nas fissuras das instituições e à margem do processo dominante.

Configurava-se finalmente a pequena equipe que se ocuparia

de conceber e instalar a área de antropologia na Unicamp. Os perfis dos docentes participantes se complementavam em termos de áreas geográficas de interesse, assim como de especialidades, preferências teóricas, experiência em pesquisa de campo e em docência. Iniciamos na Inglaterra a estruturação do currículo de antropologia e a elaboração dos programas das disciplinas a serem ministradas. Consolidamos um pré-projeto do curso e a lista de livros e filmes que seriam adquiridos para a biblioteca do Instituto. Compartilhávamos um genuíno interesse em investir na nova instituição e muita disposição para enfrentar as dificuldades que certamente se apresentariam.

### **O retorno.**

Desembarquei em São Paulo em junho de 1970. Poucas semanas depois, recebi Peter Fry no Porto de Santos e, em seguida, Verena Stolcke, “*con su tesis bajo el brazo y sus dos hijas de la mano*” como ela costuma dizer. Campinas era, não só para eles, mas também para mim, um lugar distante, embora tão perto de São Paulo, minha cidade de origem. A Unicamp ainda era uma idéia abstrata, um projeto no papel, quase uma visagem no horizonte. Provisoriamente, hospedamo-nos todos num pequeno hotel próximo ao centro da cidade. Começamos a trabalhar nos barracões desocupados de um depósito de gás na Avenida Brasil, próximo à Estação Rodoviária. Algumas semanas depois passamos a trabalhar no campus ainda em construção, em meio a uma penetrante poeira que dominava a paisagem e cobria tudo de vermelho: moveis, livros, documentos e objetos pessoais, que nós levamos para o espaço de trabalho ainda em formação.

Uma Kombi nos conduzia diariamente ao campus, que distava cerca de 10 km do hotel, e nos trazia de volta. Soubemos depois que o motorista era informante. Dei aulas com outros infiltrados nas salas do Ciclo Básico. Meses depois, minha casa foi vasculhada e fitas com entrevistas gravadas em campo – e somente elas – roubadas (nunca ficou claro se por ladrões, ou policiais). Não se podia – ou, pelo menos, não era seguro – citar Marx e Engels nas bibliografias distribuídas por escrito em sala de aula. Procurávamos ser cautelosos, embora fôssemos por demais visíveis e totalmente estranhos à paisagem humana local.

O trabalho em sala de aula era desafiador. O currículo previa dois anos obrigatórios do que se denominava *Studium Generale*, que se compunha de um conjunto de disciplinas comuns para todos os graduandos em ciências sociais, economia, história e estudos da linguagem. A graduação em filosofia ainda não havia se iniciado. Quanto à antropologia, esse ambiente intelectual inovador e de certo modo inusitado colocou questões que nos levaram a rever os planos elaborados no exterior, descontextualizadamente. No reencontro com os demais colegas e com os alunos, nossos planos mudaram pouco a pouco e, por fim, drasticamente.

Havíamos decidido, em linhas gerais, iniciar a disciplina introdutória pela noção Maussiana de fato social total e apresentar o objeto da antropologia a partir da diversidade tipológica dos meios de subsistência e da organização social, que era um procedimento em voga, enfatizando a importância da etnografia para a produção do conhecimento. Algumas aulas eram escritas como conferências e distribuídas impressas aos alunos. Essa disciplina e algumas outras também de recorte panorâmico eram ministradas conjuntamente pelos três docentes, segundo os dotes e dons de cada um de nós. Compensávamos nossa limitada experiência em gestão universitária com o empenho de buscar os melhores parceiros e cumprir coletivamente o planejado.

Um dos principais desafios para todas as áreas era construir o diálogo intelectual entre as disciplinas, vencer as exigências cristalizadas pelos padrões curriculares oficiais e mediar os usos e costumes próprios das profissões e seus praticantes. Esse era, a meu ver, o aspecto essencial, inovador e mais positivo do projeto do IFCH. Mas o peso inercial dos interesses setoriais, das culturas acadêmicas convencionais e dos currículos mínimos tendeu a prevalecer. Áreas de conhecimento com tradição de ensino e pesquisa já consolidadas de forma mais independente, como a economia e os estudos de linguagem (letras), foram transformadas em Institutos, com seus respectivos programas de ensino e pesquisa. Progressivamente – mas não sem conflito – estruturaram-se os departamentos de ciências sociais, filosofia e história. Finalmente, o primeiro deles foi desmembrado em antropologia, política e sociologia e estruturaram-se progressivamente os cursos de graduação e pós do modo usual.

Perdurou no IFCH, ainda que residualmente, o gosto pelas abordagens temáticas e interdisciplinares, que desafiava nossa capacidade intelectual e de organização já nos primeiros anos. Até recentemente, ambos persistiram – o gosto da interdisciplinaridade e o desafio dela decorrente – no programa de Doutorado em Ciências Sociais, que foi organizado segundo áreas temáticas transdisciplinares. Ao lado desse componente da cultura institucional, que certamente marcou a antropologia feita na Unicamp, perdurou durante muito tempo entre nós o sentimento de *communitas*, que foi reforçado pela cultura, ideologia e estilos de vida dessa nossa geração. Penso que entre os aspectos mais inovadores do trabalho realizado por esse pequeno grupo de antropólogos – que se ampliou e, obviamente, se enriqueceu e mudou consideravelmente com o passar dos anos – destaca-se um renovado interesse pelas margens e fissuras, pelo *trans*, o *inter*, o *pós*...

É claro que este não é um diferencial exclusivo dessa instituição. Mas não se pode deixar de observar que esse *estilo* – se é que o termo se aplica – tem sido reiterado por professores, alunos e ex-alunos do departamento, e que essa reiteração é coerente com o *sentimento de comunidade* ou *esprit de corps* que colegas de outras instituições muitas vezes identificaram como próprio do “pessoal de Campinas” em épocas passadas.

# ANTROPOLOGIA E INTERDISCIPLINARIDADE

---

Roberto Cardoso de Oliveira  
UNICAMP, SP e UnB, DF  
Presidente da ABA – gestão 1984/1986

## *Em memória de Vilmar Faria*

Na oportunidade desta homenagem que a Unicamp faz ao cinquentenário da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), considerarei importante complementá-la estendendo-a à memória de um querido colega, Vilmar Faria, sociólogo e doutor pela Universidade de Harvard, mas cuja relação que encontro com a minha disciplina, a antropologia, está na ocorrência de um fato acadêmico que eu não poderia deixar de registrar para que ambos, amigo e fato, pudessem ser evocados por seus colegas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas desta universidade. E Vilmar não poderia ser melhor lembrado do que associando-o a uma experiência que considero pioneira, pelo menos no estado de São Paulo, de criação do doutorado interdisciplinar em Ciências Sociais, abrigado em nosso Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Um fato que vale recordá-lo!

Talvez a primeira idéia sobre esse doutorado tenha surgido ainda por volta de 1970, quando Vilmar fazia seu doutoramento na Universidade de Harvard em seu *Department of Social Relations*, no mesmo departamento em que eu me achava vinculado como “*associate researcher in social relations*”, trabalhando na elaboração do primeiro capítulo de meu livro **Identidade, Etnia e Estrutura Social** que viria a lume em 1976. Como é do conhecimento do mundo acadêmico, Harvard havia instituído décadas atrás uma pós-graduação com

características interdisciplinares, graças à liderança do Professor Talcott Parsons, que entendia ser indispensável para o estudo e a pesquisa avançada nas ciências sociais aglutiná-las em um único programa, inclusive com o sacrifício de alguns departamentos tradicionais dessas disciplinas. Eu não entrarei em detalhes sobre a conformação e a história desse departamento, pois se trata de algo bastante conhecido. O que me parece ser significativo para nós, neste momento, é assinalar que naquele ano, por pura coincidência, nós dois nos encontramos e tivemos um agradável convívio, ocasião em que conversamos pela primeira vez sobre a importância de ser criado no Brasil um curso de teor semelhante ao de Harvard. Para nós era uma experiência que deveria ser transferida para o hemisfério sul, como alguma coisa nova que merecesse a atenção do mundo acadêmico brasileiro. É verdade que mais ou menos pela mesma época era instalado, em 1988, na Universidade de Brasília um doutorado em ciências sociais com características semelhantes, mas em associação com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e programado para funcionar no espaço interamericano e, obviamente, com uma história própria, diferente daquela vivida por nós. Restrinjo-me, todavia, à nossa experiência pessoal – minha e de Vilmar – ocorrida em 1985, porém com preliminares históricos a que aludi linhas atrás. Voltemos a esses preliminares.

A iniciativa de Parsons para organizar o *Social Relations* teve como primeira consequência a assimilação num único departamento dos seus congêneres de sociologia e de psicologia – que eu me recorde, já que estou me valendo exclusivamente de minha memória – e de antropologia social, ainda que este último continuasse a ter duas entradas: uma no Departamento de Antropologia propriamente dito (constituído pelas diferentes disciplinas antropológicas, como a Antropologia Biológica, a Arqueologia, a Etnologia e a Antropologia Social), outra no Departamento de Relações Sociais, onde apenas a Antropologia Social estaria integrada. Claro que isso gerava duas possibilidades de doutoramento em Antropologia Social, ou entrando o aluno pelo *Social Relations* (onde as disciplinas principais seriam, ao lado da antropologia social, a sociologia, a psicologia social e a estatística); ou, entrando via Departamento de Antropologia, onde o aluno deveria cursar as

disciplinas constituintes desse departamento que, aliás, estava instalado no Peabody Museum. Harvard formava, assim, dois tipos de antropólogo social. Naquele ano de 1970 tivemos então a possibilidade de longas conversas sobre o ensino e a pesquisa integrados num único horizonte interdisciplinar. O que nos parecia bastante longínquo de realização, surpreendentemente – ao menos para mim – viu-se prestes a ser efetivado, quando me transferei da Universidade de Brasília para a Unicamp em princípio de 1985, a convite do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, dirigido pelo sociólogo André Vilalobos, certamente por indicação da colega Mariza Corrêa. Na época, Mariza dirigia um Projeto sobre a história da antropologia brasileira e, ao que imagino, queria ter bem ao alcance de uma entrevista alguém que fosse “uma testemunha ocular e auditiva” da história da nossa disciplina (estratégia de que ela se valia para me estimular a falar), ao menos a partir de 1955; precisamente o ano em que eu iniciava meu itinerário profissional e a ABA era criada.

Se como testemunha da história da disciplina em seu meio século de existência eu prontamente aceitei assumir, verifico hoje que também posso testemunhar as condições de origem do nosso doutorado interdisciplinar em Ciências Sociais, criado tão logo eu fui contratado pela Unicamp! Reencontrei-me assim com Vilmar depois de longos anos de episódicos contatos, socialmente ou em congressos, de forma a que em 1985, ao iniciar minhas atividades na Unicamp, deparei-me com um projeto já pronto para ser institucionalizado no IFCH: seria aquele mesmo projeto que, em linhas gerais, havíamos tanto discutido em Cambridge, Massachusetts? Se não era o mesmo, dele não estava muito distante ainda que já fosse uma versão bem mais elaborada por Vilmar! Logo me incorporei entusiasmado com a possibilidade de o realizarmos no nosso próprio Instituto. Não creio ser importante descrevê-lo *in extenso* nesta pequena lembrança que escolhi fazer nesta oportunidade. Mas cabe mencionar o papel que a antropologia desempenhou durante o período em que eu a ele estive ligado, pelo menos durante uma boa década, de 1985 a 1996: aposentado em 1990 e Professor Emérito alguns anos depois, não obstante continuei a trabalhar na Unicamp enquanto morei em São Paulo, apesar de que até hoje, embora residindo em Brasília, ainda me acho a ele vinculado sentimental e academicamente. Organizado

o programa doutoral em “áreas temáticas”, algo realmente novo quando comparado com a experiência do *Social Relations*, mas mantendo a interdisciplinaridade em cada área, coube a mim organizar juntamente com alguns colegas, como Mariza Corrêa, Guilherme Ruben e Suely Kofes, entre outros, a área temática “Itinerários Intelectuais e Etnografia do Saber”, que passaria a funcionar juntamente com mais três outras áreas voltadas a diferentes temas. E se me reporto àquela área coordenada por mim é mais para ilustrar aos colegas de outras universidades o que foi – em amplas pinceladas – o quadro do novo doutorado interdisciplinar da Unicamp. Caberia a essa área – ainda que composto o seu corpo docente majoritariamente (mas não exclusivamente) por antropólogos – tentar reconstruir a trajetória de intelectuais, acadêmicos ou não, a par de descrever etnograficamente o campo de saber (fosse ele acadêmico ou não) visualizável pela investigação empírica. Em realidade era uma experiência tipicamente etnológica estendível para outras perspectivas das ciências sociais, tal como – valha o exemplo –, a de “clássicos modernos”, como um Erving Goffman, teria logrado realizar em sua obra sociológica. Mais importante do que o corpo docente, sempre nos pareceu – a todos nós – que era o contingente variado de estudantes, provenientes de diferentes áreas, como a lingüística, a comunicação, a história, o direito, a arte e a própria antropologia social, entre outras possibilidades abertas por um doutoramento de novo perfil. As disciplinas originais do amplo corpo docente do programa de doutorado eram a sociologia, a ciência política, a demografia – então sob a liderança da colega e amiga Elza Berquó – e a própria antropologia social. Com elas formávamos o tronco comum do doutorado, expresso numa disciplina devotada à discussão dos paradigmas das disciplinas classificadas como ciências sociais. Coube a mim, por quatro anos, ministrar essa disciplina.

Outros colegas, certamente com uma informação mais atualizada sobre a experiência desse novo doutorado, bem que poderiam oferecer sua perspectiva, o que redundaria numa boa oportunidade para uma mais correta avaliação do que me pareceu ser uma tentativa de modernização do ensino avançado de ciências sociais e das pesquisas que lhe são correlatas. Digo isso por que as considerações por mim feitas estão limitadas aos primeiros anos desse

doutorado, já que a partir do segundo semestre de 1996, com o meu retorno à UnB, minha colaboração com o Departamento de Antropologia da Unicamp começou a ficar cada vez mais espaçado. Não pude acompanhar de perto as vicissitudes pelas quais o nosso doutorado em ciências sociais começaria a sofrer, desde o crescente movimento de criação dos doutorados especificamente disciplinares no âmbito do IFCH, como os doutorados em antropologia e em sociologia. Com esses novos cursos de doutoramento, o de ciências sociais, interdisciplinar, parece ter perdido todo aquele encantamento dos primeiros tempos que tanto atraiu a nós professores e ao corpo discente. Quais as razões disto? Não penso responder com a objetividade de alguém que tenha vivido esse período crítico por que passou o nosso doutorado interdisciplinar. Formularei apenas, à guisa de conclusão destas considerações, umas poucas hipóteses. Em primeiro lugar e tomando por referência a experiência norte-americana, o programa de doutorado não conseguiria romper aquilo que venho chamando de “atavismo” disciplinar... Tal como no *Social Relations* que, posteriormente à aposentadoria e ao falecimento de Parsons, foram recriados os departamentos de sociologia, de psicologia social entre outros, emagrecendo com isso o antigo e pioneiro projeto parsoniano, na Unicamp começaram a ser criados os doutorados disciplinares, em que pese continuar sobrevivendo o doutorado em ciências sociais interdisciplinar. Se o atavismo disciplinar bem caracterizou a primeira hipótese, já a segunda hipótese prende-se ao caráter intervencionista de políticas públicas educacionais, tal como a executada pela CAPES no âmbito da pós-graduação brasileira. Refiro-me brevemente, pois é algo conhecido por todos nós, o sistema de pontuação na classificação dos programas de doutorado e de mestrado e suas respectivas comissões de avaliação. Até agora, é justo mencionar, o modelo de interdisciplinaridade atualizado por nosso doutorado interdisciplinar em ciências sociais (tanto quanto o seu congênere da UnB, realizado em seu Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas/CEPPAC), jamais encontrou a receptividade necessária de modo a distingui-lo dos programas de pós-graduação em ciências sociais, nos quais o que predomina é a multi-disciplinaridade e não a inter-disciplinaridade. Se a primeira opera como uma simples associação de disciplinas,

organizadas num único espaço de caráter residual, posto que faltaria aos respectivos corpos docentes a massa crítica indispensável ao seu pleno funcionamento, a segunda atua no interior de um espaço marcado por uma tensão epistêmica, onde as diferentes disciplinas convivem em diálogo permanente, procurando trabalhar as interfaces dessas mesmas disciplinas de maneira a estimular o que cada uma delas pode oferecer à construção teórica do próprio objeto de investigação. Para mim esta última alternativa significava – e ainda significa – trabalhar verdadeiramente em pesquisas de ponta, seja aqui, seja nos mais competentes e afamados centros de pesquisa e ensino. Tal interdisciplinaridade talvez seja a única contribuição que as ciências rígidas ou *hard sciences* podem oferecer às ciências humanas, posto que não é segredo para ninguém que elas já atingiram um tal grau de cooperação interdisciplinar que se torna muito difícil admitir que a interdisciplinaridade decorrente não prevaleça na esfera da pesquisa e do ensino avançado.

Gostaria, finalmente, que essas minhas considerações pudessem servir mais como tema de discussão do que como resposta às dificuldades que no Brasil ou no exterior temos observado na institucionalização de um bom programa de pós-graduação interdisciplinar em ciências sociais. E num programa desse teor estou convicto de que a nossa antropologia, que nesse momento estamos evocando junto aos festejos dos 50 anos da ABA, jamais poderia estar ausente.

# **A ATUAÇÃO DA ABA DIANTE DAS DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS**

Gilberto Velho (MN)

Sílvia Coelho dos Santos (UFSC)

João Pacheco de Oliveira Filho (MN)

Ruben George Oliven (UFRGS)



## **A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA E SEUS DESAFIOS**

---

Gilberto Velho  
Museu Nacional/UFRI, RJ  
Presidente da ABA – gestão 1982/1984

A ABA apresenta uma dupla face que, se não é exclusividade sua, sinaliza características próprias marcantes. Trata-se de uma associação complexa que atua dentro de uma sociedade complexa com múltiplos domínios, questões e desafios. Como sociedade científica está voltada para a temática de produção e transmissão de conhecimento. A preocupação com padrões sérios de pesquisa e com a qualidade do ensino e trabalhos produzidos pelos antropólogos constitui-se em princípio básico para o seu desempenho enquanto associação. Dentro desse quadro tem um papel fundamental de estimular e promover as relações entre diferentes grupos, centros e indivíduos. Tanto suas reuniões bianuais, como seminários, encontros e reuniões, fortalecem as possibilidades de diálogo e troca de experiências. Assim, faz parte do universo mais amplo de sociedades científicas que precisa, constantemente, interagir com as várias instâncias do poder público, particularmente com as agências do governo federal, como CNPQ, FINEP e CAPES.

Além das sociedades mais próximas tematicamente, como a ANPOCS, há muitos anos a ABA tem tido uma intensa interação com a SBPC e, mais recentemente, novas possibilidades se abrem através de participação e iniciativas com a Academia Brasileira de Ciências. Essa face é fundamental para garantir um espaço necessário para o desenvolvimento da atividade científica e, especialmente, da pesquisa básica diante de pressões utilitaristas providas, principalmente, de políticos e tecnocratas. Trata-se de uma luta difícil e incessante para garantir a qualidade da produção e formação da

nossa área voltada para a necessidade de reconhecimento de suas especificidades e características. É um esforço permanente contra a burocratização e a tentativa de imposição de modelos homogêneos e empobrecedores da diversidade das áreas de conhecimento.

Por outro lado, a ABA, por sua própria natureza, tem uma relação especial com os universos sócio-culturais pesquisados pelos antropólogos. A sua atuação tem se caracterizado pela valorização da pluralidade e na defesa dos direitos das mais diversas minorias. Embora, variando bastante no seu estilo e modo de atuar, grande parte dos antropólogos estabelece uma relação de diálogo e de solidariedade com os grupos e categorias investigados. A preocupação com a ética no trabalho de campo e na divulgação de resultados têm, recentemente, ocupado espaço maior na agenda da Associação. Embora, a questão indígena seja a mais notória, podem ser citados também como objeto de preocupação e atuação os afro-brasileiros, a temática de gênero em geral, as condições das mulheres e do mundo gay. Outras minorias étnicas, como sabemos, tem sido investigadas em diferentes momentos da antropologia no Brasil. A problemática do desvio e da transgressão certamente ampliou esse espectro, como nos temas da doença mental, do uso de drogas, da criminalidade, etc. Há que enfatizar também o trabalho desenvolvido junto a grupos oprimidos de diversos tipos e circunstâncias, como camponeses, trabalhadores rurais, sem-terra, operários, entre outros.

Embora não esgote toda problemática da ABA, essas vertentes expressam dimensões muito significativas de sua atuação. Há que sublinhar o projeto de compatibilizar a qualidade da pesquisa científica com uma relação respeitosa e não paternalista com os universos investigados. Essa tarefa não é óbvia nem simples. Já sabemos que, em alguns casos, preocupações éticas e mesmo políticas podem se sobrepor às prioridades acadêmicas. Nem sempre é possível conciliar harmoniosamente essas duas dimensões. A preocupação em não ser paternalista, por outro lado, não pode apagar o fato dos antropólogos, em boa parte dos casos, terem mais acesso e possibilidades de atuar junto aos centros de poder do que a maioria dos segmentos pesquisados.

Mais recentemente, no entanto, vários desses grupos e setores sociais têm se organizado em movimentos mais ou menos aguerridos

e bastante politizados. Apresentam, inevitavelmente, uma retórica vigorosa e uma postura de confronto com o *establishment*. Os exemplos são muitos que incluem, entre outros, indígenas, afro-descendentes, sem-terra, movimentos feminista e gay, e assim por diante. A própria *observação participante* recoloca os termos da relação entre pesquisador e pesquisados, gerando situações nem sempre fáceis de serem encaminhadas. Jamais teremos uma receita que possa facilitar eventuais tensões e dificuldades. Mas já sabemos que, por mais solidário que o antropólogo possa ser em relação aos grupos que investiga, a sua atividade científica e postura intelectual implicam não neutralidade, mas em certa capacidade de distanciamento crítico em relação a todos os atores envolvidos no processo social. Assim sendo, o respeito que sempre se deve ter ao lidar com indivíduos, grupos e movimentos não deve levar a uma incorporação acrítica de suas retóricas inevitavelmente maniqueístas e, frequentemente, dogmáticas. O famoso artigo de Howard S. Becker “De que lado estamos?”<sup>25</sup> chama atenção para o problema da *hierarquia de credibilidade*, salientando a necessidade de dar particular atenção e voz para setores menos poderosos de uma sociedade. Isso não significa, no entanto, que o cientista social deva abrir mão de padrões básicos de objetividade que lhe permitam um trabalho científico relevante.

---

<sup>25</sup> BECKER, Howard S. “De que lado estamos?”, *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.



# A ATUAÇÃO DA ABA DIANTE DAS DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS: A IMPORTÂNCIA DA REUNIÃO DE 1974

---

Sílvio Coelho dos Santos  
UFSC, SC

Presidente da ABA – gestão 1992-1994

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA), fundada em 1955 durante a realização da IIa Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), que se realizou em Salvador, teve suas reuniões periódicas interrompidas devido às restrições e violências cometidas pelo regime militar em relação a comunidade acadêmica como um todo. Durante a realização do *Simpósio sobre a Biota Amazônica*, em Belém, em 1966, uns poucos antropólogos reuniram-se e elegeram o Professor Manuel Diegues Jr, ausente ao encontro, como Presidente. Foram eleitos também Arion Rodrigues para as funções de Secretário e Roberto Da Matta, como Tesoureiro. Esta reunião praticamente encerrou as atividades da ABA durante um período de oito anos<sup>26</sup>.

## I.

A reabertura da ABA ocorreu em 1974, numa memorável reunião que aconteceu na Universidade Federal de Santa Catarina, graças à iniciativa de um pequeno grupo de jovens antropólogos, sob

---

<sup>26</sup> Texto baseado nas intervenções feitas durante às reuniões da *COMEMORAÇÃO 50 ANOS DA ABA*” dias 1 e 2 de junho, Unicamp, Campinas, SP, e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dia 17 de junho de 2005. Ver: CORRÊA, Mariza. *As Reuniões Brasileiras de Antropologia: cinquenta anos (1953-2003)*. Campinas: Editora da Unicamp/Brasília (DF): ABA, 2003.

minha liderança<sup>27</sup>. Para se compreender o contexto que motivou a realização desse encontro, entendo ser significativo destacar alguns eventos. Entendo também que essa contextualização permitirá a compreensão das crescentes demandas sociais e políticas que passaram a exigir da ABA posições cada vez mais claras e objetivas. Refiro-me, primeiro, ao “Parecer Sucupira”, de 1965, que orientou a reforma universitária e a conseqüente implantação dos cursos de pós-graduação, conforme conhecemos hoje. A reforma, entre outras alterações, garantiu a expansão da área de Antropologia pela implantação de cursos de pós-graduação e pelo incremento dos cursos de graduação, em particular os de Ciências Sociais. Isto explica a presença de um número significativo de pós-graduandos e de jovens professores na reunião de Florianópolis, pressionando por mudanças na organização da Associação.

Na Universidade Federal de Santa Catarina a reforma universitária foi implantada em 1970, provocando alterações significativas na área de Antropologia. O Instituto de Antropologia, que havia sido criado por iniciativa do catedrático Oswaldo Rodrigues Cabral, foi transformado em Museu de Antropologia. O corpo de pesquisadores do Instituto, integrado por diferentes especialistas, teve que assumir funções docentes para atender a inclusão de diferentes disciplinas de Antropologia nas áreas básicas e nos cursos profissionalizantes. Simultaneamente, a cátedra foi extinta e todos os docentes foram lotados num novo Departamento, o Departamento de Sociologia.

Esta nova situação levou o Professor Oswaldo Rodrigues Cabral a se afastar da direção do Instituto, agora Museu, de Antropologia, que, diga-se, era uma função dativa. Ao mesmo tempo, Cabral distanciou-se das atividades docentes. Seus auxiliares, professores e pesquisadores, mantiveram-se coesos em torno dos projetos de pesquisa, de doutoramento e de especialização que estavam cumprindo, e assumiram a contragosto as novas cargas docentes que lhes estavam sendo atribuídas. O mestre Cabral permaneceu retirado em sua casa, afastado do dia-a-dia da universidade até sua

---

<sup>27</sup> Participaram da Comissão Organizadora da IXa Reunião da ABA os professores Sílvio Coelho dos Santos, Anamaria Beck, Alroino Baltazar Eble, Luiz Carlos Halfpap, Gersa Duarte, Maria José Reis e Neusa Maria Bloemer.

aposentadoria compulsória, escrevendo livros em particular sob a perspectiva histórica. Nesse contexto, onde era constante a tensão nas relações entre os jovens professores de Antropologia e seus colegas da área de Sociologia, foi necessário ampliar os contatos externos visando a valorização e o reconhecimento da competência do grupo e, ao mesmo tempo, assegurar uma relativa independência no âmbito do Departamento. A divulgação sistemática das atividades de pesquisa; a realização de cursos de extensão proferidos por professores de universidades do país ou do exterior; a dinamização de um sistema de estágios para alunos recém-graduados com vistas ao seu encaminhamento para realizarem cursos de pós-graduação; a manutenção da Revista “Anais do Museu Universitário”, que havia sido criada por Oswaldo Cabral para divulgar as atividades do Instituto; e a ampliação dos contatos com universidades estrangeiras tornaram-se os pontos cruciais desse processo de afirmação da área de Antropologia no espaço do então “Museu de Antropologia” e, por extensão, no Departamento de Sociologia.

Em 1972, eu defendi minha tese de doutorado na Universidade de São Paulo. À época, a colega Anamaria Beck encaminhava também seu doutoramento em arqueologia, que foi concluído em 1974. Outros membros do grupo freqüentavam cursos de mestrado, em complemento aos cursos de especialização que haviam realizado. O potencial da equipe, tanto na área docente, como de pesquisa, tinha sido preservado.

De outra parte, as publicações asseguravam a circulação da produção dos jovens antropólogos integrantes do Museu de Antropologia. Em 1970, por exemplo, eu havia publicado o livro *A Integração do Índio na Sociedade Regional – a função dos postos indígenas em Santa Catarina* (Imprensa Universitária, UFSC), como uma das etapas do doutorado na USP. Em função da circulação desse livro no exterior, recebi um convite para participar, em 1971, da *Reunião de Barbados*, realizada sob o patrocínio da Universidade de Berna (Suíça) e do Conselho Mundial de Igrejas, tendo como foco a violência das relações entre índios e brancos na América Latina. O documento final dessa reunião exortou os antropólogos a exercerem suas responsabilidades em relação às minorias indígenas, ao mesmo tempo em que expressou severas críticas às políticas governamentais e aos

papéis assumidos pela Igreja em relação à dominação colonial dos índios. Essa experiência permitiu a ampliação do meu comprometimento e de outros colegas brasileiros com as minorias indígenas do país, que estavam sendo vilipendiadas pelos projetos desenvolvimentistas impostos pelos governos militares.

Também relacionada à *Reunião de Barbados*, é de se considerar o *Encontro* ocorrido em Assunção, Paraguai, promovido pela Igreja Católica e tendo como foco o Concílio Vaticano II. As críticas expressas no *Documento de Barbados*, determinou a revisão das práticas de conversão e de relacionamento da Igreja com os povos indígenas, abrindo perspectivas para o surgimento de organizações como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que foi criado ainda em 1972, embora as suas ações começassem efetivamente em 1973.

Destaque-se, ainda, que, em 1971, aconteceu na Universidade de São Paulo, o *Encontro Internacional de Estudos Brasileiros* e o *I Seminário de Estudos Brasileiros* organizado, entre outros, pelos Professores João Baptista Borges Pereira e Egon Schaden. Para essa oportunidade foi programada a realização da “8ª Reunião Brasileira de Antropologia”. A reunião chegou a contar com a apresentação de alguns trabalhos por uns poucos sócios da ABA que lá estavam, porém, não houve condições de se eleger uma nova diretoria. A seqüência numérica das reuniões da ABA, registra, entretanto, esse encontro pouco formal como a 8ª Reunião. O fato relevante a considerar foi que tanto nos eventos oficiais, como nessa pequena reunião da ABA, participaram diversos estudantes e jovens antropólogos.

Na luta permanente para a afirmação da Antropologia na Universidade Federal de Santa Catarina, em 1972, foi realizada em Florianópolis o “Primeiro Encontro de Professores de Antropologia do Sul”. Esse evento tomou como referência as reuniões que vinham sendo efetivadas pelo Professor Pe. Pedro Ignácio Schmitz, titular de Antropologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com os professores que trabalhavam no interior daquele estado. Esse encontro permitiu não só uma discussão sobre questões relacionadas ao ensino, como também possibilitou uma avaliação das pesquisas que estavam em andamento<sup>28</sup>. Resultou desse evento um forte

---

<sup>28</sup> Ver: *Anais do Museu de Antropologia*, Ano V, n.5. Florianópolis, Imprensa Universitária, UFSC, 1972.

compromisso dos participantes com o destino das populações indígenas; com a preservação de sítios arqueológicos, na Região Sul; e com a implantação de um programa de pós-graduação para atender aos estudantes da região.

## II.

A realização da 9ª Reunião da ABA em Florianópolis, em 1974, contou com a participação de 28 sócios e 179 não-sócios, e teve como agenda a realização de três mesas redondas, que focalizaram os seguintes temas: “Ensino e pesquisa em Antropologia no Brasil”; “A Antropologia em ação: o problema das minorias”; e “Contribuição da Antropologia ao processo de desenvolvimento brasileiro”<sup>29</sup>.

A adesão de jovens antropólogos, de estudantes de pós-graduação e de outros interessados ao Encontro surpreendeu sobremaneira aos sócios efetivos. Em verdade, o pequeno grupo que organizara o evento e a maioria dos não-sócios que foram previamente contatados e convidados imaginavam que haveria uma Assembléia Geral para definir os novos rumos da Associação, oportunidade em que seriam eleitos uma nova Diretoria e um novo Conselho. Isto, porém, não aconteceu. Embora sem ter havido eleições por um período de oito anos, a Diretoria e o Conselho consideraram que prevalecia o Estatuto pelo qual era o Conselho que indicava a nova Diretoria e preenchia as vagas abertas nesse colegiado. Foi assim eleito para a Presidência da ABA o respeitado Professor Thales de Azevedo, da Universidade Federal da Bahia. Yonne Leite e Wagner Neves da Rocha foram eleitos Secretário e Tesoureiro, respectivamente. Salvador foi indicada para sediar a 10ª Reunião.

Finalmente, a ata final dessa reunião, registrou que o Professor Roberto Cardoso de Oliveira sugeriu que fosse proposto à nova Diretoria a efetivação de alterações no Estatuto da organização visando adaptá-lo à “situação atual, por exemplo para tornar mais rápido o processo de aprovação de propostas de admissão de novos membros (...)”, o que foi aprovado pelos conselheiros e pela diretoria.

Foi assim que a reunião realizada na Bahia, em 1976, sob a

---

<sup>29</sup> Ver: *Anais do Museu de Antropologia*, Ano VII, n.7. Florianópolis, Imprensa Universitária, UFSC, 1974.

presidência do Professor Thales de Azevedo, registrou a aprovação de um número expressivo de novos sócios, e as temáticas relativas às questões sociais e políticas, especialmente àquelas pertinentes às populações indígenas, tiveram seus espaços bastante ampliados.

### III.

Certamente, a efetivação da 9ª Reunião da ABA em Florianópolis, contribuiu decisivamente para a afirmação da área de Antropologia no cenário da UFSC. Em 1976, o Curso de Especialização em Ciências Sociais, com áreas de concentração em Antropologia Social e Sociologia Política, foi implantado. Em 1978, esse Curso foi transformado em Mestrado. Outras conseqüências, entretanto, também ocorreram em função da reunião de Florianópolis.

Ainda em 1976, realizou-se na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul o seminário *O Índio Brasileiro: um Sobrevivente?*, que motivou a criação da Associação Nacional de Apoio ao Índio. A mesma época, organizava-se em São Paulo a Pró-Índio, entidade que logo assumiu a liderança na defesa dos direitos dos povos indígenas. À frente dessas organizações e de suas afiliadas sempre estiveram jovens antropólogos.

Na PUC- SP, em 1978, numa seqüência do processo de reorganização da ABA, de filiação de novos sócios e do surgimento de entidades de apoio às populações indígenas, realizou-se um *Ato Público contra a Proposta Governamental de Emancipação Unilateral dos Índios*. Desse "Ato", participaram antropólogos sócios da ABA lado a lado de lideranças indígenas e de representantes de entidades da sociedade civil organizada, manifestando sua contrariedade à pretensão do governo.

Foi em Brasília, entretanto, quando esse nefasto projeto governamental de emancipação unilateral foi submetido a uma discussão pública com representantes das organizações de apoio, da OAB e de outras entidades, que sócios e membros da diretoria da ABA lideraram o processo de recusa da proposta.

Entendo que foi nesse momento que a ABA se projetou em definitivo como entidade preocupada com as demandas sociais e políticas, negando apoio ao intento de burocraticamente o governo

militar eliminar a proteção do estado a um número ponderável de grupos indígenas.

As reuniões da ABA que se sucederam parecem-me que comprovam esta interpretação. A Comissão de Assuntos Indígenas foi criada em 1980, na gestão da Professora Eunice Durham, e o Boletim da ABA começou a circular de forma sistemática em 1986, quando a Professora Manuela Carneiro da Cunha exercia a Presidência.

Concluo citando o editorial do primeiro boletim, aliás, já referido pelo Professor Roberto Cardoso de Oliveira, na conferência que realizou no Rio de Janeiro, em 2003 (*Cinco décadas de reuniões e a consolidação do campo antropológico*, publicada no **Anuário Antropológico** 2002/2003, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004):

“A ABA tem crescido muito interna e externamente. Externamente tem sido levada cada vez mais a intervir, pronunciando-se sobre políticas públicas. Tem sido procurada para indicar possíveis assessores para diversos projetos. Tem ganho assim legitimidade política que é resultado de gestões conscientes da responsabilidade social desta Associação”.



# UMA ABA INDIGENISTA? NOTAS PARA UMA EXPERIÊNCIA SINGULAR DO FAZER ANTROPOLÓGICO

---

João Pacheco de Oliveira  
Museu Nacional/UFRJ, RJ  
Presidente da ABA – gestão 1994/1996

Existe uma espécie de *saber* implícito que viesse a nortear e dar unidade às atuações práticas da ABA na cena indigenista? As intervenções da ABA em resposta às demandas do campo indigenista configuram uma experiência singular e valiosa, da qual teriam sido especialmente depositários os ex-presidentes da entidade, assim como membros e coordenadores da Comissão de Assuntos Indígenas em gestões precedentes?

Os comentários que farei aqui foram inspirados justamente nessas perguntas, tomando a mim mesmo como um informante, um nativo imerso nessa teia de relações e na produção de significados. Um nativo, porém, que não individualiza sua própria experiência nem pretende se circuncrever ao relato singular (o que seria um exemplo de *memorialismo*), nem tenta fazer uma *história* das relações entre a ABA e as demandas do campo indigenista (o que é impossível dentro da limitação de tempo estabelecida). Não é um exercício de etnografia, correspondendo a uma *teoria nativa*, procurando avançar uma interpretação que no máximo dê conta de um conjunto extenso de acontecimentos, memórias e opiniões suas e, possivelmente, de muitos de seus pares.

Qual poderia ser a natureza dessa experiência? Afinal, o que haveria de comum entre Roberto Cardoso de Oliveira (presidente de 1984 a 1986), Manuela Carneiro da Cunha (1988-1990), Roque de Barros Laraia (1990-1992), Sílvio Coelho dos Santos (1992-1994) e

eu mesmo (1994-1996), que pudesse levar a intervenções semelhantes no campo indigenista? Roberto Cardoso, é claro, deveria ser focalizado à parte, por ser um dos fundadores da entidade e ter sido, em décadas diferentes, inclusive professor dos demais (com exceção de Manuela). Mesmo assim uma simples comparação apontaria *situações etnográficas* bastante contrastantes entre os demais.

Como antropólogos Manuela, Roque, Sílvio e eu teríamos feito nossa formação profissional lidando com povos e culturas fortemente diferenciadas em termos de língua, meio ambiente e história, além de localizadas em diferentes regiões do país. Toda a atuação como docentes se fazia igualmente em universidades bastante distintas (UNICAMP, USP, UNB, UFSC e MN/UFRJ), não havendo também uma forte convergência teórica nos trabalhos escritos. De onde viria então essa experiência comum, que engendraria ações análogas e uma gramaticalidade implícita?

Apesar de toda essa evidente diversidade quanto mais refletia sobre as intervenções políticas da ABA mais me convencia de que elas independiam das diferenças individuais entre antropólogos e que remetiam todas a um mesmo *estilo de ação política*, cuja compreensão exigiria um duplo movimento.

Em primeiro lugar é preciso indagar sobre a existência de princípios mais gerais de orientação daqueles que fazem antropologia indígena inseridos em instituições brasileiras. Nessa direção é útil reportar-se aos temas e problemas focalizados ainda nas primeiras reuniões da ABA, à ênfase dada ao estudo dos fenômenos relacionados ao contato interétnico e a mudança sociocultural, bem como a preocupação quanto ao destino dessas populações. Algumas manifestações realizadas em tais contextos deixavam claro que aqueles antropólogos tinham um compromisso científico e ético. Ou seja, que se propunham a operar com os padrões mais elevados de rigor e relevância da disciplina que professavam, mas que se consideravam igualmente comprometidos com a continuidade e bem estar dos povos indígenas (o que por sua vez implicava em aceitar a necessidade de intervenções sobre o campo político, gerando uma agenda paralela). Personagens como Darcy Ribeiro, Roberto Cardoso de Oliveira e Eduardo Galvão, que assumiram papéis importantes nessa coletividade recém formada (a ABA), formulavam isso em

comunicações, artigos e livros que vieram a produzir naquele período.

É dentro de tais parâmetros que tem ocorrido a atuação da ABA, tanto naquele contexto quanto em sua retomada de atividades (1974) e, sobretudo, da década de 1980 até hoje (2005), naturalmente adaptando-se a mutabilidade de conjunturas políticas. Nesse sentido é fundamental ressaltar que diferenças de escolas ou paradigmas analíticos não resultaram em ações divergentes ou contraditórias. Ao inverso, a impressão é de que os diferentes presidentes da ABA, colocados diante de mesmas questões e em contextos semelhantes, reagiriam de modo muito aproximado.

Em que reside essa unidade de ação colocada em prática pela ABA? A ABA não pode jamais assumir posturas partidárias ou vinculadas a blocos de poder. Ao invés de usar sua autoridade científica para legitimar ou deslegitimar políticas, ações ou agentes da administração pública, cabe a ABA em seus pronunciamentos contribuir para uma compreensão mais aprofundada desses fenômenos, dos quais busca produzir uma análise crítica, baseada em dados e interpretações decorrentes de estudos e pesquisas reconhecidos como exemplares pelos antropólogos que se ocupam da temática indígena.

Como não é uma equipe ou instituto de pesquisa, a ABA depende da prévia existência de uma massa crítica de conhecimentos disponíveis e aceita sem maiores reservas entre os seus associados. Nesse sentido, os posicionamentos da entidade nunca corresponderam – e dificilmente poderiam vir a corresponder mesmo num futuro próximo – a um permanente e eficaz monitoramento da atuação governamental. Limita-se a ABA a intervir pontualmente, em ocasiões que sua palavra possa pretender ter um caráter de exemplaridade, proporcionando importantes subsídios tanto para a opinião pública quanto para setores governamentais.

Em situações avaliadas como de gravidade extrema a entidade pode também vir a manifestar-se ainda que não disponha de uma massa tão significativa de dados. Trata-se de casos excepcionais, cuja urgência e magnitude justificam uma tomada de posição a partir das opiniões e recomendações formuladas pelos antropólogos nos debates de que participam. Mesmo que não seja possível descrever com o desejável rigor (resultante do delineamento e execução de uma

pesquisa específica) os impactos sociais decorrentes da execução de uma determinada política ou ação administrativa, para os estudiosos do assunto é possível avaliar tais fenômenos e anteciper com relativa nitidez possíveis efeitos positivos e negativos, recomendando encaminhamentos que poderiam minimizar os segundos.

Em segundo lugar, há que levar em conta a particularidade das *expectativas e demandas que provêm do campo de ação indigenista* articulado em nosso país. Mesmo quando os presidentes da ABA não procedem dessa área da antropologia não existe uma quebra de continuidade nas intervenções da entidade. É como se os outros atores situados nesse campo (indígenas, órgãos de governo, ONG's e meios de comunicação) se encarregassem de socializar o recém chegado, intervindo ativamente na conformação da linha de atuação da ABA, re-inserindo cada nova gestão dentro de obrigações e expectativas anteriormente constituídas. No período de dois anos todo presidente da ABA é levado a mergulhar, como se fora algo espontâneo, nos problemas da pesquisa com indígenas e no desafio cotidiano de posicionar-se quanto às políticas públicas desenvolvidas para esse setor da população brasileira. A Comissão de Assuntos Indígenas surgiu em resposta a intensidade e complexidade dessas demandas, como uma correia de transmissão institucional que buscava articular as potencialidades da pesquisa antropológica com as questões e apelos práticos colocados por outros atores sociais.

Localizar a atuação indigenista da ABA dentro de um *campo político*, referida a um conjunto concreto de atores sociais, interesses e estratégias, evita que se pretenda explicá-la apenas como resultado de estímulos estritamente acadêmicos, enquanto permite compreender as variações que tal intervenção virá a ter em função dos contextos históricos em que se insere. Pois apesar das unidades, observa-se também diferenças que merecem registro e exame. Alguns exemplos concretos permitem acompanhar como a ABA foi conduzida a atuar em pontos de inflexão da história dos índios e da política indigenista.

O primeiro foi no início dos anos 80, sobretudo durante as gestões de Eunice Duham e Gilberto Velho, quando dirigentes da FUNAI decidiram cercear o acesso de alguns antropólogos às áreas indígenas, como represália por sua participação em contextos de crítica à política indigenista oficial. Para assegurar a retomada

daqueles trabalhos foi necessário mobilizar as associações científicas (como a SBPC e a ANPOCS) e os organismos de fomento às atividades de ciência e tecnologia (como o CNPq e a FINEP). Evidenciou-se assim que o trabalho antropológico não poderia ser objeto de chantagens políticas, nem deveria assumir-se como uma *pesquisa tutelada*.

O segundo episódio ocorreu nos anos de 1987 e 1988, durante o processo de elaboração da nova carta constitucional, na gestão de Manuela Carneiro da Cunha. Na fase preparatória a FUNAI omitiu-se completamente do processo, deixando o terreno livre à atuação de diferentes lobbies (das mineradoras, dos militares, do bloco amazônico). Já na fase final, na sistematização dos diversos documentos, a FUNAI fez-se presente solicitando aos constituintes a não inclusão do princípio da prevalência da posse indígena sobre outras formas de domínio ou posse (estabelecida no artigo 198 da CF/1967, através da Emenda IV, de 1968). A participação da ABA, como uma instância técnica munida de autoridade científica, foi muito importante tanto para ocupar um vazio deixado na primeira fase pela ausência da agência indigenista oficial, quanto para posteriormente, apoiada em estudos realizados pelo PETI/Museu Nacional e CEDI (Listagem das Terras Indígenas, 1987) vir a apontar os equívocos da argumentação e dos dados apresentados pela FUNAI.

O terceiro foi nos anos de 1995 e 1996, durante a minha gestão, quando da elaboração do Decreto 1775, que veio a modificar em pontos cruciais toda a sistemática administrativa relativa à criação e regularização das terras indígenas. Em uma fase preliminar a ABA, como outras entidades, foi convidada pelo Ministério da Justiça e pela FUNAI, a manifestar-se sobre o assunto, tendo sido sua contribuição absolutamente decisiva para o aperfeiçoamento dos dispositivos contidos nas sucessivas minutas de decreto. Pela primeira vez foram estabelecidos prazos para o cumprimento de cada fase do processo administrativo, sendo claramente indicado que o seu fundamento deveria ser um estudo de natureza antropológica, a ser realizado por especialista para isso qualificado, permanecendo tal estudo como orientação eficiente e contínua para as fases consecutivas de todo o processo administrativo.

A proposta do Ministro da Justiça de instauração do

contraditório no interior dos procedimentos administrativos levou a que a ABA viesse a criticar duramente em notas e declarações públicas a minuta de decreto. Nessa linha de intervenção a ABA foi inclusive convidada a expor seus argumentos na própria Presidência da República. Ainda que o decreto tenha mantido os procedimentos criticados, as restrições levantadas pela ABA (assim como por forças políticas, como as ONG's e lideranças indígenas) certamente contribuíram para que a sua operacionalização não resultasse em maiores prejuízos para os povos indígenas.

O último exemplo fala de uma conjuntura contemporânea. As organizações indígenas, reunidas em um encontro ocorrido no Museu Nacional (RJ) em dezembro de 2002, antes da posse do atual governo, elaboraram um documento programático quanto ao que esperavam do Estado brasileiro, idéias que foram ratificadas e aprofundadas em muitas reuniões subseqüentes. A capacidade de escuta e compreensão dos agentes governamentais revelou-se extremamente limitada, persistindo em investir numa postura tutelar e autoritária, aberta ao clientelismo mas não à ética do diálogo interétnico. Sem abandonar os espaços políticos oficiais (como a representação no Conselho Indigenista da FUNAI, no CISI/MS e no MEC), a ABA tem apoiado essa luta dos indígenas por participação no processo decisório e reconhecimento da autonomia indígena, inclusive fazendo parte integrante do Fórum de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, articulação que reúne as principais organizações indígenas do país, e que tem tido uma posição bastante crítica quanto à política indigenista.

Enquadrar as ações da ABA em diferentes contextos da vida político-institucional brasileira das três últimas décadas (regime militar, redemocratização, redefinições quanto à extensão e finalidades da esfera pública), permite evidenciar não só a permanência de princípios de orientação, mas também a existência de diferentes formas e objetivos de intervenção social dos antropólogos.

É importante esclarecer que o comprometimento indigenista da ABA a meu juízo nada tem de similar com uma postura *ativista* (no sentido de uma atitude militante, que em suas formas de ação e finalidades estaria voltada para o universo político, jurídico ou administrativo), nem está fundamentada em um discurso ético abstrato, descolado das condições de etnografia e do próprio fazer

antropológico. Não se trata de transportar para o contexto brasileiro a ideologia liberal que embasa a sociedade norte-americana, permitindo e convivendo relativamente bem com a expressão de valores divergentes, sem que a institucionalização do protesto tenha conseqüências diretas na administração pública.

No Brasil, em muitas das tarefas essenciais do reconhecimento de direitos indígenas, os antropólogos tem um papel definido em leis e regulamentos, bem como presente nas expectativas da opinião pública e dos próprios indígenas. Se o marco legal é tão distinto daquele dos Estados Unidos, Canadá, Austrália, México e outros países da América Latina, não seria correto homogeneizar-se as formas de pensar sobre as ações nele realizadas pelos antropólogos. A forte solicitação quanto à intervenção da ABA decorre do marco jurídico-administrativo existente no país e dos espaços que virtualmente o antropólogo poderia (ou deveria) vir a ocupar dentro dele.

A atuação da ABA no campo indigenista, portanto, não está pautada em outros contextos jurídicos ou acadêmicos, mas reflete as condições reais de produção da antropologia no Brasil, estando enraizada no ato concreto de exercício da pesquisa com indígenas no país, em situações etnográficas em que o antropólogo está sempre respondendo às demandas das populações que pesquisa e colocando-se frente as pressões e projetos daqueles outros atores sociais que estão em torno dos indígenas.

Para concluir volto à questão do início. Efetivamente, as intervenções concretas da ABA no campo das ações indigenistas estão radicadas em uma *experiência original* e engendram de fato um *saber específico*, transmitido informalmente entre duas ou três gerações de antropólogos, sempre através de ações concretas, de discussão e avaliação das repercussões dessas ações, bem como da legitimação (implícita) de alguns princípios e estratégias. Nada disso, porém, ultrapassa a esfera da transmissão informal e difusa de conhecimentos, cujas fontes são dispersas, de difícil localização e ameaçadas de serem definitivamente enterradas e esquecidas em processos administrativos áridos e estanques.

Cabe notar que ainda hoje a entidade não dispõe sequer de uma listagem sobre as centenas de laudos periciais e relatórios de identificação produzidos por antropólogos no curso de processos

judiciais e administrativos de definição de terras indígenas. Tal material constituir-se-ia em peça importante não só sobre o estudo da história dos povos indígenas, mas também da antropologia que se produz no país.

É importante que a ABA estimule as investigações sobre o papel que veio a assumir enquanto intelectual coletivo e ator político, bem como favorecendo as comparações entre a história do conhecimento antropológico sobre os povos indígenas no Brasil e os processos de formação de outras antropologias. Ou seja, que aprofunde a reflexão e que faça valorizar a originalidade de sua experiência, contribuindo ativamente na produção de memórias e saberes sobre si mesma.

## A ATUAÇÃO DA ABA DIANTE DAS DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS

---

Ruben George Oliven  
UFRGS, RS

Presidente da ABA – gestão 2000/2002

Criada em 1955, a Associação Brasileira de Antropologia é uma das mais antigas sociedades científicas brasileiras. Historicamente, a ABA tem se pautado por três compromissos fundamentais: o respeito pela diversidade de posições científicas entre seus associados, a seriedade de suas atividades acadêmicas e o compromisso intransigente com populações com as quais a Associação está envolvida, por meio de pesquisas ou de intervenções sociais: sociedades indígenas, comunidades remanescentes de quilombos, diferentes minorias e grupos vulneráveis da sociedade brasileira. A ABA é, portanto, uma associação *sui generis*: ela é ao mesmo tempo científica, profissional e envolvida com causas públicas. São essas diferentes faces que compõem sua singularidade.

Enquanto associação científica, a ABA é um lugar de dissenso onde convivem diferentes formas de fazer antropologia e de interpretar dados. Isso transparece nas Reuniões Brasileiras de Antropologia e nos seminários que a Associação promove. Não há consenso nesses eventos, nem algum paradigma que seja considerado oficial. Por outro lado, enquanto associação profissional, a ABA é muito peculiar. Não sendo a profissão de antropólogo regulamentada, ser sócio efetivo da ABA significa na prática ser reconhecido pelos pares como antropólogo. A Associação tem regras claras para aceitar alguém como sócio efetivo. Ele precisa ter no mínimo a titulação de mestre em Antropologia ou uma produção científica equivalente.

A face da incidência pública da ABA é também muito singular.

Tradicionalmente, a ABA tem se envolvido com causas ligadas aos grupos que seus associados estudam. Inicialmente, estes eram os povos indígenas. À medida que os antropólogos começaram a ampliar seus objetos de estudos, o envolvimento da ABA também começou a se alargar e a incluir os remanescentes de comunidades quilombos e outros grupos em situações de vulnerabilidade.

O crescente envolvimento público da ABA implicou a criação de comissões permanentes e de grupos de trabalho que assessoram a diretoria: Comissão de Assuntos Indígenas, Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Relações Étnicas e Raciais. A ABA já teve um Grupo de Trabalho sobre Laudos Antropológicos e atualmente tem um Grupo de Trabalho sobre Quilombos.

A questão dos direitos humanos sempre esteve, portanto, presente, no horizonte de atuação da ABA. Isso tem sido sua prática não somente em períodos de repressão, mas também em situações de normalidade democrática. Durante a elaboração da atual Constituição Federal, a ABA participou ativamente junto aos parlamentares no capítulo sobre as populações indígenas. No mesmo período, ela assinou um protocolo com a Procuradoria Geral da República que em 2002 foi transformado em convênio. Através desse documento, a ABA colabora com o Ministério Público Federal na realização de laudos antropológicos periciais que permitam subsidiar e apoiar tecnicamente os trabalhos do Ministério Público Federal em questões que envolvam direitos e interesses de populações indígenas, remanescentes de quilombos, grupos étnicos e minorias. Sempre que solicitada, a ABA indica um de seus sócios especialista no grupo em questão.

De acordo com a Constituição Brasileira, cabe à Procuradoria Geral da República a defesa da ordem jurídica do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. O convênio que a ABA mantém com ela significa uma aliança com uma instituição vocacionada e qualificada para atuar na defesa de grupos que tradicionalmente estudamos e com cujos direitos estamos comprometidos. Juizes também costumam solicitar à ABA a indicação de sócios para a elaboração de laudos, o que prova que operadores do Direito consideram os membros da Associação antropólogos credenciados.

Um exemplo do crescente envolvimento da ABA com questões

públicas se refere a seu compromisso com a questão dos direitos das comunidades de remanescentes dos quilombos em Alcântara. Em 2001, a Associação indicou um de seus sócios para realizar perícia antropológica que permitisse a identificação das comunidades de remanescentes de quilombos e as suas respectivas localizações nas proximidades da área do Centro de Lançamento de Alcântara. Ao mesmo tempo, a Associação entabulou negociações com a American Anthropological Association, solicitando que esta se dirigisse ao Governo norte-americano sobre a questão da violação de direitos humanos das comunidades remanescentes de quilombo atingidas pelo Centro de Lançamento de Alcântara, tendo em vista a assinatura do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas firmado entre o Brasil e os Estados Unidos. Como conseqüência dessa carta, o Presidente da AAA enviou correspondência ao Secretário de Estado norte-americano, solicitando esclarecimentos e providências. Nesse processo foi fundamental a existência de associados com conhecimento da problemática, competência para realizar perícias antropológicas e elaborar laudos, e capacidade de articulação e contatos internacionais da ABA com associações congêneres.

Para que atuação pública da ABA seja eficiente é preciso que ela consiga dialogar com os diferentes atores com que se relaciona. No caso do campo jurídico, é necessário um diálogo entre dois saberes diferentes que devem encontrar uma sintonia que produza resultados no campo jurídico. Queremos utilizar nosso saber antropológico de tal forma que ele beneficie aqueles grupos com os quais nos sentimos comprometidos. Ao elaborar perícias relativas ao reconhecimento de terras indígenas e de afro-descendentes, os antropólogos se valem de sua experiência de trabalho de campo etnográfico. Mas, ao redigirem seus laudos, é preciso que eles se dêem conta de que um laudo não é um documento para ser lido nos meios acadêmicos, mas por juizes. Assim, é importante utilizar nosso treino em relativizar discursos para produzir documentos que permitam aos juizes formar convicções favoráveis aos grupos que queremos ajudar. Numa sociedade democrática, quem tem o poder legítimo de decidir sobre a demarcação de terras é o Judiciário.

Se a ABA tem uma intensa interface com a sociedade, isto não significa, entretanto, que sua atuação se confunde com a de

organizações não-governamentais. Ela é acima de tudo uma associação de pesquisadores e profissionais que, sendo respeitada pelo saber científico que produz, é constantemente solicitada a intervir na esfera pública. Ela atua publicamente porque se sente comprometida com os grupos que pesquisa. Sua legitimidade decorre do fato de ela ser uma associação científica que, por sua seriedade, granjeou o respeito público.

# **QUESTÕES QUE DÃO À ANTROPOLOGIA O SEU CARÁTER ATUAL**

Eunice Ribeiro Durham (USP)

Maria Manuela Carneiro da Cunha (Universidade de Chicago)

Roque de Barros Laraia (UnB)

Gustavo Lins Ribeiro (UnB)

Yonne Leite (MN)



## A RELEVÂNCIA DA ANTROPOLOGIA

---

Eunice R. Durham

USP, SP

Presidente da ABA – gestão 1980/1982

Em primeiro lugar, quero agradecer muito o convite que me foi feito e dizer da alegria que sinto por estar nesta mesa. Como sou a última a falar, quero dizer também que esta mesa foi extremamente importante. As intervenções anteriores não só foram excelentes, mas se encaminham na direção de estabelecer um certo consenso sobre os problemas da Antropologia Brasileira. Participo da mesma orientação formulada pelos demais. Por isso mesmo, não vou falar algo muito diferente.

Gostaria, entretanto, de alterar um pouco os termos do problema que estamos discutindo, o da relevância da Antropologia no mundo atual. Não pretendo refletir sobre novas metodologias, nem sobre as transformações em curso na nossa sociedade. Sendo a mais idosa desta mesa, um tema adequado para mim é o de resgatar a importância da antropologia tradicional e, especialmente, da etnografia clássica e mostrar sua relevância atual.

Vou começar contanto um caso pessoal. Há cerca de 25 anos, quando eu trabalhava no setor de Ciência Política do antigo Departamento de Ciências Sociais da USP, ocorreu comigo um episódio interessante: num dos seminários de discussão interna, que então se realizavam regularmente e seguiam uma orientação pesadamente marxista, dominada por temas como classes sociais, sindicalismo e democracia, eu, muito timidamente, levantei a questão da importância política das minorias étnicas e dos movimentos religiosos. Lembrei-me, na ocasião, a conquista do Mediterrâneo e da Península Ibérica pelo Islã, a persistência de núcleos étnicos e étnico-religiosos na Europa, como os bascos, os catalões e a Irlanda.

Lembro-me do silêncio que se seguiu e senti-me como um ET que houvesse caído na reunião departamental: isto não era, na época, considerado politicamente relevante – eram coisas de antropólogos.

Correu muita água sob a ponte depois disto: o terrorismo irlandês e basco, as guerras sangrentas na Sérvia, as lutas genocidas na África. Senti-me “legitimada pela história” e as “coisas de antropólogos” adquiriram enorme relevância para a Ciência Política e a Sociologia.

Qual a diferença entre a percepção que eu tinha naquela época e a dos meus colegas da ciência política? Certamente eles não ignoravam a imensa importância do império islâmico para a história europeia, a qual constituía sua referência básica para a análise da sociedade contemporânea. Todo mundo sabia que a conquista do norte da África e da península ibérica pelos mouros e sua subsequente reconquista pelos cristãos marcou profundamente a história, a cultura e a própria constituição da identidade nacional da Espanha e de Portugal. Além disso, a vitória francesa que barrou a expansão muçulmana para a Europa Central constitui ainda um mito fundador da França. Essa mesma expansão islâmica ocorreu na Europa Oriental, subsequente à conquista de Bizâncio e circunscreveu a Europa Central dentro de um círculo de países islâmicos que se apresentava como uma ameaça de destruição dos países de cultura cristã.

O que me diferenciava dos meus colegas, naquele momento, era um tipo de sensibilidade particular para a questão da diversidade cultural e de sua persistência na história do ocidente, sensibilidade esta que é conceber nossa cultura e a nossa história num outro contexto, mais amplo, que nos dá uma outra visão sobre nós mesmos. Para mim, este passado era ainda relevante e a antiga oposição entre mouros e cristãos, era sob nova forma, uma realidade ainda presente e importante politicamente, não podendo ser reduzida à luta de classes.

Este caso ilustra um outro ponto que quero apresentar: freqüentemente como ocorre em outras ciências, inclusive nas exatas, não podemos prever para que servirá o conhecimento antropológico e sua importância não pode ser medida pelos benefícios imediatos que ela possa produzir.

Voltarei a este ponto mais tarde. Antes, entretanto, permitam-me contar uma outra anedota pessoal que explicita de uma outra

forma esta questão da relevância.

Entre os doze e os quatorze anos eu passei por três resoluções intelectuais. A primeira foi a leitura de um livro sobre a evolução da vida em geral e da evolução humana em particular. Eu estava sendo educada dentro de uma visão católica tradicional e a leitura daquele livro alterou completamente a minha concepção de mundo. Foi uma iluminação. A segunda foi a da geometria, que tem menos relevância para o que estou discutindo aqui. Mas a terceira foi uma revolução equivalente à descoberta da evolução: consistiu na leitura de um livro de Malinowski sobre os trobriandeses. Foi a experiência daquilo que os antropólogos gostam de chamar de “a descoberta do outro”. Mas não se tratava apenas de perceber a existência de diferenças culturais.

A leitura de Malinowski revolucionou a minha visão da nossa própria sociedade, nossos costumes e nossos valores deixaram de ser naturais ou absolutos, mas apareciam como uma alternativa entre muitas outras possíveis (visão esta que Ruth Benedict expressa tão poeticamente na introdução de *Padrões de cultura*). A antropologia corresponde, na verdade, ao título de um antigo livro introdutório de Clyde Kluckhohn *Um espelho para o homem*.

Depois, quando eu dava o curso de Introdução à Antropologia para os alunos de ciências sociais, presenciei muitas vezes o mesmo fenômeno de descoberta de uma nova visão de mundo, muitos alunos daquela época se deslumbravam com a antropologia. Hoje, é verdade, o deslumbramento é menor, porque o relativismo cultural, o respeito e a valorização das minorias, passou a fazer parte da nossa ideologia dominante e os estudantes tomam contato com esta visão de mundo já no curso básico. Mas esta visão foi construída, em grande parte, pela antropologia tradicional ou clássica que produzimos no último século. O perigo que enfrentamos agora é outro: é que as questões das diferenças culturais e do relativismo se tornaram “politicamente corretas” e dogmáticas, eliminando a complexidade da questão. Creio que é tarefa da Antropologia compreender as diferenças. Mas não cabe aos antropólogos nem preservar as existentes, nem promover a diversidade (como, em recente projeto sobre a reforma universitária, o MEC preconizava como função da universidade). E quanto ao relativismo cultural creio que é comum aos participantes desta mesa, a posição de não sermos radicais – somos como Geertz, creio, anti-antirelativistas, porque uma boa dose de relativismo é um

instrumento essencial para a compreensão da diversidade cultural.

O tema central sobre o qual quero insistir é o de que o valor social e a relevância fundamentais da antropologia estão na produção de conhecimento. A antropologia de hoje, como a de ontem, é relevante porque teve e tem um profundo sentido revolucionário em termos da visão de mundo que esteve e ainda está se construindo em nossa sociedade. Este valor está no reconhecimento das diferenças que existiram antes e que são recriadas permanentemente neste mundo globalizado; e numa visão de que estas diferenças implicam uma humanidade comum. E este valor não está diretamente, relacionado à utilidade imediata que ele possa ter.

Acho importante insistir nesse ponto porque parece existir, tanto entre os antropólogos como por parte dos grupos que estudam, uma cobrança para que os seus trabalhos beneficiem, de forma imediata e direta estes grupos e categorias sociais que são objeto de nossas pesquisas (e sujeitos de sua própria história).

Esta cobrança está relacionada a uma questão que Gilberto Velho levantou. A peculiar proximidade que se estabelece entre o pesquisado e o pesquisador na pesquisa de campo que praticamos. Mas Gilberto Velho já insistiu também na sua necessidade de manter uma certa distância e uma visão crítica, cujos instrumentos são o relativismo e a visão comparativa implícita em toda pesquisa antropológica.

Convém talvez chamar atenção para o fato de que a cobrança em relação aos antropólogos, para que sejam úteis, não afeta do mesmo modo o conjunto das ciências humanas e das humanidades.

Assim, na História, os estudos sobre a inquisição, por exemplo, que se multiplicaram recentemente, não contribuem em nada para salvar suas vítimas, mas dizem muito sobre a sociedade dos séculos XVI e XVII e apontam para características preocupantes que podemos encontrar em nossa própria sociedade.

Na literatura, temos certamente obras engajadas e de denúncias das mazelas da sociedade. Mas o valor da obra de Machado de Assis, de Guimarães Rosa ou de Fernando Pessoa, por exemplo, não reside na intenção dos autores de promover uma reforma social, mas a de desvendar a alma humana com suas ambigüidades e contradições.

Ocorre-me também o maravilhoso trabalho de Pierre Monbeig intitulado *Pioneiros e plantadores de São Paulo* no qual analisa um

fenômeno de grande importância, que estava ocorrendo sob os seus olhos: o avanço da agricultura cafeeira sobre as terras virgens do Estado com a destruição da mata e da população indígena. Seu trabalho não serviu para salvar os índios nem a mata, mas contribuiu para a nossa compreensão da complexidade de fatores envolvidos naquela “marcha do progresso”, fatores estes que não desapareceram hoje em dia.

Na filosofia, a “inutilidade” é ainda mais clara. A importância de Sócrates, Platão e Aristóteles (que continuam a ser estudados até hoje) não está na luta contra a escravidão na sociedade grega. Eles não a fizeram. Sua importância reside na revolução intelectual que ajudaram a promover. Incidentalmente, como as produções literárias que citei antes, dizem muito sobre a sociedade ateniense da sua época.

Do mesmo modo que continua a ser relevante ler Platão e Aristóteles, continua a ser fundamental na antropologia ler os clássicos e, especialmente as obras etnográficas. A sua “desconstrução”, que se tornou moda hoje em dia, não pode servir para desvalorizar ou mesmo destruir sua contribuição para ampliar o nosso conhecimento para além das fronteiras da nossa cultura. Boas monografias etnográficas de “povos primitivos” constituem documentos inestimáveis de um tipo de diferença que está desaparecendo: aquela produzida por um desenvolvimento histórico autônomo em relação à civilização ocidental. É interessante que este valor de conhecimento das boas etnografias persista mesmo em trabalhos realizados sob orientações teóricas há muito desacreditadas. Assim, apesar do evolucionismo que o orienta, a monografia clássica de Pierre Junod sobre os povos bantu da África Meridional, continua a ser, até hoje, obra básica para todos aqueles envolvidos com o conhecimento de sociedades africanas e da formação de países dessa região. A leitura “desconstrutivista” pode ter méritos. Mas, ao lado dela precisamos de uma releitura “reconstrutivista” que recupere e valorize o conhecimento que esses trabalhos produziram e os caminhos teóricos que abriram.

Em todas as boas monografias constroem-se não só um conhecimento sobre a cultura e a sociedade mas, como disse Manuela Carneiro da Cunha antes de mim, um conhecimento sobre novas formas de conhecimento. Deve-se em grande parte aos antropólogos, a descoberta e valorização do tipo de conhecimento próprio dos mitos, da religião e sua atualização nos ritos, promovendo uma necessária

relativização do racionalismo positivista.

Para explicitar ainda um pouco mais o valor de conhecimento da Antropologia, gostaria de usar um conceito de Piaget, o de descentração. Analisando a evolução mental e social da criança, Piaget mostra que há uma fase crítica no desenvolvimento infantil, que se dá ao redor dos seis ou sete anos. É somente a partir desta idade que a criança ultrapassa uma visão inteiramente egocêntrica e é capaz de conceber a posição e o interesse de outros envolvidos numa interação. Manifesta-se então uma capacidade de colocar-se na posição do outro para prever o seu comportamento; é só nessa idade que ela começa a praticar esportes e jogos que envolvem diferentes parceiros. A prática da Antropologia produz essa descentração num outro nível. Note-se que Piaget, ao falar da “descentração” não está falando apenas do reconhecimento de um outro, mas da capacidade de se ver a si próprio em interação com todos os outros jogadores, em suas respectivas posições, o que não elimina a percepção e a afirmação de uma posição pessoal.

É por isso que o conhecimento antropológico sobre uma cultura outra, não é a mera reprodução do conhecimento que seus membros tem de si próprios. Ele tem uma dimensão crítica porque adota uma perspectiva múltipla dos “jogadores” e do seu entorno, o que é praticamente impossível de ser atingido tanto por aqueles que estão mergulhados na luta pela sobrevivência em situações difíceis como pelos que estão empenhados na busca de sucesso em situações de privilégio. Estes estão “centrados”. É a teoria que orienta a produção do conhecimento “descentrado”.

Era isto que Malinowski mostrava no livro *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. Os trombiandeses estão mergulhados no Kula, são apaixonados pelo Kula, conhecem seus parceiros com os quais trocam os seus braceletes e colares e conhecem os parceiros destes parceiros – mas não vêem a instituição no seu conjunto, o círculo das trocas. Isto é tão válido no tempo de Malinowski como hoje.

A crítica que faço à preocupação (que considero excessiva) dos antropólogos em procurar um retorno imediato das pesquisas para os grupos que estudam é a mesma que fiz recentemente à primeira versão do projeto de reforma do ensino superior proposta pelo MEC, que foi alterada posteriormente. Havia, em todo o projeto, uma preocupação dominante em atribuir “funções sociais” às universidades

das quais se esperava, entre outras coisas, que promovessem a diversidade cultural, contribuíssem para diminuir as desigualdades sociais e regionais, para o desenvolvimento auto-sustentável, a preservação do meio ambiente etc. Em momento nenhum se afirmava que a função social da universidade é a produção e a difusão do conhecimento. Para esclarecer a questão, eu citava um exemplo que pode ser útil para nossa discussão. Encontramos nas universidades, muitos grupos que estudam a violência, problema este da maior relevância na sociedade atual. Mostram suas diferentes formas, onde ocorre, o que acontece com os atores – “bandidos”, vítimas, policiais, familiares, vizinhos. Analisa seus efeitos mais amplos e, quando possível, suas causas. Mas não é função da universidade e nem da Antropologia caçar os bandidos, administrar as penitenciárias, socorrer as vítimas de estupro, embora os pesquisadores muitas vezes participem de ONGs com essa finalidade (como o SOS Mulher) e tenham denunciado publicamente a ocorrência de massacres nas prisões e fora dela. Mas a responsabilidade social para resolver o problema reside na ação das agências governamentais e dos cidadãos no seu conjunto.

Não se trata entretanto de afirmar que os antropólogos não possam ou mesmo não devam e não precisem se envolver e, quando necessário e possível, auxiliar os grupos que estudam. Mas esta atuação não é sua função primordial, que é estudar e conhecer. Quanto mais estudam e conhecem, quanto mais crítico seu conhecimento, mais relevante ele é. Não se espera, por exemplo, que os cientistas políticos que estudam os partidos políticos se solidarizem inteiramente com seus membros, encampem suas posições e evitem fazer críticas à nossa estrutura partidária e aos efeitos negativos que ela acoberta.

A manutenção de um distanciamento crítico. Isto nunca é fácil e frequentemente é mesmo dolorosa porque envolve a perda de ilusões: a pesquisa frequentemente mostra que informantes mentem, que fazem reivindicações impossíveis, que atrás de belos discursos há interesses menos nobres, que o próprio pesquisador é manipulado pelos grupos em conflito. Também não acreditamos mais na possibilidade de uma objetividade absoluta por parte dos pesquisadores, e nem podemos assumir um distanciamento total. Mas o conhecimento que buscamos envolve o esforço contínuo de atingir um grau maior de objetividade e um grau mínimo de distanciamento.

A passagem da “observação participante” para “participação observante” e para militância é onerosa e difícil e eu conheço muitos casos de jovens antropólogos que se estraçalharam na tentativa de fazer esta passagem. Divididos entre a lealdade e a solidariedade para com os pesquisados de um lado e, de outro, o conhecimento dos conflitos internos, das contradições e mesmo da inviabilidade dos seus projetos.

Retomemos agora a nossa questão fundamental, a de que a antropologia é um espelho para o homem, que nos revela a nós mesmos e nos altera. Isso é verdade tanto no nível pessoal quanto no coletivo.

Tomemos um exemplo do início da antropologia no Brasil: Nina Rodrigues. Sabemos todos que Nina Rodrigues procurava explicar a questão dos afro-descendentes no Brasil de uma perspectiva biológica ou racial. Neste sentido era racista, como racistas eram praticamente todos os intelectuais da sua época. Mas Nina Rodrigues era também um pesquisador que procurava entender e documentar a diversidade das origens e das línguas dos ex-escravos africanos e entender suas crenças e seus costumes. Notamos, através dos livros, como neste estudo, o autor vai assumindo uma postura muito mais compreensiva e tolerante sobre os cultos afro-brasileiros. Não encontramos nele os estereótipos sobre a “selvageria” desses cultos, tal como estavam presentes na pregação dos missionários e no discurso policial e jornalístico os quais, estranhamente, perduram até hoje em filmes e na literatura popular norte-americana em relação ao vodu e suas “nefandas práticas”. O conhecimento que ele produziu alterou a posição de Nina Rodrigues que, se não chegou a ver no negro um espelho para o branco, pelo menos enxergou a sua humanidade. A prática da antropologia é uma permanente destruição de estereótipos. Por isto mesmo, em lugar de simplesmente afirmar e denunciar o racismo da antropologia do século passado, precisamos reconhecer simultaneamente que foi o próprio desenvolvimento desta disciplina que contribuiu para destruir a pseudo legitimidade científica do racismo.

E aqui entramos no valor de conhecimento da antropologia brasileira.

Foi lembrado, nas intervenções que antecedem à minha que a antropologia feita por brasileiros sempre foi, quase que exclusivamente, uma antropologia do Brasil e que é necessário agora

ultrapassar esta limitação. Mas há aspectos positivos nesta obsessão por estudarmos nós mesmos. Até pelo menos a década de 30 do século passado, com exceção da literatura e da história, estudos sobre o Brasil precisavam ser buscados em obras de estrangeiros publicadas no exterior e raramente traduzidas para o português.

A construção de um país e a constituição de uma identidade nacional não prescindem de um conhecimento do nosso povo e da nossa sociedade. Foi nesta tarefa que estiveram empenhados os cientistas sociais (e os antropólogos entre eles) desde o final do século XIX, mas de modo muito mais intenso, sistemático e científico no período após a Segunda Guerra Mundial. Era (e é necessário) para nós conhecer o Brasil e os estrangeiros não podem realizar sozinhos esta tarefa.

Além disso, como os demais países americanos, fomos desde o começo uma sociedade multi-étnica. Os “outros”, assim, estavam no nosso próprio quintal. Desde o começo, os índios e os negros eram “outros” para os nossos intelectuais, que se espelhavam na cultura européia. Depois, os imigrantes europeus e asiáticos eram também outros. Com a urbanização e a industrialização, a população rural igualmente se tornou um “outro”, que passou a invadir e inchar as nossas cidades.

Conhecer o Brasil significou incorporar no conhecimento e também todos esses outros.

Em conclusão, quero dizer que não é tarefa dos antropólogos salvar o mundo. Cientistas sociais podem pregar a revolução, mas não a fazem. Tivemos, no Brasil, um sucesso relativo na defesa dos índios. Mas Roque Laraia acabou de nos advertir que precisamos repensar as propostas que fizemos com tanta certeza e que o rumo das sociedades indígenas não tem sido aquele que esperávamos. Somos também péssimos profetas. No caso da sociologia e da economia, basta lembrar que elas foram incapazes de prever a implosão que destruiu a antiga União Soviética, a qual desabou sobre nossas cabeças como um raio num céu no qual não víamos nuvens.

Precisamos, ao mesmo tempo assumir uma atitude mais modesta (nem salvadores, nem profetas) e uma posição mais firme em relação ao valor do conhecimento que produzimos.

E é por estas razões que não temos que assumir as críticas que nos são feitas, há já muito tempo, de um pecado original na nossa

história: o de termos sido cúmplices ou lacaios do colonialismo.

Nosso início, é verdade, está preso a uma visão evolucionista da sociedade e da cultura, parte da qual (mas apenas parte) associou as diferenças culturais a distinções raciais hereditárias. Já mostrei que foi a própria antropologia que desmontou essas noções. Desde que os antropólogos começam a se envolver com o trabalho de campo, desde o final do século XX, não me consta que haja nenhuma monografia etnográfica que possa ter sido utilizada para justificar o colonialismo. Muito pelo contrário. O que elas fazem é destruir sistematicamente as noções então correntes de que os “nativos” eram ignorantes, supersticiosos, atrasados e imorais, do que decorria a idéia da função civilizadora da conquista colonial. Também, em todas elas, encontramos menções negativas sobre os efeitos da dominação colonial sobre a cultura e o próprio bem estar material dos povos submetidos, desconstruindo o mito do fardo do homem branco.

Além de injusta, a acusação é absurda. O colonialismo é fruto da expansão capitalista e não da Antropologia. É superestimar demais a nossa influência supor que pudéssemos ter tido este papel.

Se a antropologia, ela própria, não faz revoluções, revoluções não são feitas sem uma visão de mundo, seja ela a do cristianismo, do islamismo ou, mais recentemente, do marxismo. No mundo de hoje, a investigação científica é indispensável para esta tarefa menos marcada por verdades absolutas, mais multifacetada e mais complexa. Nossa importância tem sido a nossa contribuição para uma nova concepção.

O grande papel dos intelectuais em geral e dos antropólogos em particular é influir no debate sobre idéias e políticas. Em grande parte consiste em introduzir novas questões e questionar posições formadas e quanto mais sólido nosso conhecimento, mais relevantes somos. É em função do nosso conhecimento que somos chamados para opinar sobre questões candentes como as relações inter-étnicas, o preconceito racial e a desigualdade social. Temos colaborado para uma compreensão mais ampla de nós mesmos e em função dela, temos apontado os efeitos perversos ou a inoperância de políticas públicas e aberto alternativas para propostas diferentes. Frequentemente somos ouvidos e até mesmo respeitados. Não é pouco.

# UM EXEMPLO: CONHECIMENTO TRADICIONAL, BIÓLOGOS E ANTROPÓLOGOS

---

Maria Manuela Carneiro da Cunha  
USP, SP e Universidade de Chicago  
Presidente da ABA – gestão 1986-1988

Fico muito contente em poder falar depois da Eunice, não porque possa me comparar ao brilho dela, mas porque vou dar um exemplo concreto do que ela acaba de dizer.

Antes disso, queria fazer uns agradecimentos: queria agradecer primeiro à Diretoria da ABA, que me convidou para participar deste evento, queria agradecer à comissão organizadora do evento, ao departamento de antropologia da Unicamp. Já dei muitas aulas aqui, nesta sala: é um espaço particularmente caro. Sou da primeira turma de alunos de pós-graduação de antropologia da Unicamp - naquela época as coisas corriam muito rápido - eu fui da primeira turma de alunos e no ano seguinte eu era professora... Estou dizendo isso para não acharem que estou chamando o Peter Fry de velho! Mas Peter Fry foi meu professor e meu orientador de doutorado! No ano seguinte, então, eu já estava dando um curso. No primeiro dia em que dei aula, havia um aluno mais velho do que eu, que me olhou de cima a baixo e resmungou: “Bom, tudo bem, né?”

Nessa segunda turma estavam Mariza Corrêa, Ana Maria Niemeyer, Suely e Zé Luis, se bem me lembro\*. Tenho aqui, portanto, ex-alunos, ex-colegas, ex-professores e queria agradecer a todos eles.

Queria agradecer também - estou em uma veia de

---

\* Refere-se a Suely Kofes e a José Luis dos Santos, como os demais mencionados pouco antes, professores do Departamento de Antropologia da Unicamp. Nota da organizadora.

agradecimentos agora -, a Gilberto Velho, de quem herdei a Presidência da Associação e não sabia que eu tinha republicado o número 1 do Boletim. Peço desculpas pela ignorância.

Queria agradecer também a Ruben Oliven, que foi meu companheiro de diretoria, e à Carmem Cinira, que não está mais entre nós. Queria também dizer que estão aqui pessoas que foram companheiros extremamente importantes para descobrir o mundo. Entre outros, Lux Vidal, que foi uma companheira de primeira hora na Comissão Pró-Índio. Lux Vidal que sempre foi um exemplo de comprometimento e de trabalho em favor dos índios. Certamente esqueci de mencionar muita gente, mas quero entrar no meu assunto... Epa, esqueci da Nádia Farage, hoje vice-diretora deste Instituto, que foi minha orientanda! Como é que eu ia esquecer! Esqueci do Mauro, que é meu marido! Que eu conheci aqui!!

Vamos ao assunto principal e é o seguinte: acho que tanto o Gilberto quanto a Eunice enfatizaram a dimensão do conhecimento na Antropologia. Mas a Antropologia não é conhecimento em geral; ela é um conhecimento de um tipo especial, porque dentre outras coisas ela quer conhecer o conhecimento dos outros. Ela é uma maneira de conhecer o conhecimento alheio. Isso dá à Antropologia um caráter *sui generis*, de, digamos, tradução, mediação, entre vários mundos do conhecimento e esse papel me parece particularmente importante na atualidade, e vou dizer por que.

A questão que está me preocupando aqui é muito diretamente o seguinte: existe hoje em dia - não sei o quanto todo mundo está a par disso - existe hoje em dia uma animosidade crescente entre pesquisadores (sobretudo, mas não só, da área biológica) e populações tradicionais, sobretudo indígenas. A tal ponto que se está tornando cada vez mais difícil fazer pesquisa em áreas indígenas.

Quem já trabalhou em área indígena sabe que há sempre alguém que chega e diz algo como: “essas coisas que você está escrevendo aí, você vai ganhar muito dinheiro, né? Você vai publicar, vai vender seu livro, vai ganhar muito dinheiro!” Essa visão foi ainda exacerbada com essa bioparanóia que está correndo por aí. Estou me referindo à idéia de que toda pesquisa, sobretudo na Amazônia e, sobretudo, em torno de questões ligadas a recursos biológicos, sem falar em recursos genéticos, que todas essas pesquisas estão fundamentalmente sob

suspeita; não estou negando a existência de biopirataria nem da cobiça por recursos genéticos, mas esse estado de alerta permanente em relação à pesquisa que tem algum componente biológico acabou criando uma bioparanóia geral. E o inimigo são basicamente os pesquisadores. Estou chegando com o Mauro de três dias de reunião com lideranças indígenas do Acre. Durante essa reunião, um índio disse mais ou menos o seguinte: “Ih, lá na aldeia falou em pesquisa todo mundo foge e se esconde. E os velhos então, ficam apavorados! Quer dizer: bico calado, porque estão levando nossa cultura. E nossa cultura é nosso valor”!

Vou falar um pouco sobre o que eu acho sobre esse tipo de situação, mas queria dizer que há também uma grande culpa dos pesquisadores brasileiros. Desde 1992, com a Convenção sobre a Diversidade Biológica, que o Brasil assinou e mais de 180 países assinaram, ficou assentado que se deve reconhecer o aporte das populações tradicionais (e repartir com elas os benefícios) em relação aos recursos genéticos e ao seu conhecimento. Isso é lei no Brasil, já que a Convenção foi ratificada pelo Brasil. Os Estados Unidos como tem acontecido costumeiramente, não aderiram: assinaram a Convenção, mas não a ratificaram. Mesmo nos Estados Unidos, no entanto, as pesquisas que foram feitas sobre conhecimento tradicional, por exemplo, em ervas medicinais, se preocuparam em se adequar ao espírito da Convenção. Os contratos que foram celebrados internacionalmente sempre incluíram a previsão de benefícios para as populações tradicionais, para as populações indígenas em particular. Repartição de benefícios substancial: royalties de 5%, por exemplo, sobre o produto líquido, se houvesse, caso a indústria chegasse a um medicamento. Há uma série de exemplos desses contratos.

No Brasil, os biólogos com quem tenho falado, ou pelo menos muitos deles (e uma notável exceção é Elaine Elizabetski), recusam-se a ver o aporte do conhecimento tradicional e entendem que o conhecimento científico prescinde do conhecimento tradicional. Frequentemente, tenho ouvido o argumento de que a atividade biológica que os índios conhecem, referentes a animais e plantas, não tem utilidade, já que em geral eles usam essas substâncias para efeitos diferentes daqueles que o conhecimento científico lhe atribuiria.

Há alguns anos atrás, houve um desentendimento grave entre

biólogos da Escola Paulista de Medicina e os índios Krahó, do estado de Tocantins, em torno de uma pesquisa sobre plantas medicinais Krahó com atividade sobre o sistema nervoso central. Depois desse caso, que foi um caso paradigmático, a comunidade científica da área biológica ficou em pé de guerra. Tanto assim, que daqui a duas semanas vai haver uma mesa redonda, em São Paulo, na Escola Paulista de Medicina, com o título sugestivo de “É possível fazer pesquisa biológica no Brasil por brasileiros?": a discussão vai tratar entre outras coisas do “empecilho” que são as populações tradicionais, dos interesses superiores da ciência e da falta de espírito cívico das populações tradicionais.

Esse embate está se refletindo na legislação. Por que? Porque o Ministério do Meio Ambiente fez um projeto de lei que foi amplamente discutido e foi enviado para a Casa Civil da Presidência. Mas, o Ministério da Ciência e Tecnologia se colocou contra esse projeto de lei. De um lado o Ministério do Meio Ambiente instalou uma câmara, digamos, de filtragem que aprova o acesso a recursos genéticos e conhecimento associado, que é o chamado CGEN, a Câmara de Recursos Genéticos, liderada por pessoas de extrema competência e boa vontade, mas que nunca fizeram realmente pesquisa de campo. Atualmente, o processo de acesso a recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados exige uma quantidade extraordinária de passos burocráticos, extremamente complexos. Em si mesmos legítimos, porém, extremamente complexos. Felizmente distingue-se quem faz prospecção em vista de um produto comercial e quem faz pesquisa científica e neste último caso, o procedimento se torna mais simples. Tudo isso repousa em uma medida provisória que desde 2001 está regulamentando a matéria. Há muito tempo, desde que o Brasil ratificou a Convenção da Diversidade Biológica em 1994, se espera que o Congresso decida sobre a lei adequada. Então, o que é que está acontecendo? Está havendo um cabo de guerra entre de um lado o Ministério da Ciência e Tecnologia e vários outros ministérios, o do Desenvolvimento Agrário, o da Indústria e Comércio, e, de outro lado, o Ministério do Meio Ambiente e alguns aliados. Isso criou um impasse e em consequência não sai o projeto de Lei da Casa Civil.

Por que é que eu trouxe isso à baila? Bom, primeiro porque eu

acho que os antropólogos têm um papel evidente nisto aqui, porque os antropólogos são membros da comunidade científica. Eles estão empenhados na produção do conhecimento tanto quanto biólogos e outros cientistas. Mas ao mesmo tempo eles são aqueles que, como dizia a Eunice, como diziam os colegas que me antecederam, sabem o que são essas dinâmicas locais, entendem o que está se passando, sabem entender por que os índios, por exemplo, pensam que “estão roubando a nossa cultura”. A antropologia, os antropólogos e a ABA, em particular, têm aí um papel de pacificadores, de intermediários extremamente importante a desempenhar.

Vale lembrar que toda essa burocracia criou também uma reserva de mercado para os antropólogos. Porque atualmente, pela medida provisória e pelas resoluções internas dessa câmara, o CGEN, cada vez que se trata de obter a anuência de comunidades tradicionais para obtenção de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais, exige-se o relatório de um antropólogo. Um antropólogo deve fornecer um laudo para dizer que a comunidade decidiu segundo o seu modo tradicional. Ora, nós antropólogos, sabemos muito bem que, na maioria dos casos, não existem regras tradicionais para tanto. Tanto assim que os Krahó – eu não vou entrar em toda a longa saga dos Krahó – os Krahó basicamente obstruíram a pesquisa da Escola Paulista de Medicina, entre outras coisas porque disseram: “Aqui, todas as aldeias tem que dar o seu assentimento e só foram consultadas associações que reúnem algumas das aldeias. Então, ou todas as associações se manifestam em favor desta pesquisa, ou ela não se faz”.

O próprio processo de consulta e anuência das “populações tradicionais” gera uma dinâmica social que devemos documentar e entender. Essa dinâmica passa em geral pela criação de novos mecanismos de representação – associações de vários tipos – e pela crescente “patrimonialização” da cultura. O papel do antropólogo não é mais de documentar o conhecimento tradicional, nem estabelecer de forma simplista qual é a forma tradicional de tomar decisões sobre questões como o consentimento informado para bioprospecção, mas muito mais entender os processos sociais complicados que foram desencadeados. Mas evidentemente não é isso que se imagina que o

antropólogo vai fazer. Quer dizer, o antropólogo, nessas esferas de que a Miriam falou, como por exemplo, na Procuradoria Geral da República, está encarregado de achar qual é a autoridade tradicional, e como se tomam decisões legítimas nessas sociedades.

Há três dias atrás, em Rio Branco, na reunião com os índios, estava lá um senhor de idade, Yawanawa, que disse mais ou menos o seguinte: “Vocês estão dizendo que o cipó (Daime, ayahuasca) é cultura? Não é cultura! Porque não é todo mundo que pode tomar... cultura é quando é de todos! Cipó, só alguns podem tomar, não é para todo o mundo. Mulher e criança não tem nada que tomar!. Não é cultura!” O que confirma a idéia (minha e de vários outros) de que cultura foi um termo incorporado por estes grupos. Foi um triste legado de uma antropologia já superada, na medida em que o que foi herdado foi uma noção de cultura objetificada e que só tende a seguir se reificando. Essa noção de cultura supõe (ou pelo menos pode ser assim interpretada, por exemplo, por esse senhor Yawanawa) que a cultura é um patrimônio, e um patrimônio de todos os membros do grupo igualmente, o que entra em contradição com a noção de que certas coisas são privilégios ou atributos de certas posições sociais. A cultura assim entendida como comum a todos os membros do grupo realiza, na visão desse senhor, uma expropriação, uma socialização indevida: “espera aí; como é que pode pensar que cipó é cultura... cipó é só pra certas pessoas... Não é de todo mundo...”.

Outra coisa curiosa que está acontecendo é a seguinte: o Brasil está virando o paradigma do movimento contra a privatização do conhecimento e, sobretudo, através do software livre: o grande movimento pelo Linux e pelo software livre e contra o patenteamento na área de software. Como vocês sabem, o Brasil está na ponta disso aí. Então, o Brasil está em um movimento de contestação, realmente, da apropriação privada de certos tipos de conhecimento. E os índios chegam agora na contra-mão desse processo, em um movimento inverso. E o maior paradoxo, é que sempre se supôs que os índios detinham tudo em comum, que era tudo coletivo. Como a terra era coletiva, inferia-se que todo o resto era coletivo também: isso quando a gente sabe que nas sociedades indígenas, ninguém está se apropriando privadamente da terra, porém todo mundo está se apropriando - privadamente, ou clanicamente, - de padrões plumários,

de enfeites, de cantos, de rituais... A idéia de propriedade intelectual tem uma presença muito real nas sociedades indígenas. É propriedade de coisas imateriais, mas agora, de repente, é justamente esse patrimônio imaterial que está sendo procurado. Então, vocês vejam, há aqui uma situação muito interessante, eu acho, para ser estudada. E para ser estudada como os antropólogos de hoje estudam. Porque os antropólogos não estão mais interessados, em geral, em saber qual é a plantinha que os índios procuram ou usam para tal ou qual coisa, mas muito mais na dinâmica cultural como a Eunice tão brilhantemente falou naquele artiguinho dela que foi realmente - junto com o do Peter - um divisor de águas. Foi o artigo "A dinâmica cultural", publicado em *Cadernos de Opinião*, e que eu recomendo a todo mundo<sup>30</sup>.

Quer dizer, nós estamos hoje interessados não na cultura enquanto acervo, essa que pode ser reificada ou patrimonializada. O que nos interessa é, sim, essa dinâmica cultural da qual os índios participam de uma forma *sui generis* e não como um segmento indiferenciado da população brasileira. Enfim, eu estou entrando aqui em várias dimensões só para mostrar pra vocês que está aqui um assunto relevante para o qual a antropologia não só tem o dever de intervir, mas tem muito a dizer e tem a dizer porque, justamente como dizia a Eunice agora há pouco, porque os termos do debate são diferentes; porque a nossa disciplina pode alterar os termos do debate, e não ficar presa às definições e às presunções sobre como é a organização social dos índios, como é a propriedade privada entre os índios. Podemos e devemos entender o que está se passando. É isso.

---

<sup>30</sup> O texto foi republicado na coletânea de artigos de Eunice R. Durham, *A dinâmica da cultura. Ensaios de antropologia*. Organização de Omar Ribeiro Thomaz. São Paulo: Cosac Naify, 2004.



# QUESTÕES QUE DÃO À ANTROPOLOGIA O SEU CARÁTER ATUAL

---

Roque de Barros Laraia

UnB, DF

Presidente da ABA – gestão 1990-1992

O meu viés etnológico leva-me a considerar que as questões indígenas ainda são, como sempre foram nos últimos 50 anos, aspectos importantes no caráter atual da antropologia brasileira. Temas relativos à etnologia indígena ou ao Indigenismo sempre tiveram uma presença marcante nas reuniões brasileiras de Antropologia e, mais do que isto, na pauta quotidiana das diversas diretorias que dirigiram a ABA. Por isto mesmo torna-se difícil imaginar uma ausência das questões indígenas entre as que dão a Antropologia o seu caráter atual.

Mas creio que chegou o momento para indicar que a temática indigenista encontra-se diante de novos desafios que exigem novas reflexões e, talvez toda uma mudança de estratégia. Durante os últimos 50 anos, participamos de uma cruzada, cujo principal objetivo era salvar ou resgatar as terras indígenas, buscando por fim a uma espoliação de cinco séculos. Utilizávamos, em nossos discursos, conceitos que eram considerados irrefutáveis, como “direitos inalienáveis”, “posses imemoriais ou tradicionais”, etc. O nosso pressuposto principal era que a mais importante ação consistia na defesa das terras indígenas. Tivemos muitos fracassos e muitos êxitos. Talvez o principal êxito tenha sido os artigos da Constituição de 1988, que tratam da questão indígena. E, sem dúvida, a nossa colega Maria Manuela Carneiro da Cunha foi uma importante responsável por esse sucesso. Com efeito, 70% das terras hoje regularizadas foram conseqüências da Constituição atual.

Mas o erro de muitos de nós, entre os quais me incluo, foi pensar que com as vastas extensões de terras demarcadas, os índios continuariam podendo viver, pelo menos em termos de subsistência, como sempre viveram em seus períodos anteriores ao contato.

Os fatos recentes são alarmantes: a fome ronda as aldeias, no interior das terras indígenas. E eu não falo apenas da situação dos Caiwoá, que são muitos índios em pouca terra. Falo, por exemplo, dos Xavante que dependem de cestas básicas, apesar das vastas extensões de terras que possuem. O fato é que subestimamos as conseqüências outras do contato. Os índios se convenceram, ou foram convencidos (?), que os seus sistemas alimentares não eram bons e os trocaram pelos nossos, perdendo assim a sua auto-suficiência. Precisam comprar os seus alimentos e para isto dependem de recursos escassos. A verdade é que nem todos têm fome, mas o contraponto da fome é a obesidade, a hiper pressão, a diabete e as doenças cardíacas, graves conseqüências do abandono de seus hábitos alimentares tradicionais.

Os nossos argumentos para defender as terras indígenas tinham duas premissas básicas: elas eram necessárias para a auto manutenção das populações indígenas através da exploração sábia de seus recursos naturais, da mesma forma que fora feita por seus antepassados. O segundo argumento, de alta eficiência política, era a garantia de serem os índios os mais capacitados para a preservação da natureza. Os fatos têm mostrado que este argumento é verdadeiro no caso de alguns grupos e falsos em outros, em que índios associam-se a máfias de exploradores de madeiras, ou de outros recursos naturais, premiados pelas novas demandas econômicas, entre elas as da alimentação.

Antes estávamos preocupados com os estudos de organização social, hoje somos forçados a pensar no estudo da desorganização social. Isto pode nos levar a novas questões e a revisão de nossos métodos de trabalho. Por romantismo ou cumplicidade irrestrita, ignoramos as modificações ocorridas em muitas sociedades indígenas. O abandono ou rompimento de regras tradicionais teve o seu impacto nos índices de fertilidade e de saúde indígena. Crianças em fase de amamentação estão subnutridas porque suas mães dividem o leite escasso com outras crianças. Pesquisas indicam a existência de mulheres Tupi-Guarani com 12 filhos, fato impensável no passado.

O aumento vertiginoso das taxas de fertilidade combinado com a diminuição das atividades agrícolas; com a redução das possibilidades de caças e de pescas – muitas vezes em função do uso indiscriminado de agro tóxicos nas regiões lindeiras das terras indígenas – tem contribuído para o aumento da dependência econômica. Surge, então, o paradoxo de grupos possuidores de grande extensão de terras dependentes de cestas básicas fornecidas pelo governo ou por organizações não governamentais. Por outro lado, pesquisas recentes indicam a fragilização dos laços de solidariedade. Hoje em uma mesma aldeia é possível encontrar famílias subnutridas ao lado de outras bem nutridas, em função de um de seus membros possuir uma função gratificada, que em muitos casos significa muito mais uma benesse do que um contrato de trabalho. Instala-se assim a desigualdade social em povos que chegaram a serem pensados como igualitários.

Estes fatos estão sendo utilizados pelos adversários das causas indígenas, reforçados por velhos estereótipos que falam de indolência e de imprevidência. Por que dar mais terras a quem já tem tantas e não as aproveitam devidamente? é a pergunta que se tornou freqüente.

Em 2000, após participar de uma audiência pública com produtores rurais com índios do Mato Grosso do Sul, ouvi, de muitos dos pequenos e bem sucedidos produtores rurais presentes, alegações sobre a necessidade de modificação da legislação sobre terras indígenas. Saí, preocupado e temeroso, pensando que no final de uma década estas modificações poderiam estar ocorrendo. Acredito agora que fui otimista!

Sempre pensamos que a homologação era o ponto final e decisivo do processo de regularização das terras indígenas. Assistimos recentemente a diminuição da terra indígena Baú e a homologação de Raposa e Serra do Sol, com redução da área já demarcada, fatos até então inéditos. E são freqüentes os rumores a respeito de tentativas de revisões de terras há muito tempo regularizadas.

Na década de 80, os índios e os antropólogos eram portadores de uma imensa credibilidade diante da opinião pública dos grandes centros e mesmo do governo federal. Torna-se necessária a investigação de até que ponto isso ainda é verdade? Até que ponto os saques, pilhagens e arrendamentos de terras indígenas praticados por membros de alguns grupos, por motivações exclusivamente

particulares, estão, ou não, modificando a imagem positiva? Até que ponto, as ilimitadas reivindicações de mais terras, por grupos que já dispõem de grandes áreas, não estão se transformando em argumentos para os que defendem as modificações na legislação?

E como anda a nossa credibilidade? Já existe uma campanha sistemática nos meios políticos para o nosso alijamento dos processos de regularização de terras indígenas. E mais grave de tudo, o atual governo chega ao ponto de criar comissões relativas a questão indígena sem a participação da ABA, sem a participação de antropólogos, fatos que não ocorreram nem mesmo no regime ditatorial.

Não foi fácil dizer tais coisas, mas acredito que esses são os pontos que vão marcar a nossa participação nas questões indigenistas do século XXI. Temos que discutir quais serão as nossas abordagens. Precisamos de novas estratégias, deixando de lado o nosso compromisso com as idéias de Rosseau, para poder ter o controle sobre as questões que vão marcar o caráter da antropologia na próxima década.

# **PÓS-IMPERIALISMO, ANTROPOLOGIAS MUNDIAIS E A TENSÃO PROVINCIANISMO METROPOLITANO/COSMOPOLITISMO PROVINCIANO.**

---

Gustavo Lins Ribeiro

UnB, DF

Presidente da ABA – gestão 2002-2004

## **I**

A antropologia pode ser pensada como uma fênix, cuja morte, ou agonia prolongada, tem sido anunciada várias vezes, ao menos desde a década de 1920 quando Malinowski insistiu que os antropólogos fizessem mais trabalho de campo etnográfico frente a um mundo nativo que desaparecia. As muitas mortes e renascimentos da antropologia indicam sua habilidade de se transformar e direcionar sua crítica para si mesma, ampliando e redefinindo seus interesses, atribuições e teorias. Uma forma de compreender as ressurreições e reencarnações da antropologia é considerar que se trata de uma disciplina altamente reflexiva que se projeta nos tópicos e assuntos que estuda e por eles é retroalimentada. Em consequência, a antropologia está em sintonia fina com as mudanças sociológicas que ocorrem historicamente.

A antropologia mudou muito desde o começo do século XX. Suas mudanças relacionam-se, em grande medida, com as ocorridas internamente ao sistema mundial e aos Estados nacionais, sobretudo no que diz respeito ao que Esteban Krotz (1997) chamou de estruturas de alteridades. Por exemplo, em um mundo em descolonização, após a 2<sup>a</sup>. Guerra Mundial, era preciso descolonizar a própria antropologia, processo doloroso, não totalmente acabado e sempre capaz de sofrer

*aggiornamentos* como demonstra o polêmico programa estatal *Pat Roberts Intelligence Scholars Program*, recentemente implantado nos Estados Unidos com o objetivo de recrutar estudantes de antropologia para trabalhar na ‘comunidade de inteligência’ daquele país (Gusterson, 2005). De todas as maneiras, ao longo do último século, as mudanças no lugar do nativo, de suas capacidades enquanto agentes nas estruturas nacionais e internacionais, impactaram a prática e as teorias antropológicas.

Mas a antropologia também mudou nos últimos 20 anos em função dos seus relacionamentos com outras disciplinas, ainda mais quando passou a ter que disputar o poder sobre aquele conceito chave que tantos dizem definir nosso campo de atuação: cultura. No período, entraram fortemente em cena os estudos culturais e os estudos pós-coloniais, sentiu-se fortemente a “virada textual”, a influência do pós-modernismo e do pós-estruturalismo. Estabeleceu-se, igualmente, uma clara hegemonia norte-americana.

Ao mesmo tempo, a disciplina cresceu nitidamente no plano mundial nas últimas cinco décadas em todos os continentes. Deixou um dos seus grandes nichos iniciais, o museu, para cavalgar a expansão e difusão do sistema universitário ocidental imbricado em sucessivas ondas de modernização pós Segunda Guerra. Dos 2000 antropólogos que contabilizava Alfred Kroeber no seu célebre *Anthropology Today*, publicado em 1953, chegamos, em 2004, a mais de 30.000, em uma estimativa conservadora.

## II

Esse crescimento levou a um grande desafio no presente: o do relacionamento entre antropologias e antropólogos no plano mundial. Hoje existem mais antropólogos fora dos centros clássicos e hegemônicos da disciplina do que ao contrário. Entretanto, poucos parecem ter consciência desta demografia. Será que ela não tem impactos sobre a qualidade do que se produz, das teorias que se pensam, do futuro que se quer? Já não será, tendo em vista, por exemplo, o impacto de autores indianos pós-coloniais, anacrônico pensar a história da antropologia universal em termos apenas da história das antropologias hegemônicas, isto é, em termos apenas

das antropologias francesa, inglesa e norte-americana? No presente, temos que passar do projeto de uma antropologia universal para o projeto de uma antropologia mundial, heteroglóssica, dialógica e não monológica como, por efeitos de poderes imperiais, ela tem sido, em maior ou menor grau, até hoje. Mesmo a produção antropológica dos intelectuais étnicos, nos grandes centros norte-americanos, acaba ficando enredada nesta hegemonia.

Uma das questões mais atuais da antropologia diz respeito à sua própria pluralização, à incorporação da diversidade da sua produção mais além dos cânones assentados em centros hegemônicos. A política da diferença, a política identitária, deveria perpassar também o campo antropológico fazendo da heteroglossia uma qualidade desejada e necessária em uma disciplina que louva tanto a diversidade. Neste sentido, a antropologia brasileira encontra-se em uma posição interessante para dar contribuições em um plano internacional mais global. Para isso, precisa ir além de uma das suas auto-imagens mais poderosas, aquela segundo a qual o antropólogo brasileiro é um construtor da nação. No mundo globalizado, como sabem aqueles que estudam, por exemplo, migrações internacionais, a nação, sua gente e cultura, encontram-se inseridas em diferentes contextos. Além disso, não será preciso gerar conhecimentos sobre dinâmicas globalizadas, independentemente de se nelas brasileiros estão envolvidos ou não? Será que o sotaque do antropólogo brasileiro não é vigoroso o suficiente para pensar “outros” não-brasileiros além do clássico outro interno, o indígena? O que há de mais atual do que entender e dar sentido aos diferentes processos de complexificação da vida cultural, social, política e econômica criados ou aprofundados pelos processos de globalização?

Um dos papéis críticos da antropologia contemporânea, em países como o Brasil, é relacionar-se com as matrizes ideológicas anglo-saxãs, com os ideopanoramas e mídiapanoramas (Appadurai, 1990) do império e regulá-los de acordo com as dinâmicas políticas, culturais, sociais e culturais locais. Se um dos objetivos dos intelectuais pós-colonialistas indianos é, na crítica à pretensão universalista do eurocentrismo, “provincializar a Europa” (Chakrabarty, 2000), para latino-americanos embarcados em um projeto pós-imperialista é preciso “provincializar os Estados Unidos” (Ribeiro, 2003). Não é de

somenos este tipo de tarefa, muito ao contrário. Vejam-se, por exemplo, os impactos, em alguns sentidos benéficos, em outros nem tanto, do multiculturalismo em clave anglo-saxã. Talvez, na antropologia, os melhores exemplos destes impactos possam ser percebidos nos debates sobre as cotas para negros nas universidades. Eles revelaram a existência de dois grandes campos de posições políticas e teóricas dentro da antropologia brasileira. Um, mais propenso a um multiculturalismo quase acrítico. Outro, mais propenso a uma discussão sobre os impactos de políticas públicas multiculturalistas nas relações interétnicas brasileiras (veja-se o artigo de Ricardo Ventura Santos e Marcos Chor Maio, e os comentários de diferentes antropólogos publicados em “Horizontes Antropológicos”, 2005).

O papel desnaturalizador e crítico da antropologia é que a torna sempre atual. Em um mundo globalizado, onde o império americano se estabelece com energia crescente, cabe aos antropólogos e a outros cientistas sociais, em especial nos países latino-americanos, desenvolver perspectivas pós-imperialistas sobre as grandes matrizes discursivas e meta relatos salvíficos que são disseminados com força e eficácia tão intensas via meios de comunicação e por certos tipos de intermediários políticos e intelectuais. A antropologia brasileira, pela vitalidade da sua prática e pela posição que o Brasil ocupa no sistema mundial, é um exemplo rico e central porque aponta claramente para a possibilidade de existência de antropologias pós-nacionais e pós-imperiais, de antropologias mundiais.

### III

A crítica ao desequilíbrio de poder entre antropologias hegemônicas e não-hegemônicas é necessária para irmos além da atual estrutura ossificada, para mostrar que há muitas contribuições possíveis vindas de outras posições e que se pode esperar uma fertilização cruzada mais complexa se formos capazes de construir outras condições de conversabilidade que promovam a criação de uma comunidade transnacional de antropólogos mais heteroglóssica. Em um artigo inspirado por vários debates que ocorreram dentro do coletivo da Rede de Antropologias Mundiais (*World Anthropologies*

*Network* – [www.ram-wan.org](http://www.ram-wan.org)), Eduardo Restrepo e Arturo Escobar escreveram que o projeto de ‘antropologias mundiais’ é uma “intervenção direcionada à implosão dos constrangimentos disciplinares que modalidades subalternizadas da prática e imaginação antropológica têm que enfrentar em nome de um modelo normalizado e normalizante de antropologia” (2004: 2). Há duas noções que ajudam a entender a presente situação. Elas se referem ao que Dipesh Chakrabarty (2000: 28) chamou de ignorância assimétrica e eu chamo de tensão entre provincianismo metropolitano e cosmopolitismo provinciano.

Provincianismo metropolitano e cosmopolitismo provinciano são baseados nas relações desiguais existentes na economia simbólica global. Darei uma breve definição de ambas as noções. Provincianismo metropolitano significa a ignorância que centros hegemônicos normalmente têm da produção de centros não-hegemônicos. Cosmopolitismo provinciano significa o conhecimento que centros não-hegemônicos normalmente têm da produção de centros hegemônicos. Essa ignorância assimétrica pode se expressar em situações curiosas, embora comuns, como o fato da história da antropologia universal (i.e. de antropologias hegemônicas) ser conhecida e estudada por antropólogos não-hegemônicos, mas o contrário não ser verdadeiro. Os processos pelos quais as antropologias sem história, para utilizar a expressão irônica e acertada de Krotz, tornaram-se institucionalizadas e cresceram não são ensinados ou, na melhor hipótese, são raramente ensinados até nos seus próprios países. Os clássicos incluem quase exclusivamente a antropólogos estrangeiros.

O provincianismo metropolitano e o cosmopolitismo provinciano podem ser melhor entendidos se considerarmos a questão da língua, sempre bastante complexa quando o que está em jogo é comunicação transnacional. O inglês tem sido a língua mais expansiva nos últimos cinco séculos (Hamel 2003: 16). Renato Ortiz, em texto sobre “As Ciências Sociais e o Inglês”, mostra que o inglês mundial está estruturando os debates sociológicos em escala global. Ele também indica que “quanto mais central uma língua no mercado mundial de bens lingüísticos, menor a proporção de textos traduzidos para ela” (*idem*: 27). Nos Estados Unidos e Inglaterra, menos de 5%

das publicações são traduções, enquanto na França e Alemanha esse número é cerca de 12%, e na Espanha e Itália ele chega até 20%. Aqui está um importante aspecto da base sociolinguística que sustenta o provincianismo metropolitano. Poderíamos supor que o oposto é verdadeiro: quanto menos importante uma língua, mais traduções haverá para ela. Esta é uma das fontes sociolinguísticas do cosmopolitismo provinciano.

Rainer Enrique Hamel (2003: 24) adverte que “o monolingüismo científico poderia não apenas aprofundar as desigualdades existentes no acesso e difusão de descobertas científicas, mas também ameaçar a criatividade científica e a própria diversidade conceitual, bases do desenvolvimento científico”. Ele vê o perigo de passarmos de “uma forte hegemonia do inglês mundial para um monopólio, de um paradigma de diversidade poliglota, que admite conflito de línguas, para um paradigma monoglota, apenas do inglês” (2003: 25). Se o monolingüismo científico levanta críticas tão amplas e sérias, uma antropologia tendencialmente mono-estilística pode ser considerada como um impedimento para uma antropologia policêntrica global.

O presente texto não é um apelo a ignorar as importantes contribuições que as antropologias hegemônicas fizeram e continuam fazendo para o conhecimento. Ao contrário, o que se pretende é deixar clara a necessidade de outras práticas acadêmicas que incluam trocas mais horizontais e que reconheçam que hoje a antropologia é um discurso muito mais diverso do que muitas interpretações norteadlânticas supõem. Está na hora de lutar por multicentrismos em substituição a um ou poucos tipos de centrismos.

## Referências

APPADURAI, Arjun. “Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy”. In Mike Featherstone (org.), *Global Culture*, Londres: Sage Publications, 1990, pp. 295-310.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe. Postcolonial thought and historical difference*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000.

GUSTERSON, Hugh. "Spies in our midst". *Anthropology Newsletter* (6): 39-40, 2005.

HAMEL, Rainer Enrique. *Language Empires, Linguistic Imperialism and the Future of Global Languages*. Universidad Autónoma Metropolitana, México. *Mimeo*, 2003.

KROEBER, Alfred L. (1953). "Introduction". In Alfred L. Kroeber (org.), *Anthropology Today*. Chicago: University of Chicago Press, 1970, pp. xiii-xv.

KROTZ, Esteban. "Anthropologies of the South. Their rising, their silencing, their characteristics". *Critique of Anthropology* 17(3): 237-251, 1997.

ORTIZ, Renato. "As Ciências Sociais e o Inglês". *Mimeo*, n.d.

RESTREPO, Eduardo e ESCOBAR, Arturo. "Other Anthropologies and Anthropology Otherwise: steps to a world anthropologies framework". *Critique of Anthropology* 25 (2): 99-129, 2005.

RIBEIRO, Gustavo Lins 2003. *Postimperialismo. Cultura y política en el mundo contemporáneo*. Barcelona: Gedisa, 2003.

Santos, Ricardo Ventura e Marcos Chor Maio. "Política de Cotas Raciais, os 'Olhos da Sociedade' e os Usos da Antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB)". *Horizontes Antropológicos* (11) 23: 181-214, 2005.



# ANTROPOLOGIA E LINGÜÍSTICA: ENCONTROS E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

---

Yonne Leite  
Museu Nacional/UFRJ, RJ  
Presidente da ABA – gestão 1998-2000

Neste ano em que celebramos os 50 anos da Associação Brasileira de Antropologia, rememoro um passado, recordando momentos significativos da trajetória do campo das línguas indígenas brasileiras e do papel desempenhado pela antropologia, que ensejou uma política institucional propiciando o reconhecimento dessa área de pesquisa acadêmica. Reporto-me assim à minha vivência de 45 anos de trabalho no Museu Nacional, tendo lá chegado nos fins de 1959, pouco depois da criação do Setor de Lingüística em 1957, quando passei a conviver com antropólogos, tendo chegado à honrosa função de Presidente da ABA.

O Setor Lingüístico, do qual J. Mattoso Câmara Jr. era o Encarregado, foi criado por Luiz de Castro Faria com o intento de modernizar o Departamento de Antropologia do Museu Nacional, até aquele momento voltado para a pesquisa em antropologia física, arqueologia e etnografia. Além de Mattoso Câmara, Castro Faria convocou o jovem filósofo-antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira para instalar a área de Antropologia Social, que introduziu os escritos do filósofo-antropólogo francês Claude Lévi-Strauss.

O clima e o ambiente eram altamente favoráveis à lingüística que gozava então de enorme prestígio. Lévi-Strauss comparara a lingüística por ter isolado do contínuo sonoro uma unidade mínima de trabalho—o fonema—e o decomposto em um número reduzido e fixo de elementos mínimos constitutivos —os traços distintivos — ,

tal como a física isolara da matéria o átomo, também decomposto em seus elementos constitutivos mínimos, prótons, elétrons e nêutrons. A lingüística constituía então para as ciências sociais e humanas o modelo a ser copiado. Além disso, era consensual que a chave para o entendimento efetivo de uma sociedade estaria em sua língua, pois ela é que forneceria os recortes da realidade a ela externa. Para Edward Sapir, a linguagem é socialmente condicionada e influencia o modo por que uma comunidade apreende a realidade. Ora, o mister do antropólogo, ao estudar uma sociedade, é depreender as categorias internalizadas pelos membros dessas comunidades e chegar à visão do mundo que compartilham. O ofício do antropólogo é captar e traduzir como pensa e sente a comunidade que investiga. Se a língua, como diz Leibniz, é “o espelho da alma”, se na língua estão cristalizadas as categorias básicas do pensamento, seu entendimento é indispensável para a verificação das hipóteses analíticas apresentadas.

Mattoso Câmara tinha um trabalho excepcional em fonologia, fora aluno de Roman Jakobson e colega de Lévi-Strauss. Além disso, traduzira a obra principal de Edward Sapir *A linguagem: introdução ao estudo da fala* (1995a) e uma coletânea de artigos, a que deu o sugestivo nome *Lingüística como Ciência: ensaios* (1961). Nessa coletânea se encontra o texto “Lingüística como Ciência” no qual Sapir expressa, de maneira clara e concisa, a íntima e complexa relação entre linguagem, pensamento e realidade.

A relação por ele aceita entre língua e cultura também se evidencia na adoção, em *Princípios de Lingüística Geral* (1964), da conceituação de cultura de A. L. Kroeber. Segundo o antropólogo norte-americano, em todas as criações humanas se estabelecem três níveis, a cujo conjunto se dá o nome de cultura: o inorgânico, o mundo físico; o orgânico e o superorgânico, o mundo cultural. Os sons, fenômenos físicos, pertencem ao mundo inorgânico ao qual se superpõem os fenômenos biológicos, isto é, a sua produção pelos órgãos vocais. Porém a linguagem só se atualiza quando os sons criam a comunicação no nível superorgânico, quando, como a cultura, adquire um valor humano. A língua é parte da cultura, mas dela se destaca por ser resultado ou sùmula, o meio por que a cultura opera, a condição para que ela subsista. A língua é, pois, parte da cultura e ao mesmo tempo a engloba e através dela pode a cultura se transmitir

e se perpetuar, pois é a linguagem que a expressa. A linguagem tem seu lado físico: os sons. A cultura também: a habitação, as indumentárias, os artefatos, a chamada cultura material, estudada pela etnografia. E ambas têm o seu lado mental. Na língua, os fonemas, os morfemas, os semantemas. Na cultura, a religião, o parentesco. Porém lingüística e antropologia não se confundem em suas partes mentais abstratas, mas se interrelacionam.

É fácil ver porque a restrita comunidade antropológica recebeu Mattoso Câmara de braços aberto. Dominava os pressupostos teóricos da lingüística, conhecia fonologia, a disciplina *cult* da época, dada a popularidade que Lévi-Strauss lhe conferira, e correlacionava lingüística e antropologia, não fundindo uma disciplina na outra, mostrando a especificidade e os pontos comuns epistemológicos de cada uma.

Ao assumir a tarefa de reverter a situação de desconhecimento das línguas indígenas brasileiras teria que 1) dar a essas línguas o estatuto de línguas válidas, não-primitivas, como era voz corrente nos livros didáticos e 2) institucionalizar o estudo, promovendo pesquisas de campo e ampliando o saber na área.

Desempenhou essa função graciosamente. Pelo muito que deu, recebeu em troca uma sala de trabalho e o reconhecimento e a amizade de todos nós. Na então Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil era professor-adjunto de uma disciplina isolada, ministrada em dois semestres para os alunos de letras anglo-germânicas e letras clássicas. Os graduandos em letras neolatinas, dado o acúmulo de disciplinas, não tinham o horário para fazer essa disciplina. Foi o Museu Nacional que abriu o espaço para se instalar essa nova área de estudo.

A falta de institucionalização do campo fica patente na minha história. Graduei-me em letras neolatinas em 1957 pela então Universidade do Brasil. Pensava que índio, no Brasil, era coisa do passado. Sabia apenas o que aprendera no curso primário: eram da raça vermelha, falavam uma língua tupi-guarani, moravam em taba, tinham um cacique chamado morubixaba, um curandeiro chamado pajé e estavam fielmente representados em *O Guarani* de José de Alencar, transformado numa belíssima ópera por Carlos Gomes. O meu despertar se deu nos Estados Unidos, num curso de Introdução

à Lingüística, disciplina que não tivera no Brasil, ao me deparar, num exercício, com dados do maxakali, ao que se seguia a localização, Brasil. Pensei comigo, além dos tupis e dos bororos, perpetuados numa marchinha de Carnaval, dos aimorés, nome de um biscoito em cuja lata havia um índio com uma pena atravessada no nariz, dos tupiniquins e botocudos, designações que dávamos para algo que era atrasado e matuto, mais ou menos sinônimo do que seria hoje terceiro mundo, havia esses maxakalis?

Lembro-me de minha procura, na volta, por um local onde pudesse me dedicar ao estudo das línguas indígenas. Por um feliz acaso, cheguei ao Museu Nacional. Durante muito tempo o único lugar institucional aberto para a apresentação de trabalhos dos pouquíssimos lingüistas que se aventuravam a se profissionalizar nessa área eram os encontros bianuais da Associação Brasileira de Antropologia. E, diga-se de passagem, Mattoso Câmara foi secretário da Aba e eu mesma exerci essa função durante três gestões seguidas.

Aryon Rodrigues iniciara sua carreira de pesquisador também num museu e também foi secretário da Aba, o Museu Paranaense. Ainda hoje subsiste no Museu Antropológico de Goiânia, no Museu Paraense Emilio Goeldi, assim como no Museu Nacional, paralelamente à pós-graduação em lingüística que tem lugar nas Faculdades, um setor de lingüística cuja função é a pesquisa de línguas indígenas brasileiras.

Essa relação de convivência diária com os antropólogos dos museus vai ser, a meu ver, responsável por uma das faces que o trabalho com línguas indígenas assume no Brasil e talvez na própria construção da identidade de “lingüista”.

Em Comunicação feita com Bruna Franchetto, intitulada “A concepção dos lingüistas” e apresentada na XIII Reunião Brasileira de Antropologia (1986), na mesa redonda “A responsabilidade social dos lingüistas”, apresentou-se uma análise de 13 entrevistas feitas com pesquisadores que, à época, trabalhavam com línguas indígenas. Essas entrevistas foram altamente reveladoras de como os lingüistas atuantes então se concebiam como *persona* e como constituinte de um grupo diferenciado dos demais colegas. As histórias de vida contadas sempre ressaltavam o trabalho de campo, como uma etapa marcante em suas vidas pela experiência adquirida, que o singularizava, e

obrigatória, não só para a realização do trabalho, mas também para a concepção de lingüística que se deveria fazer. Ouçamos alguns dos entrevistados.

[O lingüista que trabalha com línguas indígenas] É completamente diferente. O outro lingüista é um alienado. Se afasta do centro da linguagem que é o próprio homem falante. O lingüista de campo é essencialmente um humanista.

O campo é visto também como uma cerimônia de iniciação, um batismo, tanto para o lingüista quanto para o antropólogo. Eis o que nos diz um dos entrevistados.

Minha ida ao campo foi um ritual de passagem onde antes eu era um estudante e depois eu sou um lingüista.

A ida ao campo é indispensável para se conhecer a realidade do outro, do distante, do diferente. É preciso, tanto para o lingüista de campo quanto para o antropólogo, descobrir como o outro pensa, como ele vê a realidade, como se estruturam suas relações sociais e acima de tudo, como todos nós concordamos em relação à línguas, não se avaliar aquela sociedade como boa ou ruim. Isto é, não se devem emitir juízos de valores, por mais que nos choquem certos hábitos e costumes. O exercício do trabalho de campo é ambíguo, pois enquanto você procura descobrir o outro, naquela situação, naquele grupo, naquele território é o pesquisador que é o outro, o de fora, o estranho.

E deixemos mais uma vez falar os lingüistas que passaram por esta experiência.

É uma experiência diferente. É uma experiência com o outro que é um enigma social. Aí é difícil separar a pesquisa de questões amplas. Seu próprio ser é envolvido. É você que é o estrangeiro no grupo, é o outro.

É nesse contexto também que vivenciamos o Brasil da desigualdade social e econômica gritante e da falta de oportunidade, do esbulho, da dependência dos favores e das vontades políticas da entidade protetora. Encurralados pela população local, discriminados e impotentes, sente-se de imediato a necessidade de encontrar um meio de ajudar às populações que nos hospedam, sem que seja um

mero assistencialismo que só cria maiores dependências e maiores humilhações. Surge assim o profissional politicamente engajado, disposto a mudar o *status quo*.

Num mundo de trocas, uma saída é ensinar os truques e o que é o mundo dos brancos. É o que nos sugere um dos entrevistados:

Sempre respeitei o princípio da troca. Eu respondo todas as perguntas que eles me fazem sobre o mundo dos brancos. No Xingu, você é pesquisador institucionalizado. Eles não estavam interessados na pesquisa, mas estão começando a associar lingüística e escola. Aí eu não precisaria levar presente: a troca seria alfabetizar.

E é assim que surge a idéia de assessoria a projetos de educação bilíngüe.

Já outro entrevistado vê a possibilidade de pagamento de um outro ângulo, como se pode ver na citação a seguir.

Procurei com eles um pedaço de terra para eles morarem. Quero, através de meu trabalho, conseguir um *status* de modo a ser ouvida pela Funai.

E assim surge a participação na luta pela conquista da terra e a ética do “retorno” preside a finalidade do trabalho.

A mudança do currículo universitário, a obrigatoriedade da disciplina de lingüística nos cursos de graduação e o advento da pós-graduação mudam esse quadro. Acrescente-se a isso o novo paradigma que surge com a “nova ciência da mente” que interrompe o diálogo entre a lingüística e as ciências sociais, entre língua e cultura e passa a prevalecer a relação entre linguagem e mente. Com o fim do estruturalismo, o novo paradigma busca suas origens no pensamento cartesiano substituindo o relativismo das categorias das línguas humanas pela universalidade e inatismo da faculdade humana da linguagem.

O estudo das línguas indígenas ganha, porém, uma nova dimensão: a valorização que se intensifica no século XX da diversidade quer seja de raça, de religião, de culturas, quer seja de plantas, de animais ou de línguas. A idéia de salvamento e de recuperação, de reconstrução da história e da pré-história faz com que o estudo das línguas indígenas ganhe um novo espaço e mais proeminência.

O *locus* acadêmico da lingüística indígena amplia-se. Não é mais nas reuniões bianuais da Aba que os lingüistas se encontram, apresentam trabalhos e discutem seus problemas. Tem-se hoje uma Associação Brasileira de Lingüística (Abralin) e uma Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística (Anpoll). Observe-se, porém, que não é por motivos epistemológicos, teóricos ou metodológicos que, nas reuniões da Anpoll, os lingüistas que trabalham com línguas indígenas têm um grupo próprio o GT Línguas Indígenas Brasileiras onde se apresentam trabalhos sobre fonologia, sintaxe gerativa, em morfologia distribucional, embora haja Grupos de Trabalho sobre fonologia, sintaxe gerativa, morfologia distribucional. O único motivo que vejo para essa separação é a história diferenciada do campo.

No Museu Nacional o diálogo ainda não terminou. Os lingüistas continuam a dar cursos de lingüística e de técnicas de trabalho de campo no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Acompanham as etapas de aprendizagem da língua do grupo que os alunos estão estudando e orientam dissertações e teses. Dividem essas atividades com cursos de pós-graduação e orientações de dissertações e teses na Faculdade de Letras. E o campo se enriquece: há dissertações e teses de antropologia com enfoques lingüísticos e teses de lingüística com enfoques antropológicos. Não sei dizer se essa dualidade irá perdurar. Porém pode-se avaliar que o antropólogo que aprende a falar e entender a língua da comunidade que estuda, que pode traduzir seus mitos terá uma inserção naquela comunidade muito maior do que aquele que precisa de um intérprete. Do mesmo modo o lingüista que entende e lê a sociedade cuja língua estuda também terá mais possibilidades de analisar corretamente seus dados e ser bem aceito.

Talvez fosse tempo de se traçar uma política institucional de introduzir nos currículos de antropologia cursos de lingüística e nos de lingüística cursos de antropologia, pois, mesmo que a faculdade de linguagem seja inata e igual para todos, ela se atualiza num contexto social. Saber analisar esse contexto, entender as regras daquela sociedade é, no mínimo, um ato de respeito humano e consideração aos grupos que estudamos.



---

# MÓDULO

## 2

---



**ABA 50 ANOS:  
EVENTOS LOCAIS**

Organização Cornelia Eckert



**ABA 50 ANOS NA UFSC  
FLORIANÓPOLIS, SC  
18 MARÇO 2005**

Comissão Organizadora do Evento:

Alberto Groisman, Alcía Castells, Maria Amélia Dickie, Deise Lucy Oliveira  
Montardo, Miriam Pillar Grossi.

Exposição fotográfica “Registro e Memória da **IX Reunião Brasileira de  
Antropologia Florianópolis, 1974**”

Alberto Groisman  
Deise Lucy O. Montardo  
Carolina Corrêa  
Silvio Coelho dos Santos



## **“ABA 50 ANOS” E A 9ª RBA EM FLORIANÓPOLIS, SC**

---

Miriam Pillar Grossi  
UFSC, SC

Presidente da ABA – gestão 2004-2006

É com muita satisfação que damos início, com esta cerimônia, as comemorações dos 50 anos da Associação Brasileira de Antropologia.

A ABA foi criada oficialmente em Salvador da Bahia em julho de 1955, mas o projeto de sua criação deve muito à Heloisa Alberto Torres que, desde o final dos anos 40, fazia gestões junto ao Ministério de Educação para a realização da primeira reunião brasileira de antropologia que aconteceu em novembro de 1953 no Museu Nacional – Rio de Janeiro. Criada por um pequeno grupo de antropólogos, hoje a ABA tem mais de mil sócios e congrega a imensa e respeitada comunidade antropológica brasileira.

Homenageamos hoje os antropólogos de Santa Catarina que ousaram fazer uma reunião da ABA em plena ditadura militar, em dezembro de 1974, no campus da UFSC. As imagens e documentos desta reunião, que se encontram na exposição no hall central do Centro de Filosofia e Ciências Humanas resultado da pesquisa do Professor Silvio Coelho dos Santos, ilustram uma importante página da história da antropologia no Brasil.

Para os jovens aqui presentes é importante lembrar o clima de medo que vivíamos no Brasil no início dos anos 70: reuniões eram proibidas, encontros acadêmicos inexistiam devido à censura, professores haviam sido cassados nas principais universidades brasileiras e qualquer pesquisa junto à povos indígenas e outros grupos marginalizados era alvo de suspeita e não raro de perseguição política, que seguidamente resultava em convocações da polícia (como

foi o caso de vários dos colegas aqui presentes) para não relatar as prisões arbitrárias que podiam ocorrer a qualquer momento. Vivia-se num Estado de terror e, foi neste clima, que os alunos e seguidores de Oswaldo Rodrigues Cabral, Silvio Coelho dos Santos, Ana Maria Beck, Maria José Reis, Neusa Bloemer, Gerusa Duare, Luiz Carlos Halfpap, Arluino Eble e um grupo de estagiários, entre os quais Maria Amélia Dickie e Jane Beltrão, organizaram a 9ª Reunião Brasileira de Antropologia. Os temas das Mesas Redondas e o tom dos debates expressavam o forte compromisso que os antropólogos da época tinham com a democratização da sociedade brasileira.

A 9ª reunião foi também um marco para a própria antropologia brasileira, uma vez que ela foi um divisor de águas entre uma primeira fase de produção antropológica – cujo início se situa nos 1930 e que esteve nos anos 1950 e 1960 vinculada aos Museus (Museu Nacional, Museu Emilio Goeldi, Museu Paranaense de Antropologia e Arqueologia, Museu Antropológico na UFSC, entre outros) – e uma segunda fase, que se inicia no final dos anos 60/início dos anos 70 vinculada aos programas de pós-graduação em antropologia.

Basta lembrar que foi na reunião de Florianópolis que os jovens antropólogos de então, hoje nossos mais respeitados colegas, iniciaram a luta pelo ingresso na ABA, na categoria de sócio estudante, dos mestrandos em antropologia. Ingresso que só se concretizou na reunião de Recife, em 1978.

Foi também naquele momento que começou a ser gestado o Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFSC, razão da presença de muitos de nós, professores e alunos do PPGAS, hoje aqui na UFSC.

É, portanto por “dever de memória” que a ABA agradece e homenageia este grupo de colegas com esta placa comemorativa dos 30 anos da 9ª Reunião Brasileira de Antropologia.

**ABA 50 ANOS NA UFRN**  
**NATAL, RN**  
**13 ABRIL 2005**

Comissão Organizadora:  
Elisete Schwade (Coordenadora),  
Julie Cavnac,

Exposição fotográfica:  
Lisabete Coradini



# OS 50 ANOS DA ABA NA UFRN E A ANTROPOLOGIA NO RIO GRANDE DO NORTE

---

Elisete Schwade  
UFRN, RN  
Diretora da ABA, gestão 2004-2006

Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Natal, comemoramos os 50 anos da ABA simultaneamente ao início das atividades acadêmicas do recém-criado Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRN. Foi uma coincidência feliz que muito nos honrou, e oportunizou a partilha de projetos e trajetórias que vem sendo lembradas no decorrer deste ano tão importante para nossa Associação.

A concretização do projeto do PPGAS – Mestrado significou, para os membros mais recentes do quadro docente da antropologia na UFRN, o envolvimento no resgate da história da Antropologia no estado RN<sup>31</sup>. Permitiu conhecer ramificações de sua institucionalização e trajetórias de antropólogos que por aqui passaram e/ou aqui permaneceram. Aspectos desta história dentro da UFRN foram retomados: fragmentos, diferentes versões, singular e plural, “memória” que marca realizações da antropologia e atividades de antropólogos.

Este me parece, tem sido o espírito da comemoração descentralizada dos 50 Anos da ABA. Estamos construindo uma espécie de mapa das atividades de antropólogos em diferentes regiões do Brasil ao mesmo tempo em que vem se oportunizando aos antropólogos o “conhecimento local” de histórias particulares.

---

<sup>31</sup> Participaram da coleta dos dados e elaboração do projeto do PPGAS os Professores: Anita Queiroz Monteiro, Elisete Schwade, Julie Cavignac, Lisabete Coradini e Luiz Assunção.

Voltando às comemorações no RN reafirmamos, no decorrer do evento, a importância dos antropólogos no “fazer antropologia”: é por meio de suas atividades, trajetos e trajetórias que aprendemos sobre nós mesmos. Agora “somos todos nativos”, como nos diz Geertz.

O início das atividades do PPGAS na UFRN foi também uma retomada de um processo interrompido: um Mestrado em Antropologia funcionou na UFRN entre 1979 e 1982. Foi um dos cursos pioneiro da Antropologia no Nordeste Brasileiro, liderado por um grupo que vinha consolidando suas atividades acadêmicas, com destacada atuação, entre outros, dos professores Nássaro Nasser, Elizabeth Nasser, Anita Queiroz Monteiro, Kabengele Munanga, Etienne Samain. O referido curso teve uma repercussão regional e nacional significativa, atendendo a uma demanda de profissionais de Antropologia ainda hoje em atividade – como os Professores Luiz Carvalho de Assunção (hoje docente do Departamento de Antropologia e PPGAS/UFRN) Sérgio Ferretti e Mundicarmo Ferretti (ambos professores da Universidade Federal do Maranhão).

Em 1982, por razões conjunturais, o então mestrado em Antropologia foi transformado em mestrado em Ciências Sociais<sup>32</sup>

Com esta transformação, as atividades dos docentes de Antropologia concentraram-se temporariamente na graduação do curso de Ciências Sociais, desenvolvendo projetos de extensão e pesquisa e atuando em núcleos de pesquisa, como o Núcleo da Seca; realizando pesquisas na área de etnologia brasileira entre os índios *Urubu-Kaapor* (Prof. Etienne Samain) e na Antropologia Rural com o projeto “Estratégias de sobrevivência do pequeno produtor em período de seca” (Profas. Anita Queiroz Monteiro e Márcia Maria Gramkov).

Um novo impulso se dá na década de 1990, com a chegada de docentes contratados por meio de concurso público. Além do incremento das atividades na pesquisa e na graduação, buscando a visibilidade de uma área de conhecimento e como resultado de um processo de qualificação dos professores, a ampliação do quadro propiciou a atuação na pós-graduação em Ciências Sociais da UFRN, chegando, em 2003, a uma participação efetiva e contínua no programa

---

<sup>32</sup> Uma das versões mais próximas desta história foi apresentada pelos Profs. Nássaro e Elizabeth Nasser, e consta nesta coletânea.

de Pós-Graduação em Ciências Sociais, ao nível de mestrado e doutorado, de quatro professores do Departamento de Antropologia, lecionando disciplinas, orientando alunos e desenvolvendo pesquisas ligadas à área de concentração “Cultura e Representações Sociais”.

Outro fato importante foi a criação do Departamento de Antropologia, em 1999. Tal iniciativa propiciou espaço para a formação de três bases de pesquisas específicas na área de formação do corpo docente. São elas: CIRS – Cultura, Identidade e Representações Sociais; GECP – Grupo de Estudos Sobre Cultura Popular e NAVIS – Núcleo de Antropologia Visual. As três bases de pesquisa têm suas coordenações sob a responsabilidade de professores do DAN, tendo como participantes de suas atividades alunos de diferentes cursos de graduação e pós-graduação da UFRN, como também de professores de outros departamentos. Os grupos têm dinamizado as atividades do DAN através de seus projetos de pesquisa, grupos de estudos, ciclo de estudos, cursos, seminários e um expressivo trabalho de extensão sobre temáticas contemporâneas, voltadas para o corpo docente e discente da UFRN. Entre os projetos de extensão, destacam-se “Caminhos da Pesquisa” (2000-2004), o projeto “Cultura Afro-Brasileira no Ensino Fundamental” (2001-2002), o projeto “Tapera: em busca dos lugares de memória” (2002-2005), “Itinerários Antropológicos para uma pesquisa visual” (2003-2004), “Ciclo de estudos sobre a cultura popular” (2002), entre outros.

No ensino na graduação, pesquisa e pós-graduação em Ciências Sociais, os docentes de disciplinas de Antropologia coordenaram diferentes atividades, caracterizando um envolvimento efetivo com a prática da pesquisa e atuação na graduação e pós-graduação, com destaque para:

- 1) projetos de intercâmbio com diferentes instituições nacionais e internacionais, por meio do programa de Professores Visitantes<sup>33</sup>
- 2) orientações de dissertações de mestrado<sup>34</sup>;
- 3) participação de diferentes comissões (bancas examinadoras

---

<sup>33</sup> Entre os profissionais que participaram de tais projetos, cabe mencionar: Prof. Christian Meriot/ Universidade de Bordeaux II/França em 1999 e 2000; Prof. Jacques Galinier, CNRS/Nanterre/França, em 1998; Prof. César Uchoa, Universidade Nacional do México, em 2001; Profa. Graça Índias Cordeiro, ISCTE/Portugal, em 2001, entre outros.

<sup>34</sup> Os Professores do Departamento de Antropologia tiveram, sob sua orientação, orientaram 16 dissertações de mestrado concluídas no programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN, no período entre 2001 e 2004.

de qualificação e defesa, comissões de trabalho, comissões de seleção de candidatos entre outras).

A expectativa de retomar a pós-graduação na área de Antropologia vinha sendo delineada pelo DAN desde 2001, por meio do oferecimento, para alunos oriundos do curso de Bacharelado em Ciências Sociais e áreas afins, de um Curso de Especialização em Antropologia. O primeiro curso com o título “Antropologia na Cidade: Teoria, Trabalho de Campo e Método” foi realizado no período de Julho de 2001 a novembro de 2002. O segundo curso, “Dinâmicas Culturais Contemporâneas”, aconteceu entre maio de 2003 a abril de 2004.

Dentro deste quadro ocorreu a mobilização dos docentes do DAN no sentido da implementação de um programa de pós-graduação em Antropologia. Iniciativa que teve êxito com o encaminhamento do projeto do PPGAS no âmbito da UFRN em 2004, o qual foi aprovado em todas as instâncias. Em novembro de 2004 o PPGAS foi recomendado pela CAPES, o que permitiu o início de suas atividades e vem dando continuidade a um processo crescente de consolidação da área de Antropologia na UFRN, bem como fortaleceu as relações com outras instituições.

Diante desta história recente, tão estreitamente vinculada a idealizações e ao destaque de antropólogos que fizeram e fazem a história da antropologia, tivemos muito para comemorar. O evento dos 50 Anos da ABA em Natal, inaugurando oficialmente as atividades acadêmicas do PPGAS7UFRN que coroou este processo.

Ouvimos, nas falas dos Profs. Peter Fry, Miriam Grossi, Nássaro Nasser e Luiz Assunção, diferentes percepções de uma mesma histórica, dinâmica, processual, local, nacional ou internacional, com a qual nos identificamos conjuntamente, por razões que dão sentido à existência da ABA. Nas imagens, fotografias, *folders*, cartazes, dissertações, publicações expostas no *hall* de entrada do Auditório, observamos uma produção diversificada da antropologia no RN nas suas diferentes etapas, o que proporcionou um clima de reconhecimento da participação de todos em um projeto coletivo que culmina com esse momento gratificante de nossa disciplina, no Brasil e no Rio Grande do Norte.

## Referência

GEERTZ, Clifford. *O saber local*. Petrópolis, Vozes, 2003.

## **DEPOIMENTO SOBRE O PRIMEIRO MESTRADO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL NA UFRN**

---

Nássaro Nasser e Elizabeth Nasser  
UFRN, RN

Considerando fortalecer a Antropologia e atualizar seu ensino e pesquisa, a partir de 1977 iniciamos uma série de atividades que culminaram com a instalação do primeiro Curso de Mestrado em Antropologia Social na UFRN. A nossa intenção era no futuro constituir um Centro de Excelência em Antropologia na nossa universidade, atendendo a Região. Era um plano arrojado, talvez até ambicioso, mas viável, considerando-se que no Nordeste não havia curso de pós-graduação nessa área específica já consolidada. Mesmo no Sudeste e Sul do país, à época, havia poucos cursos de pós-graduação em antropologia e a formação de doutores ainda estava incipiente.

Por outro lado, pensávamos também na atualização do material humano local, através da importação de pessoal qualificado que trouxesse conhecimentos de ponta em Antropologia. Isto significava a contratação de novos mestres (mais disponíveis naquele momento) e doutores, e a saída de graduados e mestres existentes localmente para o doutoramento. Com isso esperávamos em um quinquênio, ou dois, ter a prata da casa preparada e retornando para substituir os visitantes que quisessem partir. Também, queríamos atualizar o saber, o fazer, e as temáticas abordadas pela antropologia, no curso de Ciências Sociais, através do intercâmbio com Programas de Pós-Graduação já estruturados como os do Museu Nacional, USP e Unicamp/SP, por exemplo.

Como estratégia, começamos por reforçar a Equipe de

Antropologia, contratando novos professores e conseguindo mais autonomia à coordenação. Desse esforço inicial, resultou na contratação de três mestres – Manuel Pereira, Antonio Marques de Carvalho e Clarice Novaes da Mota e dois doutores – Mércio Gomes e Tom Oliver Miller - que vieram se juntar aos dois mestres já existentes, Elizabeth Nasser e Nássaro Nasser, na equipe de antropologia. Nessa etapa, nosso trabalho contou com o apoio decisivo do então Reitor Prof. Domingos Gomes de Lima, do Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação Prof. Marcos Antonio Rocha e do diretor do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes Prof. Jardelino de Lucena Filho e da CAPES, através do Plano Nacional de Pós-Graduação.

Animados por essas circunstâncias favoráveis, nosso primeiro passo foi a reciclagem de graduados e professores de antropologia, através do Curso de Especialização em Antropologia Social, realizado de fevereiro a dezembro de 1978, e do Curso de Extensão sobre “Índios do Brasil”, em abril do mesmo ano.

O Curso de Extensão funcionou como coadjuvante da especialização, valendo quatro créditos para a disciplina de Etnologia do Brasil. Dele participaram os professores da casa e convidados – Egon Schaden (USP), Pedro Agostinho e Maria do Rosário Carvalho (UFBA), Frans Moonen (UFPB), Ney Land (Museu do Índio) e Etienne Samain, que posteriormente seria incorporado ao corpo docente do Centro de Ciências Humanas. Sua metodologia incluía a presença nas palestras diárias na universidade e relatório dos alunos, valendo para a nota.

Também como parte da Extensão promovemos uma “Semana do Índio”, contando com a ajuda decisiva do Museu do Índio, que trouxe para Natal grande acervo de material e filmes etnográficos, assim como pessoal especializado para organizar exposições e fazer palestras, tudo sob a coordenação do etnógrafo Ney Land. Essa parte movimentou toda a cidade, recebendo ampla cobertura da imprensa. Alunos de graduação foram preparados e proferiram palestras nas escolas de segundo grau. À noite, havia apresentação de filmes etnográficos, em sessões abertas ao grande público, no centro de Turismo. Essa movimentação deu grande visibilidade ao trabalho desenvolvido pela antropologia.

O Curso de Especialização em Antropologia Social constituiu o balão de ensaio para o futuro mestrado. Seu perfil curricular já priorizava os estudos urbanos e rurais, ancorados em temáticas definidas pelos docentes. Para as disciplinas regulares contamos mais uma vez com a prata da casa e mais os professores visitantes: Gilberto Velho (MN), Charles Wagley (UF) e João Batista Borges Pereira (USP), além de conferencistas como Thales de Azevedo (UFBA) e Peter Fry (então da UNICAMP).

Com esse primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu* objetivamos aprofundar o preparo de quinze alunos para atuarem em atividades de ensino e pesquisa em Antropologia. Ênfase foi dada aos temas urbanos e rurais. O Curso foi ministrado segundo metodologia que envolvia aulas expositivas e práticas de pesquisa, conduzindo os estudantes a uma aprendizagem mais sólida do fazer antropológico. A área de estudo foi prioritariamente a micro-região de Natal, facilitando o trabalho de campo e a aplicação dos conhecimentos teóricos e práticos, dentro de uma perspectiva antropológica, em uma região urbana familiar.

Após a experiência dos cursos de Extensão e Especialização, sentimos que já podíamos partir para o Mestrado. Naquele momento, havia um clima favorável pelo interesse dos órgãos oficiais de fomento a criação e implementação de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, na época ainda muito restritos a uns poucos centros de ensino superior. Dessa forma, a iniciativa de implantação de um curso de mestrado em Antropologia Social em Natal, repercutindo no Nordeste, encontrou um clima favorável. Na UFRN a criação do mestrado apoiou-se em vários aspectos:

a) a reconhecida necessidade de implantação de pós-graduação em Antropologia Social para capacitação de profissionais da própria região nordestina nessa disciplina – professores e pesquisadores – que se voltassem para sua própria realidade social e aqui permanecessem, descentralizando tais atividades da região Sudeste e Sul, onde se encontravam concentradas.

b) preencher o vácuo de cursos de pós-graduação em Antropologia na região nordeste, considerando já haver pelo menos três fortes centros de ensino pós-graduado em Sociologia em Pernambuco, Ceará e Bahia, e apenas um embrionário curso

de pós-graduação em Antropologia, em Recife. Disso já havíamos sido alertados por membros de comissões da Capes que aqui estiveram e com os quais fizemos uma sondagem sobre a possibilidades de criação da pós-graduação em Antropologia, recebendo deles o incentivo e a sugestão do caminho a seguir.

c) ampliar e atualizar o conhecimento da teoria e do fazer antropológicos, aplicando-o ao estudo da realidade rural e urbana brasileira e, em particular, nordestina, considerando as grandes transformações que ocorriam no país e na região àquela época. Por outro lado, existia um vazio quase total de conhecimento antropológico da cidade, do estado e mesmo da região. Os estudos existentes eram, com algumas exceções, de viés sociológico desenvolvimentista e folclórico ortodoxo.

d) a experiência realizada pelo então Departamento de Estudos Sociais, no ano de 1978 e anterior, através dos Cursos de Extensão e de Especialização em Antropologia Social, dando formação mais avançada aos alunos graduados em Ciências Sociais, nas áreas da antropologia voltadas para os estudos urbanos e rurais.

Para dar continuidade ao nosso projeto, iniciamos a etapa de contratação de novos docentes, em reforço à equipe local. Procuramos considerar que todos tivessem formação antropológica e, no mínimo, o nível de mestrado, até porque havia exigência institucional nesse sentido. Assim começamos contratando Ângela Maria Tygel (doutoranda na Universidade de Stanford), Bela Feldman-Bianca (PhD Uni.de Columbia), Etienne Samain (PhD em Louvain e Ms no MN), Laís Mourão Sá, (Ms no MN), Madeleine Michton (PhD U. N.York), Roberto Ricardo Ringuelet (Ms no MN). Posteriormente foram contratados Kabengele Munanga (Dr. pela USP) e Anita Queiroz Monteiro (MS, USP). Havia ainda os professores de outros departamentos que atuavam nas áreas de domínio conexo – lingüística antropológica e Ecologia humana - e nas disciplinas obrigatórias e não antropológicas: Metodologia do Ensino Superior e Estudos de Problemas Brasileiros, conhecida jocosamente na época como Para Frente, Brasil.

Fora desse quadro geral, havia três possibilidades institucionais concretas de contar-se com a colaboração de professores visitantes e assegurar uma integração em projetos comuns:

- a) Um protocolo de intenções firmado entre o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia do Museu Nacional e o nosso curso de Mestrado, o qual compreendia o intercâmbio de alunos e professores;
- b) Um convênio existente entre a UFRN e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), envolvendo qualquer departamento;
- c) Um convênio em via de realização com a “Ecole de Hautes Etudes” (Paris V), através de um programa de apoio do Governo francês para o desenvolvimento da pesquisa de pós-graduação na UFRN.

Segundo informações que recebemos posteriormente, com exceção da primeira possibilidade, utilizada de forma parcimoniosa, as outras nunca foram implementadas, perdendo-se uma grande oportunidade de proveitoso intercâmbio.

O perfil curricular do mestrado foi montado procurando oferecer uma referência teórica aos alunos e ênfase nos estudos das sociedades urbanas e camponesas, sem exclusão de áreas tais como sociedades indígenas. Para isto na análise curricular dos antropólogos contratados consideramos, na medida do possível, o aspecto de adequação ao currículo, disso advindo uma certa homogeneidade na formação dos docentes. Os temas de pesquisa, no entanto, ficaram a critério de cada professor. As disciplinas oferecidas foram divididas em obrigatórias, optativas e de domínio conexo, enquadrando-se as de concentração nas duas primeiras categorias. Entre as primeiras estavam as teorias, compreendendo a releitura de autores clássicos e modernos, e métodos e técnicas de pesquisa, além daquelas exigidas pelo MEC, acima citadas. Podiam inscrever-se no curso os alunos portadores de diploma de graduação em ciências humanas e áreas afins.

Implantado o mestrado, em agosto de 1978, viajamos para a Universidade da Florida, onde iríamos fazer o doutoramento, indicando o Prof. Etienne Samain para coordenar o curso, tendo em vista as qualidades por ele demonstradas durante o tempo em que trabalhamos juntos.

Infelizmente, conforme fomos informados e os fatos comprovam, tão logo o Curso de Mestrado foi iniciado, em 1979, problemas os

mais diversos começaram a surgir, transformando-o em um palco de litígio e o impelindo para o declínio. A própria posição de Etienne como seu coordenador foi questionada, alegando-se seu doutoramento em Teologia, embora fosse mestre em Antropologia. Esse é um fato curioso estimando-se que posteriormente vários coordenadores do mestrado eram portadores apenas do grau de mestre. O que parecia naquele momento ser um confronto particularizado e xenofóbico mostrou-se com o passar do tempo em algo mais amplo e com raízes mais profundas. Embora o argumento para sua modificação levantasse a perspectiva da multidisciplinariedade, a luta envolvia no seu âmago uma questão de poder, comum em outros Departamentos de Ciências Sociais, de outras universidades brasileiras, e que está a merecer um estudo mais acurado. Etienne por não ser nativo, foi o bode expiatório.

Também concorreu para o enfraquecimento da Antropologia a revoada de professores visitantes, antes que fossem substituídos pelos antropólogos da casa, titulados ou com titulação em andamento, conforme o previsto no planejamento inicial. Frise-se, porém, que não houve muito empenho localmente para que ficassem. Em pouco tempo novos coordenadores foram eleitos e o curso começou a tomar outra feição, mais ao sabor do interesse do segmento majoritário, por isso dominante. De Antropologia Social o curso metamorfoseou-se em Ciências Sociais com áreas de concentração em Antropologia e Sociologia, depois a Antropologia foi minguando até desaparecer como área de concentração. Com o conseqüente robustecimento da Sociologia, desaguando depois, por uma questão de sobrevivência, parece-nos, em um curso de Ciências Sociais de perfil multidisciplinar.

Por isto, estamos felizes com este auspicioso recomeço após 25 anos – um jubileu de prata – da instalação do 1º Mestrado em Antropologia Social. Nossos votos do mais absoluto sucesso aos novos e talentosos antropólogos e antropólogas que mesclados com os veteranos conseguem repetir o mito de Fênix, ressurgindo das próprias cinzas. Boa sorte, a bola é de vocês.

# REMINISCÊNCIAS DE UMA ANTROPOLOGIA: LEMBRANÇAS DO MESTRE VERÍSSIMO DE MELO

---

Luiz Assunção  
UFRN, RN

Esta comunicação pretende apresentar alguns elementos sobre a presença da antropologia como disciplina acadêmica no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ressaltando o papel exercido pelo professor Veríssimo de Melo nessa trajetória. Esperamos possibilitar uma discussão e posterior aprofundamento em termos de reflexão sobre a temática.

A antropologia na UFRN possui uma trajetória marcante e significativa. Ela está presente desde a instalação da instituição, em 1960, através da criação do Instituto de Antropologia, responsável pelo ensino e a pesquisa que seria realizada em seus laboratórios de antropologia cultural, arqueologia e antropologia biológica. É importante destacar a influência de Câmara Cascudo na definição e implantação da antropologia como uma das áreas de conhecimento instituídas por esta universidade em seu projeto de criação.

No entanto, antes da criação da UFRN, a antropologia já é lecionada nas faculdades isoladas existentes na cidade de Natal, como na Faculdade de Filosofia em que há a cadeira de Etnografia do Brasil. São esses professores que assumem a responsabilidade de implantar o ensino e a pesquisa da antropologia na Universidade recém-criada. Esses mestres vêm de uma trajetória intelectual – de acordo com a visão de antropologia dominante na época – marcada por uma preocupação com os estudos da tradição e dos costumes sociais, referendada por interlocuções com o culturalismo, de onde nutrem seus conceitos e referências. Quem são esses professores e o que é

possível destacar de suas trajetórias?

Vindos basicamente da área jurídica, esses professores não possuem formação disciplinar na ciência antropológica. Seu campo de ação intelectual se situa entre a literatura e o folclore. É na efervescência cultural da década de 1940 que esses jovens intelectuais, sob a liderança de Câmara Cascudo, dão início a uma produção que busca refletir sobre o homem, o espaço e a cultura potiguar. Entre outros, fazem parte desse grupo Manoel Rodrigues de Melo, Veríssimo de Melo, Hélio Galvão, Oswaldo Lamartine, responsáveis pela constituição de um campo de estudos sobre o folclore.

O principal marco desse contexto é a organização e fundação, em 1941, por Cascudo, da Sociedade Brasileira de Folk-Lore (SBFL), com o objetivo de institucionalizar esses estudos. Como o movimento folclórico brasileiro desse período, ela tem uma proposta que se insere no debate sobre a identidade nacional e a tentativa de delinear o perfil de brasilidade requerido para o país. É o momento da “redescoberta” do Brasil e a construção de uma “brasilidade”.

Contudo, apesar da formação de uma diretoria para o período de 1949 a 1954 e de uma ampla divulgação na cidade, a SBFL não tem continuidade e sua repercussão é essencialmente local, embora seja evidente o interesse da elite local pelo tema das tradições populares. O grupo que participa da Sociedade continuará com sua produção voltada para o conhecimento dos costumes da cultura potiguar, compondo um acervo bibliográfico imprescindível para antropólogos, sociólogos e historiadores que desejem seguir as veredas do sertão, do Vale do Assu ou do litoral.

Um dos intelectuais participantes da Sociedade será integrado ao então criado Instituto de Antropologia, na condição de professor de antropologia: Veríssimo de Melo, com quem tenho o privilégio de ter alguns contatos, embora não tenha sido seu aluno. Nessa época, em 1978, estou na metade da minha graduação, quando ele me oferece uma bolsa de pesquisa e me convida a integrar o seu grupo de alunos-pesquisadores no Museu Câmara Cascudo, órgão que substitui o Instituto de Antropologia. Apesar da satisfação com que recebi o convite, não posso aceitá-lo, pois já me encontro inserido no mercado de trabalho, exercendo a função de educador social em uma instituição da cidade. No entanto, o convite oportuniza uma aproximação com o

professor Veríssimo, levando-me a procurá-lo, por exemplo, para solicitar a leitura de alguns trabalhos finais de disciplina. Lembro particularmente do relatório de uma pesquisa sobre “os santeiros e o artesanato”, quando entrevisto artesãos da região do Seridó. Após a leitura, como sempre faz, o professor registra as suas observações, datilografando-as em papel personalizado e assinando no final.

Outra lembrança do mestre é aquela em que está em sua sala de estudos, sempre sentado junto ao enorme berrau cheio de livros, escrevendo ou lendo. A sala parece enorme, quando, na verdade, são duas; uma ampla abertura no meio realiza a ligação entre elas. O berrau fica bem no meio do espaço e na parede ao fundo, por trás da mesa, uma enorme estante cheia de livros e algumas peças de artesanato completam o cenário. Eu fico encantado com aquele universo. Aquele homem magro, aparentemente sisudo, se mostra sempre disponível. *Entre, menino. O que é?* Assim, com cuidado e respeito, vou conhecendo livros e papéis daquele mundo sagrado.

Durante a sua trajetória acadêmica, Veríssimo de Melo cursa Direito na Faculdade do Recife, em 1948, e, depois de graduado, atua como juiz municipal de Natal, professor de Etnografia do Brasil na antiga Faculdade de Filosofia de Natal e professor de Antropologia Cultural na UFRN, diretor do Museu Câmara Cascudo, presidente do Conselho Estadual de Cultura e membro da Academia Norteriograndense de Letras. Mantém durante anos uma coluna no Jornal “A República”. Troca correspondências com Roger Bastide e Nunes Pereira. Entre livros e plaquetes, o autor publica mais de cem trabalhos.

A maior parte de sua obra é dedicada aos estudos do folclore e da cultura popular, como o conhecido “Xarias e Canguleiros: ensaios de folclore e antropologia social aplicada”, publicado em 1968, em que estuda a rivalidade entre os habitantes dos bairros da Cidade Alta (Xarias) e Ribeira (Canguleiros). Podemos citar ainda “Cantador de Viola”, em 1961, e “Folclore Infantil”, em 1985. Organiza e publica as cartas de Mário de Andrade para Cascudo; as correspondências mantidas por ele, Veríssimo, com Ascenso Ferreira e com Oswaldo Lamartine; o livro de poemas de Jorge Fernandes. O professor também se dedica a produzir algumas reflexões específicas no campo da antropologia, possivelmente motivado pelos cursos e aulas da disciplina que ministra na UFRN.

Nesse último aspecto se destaca, pois extrapola a atividade de sala-de-aula, publicando ensaios antropológicos em um contexto em que a academia não exige dissertações e teses. Um desses trabalhos é *Ensaio de antropologia brasileira*, publicado em 1973, pela Imprensa Universitária, em Natal. Esse livro é destinado a estudantes de antropologia e apresenta dezenove ensaios elaborados a partir de questões levantadas no decorrer das aulas de Antropologia Cultural e englobando temáticas sobre teoria antropológica, folclore, religião, etnologia indígena e cultura afro-brasileira.

O primeiro desses ensaios, intitulado *Antropologia e História*, possui uma reflexão conceitual, procurando marcar o campo da antropologia entre as denominadas ciências do homem. Reflete as leituras realizadas pelo autor, os possíveis diálogos travados e a predominância do modelo de antropologia ou prática antropológica vigente. No primeiro ponto abordado, elabora uma definição de antropologia como o estudo do homem e da cultura, apresentando-a como ciência biológica e ciência social. Insiste ao afirmar “só ela, a única ciência que estuda os aspectos biológicos e culturais do homem”, seguindo uma idéia difundida por Kroeber.

Outro aspecto destacado é a relação da antropologia com outras ciências, notadamente biologia e história. Quando estabelece a relação com a História, trabalha o conceito de relativismo cultural, tomando Herskovits como referência: “[...] os juízos de valores se baseiam na experiência e a experiência é interpretada por cada indivíduo em termos de sua própria enculturação” ((apud Veríssimo, 1973: 20). Em sua reflexão, conclui que “nunca poderemos entender claramente os valores de outras culturas em suas implicações mais sutis, desde que o façamos com base na experiência de nossa própria cultura. Porque cada cultura é uma configuração singular. Embora seja possível perceber muitos aspectos de qualquer cultura – conforme aceitam outros autores – nunca, porém, em sua totalidade e complexidade” (apud Veríssimo, 1973: 20). Cita ainda Lévi-Strauss e Franz Boas. Do primeiro, vem a idéia de que “na natureza inconsciente dos fenômenos coletivos está a originalidade da antropologia cultural” e, do segundo, a busca para a compreensão universal do homem e da cultura.

Completa o ensaio uma proposta de análise das perspectivas da

antropologia no Brasil. Ressalta a inexistência de um curso específico de Antropologia e da carreira de antropólogo. No entanto, indica a possibilidade de uma abertura para a antropologia no Brasil, com a criação dos cursos de pós-graduação, em vislumbrando o crescimento desse campo nas décadas seguintes. Reconhece que, apesar do refinamento teórico-metodológico da ciência antropológica, suas “atividades práticas, aplicadas [...] são quase nulas”, assumindo uma defesa para a importância de uma antropologia aplicada, principalmente no trabalho de desenvolvimento de comunidades. Compreende antropologia aplicada como um trabalho de ação que possibilite mudança sociocultural. Segundo Veríssimo de Melo, a antropologia é a ciência ideal para esse tipo de ação, uma vez que elabora o que denomina de uma teoria social, “como o conceito de relativismo cultural, etnocentrismo e o princípio de que a cultura é um todo integrado”. Desenvolve, ainda, a idéia de “neutralidade ética”, preconizada por Robert Redfield, como referencial fundamental para o desenvolvimento de uma antropologia aplicada.

As observações sobre o trabalho acadêmico desenvolvido pelo mestre Veríssimo de Melo, enquanto professor da disciplina Antropologia, desde a criação do Instituto de Antropologia, na UFRN, conduzem-me a pensar a existência de uma dupla forma de a antropologia se fazer presente. A primeira é como trabalho prático de pesquisa, uma espécie de “trabalho de campo”, voltado marcadamente para a temática do folclore e da cultura popular, área em que esse pesquisador constrói a sua produção bibliográfica e marca a sua presença no mundo intelectual potiguar. A segunda forma é a disciplinar, circunscrita à sala de aula, dedicada à transmissão dos conceitos e referenciais principais construídos pela ciência ao longo de sua história. Nesse aspecto, o autor se encontra marcado pela influência do culturalismo americano, seja na leitura de autores como Kroeber, Leslie White, Linton, entre outros, seja na ênfase à perspectiva histórica da cultura, posta em suas análises teóricas, demonstrando, em última instância, a influência recebida de seu mestre, Cascudo.

A trajetória intelectual do professor Veríssimo, marcada pela bi-dimensão folclore-antropologia, leva-me a indagar sobre que rumo tomará a produção dos estudos sobre o folclore, à medida que esse

modelo de professor vai sendo substituído por àqueles formados nos cursos de pós-graduação. No limite desta comunicação, levanto a hipótese de que esse campo de estudos não será abandonado. Ao contrário, significativa produção acerca da cultura popular será defendida nos cursos de pós-graduação. No entanto, é também evidente a existência de uma produção distante das universidades e dos meios acadêmicos, sob o comando dos denominados folcloristas, que, no conjunto, alimentam uma velha dicotomia: antropologia, folclore; ciência, senso comum.

## Referências

- MELO, Veríssimo de. *Cantador de viola*. Recife: Concórdia, 1961.
- \_\_\_\_\_. *Xarias e Canguleiros: ensaios de folclore e antropologia social aplicada*. Natal: Imprensa Universitária, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Livro de poemas e outras poesias. Poesia de Jorge Fernandes. Organização, introdução e glossário por Veríssimo de Melo*. Natal: FJA, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio de antropologia brasileira*. Natal: Imprensa Universitária, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Folclore Infantil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Cartas de Ascenso Ferreira a Veríssimo de Melo*. Natal: Nordeste, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Cartas de Mário de Andrade a Luís da Câmara Cascudo. Introdução e notas por Veríssimo de Melo*. Belo Horizonte: Vila Rica, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Cartas e cartões de Oswald Lamartine*. Natal: FJA, 1995.

**ABA 50 ANOS NA USP  
SÃO PAULO, SP  
07 DE JUNHO 2005**

Comissão Organizadora:  
Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer (Coordenadora),  
Exposição fotográfica “Homenagem a Lux Vidal”:  
Sylvia Caiuby Novaes  
Francisco Simões Paes e  
Mariana Vanzolini



## **A MESA DAS “GRANDES DAMAS” COMEMORAÇÃO DOS 50 ANOS DA ABA NA USP<sup>35</sup>**

---

Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer  
USP, SP

O fato de a mesa comemorativa dos 50 anos da ABA, na USP, ter reunido somente “grandes damas” da Antropologia brasileira – Eunice Ribeiro Durham, Josildeth Gomes Consorte, Lux Boelitz Vidal, Miriam Lifchitz Moreira Leite e Ruth Correia Leite Cardoso – não foi uma escolha intencional da Presidência da Associação, tampouco minha, que apenas colaborei com a organização do evento, tendo a honra de contatar e reunir essas “senhoras antropólogas” que, direta ou indiretamente, como pesquisadoras, professoras e autoras de inúmeros textos, participaram da formação de gerações e gerações de novos profissionais. Porém, mesmo não se tratando de uma escolha intencional, essa característica de gênero surtiu alguns efeitos sobre a dinâmica do evento.

Parece-me que se evidenciou, para muitos dos jovens alunos de graduação em Ciências Sociais presentes, bem como para mestrandos e doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da USP, além de professores, que aquelas mulheres representavam o que, nos anos 1950 e 60 (tempos das primeiras RBAs – Reuniões Brasileiras de Antropologia), fora uma espécie de vanguarda pré-feminista. Conforme elas próprias ressaltaram em passagens de seus depoimentos, formar-se em um curso superior, abraçar uma carreira acadêmica, participar de reuniões profissionais e ainda fazer política,

---

<sup>35</sup> O evento se realizou no dia 07 de junho de 2005, das 17h30' às 19h30', no Mini Auditório do Departamento de Antropologia (sala 24 do Prédio da FFLCH-USP/ Ciências Sociais).

naqueles anos, não era algo marcadamente feminino, mesmo em uma área de humanas<sup>36</sup>.

Tanto Miriam, quanto Josildeth, Ruth, Eunice e Lux (ordem em que apresentaram seus depoimentos<sup>37</sup>), diferentemente de algumas antropólogas do final do século XIX até os anos 40 do século XX, analisadas por Mariza Corrêa (2003), construíram seus nomes (*renomes*) não sob a marca de “auxiliares de pesquisa inestimáveis” de seus respectivos maridos antropólogos. Em variadas linhas de pesquisa que se inauguravam ou firmavam na Antropologia brasileira dos anos 50 e 60 (Antropologia e História, Antropologia das Religiões, Antropologia Urbana, Antropologia Política, Etnologia), essas mulheres se fizeram reconhecidas e construíram identidades docentes e de pesquisadoras a partir de suas próprias inserções profissionais.

Conforme sugere Mariza Corrêa (2003: 207), as convidadas homenageadas representam não apenas meio século de algumas das melhores passagens da Antropologia brasileira, mas, com suas trajetórias, demonstram a superação de um feminismo pautado em estratégias de vitimização, polarização e essencialismos, “em favor de enredos de posicionamento relacional”. São mulheres que, hoje, apesar de aposentadas, seguem atuando em importantes instituições universitárias, governamentais e de pesquisa (LISA – Laboratório de Imagem e Som em Antropologia da USP –; Programa Comunidade Solidária; CER – Centro de Estudos das Religiões da PUC/SP –; NUPES – Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior –; NHHI – Núcleo de História Indígena e do Indigenismo) nas quais compartilham suas experiências com profissionais e pesquisadores de diferentes gerações e formações.

Teve especial significado, para mim, colaborar com a organização desse evento, pois fui aluna de Eunice e Lux, li vários livros e artigos de Miriam e de Ruth e devo a Josildeth contatos importantes com antropólogos(as) da PUC, estudiosos de religiões, à época de meu mestrado.

---

<sup>36</sup> Revendo as fotos e informações publicadas no livro *As reuniões brasileiras de antropologia: cinquenta anos (1953-2003)*, de Mariza Corrêa (Brasília, DF: ABA, 2003), percebe-se a predominância de homens nas primeiras RBAs, tanto na composição das diretorias, quanto no público presente às reuniões.

<sup>37</sup> A Presidente da ABA, Prof<sup>a</sup> Miriam Grossi, abriu a “Mesa de Depoimentos” e, após breves exposições das convidadas sobre relações entre suas trajetórias profissionais, a história da ABA e o crescimento da qualidade da produção antropológica no Brasil, a Prof<sup>a</sup> Lux Boelitz Vidal deu um depoimento-palestra que antecedeu a abertura de uma exposição de parte de seu acervo fotográfico (organizada por Mariana Vanzolini e Francisco Paes, com o apoio do LISA – Laboratório de Imagem e Som em Antropologia da USP).

Enfim, valendo-me das palavras de Gustavo Lins Ribeiro, “comemorar é trazer à memória, festejar fazendo recordar” (Corrêa, 2003, nota de rodapé 3: 9). Creio que foi exatamente isso que conseguimos realizar nas prazerosas horas em que compartilhamos com essas “grandes damas” da Antropologia brasileira o quanto histórias de uma disciplina e de uma associação como ABA se faz em de outras tantas histórias, esforços e dedicações pessoais.

### **Referências**

CORRÊA, Mariza. *Antropólogas e Antropologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.



## REMINISCÊNCIAS – 50 ANOS DA ABA

---

Miriam Moreira Leite  
USP, SP

Os diários que fiz intermitentemente através da vida nunca pretenderam deter a vida, em sua fuga. Foram sempre o desejo de prolongar alguns instantes para conseguir compreendê-los. A existência permanecia na memória, mas esta se ia transformando, se re-classificando em camadas e se esgarçando. A releitura deles nunca me deteve. Só vim a compreender melhor os processos “da memória” quando percebi que não eram estáveis mas mutantes e enganadores. Um dia tive a revelação de que o que me ocupou emocionalmente durante anos a fio, limitava-se a três míseros anos.

Atualmente, em meus estudos sobre a imagem, no Laboratório de Imagem e de Som em Antropologia na USP, venho acrescentando a memória como elemento essencial à compreensão da imagem, como um processamento da combinação, permutas e arranjos de imagens mentais e oníricas.

É por isso que faço muitas restrições a aspectos da história oral, compreendendo, contudo suas contribuições, confiando mais em documentos escritos, que permitem comparações e consultas a outras fontes.

### **Entrevista dada a Adriana Menezes da Ciência&Cultura (SBPC)**

A ditadura militar nos encontrou em Araraquara, nos então chamados Institutos Isolados, que depois passaram a fazer parte da UNESP. Já fomos alertados pelo Jorge de Sena das restrições que deveríamos esperar, pois assistira em Portugal outra erupção totalitária fascista: demissões, prisões, torturas e no caso da educação um clima instável de delações e vinganças mesquinhas. O Dante foi muitas vezes chamado a depor na Polícia Federal a favor de colegas e

alunos, tanto como professor e vice-diretor em Araraquara, como depois de 72, como professor e diretor do Instituto de Psicologia da USP. Eu vivia em pânico e insegura. Tendo acompanhado de perto as perseguições aos judeus na Europa, pressentia algo do gênero. Quem me tirou dessa situação foi o Prof. da Faculdade de Ciências Econômicas, Paulo Singer que percorreu os diversos campus, analisando a situação econômica e política em que estávamos mergulhados.

Só sofri, de fato, uma restrição amigável. Eu escrevera um livro didático para ser publicado pela Cultrix, que se chamou Introdução aos Estudos Sociais e, a partir da 2ª impressão *Introdução à História Social Contemporânea*. Era uma tentativa de divulgar o que eu recebera no Curso de Ciências Sociais da USP. O capítulo sobre movimentos de massa e suas formas de pressão política foi “desaconselhado” pelos editores, pois poderia provocar a interdição do livro.

Quando voltamos a São Paulo em 1972 participei da Organização das Mães de Universitários, que vinham sendo vítimas de espionagem, prisões e torturas. Já então tinha dois filhos universitários e participantes do Movimento Estudantil. Colaborei ainda no Movimento pela Anistia e na volta dos exilados.

Meu curso de Ciências Sociais foi feito de 1944 a 1947, ainda no terceiro andar da Escola Caetano de Campos. Meus professores de Sociologia foram: Fernando de Azevedo, Roger Bastide, Antonio Cândido, Gilda de Mello e Souza, Florestan Fernandes e de Antropologia Emilio Willems e Egon Schaden.

Os chamados “jovens turcos”, a turma de sociólogos formada e orientada pelo Florestan: Fernando Henrique, Octavio Ianni, Marialice Mencarini, Ruth Cardoso, Maria Silvia de Carvalho Franco, Luis Pereira, etc entrou anos depois, já com um projeto estruturado, que levaram adiante com mais ou menos êxito. Deles só tive algum apoio da Ruth Cardoso, que era de Araraquara e me ajudou nos primeiros passos de instalação na cidade desconhecida. E do Octavio Ianni, algumas atenções em diferentes situações, mas só tive convívio com sua mulher, no grupo de Mães de Universitários. O Florestan nos visitou muitas vezes durante sua Campanha em Favor da Escola Pública e apesar de uma atitude muito afetuosa nunca me chamou para seus empreendimentos universitários.

## **50 anos da Associação Brasileira de Antropologia**

Foi com alegria e surpresa que recebi o convite para falar na comemoração dos 50 anos da Associação Brasileira de Antropologia. Alegria, por me transportar para a década de 1940, quando ingressei na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e tomei contacto com Ciências Sociais reveladoras de um mundo até então despercebido. Mas a surpresa ainda foi maior, pois na década de quarenta constei apenas de uma nota de rodapé de fim de página numa revista pouco lida.

Percebi que o que deveria relatar era a pré-história da ABA. Não uma minutagem como tenho registrada do falecimento de um dos últimos gigantes intelectuais no século XIX, Franz Boas. Mas um panorama do que era a Antropologia antes da criação da ABA e da Revista de Antropologia, que nasceram quase ao mesmo tempo.

Nesse período fui aluna do professor Emilio Willems, do Prof. Egon Schaden e da profa. Gioconda Mussolini no terceiro andar da Escola Caetano de Campos, na Praça da República. A sala de Antropologia, no extremo de um dos corredores dispunha apenas de diversos crânios, um esqueleto, algumas estantes e três mesas, nessa fase de estudo da Antropologia Física. Tinha, contudo, o privilégio de estar em contacto permanente com a Escola Livre de Sociologia e Política, do outro lado do Viaduto do Chá, onde o professor Herbert Baldus estabelecera cursos de mestrado e programas de estudo ligados ao Museu Paulista, de que era diretor. Além disso, aproveitávamos a proximidade da Biblioteca Municipal e das iniciativas que Mario de Andrade tivera no Arquivo, cuja revista divulgou inúmeros trabalhos de antropologia e etnografia, além de traduções de etnógrafos alemães, alguns ainda em ação.

A escassez de espaço era compensada pelo apoio irrestrito de O Estado de São Paulo, que publicava sistematicamente artigos e conferências dos professores e cujos diretores freqüentavam os corredores e escadas da Escola, confundindo-se com suas realizações. A pequena freqüência das diferentes sessões permitia um contacto maior de alunos, de professores e de funcionários, que muitas vezes passavam de uma categoria para a outra e acabavam tendo uma ligação incomum com a Escola. Sua localização central permitia uma estreita convivência com a cidade de São Paulo que deixou rastros em retratos

tirados nos fotografos da Praça da República.

Apesar de meu encantamento com a pré-histórica da ABA, só fui compreender a sua função e a importância da contribuição de meus mestres quando voltei à pós-graduação, 25 anos depois. Em 1975 voltei à Faculdade, agora espalhada na Cidade Universitária, para trabalhar no Centro de Apoio à Pesquisa em História e fazer a pós-graduação em História Econômica. A Faculdade estava transformada pela Reforma de 1969 em Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, e as Ciências Sociais, de tão saudosa memória, tinham se convertido em Departamentos estanques de Sociologia, Antropologia e Política. Minhas aspirações de interdisciplinaridade (não sei se não de indisciplina) foram castigadas diversas vezes, na recusa de meus projetos de pesquisa. Mesmo assim, consegui trabalhar durante 25 anos no Departamento de História e me inserir no Centro de Estudos Rurais e Urbanos e na Associação Brasileira de Antropologia, através de trabalhos feitos na pós-graduação.

A importância de meus professores de Antropologia me foi revelado em maior profundidade quando, para comemorar os 60 anos da Faculdade de Filosofia organizei uma exposição, no próprio local do Centro de Apoio à Pesquisa em História, em que levantei cronogramas, documentos, jornais, fotografias, guias e programas da Faculdade de 1934 a 1994 que mostravam o desenvolvimento e as alterações que vinha sofrendo. Essa exposição teve um sucesso inesperado e tornou-se itinerante. Foi apresentada no prédio da Maria Antonia, por ocasião do lançamento do N.22 da Revista de Estudos Avançados e na Reitoria, em seu projeto *A Universidade e as Profissões*.

A partir dessa exposição, decidimos elaborar um projeto de quatro anos para desenvolver, com a documentação de cinco professores que tinham tido carreiras seminais, um estudo aprofundado das *Memórias Educacionais* da Faculdade de Filosofia. Reunir-se-ia, para isso, pesquisadores de Antropologia, História, Física, Sociologia e Psicologia, que estudariam os acervos documentais que tínhamos conseguido reunir no CAPH.

Tive a oportunidade de recolher pessoalmente, depois de ano e pouco de negociações com a esposa e filhas do Prof. Egon Schaden, o enorme acervo que ocupou uma caminhonete com sua documentação profissional, produção intelectual, documentação iconográfica e

fotográfica, fichamento de obras de terceiros, entrevistas, correspondência recebida e emitida, dossiês já organizados sob diversos títulos, homenagens. Somente a correspondência, principalmente com universidades alemãs ocupa um arquivo de quatro gavetões: começando com a década de 1930 a 1955, uma segunda de 1956 a 1959, uma terceira de 1967 a 1979 e a quarta de 1980 a 1990.

Não se tratava apenas de uma quantidade de papel. Foi surpreendente a amplitude dos interesses que revelaram e que ainda esperam pessoas dotas que os possam aprofundar. O interesse por diferentes religiões já era conhecido por inúmeros artigos que publicara em vida, mas o mais inesperado foi o Dossiê *Esperanto*, que contém jornais e revistas escritas nessa língua, esse sonho de unificar a comunicação humana ao estágio anterior à Torre de Babel, utopia extrema de conhecimento do outro.

Quando escrevi o livro *Retratos de Família* (1993) sobre análise da documentação fotográfica, pude participar das oficinas criadas nos encontros da ABA e pude me aprofundar no estudo da Imagem e da Memória. Hoje, sob os auspícios de Sylvia Caiuby trabalho no Laboratório de Imagem e Som em Antropologia, depois de ter sido aposentada por idade do Departamento de História.



## DEPOIMENTO

---

Ruth Cardoso  
USP, SP

É uma coisa bastante difícil em dez minutos apresentar e discutir as relações da minha história profissional e a história da ABA. Mas podemos contar umas histórias que eu acho que valem a pena. Acho interessante lembrar como se criou a ABA e seguir um pouco essa trajetória. Quero lembrar dois aspectos dessa associação que não podem ser esquecidos e sobre os quais os mais jovens não têm clareza. Primeiro, que foi a primeira associação profissional dentro da área de Ciências Sociais e, segundo, a que mais durou. Não só ela foi a primeira como também dura até hoje e passou bravamente pelos anos duros deste país. A ABA foi a única se reorganizou ainda durante o período da ditadura. Darcy Ribeiro era presidente quando houve o golpe. Com o presidente no exílio, a ABA não podia se reunir, não havia diretoria estabelecida, mas foi a primeira associação profissional a retomar atividades, o que aconteceu quando René Ribeiro assumiu a presidência. Foi um esforço do conjunto dos sócios para recompor a trajetória da ABA. Considero um fato muito positivo e fundamental esta resistência de nossa associação e que tem sido pouco recordado.

Esta é uma associação profissional que se levou a sério todo esse tempo; ela sempre foi uma associação forte e coesa, mas ela também era uma associação muito alegre. Ela era muito diferente das associações dos sociólogos que começou e depois desapareceu e que depois renasceu. A associação de ciência política tem uma história de começa e acaba. Ainda participei da reunião da ABA em Curitiba, não sei a data (risos).

Aqui hoje se apresenta uma mesa da 3ª idade. Mas retomando, eu fui à minha primeira reunião em Curitiba e todos participavam. Esta era uma característica importante da associação. Éramos alunos

de mestrado na USP e fomos muito bem-vindos. Havia um certo esforço para que todas as gerações estivessem presentes, eu acho que essa foi também uma grande contribuição que a ABA manteve durante todo este tempo. As RBAs são um espaço de convivência muito fácil, a Miriam já falou disto e acho que realmente ela disse a verdade, as reuniões eram muito divertidas, com muitas fofocas que se comentava depois, alguém que caía na piscina, um outro que bebia um pouco, alguns romances, etc. Não era uma reunião na qual se cultivava a seriedade, era um espaço de sociabilidade.

A Antropologia nesta época era uma ciência mais “alternativa” entre as ciências sociais. Juntava pessoas muito diferentes, alguns vinham de lugares desconhecidos e estudavam gente ainda mais estranha. Os acadêmicos de vários países se juntavam dentro deste espaço comum que era muito interessante, mas, ao mesmo tempo era um espaço que não tinha o espírito profissional das outras ciências sociais.

Imagine o que é hoje uma associação de economia, gente que se leva a sério e são reconhecidos pelos outros. No seu conjunto os antropólogos têm um estilo menos formal e muito agradável. Aqui nesta mesa podemos lembrar de algumas histórias engraçadas que aconteceram durante essas reuniões. Mas o mais importante é que as reuniões da ABA tiveram continuidade, e o importante é que elas continuaram reunindo muita gente e mantendo esta identidade da antropologia que permanece até hoje. A gente quer fazer diferença dentro das outras ciências sociais, talvez nem sejamos tão diferentes, mas o nosso modo de olhar é específico.

Foi a partir desta identidade que comecei a trabalhar com antropologia urbana e, me aproximei muito dos temas da ciência política. Depois fui trabalhar no Departamento de Ciências Políticas e, isso é uma longa história. Entretanto quando eu devo me manifestar a respeito da minha identidade profissional, eu sou antropóloga. Na época em que era estudante fazíamos cursos exigentíssimos de antropologia física, e tínhamos alguma familiaridade com os estudos indigenistas. Tivemos uma formação muito ampliada com uma oferta de conhecimentos de várias áreas. Tivemos uma boa formação de filosofia, campo que fazia parte do currículo de uma maneira muito mais intensa que hoje. Coisa que nós antropólogos de qualquer

maneira tentamos manter. Digo manter esta amplitude em parte porque tivemos uma diversidade interna ao ter uma associação como a ABA. Acho que isso é muito importante e é isso que permite essa identidade, mais ampla que se reforça na prática através dos vários campos de investigação.

Quando fui residir no Departamento de Ciências Políticas levei esta bagagem muito grande das pesquisas e da formação que eu tive nessa casa. Ouvindo a Miriam me lembrei do tempo dos cursos na Escola Caetano de Campos. Acho que só eu e ela íamos lá. Isto foi no meu primeiro ano da Faculdade de Filosofia. Depois saímos da Caetano de Campos onde o Departamento de Antropologia não era ainda um departamento propriamente dito, era uma sala, no 3º andar e fomos para a Maria Antônia onde a sala de antropologia era no porão, mas muito mais amplo e com várias salas e o Museu de Antropologia. Enquanto nós estávamos no porão, as outras ciências sociais estavam no 2º andar na Maria Antônia. Mais tarde viemos para os barracões, período ainda mais difícil, mais complicado, mais mal alojado onde nem a uma sala de professor a gente tinha direito e finalmente viemos para este prédio. E hoje quando eu entrei nesta sala, eu pensei, “como isso aqui mudou: ar condicionado, extintor de incêndio, etc...”.

Nós tivemos essa trajetória onde mudamos de prédios, mas tudo isso significou muito mais convivência com gente diferente, muito mais gente trabalhando, e isso que vemos hoje, a antropologia com uma produção muito boa, temas novos, as coisas andando para frente, é animador.

Mas devemos andar para frente sem perder a qualidade da formação acadêmica, sem perder a relação básica com o pensamento clássico que na verdade nos formou a todos e permitiu os avanços da Antropologia Brasileira. A ABA tem mantido vivo este espírito e vai continuar. Esta associação que sobreviveu a momentos difíceis merece o nosso apoio, o nosso aplauso e esta celebração.



## REVIVENDO OS 50 ANOS DA ABA

---

Josildeth Gomes Consorte  
PUC, SP

A 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em novembro de 1953 no Museu Nacional no Rio de Janeiro, me encontrou fora do país. Em setembro daquele ano iniciara minha pós-graduação no Departamento de Antropologia da Universidade de Columbia e dela só tomara conhecimento algum tempo depois.

Realizada por iniciativa do Museu Nacional e sob o patrocínio do Ministério da Educação, sabemos que reuniu o que de mais expressivo havia no país, a começar pelos integrantes da sua comissão organizadora, presidida por E. Roquette Pinto (Dona Heloísa Alberto Torres, Eduardo Galvão, Darcy Ribeiro, Edison Carneiro, J. Bastos de Ávila, Maria Julia Pourchet Passos, Manoel Diegues Jr., José Bonifácio Martins Rodrigues, L.A.Costa Pinto e L. de Castro Farias) e da sua mesa diretora, que tendo na presidência Herbert Baldus, era composta por Thales de Azevedo (1º Vice-Presidente), J. Loureiro Fernandes (2º Vice-Presidente), Manoel Diegues Jr. e René Ribeiro (1º e 2º Secretários). Lamentavelmente, Arthur Ramos, um dos nossos pioneiros, já não estava mais entre nós, falecido prematuramente, em Paris, alguns anos antes, em 1949.

Como nos informaria mais tarde o Prof. Thales de Azevedo, ao publicar os Anais da II Reunião, “Consistiu, por assim dizer, num balanço dos estudos antropológicos feitos no Brasil até aquela data: ... tendo seu temário organizado em termos de relatórios sobre o estudo dos problemas de ensino de antropologia e as possibilidades de pesquisa e de exercício de atividades técnico-profissionais no país, bem como sobre os estudos realizados nos campos de etnografia indígena, contribuições culturais do aborígine, do negro e do branco,

de comunidades de áreas regionais de cultura e personalidade, de antropologia física, arqueologia e lingüística.”

Dois anos depois, recém-chegada da Universidade de Columbia, fui surpreendida ainda no Rio de Janeiro com a notícia da 2ª Reunião que, de 3 a 8 de julho de 1955, se realizaria em Salvador. A despeito do momento de incerteza profissional que vivia, a notícia não poderia ter sido mais alvissareira.

Em meio às emoções do retorno, reencontrar tantos professores, amigos, colegas, foi verdadeiramente uma festa. Sua realização em Salvador era, sem dúvida, fruto da diligência do seu presidente e do reconhecimento dos seus pares. Naqueles anos em que estivera ausente, primeiro na Escola de Sociologia e Política de São Paulo e depois nos Estados Unidos, seu empenho no desenvolvimento e consolidação da antropologia havia dado bons frutos e isto também me alegrava.

Organizada por uma comissão composta por 5 membros, dos quais três eram baianos, a 2ª Reunião teve como mesa diretora os Professores Thales de Azevedo na presidência, René Ribeiro e Manoel Diegues Jr. como Vice-presidentes e Frederico Edeliweiss e Carlos Ott como Secretários e contou para a sua realização com o apoio e a ajuda financeira da Reitoria da Universidade da Bahia e da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia, ainda em pleno funcionamento.

A iniciativa partira dos próprios antropólogos presentes à 1ª Reunião e contabilizaria entre seus resultados a concretização de um desejo comum, ou seja, a constituição de um órgão profissional, do que resultaria a Associação cujo cinquentenário agora celebramos. Aprovada por unanimidade e imediatamente instalada, a ABA teve como sua primeira diretoria eleita Luiz de Castro Faria, na presidência, Darcy Ribeiro como secretário e Roberto Cardoso de Oliveira, o mais jovem dos três, como tesoureiro.

O temário da 2ª Reunião Brasileira de Antropologia manteve-se, basicamente, o mesmo da anterior: Pré-História, abrangendo Paleontologia Humana e Arqueologia, Antropologia Física, Antropologia Cultural e Social, Lingüística, Folclore e Problemas Profissionais e de Ensino da Antropologia. Como acontecera na 1ª Reunião, os estudos na área indígena suplantaram os demais,

chamando a atenção também desta vez, a escassez de trabalhos sobre o negro, tão importantes nas duas décadas anteriores.

As sessões e conferências aconteciam na Faculdade de Filosofia, onde até pouco tempo atrás estudara e os participantes, ainda que numerosos para a época, literalmente, cabiam numa sala. Foram 47 ao todo, incluindo os estudantes. Antropólogos historiadores, sociólogos, folcloristas, artistas, num ambiente de seriedade, mas também de grande informalidade, nela apresentavam suas comunicações a uma audiência sempre muito atenta.

Estimulados pela proximidade e pela convivência diária, contatos entre os presentes não podiam ser mais cordiais. Estar na Bahia, certamente ajudava e os baianos se desdobravam na sua hospitalidade. A programação de trabalho ocupava todas as manhãs e tardes e algumas vezes entrava pela noite, deixando pouco tempo livre para outros vagares.

Uma visita ao Candomblé de São Gonçalo do Retiro, então chefiado por Mãe Senhora, e um *cocktail* de despedida era tudo que constava da programação oficial em termos de “lazer”. Mas certamente outros lugares da velha Salvador foram visitados ao sabor dos interesses de cada um.

O mercado modelo foi certamente uma das referências mais procuradas. Lembro-me bem de ter acompanhado o Prof. Schaden até lá e de vê-lo interessar-se tanto pelas coisas ligadas aos cultos afro, das figuras de barro e de ferro representativas de Exu e das contas africanas que comprou. Creio que também almoçamos no restaurante da Maria de São Pedro, compromisso obrigatório na época, assim como o sorvete da Cubana ou o acarajé da baiana de Amaralina.

A antropologia, ainda uma novidade nos anos 1950, dentro e fora da academia, era então oferecida como disciplina de graduação apenas nos cursos de Ciências Sociais, Geografia e História das Faculdades de Filosofia do país e poucos a haviam cursado no exterior em nível de pós-graduação (Octavio da Costa Eduardo, René Ribeiro e Ruy Coelho na *Northwestern University*, tendo Melville Herskovits como orientador; Eduardo Galvão e Fernando Altenfelder na *Columbia University*, o primeiro sob a orientação de Charles Wagley).

Naqueles tempos, quando nem as comunicações telefônicas funcionavam a contento, em que a correspondência escrita era a forma

privilegiada de contato entre os antropólogos, acrescida de viagens eventuais e as pesquisas corriam por conta dos recursos de cada um, reuniões como aquela eram, sem dúvida, um grande acontecimento.

No entanto, este quadro já começava a mudar.

Programas de pesquisas sociais como os que haviam se desenvolvido na Bahia através de um convênio entre o Estado e a Universidade de Columbia, responsável pela realização de quatro estudos de comunidade, entre 1950 e 1952, por iniciativa de Anísio Teixeira e sob a direção de Thales de Azevedo, Charles Wagley e L.A. Costa Pinto, como o Projeto da UNESCO para estudo das relações no Brasil que se iniciara na Bahia e se estendera a São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, ou ainda como os estudos de comunidades ao longo do Vale do São Francisco, conduzidos por professores e alunos da Escola de Sociologia e Política, sob a direção de Donald Pierson – marcos cuja importância é hoje difícil de avaliar – vinham se tornando responsáveis por uma sensível ampliação do campo de estudo das ciências sociais no que tange a novas áreas de pesquisa e à formação de novos pesquisadores.

E a 2ª Reunião Brasileira de Antropologia já podia dar provas disto.

Se ao desenvolvimento destes projetos acrescentarmos a criação da CAPES, também por iniciativa de Anísio Teixeira, podemos avaliar melhor a dimensão das mudanças.

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), ao oferecer bolsas para o exterior e financiar cursos de especialização, como o que vinha sendo oferecido no Museu do Índio desde o início de 1955, por iniciativa de Darcy Ribeiro, certamente foi um elemento decisivo nesta direção. No rol das importantes mudanças no campo das ciências sociais de então, vale ainda ressaltar a criação no Rio de Janeiro, do CBPE (Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais), a fim de concretizar aquilo que o INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos), então sob a direção do mesmo Anísio Teixeira, não vinha conseguindo enquanto órgão do Ministério da Educação. O CBPE viria, por aproximadamente dez anos, a ser responsável pelo apoio à pesquisa de inúmeros cientistas sociais e pela formação de inúmeros pesquisadores.

O impulso dado à pesquisa pelos programas atrás referidos,

pela criação da CAPES, do CBPE e dos Centros Regionais, vai sendo responsável pelo crescimento da produção dos antropólogos e sociólogos e vai alimentando a realização dos encontros seguintes, agora respaldados pela criação da ABA nossa, então jovem associação. As Reuniões Brasileiras de Antropologia vão se sucedendo: a 3ª em Recife (1958), a 4ª em Curitiba (1959), a 5ª em Belo Horizonte (1961), a 6ª em São Paulo, em 1963.

As dificuldades advindas do golpe de 64 poriam fim a esta regularidade. A 7ª Reunião acabaria ocorrendo no interior do Simpósio sobre a Biota Amazônica, em 1966 em Belém e a 8ª só em 1971 em São Paulo. A partir de 1974, no entanto, as reuniões retomariam seu ritmo bienal para não mais serem interrompidas.

Não pude ir às reuniões de Recife e Curitiba, mas me lembro bem da de 1961, em Belo Horizonte, e da perda de todo o material dela resultante no acidente fatal sofrido por Cid Rebelo Horta, seu presidente, a caminho do Rio de Janeiro, onde cuidaria da sua publicação.

Visitei rapidamente meus colegas na reunião de 1963, a primeira a se realizar em São Paulo, na USP, nas dependências do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, e só voltaria a freqüentá-las com regularidade a partir de 1976.

Entre a última reunião regular da ABA em São Paulo, em 1963, e sua retomada de 1974, em Florianópolis, as grandes mudanças que afetaram o mundo acadêmico viriam a ter conseqüências de longo alcance nos seus destinos. A reforma universitária implantada em 1970 propiciou, ao mesmo tempo, uma notável expansão da antropologia nos cursos de graduação e a implantação da pós-graduação sendo responsável por significativas alterações, não só na composição do grupo de futuros antropólogos como nos seus interesses. Uma nova geração de profissionais logo começaria a ser formada a partir de candidatos provenientes de todos os cantos do país nos centros que para tanto se qualificaram: o Museu Nacional, a USP, a UnB, a Unicamp e a PUC de São Paulo. Associando a experiência já acumulada às novas influências vindas do exterior, seus mestrados e doutorados abordarão novos temas ou buscarão novos ângulos no tratamento dos já tradicionais.

A reunião de 1976 em Salvador, mais uma vez presidida pelo

Prof. Thales de Azevedo, já daria mostras de toda esta transformação, não apenas pelas dimensões de espaço que ocupou como pelo volume de atividades que realizou. O número e a temática das comunicações e conferências apresentadas à 10ª Reunião mostravam bem o vôo que a ABA havia alçado.

O crescimento da ABA, porém, acabaria gerando em 1978, em Recife, uma crise sem precedentes. Centenas de participantes ávidos por mudanças decretariam o fim de uma era. Na sua Assembléia de encerramento, a necessidade de mudanças nos critérios de admissão de sócios que já vinham sendo sentidas há algum tempo foram, por assim dizer, o seu estopim, mas na sua esteira outras mudanças viriam, dentre as quais algumas relativas ao processo de escolha de seus dirigentes. A 12ª Reunião, realizada em 1980, de novo no Rio de Janeiro, seria a última a ser presidida por um antropólogo da geração fundadora da ABA – o Prof. Luís de Castro Faria.

As Reuniões mudaram de formato e começaram a incluir novos lugares – Brasília, Campinas. Niterói, Vitória, Gramado. Os GTs (grupos de trabalho) que caracterizavam a ANPOCS (surgida na segunda metade dos anos 70) encontraram alguma resistência entre alguns de seus dirigentes, mas acabaram se consolidando a partir de 1986, ainda que em moldes diferentes.

No início dos anos 1980, começou-se a discutir a necessidade de criação de “ABINHAS” regionais que dessem conta das novas demandas, algo previsto desde a sua criação. A primeira delas, de que fui secretária, surgiria em São Paulo, em 1982, mas não foi adiante, a despeito do entusiasmo de todos nós da PUC/SP. Desafortunadamente, fora criada no mesmo ano em que a Presidência da ABA teria por sede São Paulo e foi esvaziada. Tive o prazer de ser eleita membro de seu Conselho Científico na 16ª Reunião em Campinas, em 1986, e pude acompanhar de perto essa discussão. Mas, nos anos seguintes, a idéia vingaria e duas vigorosas “Abinhas”, a ABINHA do Norte-Nordeste e a do Centro-Sul hoje respondem por concorridíssimas reuniões.

Na ABA de 2002, em Gramado, sua informatização foi a resposta mais eloqüente ao seu crescimento e em 2004, novidade das novidades, elegemos uma diretoria quase toda composta por jovens mulheres.

Assim tem disso a ABA: na busca de sintonia com suas

necessidades e com o seu tempo, como um legado precioso que vai mudando de mãos.

Há 50 anos estive presente à sua criação e não creio que naquele momento alguém ousasse sonhar qual seria o seu futuro. Talvez por ter assistido ao seu nascimento, tenha sempre me sentido tão ligada a ela. É, certamente, parte das minhas raízes na Antropologia e sempre foi para mim lugar de afetos, de troca e de crescimento.

Uma longa vida à nossa Associação.



**ABA 50 ANOS NA UFPR  
CURITIBA, PR  
16 DE JUNHO DE 2005**

Comissão Organizadora

Cecília Maria Vieira Helm (Coordenadora), Igor Chmyz; Rosângela Digiovanni,  
Liliana Porto e Patrícia Martins (estudante).

Exposição fotográfica “Loureiro Fernandes e os Precursores da Antropologia no Paraná”:

Organização Museu Paranaense da Secretaria de Cultura do Estado do Paraná,  
instituição fundada em 1876, exposição. Curadoria Maria Fernanda Campelo

Maranhão, responsável pelo Departamento de Antropologia, Museu Paranaense.

Colaboraram com acervo o Museu Paranaense, o Círculo de Estudos Bandeirantes-  
PUC/PR, o CEPA/UFPR, o MAE/UFPR e o DEAN/UFPR.



## OS 50 ANOS DA ABA NO PARANÁ<sup>38</sup>

---

Cecília Maria Vieira Helm  
UFPR, PR

As comemorações sobre os 50 Anos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) são uma iniciativa louvável de sua diretoria. No Paraná, nesta Universidade e no Museu Paranaense, na sala Loureiro Fernandes, estamos realizando esta cerimônia para homenagearmos aqueles que fundaram a ABA e contribuíram para a sua institucionalização.

Os antropólogos de Campinas, de São Paulo, de Porto Alegre, de várias cidades do Brasil estão solidários e realizam uma significativa confraternização que tem por finalidade reunir documentos, filmes, fotos e depoimentos que retratem a história da ABA, informem sobre os personagens que criaram a nossa Associação e contribuíram para o desenvolvimento da Antropologia no Paraná. Também as gerações mais jovens desejam conhecer a ABA, a sua razão de ser, os seus propósitos, a sua atuação no presente e perspectivas para o futuro.

No Paraná, para comemorarmos os 50 Anos da ABA, temos de prestar justa homenagem ao personagem fundador, José Loureiro Fernandes, que marcou a Antropologia produzida nesta sua terra de adoção. Reunia qualidades que o tornaram um símbolo de professor/pesquisador competente, médico respeitado, administrador dinâmico, um humanista que ensinava o evolucionismo cultural que conhecia pelas leituras da obra de Charles Darwin e de Gordon Childe. Pregava o pensamento cristão de T. Chardin.

Os programas das disciplinas Antropologia Física e Antropologia Cultural elaborados pelo mestre Loureiro Fernandes tratavam da evolução física e cultural do Homem, com fundamento

---

<sup>38</sup> Comemoração realizada na UFPR, em Curitiba, em 16.6.05.

nas contribuições de Lineu, Darwin e Lamarck. Também recomendava a leitura dos livros de M. Herskovits, J. Steward, F. Boas e Ralph Linton. Produzia desenhos e elaborava resumos no quadro negro, projetava slides, para elucidar suas aulas, usando diversos recursos didáticos, para que os seus estudantes compreendessem a complexa teoria da evolução das espécies. Era respeitado, como antropólogo, em todo o país, em Paris, na França, onde realizou cursos, na década de cinquenta, e estabeleceu acordo de cooperação científica com o Museu do Homem, também no México e nos Estados Unidos.

Foi diretor do Museu Paranaense, iniciando suas pesquisas nas áreas de Arqueologia e Etnologia indígena, quando atuava nesse Museu.

Loureiro Fernandes atuou como um dos fundadores da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, havendo sido diretor do Instituto de Pesquisas e do Departamento de Antropologia nesta Universidade.

Roberto Cardoso de Oliveira, em seu discurso *Elogio da ABA* (1986), em que elaborou, em louvor de nossa Associação, uma tomada de consciência sobre nós mesmos, “em 58 e eleito Loureiro Fernandes para Presidente da ABA e em 59, precisamente de 15 a 18 de julho, e realizada em Curitiba a IV Reunião Brasileira de Antropologia”, citou as palavras de Loureiro Fernandes pronunciadas em 1953, quando disse que “os anos 50, já se iniciavam de uma maneira bastante auspiciosa para a Antropologia do Paraná, graças à criação, em 1951, do Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras”. Na interpretação de Roberto Cardoso de Oliveira, testemunho dessa reunião, “Loureiro estava entusiasmado com as novas instalações dessa Faculdade e de seu departamento de antropologia, tanto quanto com as renovadas instalações do Museu de Arqueologia e Antropologia, em Paranaguá”, edifício de notável arquitetura, tombado pelo patrimônio histórico e que foi visitado pelos participantes da IV Reunião.

Em 1959, era sua aluna no Curso de Ciências Sociais, quando a Faculdade de Filosofia foi implantada neste Edifício. Loureiro Fernandes também fundou e organizou o Museu de Arqueologia e Artes Populares localizado na cidade histórica de Paranaguá, que hoje se chama Museu de Arqueologia e Etnologia, MAE. Foi membro

do Círculo de Estudos Bandeirantes, do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.

Professor Loureiro instalou o departamento de antropologia, no sexto andar, neste Edifício D. Pedro I, onde permanece até os dias de hoje, desenhando a distribuição dos espaços: uma área reservada ao acervo etnográfico; a sala de som, onde eram depositadas as fitas gravadas durante as pesquisas de campo com os povos indígenas; o salão de exposições, em que se realizavam os eventos e foram organizadas as exposições comemorativas a Semana do Índio; os gabinetes dos professores; o espaço do cafezinho, da secretaria, a sala 612, para atividades didáticas, projeções de filmes e de slides, um modelo de sala de aula, inovador para a época em que foi construída.

Loureiro Fernandes fazia parte de um pequeno, porém respeitado grupo de antropólogos que começou a se reunir nacionalmente em 1953, no Museu Nacional, na Cidade do Rio de Janeiro. Em 1955, foi fundada, em Salvador a Associação Brasileira de Antropologia, no segundo encontro dos antropólogos que haviam se reunido no Museu Nacional.

Na terceira reunião da ABA, realizada na cidade de Recife, como esta registrado, Loureiro Fernandes foi eleito Presidente da ABA. Dirigiu anteriormente a ABA o saudoso Professor Luís de Castro Faria que até pouco tempo participava de nossas reuniões com sua voz firme, eloqüente. Era o diretor da divisão de Antropologia do Museu Nacional da Universidade do Brasil, quando fiz o Curso de Especialização em Antropologia Social, de responsabilidade de Roberto Cardoso de Oliveira, na Cidade do Rio de Janeiro, de março de 1962 a fevereiro de 1963. Professor Castro Faria foi membro de minha banca examinadora de concurso público para Professor Titular do departamento de Antropologia, desta Universidade, em 1977.

Tivemos a honra de recebê-lo, nesta Casa, neste auditório, trajando terno escuro de casimira inglesa, em rara oportunidade de usar suas roupas compradas na Europa, quando realizou curso em Paris. Curitiba e Florianópolis proporcionavam ao elegante antropólogo, Castro Faria, a satisfação de exibir suas roupas importadas.

Os trabalhos dos antropólogos que participaram da IV Reunião estão arquivados na biblioteca do Círculo de Estudos Bandeirantes,

em Curitiba, e se encontram na Exposição que o Museu Paranaense organizou para celebrar os 50 anos da ABA. O trabalho sobre *A Função dos Postos Indígenas* de Cardoso de Oliveira, apresentado na reunião, em 1959, está sendo mostrado, em sua forma original. Também o clichê (a forma) que contém o texto sobre a reunião está exposto no Museu Paranaense. Pode-se constatar que Loureiro homenageou Charles Darwin no centenário da publicação da *Origem das Espécies* 1859- 1959 e Paul Broca no Ano do Centenário da *Société D'Anthropologie* de Paris, 1859.

O nosso principal homenageado, o antropólogo Loureiro Fernandes apresentou, nas décadas de 50 e 60, em reuniões nacionais da ABA, os seus artigos sobre as investigações que realizou na Serra de Dourados, no Paraná, sobre os Xetá, recém contatados. Os caros colegas, presentes a comemoração dos 50 Anos da ABA no Paraná vão poder observar o valor dos trabalhos de Loureiro, através do documentário etnográfico que será exibido, no Museu Paranaense, e pelas leituras de seus artigos e comunicações sobre os Índios da Serra de Dourados, no rio Ivaí, PR.

Também esteve entre os Kaingang de Palmas e de Mangueirinha, no Sudoeste do estado do Paraná. Deixou suas observações etnográficas sobre os Kaingang registradas em ensaio publicado na Revista do Arquivo do Museu Paranaense, v.1, n.1, em 1941, e em filme 8 mm sobre *O Culto aos Mortos entre os Kaingang* da reserva indígena de Palmas, toldo das Lontras, PR que está depositado no MAE e Departamento de Antropologia da UFPR. Seus trabalhos são importante fonte de consulta, para os pesquisadores que tem investigado os Kaingang e os Xetá.

Sobre a ABA deu contribuições importantes, como presidente e membro do conselho científico, atuou em várias diretorias e criou, no departamento de antropologia, uma estrutura para funcionar a regional da ABA, no Paraná, sendo sua secretária a Professora Eny de Camargo Maranhão, conforme relatou em seu depoimento e está registrado em Livro de Atas arquivado no departamento. Também fui convidada pelo Dr. Loureiro Fernandes para ser secretária regional da ABA, no Paraná.

A Antropologia ministrada por Loureiro Fernandes, nos cursos de Ciências Sociais, História, Geografia era apresentada em três

grandes campos ou áreas do conhecimento antropológico: a Antropologia Física, a Antropologia Cultural e a Arqueologia Pré-Histórica. A Lingüística foi ministrada na UFPR pelo especialista Aryon Rodrigues e Cultura Popular, tratada por Folclore, era apresentada em cursos de extensão. O acervo das pesquisas realizadas por Loureiro sobre as Cavalhadas em Guarapuava e as Congadas na Lapa está depositado no Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR.

Em 1960, fui convidada a trabalhar no Departamento de Antropologia, como instrutora de ensino voluntária. Auxiliava na realização de seminários que complementavam as aulas expositivas ministradas pelo ilustre catedrático de Antropologia.

Em 1962, fui selecionada para ingressar no Curso de Especialização em Antropologia Social, realizado no Museu Nacional da Universidade do Brasil e me foi concedida uma bolsa pelo Conselho de Pesquisa da UFPR. O Curso era ministrado por Roberto Cardoso de Oliveira e pelos especialistas seus colaboradores, Roque de Barros Laraia, Roberto Da Matta, Alcida Ramos e Julio César Melatti, hoje renomados antropólogos que tem dado significativas contribuições a Antropologia de boa qualidade que se produz no Brasil e no estrangeiro. O Curso de Especialização em Antropologia Social era apoiado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil. Implicava em uma parte teórica, ministrada no Museu Nacional e em pesquisa de campo. Silvio Coelho dos Santos e eu estivemos entre os Tukuna do Alto Solimões, na Amazônia, como auxiliares de pesquisa de campo, dirigida pelo Prof. Dr. Roberto Cardoso de Oliveira, que escreveu vários artigos e o livro sobre os Tukuna: *O Índio e o Mundo dos Brancos*.

Depois de completar os créditos e elaborar Projeto de Pesquisa sobre os Kaingang, Povo Je, ao regressar do Curso de Especialização, realizado no Museu Nacional, Prof. Dr. Loureiro Fernandes recomendou meu nome para ser contratada como professora do Departamento de Antropologia, no período em que a Universidade era dirigida pelo Eng. Dr. Flávio Suplicy de Lacerda. Loureiro Fernandes justificou a contratação, porque no departamento não havia especialista em Antropologia Social. No Curso de Ciências Sociais, diferente do que temos hoje, havia uma lacuna, a Sociologia era ensinada com fundamento em manuais e os grandes teóricos da

disciplina não integravam a bibliografia da disciplina.

Professor Loureiro fez parte da banca de tese de Professor Dr. Octavio Ianni, recentemente falecido. Ajudou o pesquisador da USP a fazer a sua investigação no Paraná sobre os Negros, em Projeto de Pesquisa coordenado pelo Dr. Florestan Fernandes que resultou na importante obra: *As Metamorfoses do Escravo em Curitiba*.

Ao assumir a disciplina Antropologia Social no Curso de Ciências Sociais passei a ensinar concomitantemente Sociologia para as minhas primeiras turmas de alunos. Alguns se tornaram antropólogos, outros sociólogos e historiadores contratados pela UFPR e por outras instituições de ensino e pesquisa no Brasil. A Antropologia preenchia a lacuna que havia. Tivemos um período difícil no Departamento e na Universidade, depois de 31 de março de 1964, em que nossos programas de ensino eram censurados e proibia-se citar F. Engels, K. Marx e Florestan Fernandes. A Antropologia resistiu com o apoio do saudoso historiador, Professor Dr. Brasil Pinheiro Machado, que foi algumas vezes ao Dops, responder aos militares investigadores, por que os alunos de C.Sociais eram tão indisciplinados e críticos do sistema.

A Antropologia, a meu ver, teve um importante papel na conscientização dos estudantes e de fazer a crítica ao regime autoritário que destruiu bibliotecas, páginas de livros e perseguiu intelectuais que resistiram a situação de exceção que se implantou no país. Os antropólogos, através de sua Associação, em muito contribuíram para a continuidade da pesquisa entre os povos indígenas, foram contra a emancipação desses povos proposta pela diretoria da Fundação Nacional do Índio, Funai, e junto com a igreja católica de caráter progressista, procuraram defender os territórios indígenas, pesquisaram e deram assessoria aos colonos que perderam terras, aos movimentos sociais de índios, de camponeses, de mulheres e aos movimentos estudantis e de docentes.

Criticaram a homogeneidade cultural que fazia parte dos textos do MEC e as políticas públicas autoritárias implantadas no país. Não abriram mão de compreender, respeitar e tratar o outro, como cidadão. Os direitos dos índios foram discutidos, esboçados e interpretados. Realizaram-se reuniões em Florianópolis entre antropólogos, estudiosos do direito e líderes indígenas.

Em todas esses momentos, a ABA atuou com firmeza e convicção em seus propósitos de defesa dos não favorecidos. Atuou quando alguns de seus associados foram expulsos do país, como Darcy Ribeiro e de suas Universidades. Junto com a SBPC, desempenhou um papel importantíssimo como legítima associação que discute políticas públicas, o ensino de antropologia, dá apoio aos pesquisadores que fazem trabalhos com muita competência e devem ser respeitados. Criou um código de ética para garantir os direitos dos antropólogos de fazer pesquisa, livre da censura e intervenção de órgãos burocráticos.

A ABA, presidida por Roberto Cardoso de Oliveira, realizou em Curitiba, em 1986, a sua 15ª reunião, oportunidade em que o ilustre antropólogo teceu importantes considerações sobre as contribuições de Loureiro Fernandes, para o desenvolvimento da Antropologia no Brasil. Pude coordenar a organização dessa reunião que teve muito sucesso e nas palavras da Professora Dra. Mariza Corrêa foi a primeira vez que se imprimiu um artefato, no cartaz que convocou os antropólogos, uma machadinha Xetá, sendo inventada uma tradição que tem sido continuada nas reuniões seguintes. Professora Veraluz Cravo, então chefe do DEAN, com os recursos das inscrições, organizou a publicação dos Anais da 15ª Reunião.

No início da década de setenta, foi implantado no Departamento de Antropologia o Curso de Especialização em Antropologia Social, somando um total de 450 horas, coordenado nos primeiros anos por mim, Cecília Helm, sendo que a maioria dos professores do DEAN realizou o Curso, devido as novas exigências criadas pela Reforma Universitária. Colegas antropólogos, doutores e mestres em Antropologia de distintas Universidades estiveram ministrando, em Curitiba, disciplinas do Curso de Especialização em Antropologia Social, que funcionou durante 17 anos e recebeu o apoio da CAPES, sendo considerado de excelente nível entre os seus avaliadores.

Na década de setenta, foi aberto concurso público de títulos, provas e defesa de tese para Professor Livre-Docente de Antropologia Cultural, na Universidade Federal do Paraná, tendo sido aprovada, como única candidata que realizou o concurso, em 1974. Havia sido estimulada, pelo Professor Loureiro Fernandes, para fazer a minha Livre Docência e a utilizar na elaboração da tese o material reunido

sobre os Kaingang, durante minhas pesquisas de campo, nas várias aldeias visitadas no estado do Paraná.

O humanista Loureiro Fernandes, os seus assistentes de diferentes formações e credos, lançaram os alicerces de um Departamento de Antropologia edificado com muita competência, em bases sólidas, que tem passado por transformações que cada período exige e deve continuar se projetando, através de seu corpo docente e discente, de seus funcionários e do atual Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social que tem condições de se tornar ainda mais conceituado, devido aos professores doutores que integram hoje o seu corpo docente e aos jovens doutores recém contratados.

Agradeço a todos que se envolveram na realização deste evento, a colega Cornelia Eckert, secretária geral da ABA, pela dedicação e atenção dadas; a Dra. Maria Tarcisa Bega, ilustre Vice-Reitora desta Universidade, que apoiou a nossa programação; a Professora Vera Maria Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura, que com interesse prestigiou as comemorações e cedeu as dependências do Museu Paranaense, para ser realizada uma parte da programação, bem como nos brindou com a contratação de músicos que enriquecem e dão brilho a comemoração; aos caros colegas que atenderam ao nosso apelo e deram os seus depoimentos, Professor Oldemar Blasi, Professora Eny de Camargo Maranhão, Professor Dr. Igor Chmyz, Professora Dra. Marília Gomes de Carvalho e Professora Dra. Rosângela Digiovanni; a Dra. Cimea Bevilaqua, Vice-Diretora do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, que não mediu esforços para que a comemoração seja repleta de êxito, as diretoras do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR, Professora Dra. Ana Luiza Sallas e do Museu Paranaense, senhora Eliana Reboli; a Professora Dra. Rosângela Digiovanni, Chefe do Departamento e as Professora Dras. Sandra Stoll e Edilene C. de Lima, Coordenadora e Vice-Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social; a antropóloga Maria Fernanda Maranhão que organizou com muita competência a Exposição sobre “Os Precursores da Antropologia no Paraná”; aos colegas membros da Comissão Organizadora, Dr. Igor Chmyz, Dra. Liliana Porto e à Patrícia Martins, estudante do Programa, que muito trabalharam para o

sucesso do evento; aos funcionários desta Casa, Oswaldo Andrade e Judit Camilo, todos contribuíram, para que a comemoração tenha sucesso.

Agradeço ao querido colega Dr. Peter Fry, Vice-Presidente da ABA, especialmente, à minha cara colega Dra. Miriam Pillar Grossi, competente Presidente da nossa Associação, haverem prestigiado a Antropologia que se produz no Paraná, consultado os membros do Departamento de Antropologia sobre o interesse na realização desse evento que, por certo, está contribuindo para resgatar a memória da Antropologia, informar sobre o que se faz hoje na ABA nacionalmente e apresentar as nossas propostas futuras.



# ACOMPANHANDO A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA POR TRÊS DÉCADAS

---

Igor Chmyz  
UFPR, PR

Tendo concluído o Científico na Cidade paranaense de União da Vitória, na qual nasci, transféri-me para Curitiba em 1959. Resolvera não levar adiante o projeto familiar da carreira médica. Aspirava dedicar-me à arqueologia, uma propensão que se manifestava desde o curso ginásial.

Em 1958, quando regressei de uma excursão propiciada por meu tio ao rio Paraná, trouxe algumas telhas e fragmentos cerâmicos recolhidos no segundo sítio arqueológico que conhecera. Tratava-se este das ruínas de Ciudad Real del Guayrá, *uma vila espanhola do século XVI. Naquela época o oeste do Paraná era dominado pela densa mata plúvio-tropical. O sítio foi acessado pelo rio, pois não havia estrada que permitisse o contato.*

*Ao passar por Curitiba, levei a pequena coleção de peças arqueológicas até o Museu Paranaense, onde fui atendido pelo prof. Oldemar Blasi. Fiquei sabendo que um projeto para o estudo de Villa Rica del Espiritu Santo, estava em desenvolvimento e que a ele, futuramente, poderia me associar.*

As vilas militares do século XVI e as reduções jesuíticas do século XVII representaram a posse espanhola do território paranaense por força do Tratado de Tordesilhas.

Ao mudar, em 1959, passei a freqüentar o Museu Paranaense desenvolvendo, voluntariamente, atividades laboratoriais orientadas pelo professor Blasi e, alguns meses depois integrei a equipe que começou a escavar Villa Rica e efetuar a topografia da sua malha urbana. Conheci então, o moderno conjunto arquitetônico da Reitoria

da Universidade do Paraná. O prédio inaugurado em 1958 comportava a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Nele, no mesmo ano o professor José Loureiro Fernandes implantou o não menos moderno Departamento de Antropologia.

Em meados daquele ano tive a oportunidade de presenciar algumas das atividades da IV Reunião Brasileira de Antropologia, organizada pelo Prof. Loureiro, catedrático de Antropologia na Universidade do Paraná e presidente da Associação de Antropologia Brasileira no biênio 1958/9. Percebi que os condutores do evento não eram numerosos. As reuniões eram seqüenciais, permitindo que todos delas participassem. Compreenderam cinco sessões de estudos, quatro seminários e duas conferências. Transcorreram, em sua maioria, nas dependências do Departamento de Antropologia e nos anfiteatros do prédio da Faculdade de Filosofia.

Uma das sessões de estudos, a do dia 17 de julho, foi realizada em Paranaguá, no antigo Colégio dos Jesuítas, onde o professor Loureiro implantava o Museu de Arqueologia e Artes Populares, que seria inaugurado em 1963 e de cuja montagem comecei a participar em 1960. As quatro comunicações apresentadas referiam-se à arqueologia. Foi providenciada, também, para aquela sessão, uma exposição com material resultante das escavações do arqueólogo norte-americano Wesley R. Hurt no Sambaqui do Macedo.

As escavações do professor Hurt, da Universidade de *South Dakota*, faziam parte de um curso de formação de arqueólogos promovido pelo Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas. O CEPA fora criado em 1956 pelo professor Loureiro, com o apoio do CNPq e da CAPES. Estava subordinado ao Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, fundado pelo professor Loureiro logo após a federalização da Universidade do Paraná. O centro tinha como finalidades a manutenção de uma Cátedra de Arqueologia, a formação de arqueólogos e a realização de pesquisas no Brasil, papéis que continua desempenhando até a atualidade.

As já citadas pesquisas em Villa Rica del Espiritu Santo e outras que se sucederam e que não eram ligadas a cursos como sítios-escola, eram igualmente patrocinadas pelo CEPA.

Paralelamente à IV Reunião da ABA, atividades haviam sido programadas para o grande público. Filmes sobre antropologia e

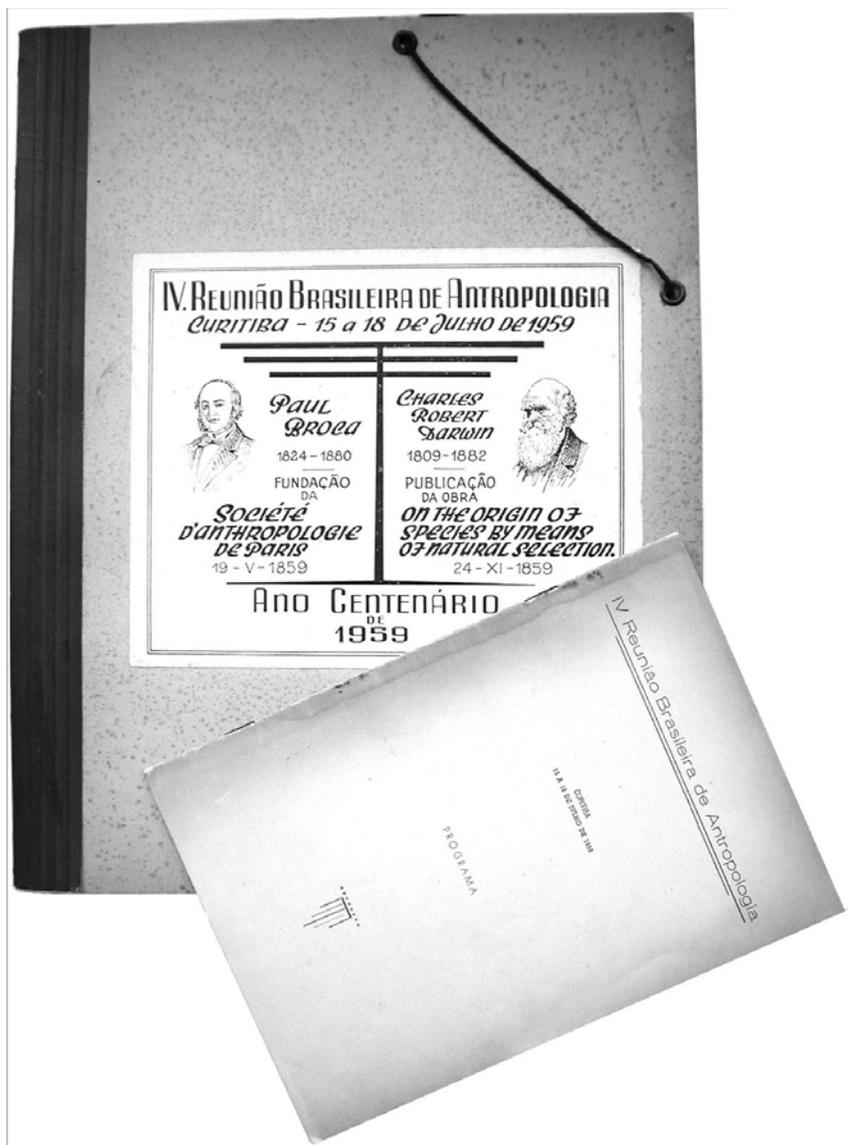


*Reunião do Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná, em 1959, para tratar da IV Reunião da Associação Brasileira de Antropologia em Curitiba. Da esquerda para a direita: Pe. Jesus Santiago Moure (Catedrático de Zoologia) Brasil Pinheiro Machado (Diretor do Instituto), não identificado, Flavio Suplicy de Lacerda (Reitor), Homero Batista de Barros (Diretor da Faculdade de Filosofia), José Loureiro Fernandes (Catedrático de Antropologia e Presidente da ABA) e Maria José Menezes (Secretária do Instituto). No canto esquerdo, ao fundo, réplica de urna funerária Marajó cedida por Luis de Castro Faria, do Museu Nacional, para o Departamento de Antropologia (Acervo do CEPA/UFPR).*

evolução humana conseguidos junto a consulados foram projetados no auditório da Biblioteca Pública do Paraná. Uma exposição foi montada com oito painéis retratando as etapas da evolução biológica e cultural. Os negativos fotográficos o professor Loureiro havia obtido no Museu Britânico e as cópias duplicadas foram processadas por Vladimír Kozák, cinegrafista da Faculdade. Essa tarefa exigiu muita criatividade tendo em vista a dimensão dos painéis. Estes ainda permanecem nas dependências do CEPA.

Na face da pasta distribuída para os participantes do evento estava afixado o logotipo provavelmente elaborado pelo cartógrafo Rodolpho Doubek, a quem o professor Loureiro recorria freqüentemente para produzir painéis em mostras museológicas ou ilustrações em artigos. Era constituída por um pinheiro estilizado, a

expressão máxima do movimento paranista da época, ladeados pelas efígies de Paul Broca e Charles Robert Darwin, com as respectivas alusões à Fundação da *Société d'Anthropologie* de Paris (19.5.1859) e à publicação da obra *On the origin of Species by means of natural selection* (24.11.1859), cujos centenários coincidiam com o ano da IV reunião da ABA.



Pasta e programa da IV Reunião Brasileira de Antropologia (Acervo do CEPA/UFPR).

A pasta continha a programação da reunião, arrolando os seus presidentes de honra, os nomes da comissão organizadora, das entidades patrocinadoras, os títulos das conferências e das comunicações com os respectivos autores, além da programação social, geralmente almoços e coquetéis oferecidos pela Prefeitura de Curitiba, governo do Paraná, Reitoria da Universidade, Vice-Consulado da França e Comissão Organizadora.

Em 31 de janeiro de 1959, tendo em vista a existência do Departamento de Antropologia, e da Secção de Antropologia, Etnologia e Antropogeografia e do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas junto ao Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia, o professor Loureiro, reunindo um grupo de pessoas, fundou a “Secção Regional da Associação Brasileira de Antropologia”. Assinaram a ata de criação os professores Brasil Pinheiro Machado, diretor do Instituto de Pesquisas, Maria Júlia Pourchet, Chefe do Serviço de Antropometria da Prefeitura do então Distrito Federal, José Loureiro Fernandes, Oldemar Blasi, Secretário do CEPA, Máximo Pinheiro Lima, Margarida Davina Andreatta, Altiva Pilatti Balhana, Eny de Camargo Maranhão, Maria de Lourdes Muniz, Maria José Menezes, José Wilson Rauth, Waldemiro Bley Júnior, Margarida Maria P. dos Passos, Maria de Lourdes Tavares, Marília Duarte Nunes, Vladimír Kozák e Valderez de Souza Müller.

As atas da Sessão Regional contêm, até março de 1966, informações sobre os projetos de pesquisas desenvolvidos por seus membros e, principalmente, os preparativos para a participação do grupo nas reuniões da ABA. A organização da IV Reunião da ABA está relatada na 3ª Ata, do dia 21 de maio de 1959. A ata seguinte, elaborada em 13 de junho de 1961, tratou unicamente da V reunião da ABA, que seria realizada em Belo Horizonte, entre os dias 26 e 30 de junho daquele ano. O professor Loureiro declarou que pretendia apresentar uma comunicação sobre os índios da Serra dos Dourados (os Xetá) e a sua discordância com certas afirmativas publicadas por Cestmir Loukotka. As Profas. Maria José Menezes e Margarida Davina Andreatta levariam uma contribuição sobre o Sambaqui B do Guaraguaçu. O professor Oldemar Blasi manifestou a sua intenção de apresentar uma nota sobre o sítio arqueológico J. Lopes e outra sobre as escavações junto às ruínas de *Villa Rica del Espiritu Santo*,

ambas elaboradas com a colaboração do então acadêmico Igor Chmyz. O professor José Wilson Rauth levaria uma comunicação sobre o Sambaqui de Saquarema. O professor Aryon Dall'Igna Rodrigues seria o relator de estudos lingüísticos.



*Painéis abordando a evolução biológica e cultural conforme as concepções da época, foram expostos durante a IV Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, em 1959, em Curitiba. Ampliados a partir de negativos fotográficos de 35mm, cedidos pelo Museu Britânico, os painéis medem 118x88cm (Acervo do CEPA/UFPR).*

Os preparativos para participação da VI Reunião da ABA, que seria realizada em São Paulo, entre os dias 7 e 13 de julho de 1963, foram detalhados nas atas da 5ª e 6ª reuniões da Seção Paranaense. Manifestaram a intenção de apresentar comunicações os seguintes membros: Altiva Pilatti Balhana e Oksana Boruszenko (*Alguns problemas de aculturação nos Campos Gerais*), Oldemar Blasi (*Cronologia absoluta e relativa do Sambaqui do Macedo e Evidências arqueológicas de Santo Antônio do Barracão e Dionísio Cerqueira*), José Wilson Rauth (*Nota prévia sobre o Sambaqui do Gomes*), Maria José Meneses (*Nova contribuição ao estudo do Sambaqui do Guaraguaçu B*), Igor Chmyz (*Dados arqueológicos parciais do vale do rio Vermelho*), Eny de Camargo Maranhão (*Nota prévia de um estudo antropológico entre escolares descendentes de italianos*) e Vladmír Kozák (*Enterro secundário do Orarimogodage, Yawary Xingu*, filme de sua autoria).

Pinturas produzidas por V. Kozák haviam sido solicitados oficialmente pela direção do Museu Paulista, para a mostra etnográfica do evento.

A 5ª Ata atestava, ainda, que Cecília Maria Vieira Helm, Igor Chmyz, Iracê Dantas e Maria Philomena Gebran Velloso haviam sido admitidos como membros colaboradores da seção regional.

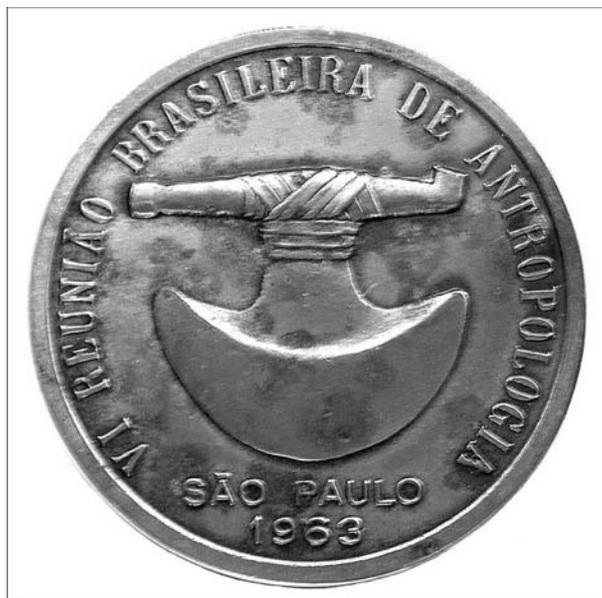


*Uma das grandes realizações do Prof. José Loureiro Fernandes no campo da antropologia foi a criação de um museu universitário em Paranaguá. Inaugurado em 1963, com a presença de populares e autoridades, entre as quais o governador Ney Aminthas Braga, a abertura do Museu de Arqueologia e Artes Populares havia sido planejada pelo prof. Loureiro para 1959, durante a IV Reunião da Associação Brasileira de Antropologia (Acervo do CEPA/UFPR).*

A ata seguinte, além de conter a aprovação de Oksana Boruszenko como membro colaborador, esclarece que o plenário indicou Eny Camargo Maranhão, Margarida Davina Andreatta, Maria de Lourdes Lemos Muniz, Maria José Menezes, José Wilson Rauth, Marília Duarte Nunes e Igor Chmyz como candidatos à categoria de sócios efetivos da ABA; esta indicação foi aprovada durante a VI reunião.

A equipe do Paraná foi instalada em um dos blocos de residências recém-construídos na Cidade Universitária da USP. O Prof. Dr. Herbert Baldus, presidente da ABA e organizador do encontro, era

uma pessoa carismática e muito respeitada no mundo da antropologia. Não mediu esforços para receber e atender os grupos que chegavam de várias partes do Brasil e do exterior. Os participantes eram mais numerosos que os de Curitiba, durante a IV Reunião. Todos receberam junto com a pasta contendo a programação, o distintivo da VI Reunião da ABA. Tratava-se de um broche metálico circular reproduzindo um machado ancoriforme, “...traço cultural da maior família lingüística brasileira, dos Jê, peças de variadas funções e objeto de estudo tanto da etnologia como da arqueologia”, nas palavras do Prof. Baldus.



*Logotipo metálico da VI Reunião Brasileira de Antropologia, em São Paulo, em 1963. Herbert Baldus havia escolhido o machado semilunar (Kyiré) dos índios Krakô, por representar um traço em comum às abordagens arqueológicas e antropológicas (o broche mede 35mm de diâmetro).*

Conheci outras personalidades, como Egon Schaden, que, anos mais tarde, na mesma Universidade de São Paulo, comporia a banca do meu doutorado em arqueologia, Eduardo Galvão, Francisco Salzano, Napoleão Figueiredo, Mário F. Simões, com quem desenvolveria alguns anos depois projeto de pesquisa, Maria Júlia Pourchet e tantas outras. Revi Maria da Conceição Beltrão, Luiz de Castro Faria e Fernando Altenfelder Silva, respectivamente aluna e professores de cursos do CEPA. O Prof. Altenfelder substituíra o

Prof. Loureiro na coordenação da Seção de Pré-história e Arqueologia.

Durante a reunião o professor Baldus me perguntou sobre a publicação dos anais do encontro realizado em Curitiba. Não sabendo o que informar, repassei o assunto para o Prof. Loureiro quando regresssei. Um pouco depois, ao me encaminhar uma separata de artigo pioneiro que abordava cerâmica da tradição Tupiguarani no Paraná<sup>39</sup>, o Prof. Baldus insistiu na pergunta. Voltei a falar com o professor Loureiro sobre o assunto. Disse-me, então, que as comunicações estavam na Imprensa da UFPR. Além da morosidade da linotipagem dos textos, ele alegou que havia dificuldades para a produção de tipos que correspondessem aos sons dos idiomas indígenas.

Os anais não foram concluídos. Na correspondência do professor Loureiro com os antropólogos que participaram daquela reunião há referências aos anais. O Of. N° 28/63, encaminhado para a professora Lygia Estevão de Oliveira em Recife, no dia 15 de maio de 1963, anunciava que os originais estavam na Imprensa Universitária. Provas tipográficas haviam sido distribuídas, pois, em 12 de agosto do mesmo ano, o professor Egon Schaden devolvia as provas corrigidas do seu artigo.

Algumas das comunicações originais da IV ABA encontram-se depositadas no Círculo de Estudos Bandeirantes. Mapas e figuras, como as áreas culturais indígenas, da comunicação feita por Eduardo Galvão, estão arquivados no CEPA.

Sobre a dispersão de documentos nas instituições freqüentadas pelo professor Loureiro, tive a oportunidade de me referir em dois artigos recentes.<sup>40</sup> Desenvolvendo intensas e decisivas atividades no Museu Paranaense desde 1936, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (1938), no Círculo de Estudos Bandeirantes (1939), no Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (1950), no Instituto de Pesquisas (1951), no Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (1956), no Departamento de Antropologia (1958) e na estruturação do Museu de Arqueologia e Artes Populares desde a restauração do Colégio dos Jesuítas em Paranaguá na década de 1950,

<sup>39</sup> BALDUS, Herbert. Tonscherbenfunde in Nordparaná. *Archiv für Völkerkunde*. Viena, v. 6-7, 19 p., 1951-2.

<sup>40</sup> CHMYZ, Igor. José Loureiro Fernandes e a arqueologia brasileira. IN: Garcia, Antônio. *Dr. Loureiro Fernandes*. Médico e cientista. Antropologia e Etnologia. Curitiba: Ed. do Organizador, p. 108-170. 2000.

o prof. Loureiro nelas depositava seus escritos e arquivava documentos que recebia.

Essa relação de instituições é seletiva, e não representa o seu completo envolvimento com outras de cunho cultural e científico.

É oportuno que se esclareça também que, em determinados momentos, algumas das instituições mencionadas não tinham sedes próprias e funcionavam no espaço físico de outra. A secretaria do CEPA, no início, estava instalada no Círculo de Estudos Bandeirantes e, os seus laboratórios, no Museu Paranaense.

Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, situada no mesmo prédio do Círculo, o professor Loureiro começou a ensinar antropologia.

Os anais da reunião de São Paulo foram publicados no mesmo ano, no v. 14 da nova série da Revista do Museu Paulista. Embora constituído por quase 600 páginas, o volume representava uma seleção dos trabalhos apresentados. A seleção do meu para publicação e, a cavalheiresca e amigável acolhida pelos condutores da antropologia brasileira da época, foram experiências importantes que marcaram a minha trajetória na arqueologia. Até aquela data eu havia publicado um artigo no periódico *Pesquisas*, n. 13, do Instituto Anchieta de Pesquisas (1962), outro na *Acta Præhistórica*, v. 5-6, dirigida pelo arqueólogo argentino Osvaldo Menghin (1961-3) e o terceiro na *Revista de História*, n. 2, órgão de divulgação do Centro de Estudos de História da Universidade do Paraná (1963).

Ainda em 1963, quando estava concluindo meu curso de Geografia e História<sup>41</sup>, estimulado pelo Prof. Loureiro e, com a colaboração de colegas de turma fundei o Centro Universitário de Estudos Antropológicos. A diretoria, instalada na sala 311 do prédio



*Cabeçalho do veículo de divulgação criado no âmbito da Universidade do Paraná em 1963.*

<sup>41</sup> CHMYZ, Igor. Lembrando José Loureiro Ascenção Fernandes, um sementeiro. *Arqueologia*. Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas. Curitiba, N. Esp., v. 3, p. 81-108. 2005.

da Faculdade de Filosofia, a mesma que fora ocupado pelo lingüista Aryon Dall'Igna Rodrigues, criou o logotipo do centro representado pelo machado Xetá e começou a editar o Boletim Informativo, com notícias e contribuições dos alunos da Casa e interessados em geral. Esta iniciativa foi abortada com o golpe de 1964.

O regime de exceção também afetou a Associação Brasileira de Antropologia. A oitava ata da Seção Regional do Paraná retrata a situação vigente. Procurava-se colaborar com a VII Reunião em Belém, que seria realizada entre 6 e 11 de junho de 1966. Nela, o Prof. Loureiro explicou que, na impossibilidade da sua efetivação em Brasília, em 1965 a diretoria da ABA reuniu-se com o coordenador da Biota Amazônica, para traçar estratégias de vinculação da VII àquele, simpósio internacional que foi realizado em Belém, entre 6 e 11 de junho.

Dos entendimentos mantidos com José Cândido de Melo Carvalho, o coordenador da Biota, participaram Eduardo Galvão, Luís de Castro Faria, Roberto Cardoso de Oliveira e Manoel Diegues Júnior, do Conselho diretor da ABA.

Na apresentação das Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica, Herman Lent, seu editor, não explicitou a vinculação acordada, mas dedicou o 2º volume à antropologia, cuja Seção II teve como coordenadores Eduardo Galvão, Clifford Evans e Aryon Dall'Igna Rodrigues. Nele foram publicadas 19 comunicações, das quais 3 sobre arqueologia.

A oitava ata, lavrada em 4 de março de 1966, encerrou as atividades da Seção Regional Paranaense da ABA, como havia sido idealizado pelo professor Loureiro.

Continuei minhas atividades na Universidade Federal do Paraná, dedicando-me à arqueologia. Frequentei os cursos do CEPA, realizei pesquisas no Paraná e em outros estados brasileiros, iniciando a prática da arqueologia de<sup>42</sup> salvamento junto a empreendimentos

---

<sup>42</sup> Posteriormente à minha turma esse curso foi desmembrado, constituindo o curso de Geografia e o curso de História. Fiz o bacharelado entre 1960 e 1962 e, a licenciatura, em 1963. Cursei as cadeiras anuais de Antropologia Cultural, Antropologia Física, Etnografia Geral e Etnografia Brasileira e Língua Tupi, tendo como professores José Loureiro Fernandes, Máximo Pinheiro Lima e Aryon Dall'Igna Rodrigues. A de Arqueologia Pré-histórica, transferida do CEPA para o Departamento de Antropologia em 1960, foi lecionada pela arqueóloga francesa Annette Laming-Emperaire. Em 1963, tornei-me instrutor voluntário, auxiliando-o nas disciplinas de Arqueologia Pré-histórica e Etnologia e Etnografia do Brasil. Durante o curso, os alunos de antropologia beneficiavam-se de palestras proporcionadas periodicamente pela Cátedra, como as proferidas por Darcy Ribeiro, Luiz de Castro Faria, Emílio Willems e Pedro Bosh Gimpera.

hidrelétricos. Integrei o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, um projeto coordenado pelos arqueólogos norte-americanos Clifford Evans e Betty J. Meggers e conduzido por pesquisadores de 11 estados brasileiros. Representei o Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional para assuntos de arqueologia no Paraná durante dezoito anos e, com o afastamento do Prof. Loureiro, em 1966, assumi a direção do CEPA. Permaneço como professor ativo no Departamento de Antropologia, ministrando aulas de várias disciplinas de arqueologia para alunos de graduação e pós-graduação.

Nesse meio-tempo tive mais algumas experiências com a ABA. Em 1971, quando realizava meu doutorado na Universidade de São Paulo, participei da VIII Reunião, que, como a anterior, teve de se associar a outro evento. Atraiu-se, então, ao I Seminário de Estudos Brasileiros e ao Encontro Internacional de Estudos Brasileiros, ambos sediados pelo Instituto de Estudos Brasileiros da USP. O prof. dr. João Baptista Borges Pereira, um dos coordenadores dos eventos e um dos orientadores do doutorado, convidou-me para participar da reunião da ABA. Apresentei uma nota sobre a tradição Itararé no vale do rio Piquiri, elaborada com Zulmara Clara Saunier. Lembro-me que a profa. dra. Luciana Pallestrini fez uma comunicação sobre suas pesquisas arqueológicas no vale do rio Paranapanema. Não tive acesso à programação dessa reunião da ABA. Acredito que não existiu como tal.

Em 1986, quando o regime de exceção já estava se tornando uma página triste da história política nacional, Curitiba sediou a XV Reunião da Associação Brasileira de Antropologia. Outra vez, como acontecera durante a reunião de 1959, a comissão organizadora do conclave contou com o apoio de órgão federais, estaduais e municipais. Além da Universidade Federal do Paraná, dela também participaram outras universidades dos estados sulinos, inclusive estaduais.

Nessa reunião, que transcorreu entre os dias 23 e 26 de março, coordenei o Grupo de Trabalho sobre *Arqueologia de Salvamento*. As treze contribuições apresentadas por dezesseis arqueólogos brasileiros e argentinos foram publicadas no mesmo ano, na revista *Arqueologia* do CEPA. Os resumos do encontro, incluindo o Elogio da ABA elaborado pelo prof. dr. Roberto Cardoso de Oliveira, foi publicado pelo Departamento de Antropologia/UFPR, em 1987. Na

sua capa figurou o logotipo da reunião, novamente um machado de pedra; desta vez, o dos índios Xetá, aos quais o Prof. Loureiro dedicou anos de estudo, para compreender a sua cultura, e de esforços para a manutenção de sua integridade.

Minha última atuação junto à Associação foi durante o 3º encontro Regional Sul, entre 11 e 14 de novembro de 1991. Nesse encontro, organizado pelo Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná, tentei dar continuidade ao tema Arqueologia de Salvamento. A tentativa foi infrutífera porque arqueólogos não compareceram. Ficou evidente que a SAB, a Sociedade de Arqueologia Brasileira, criada na década de 1980, passava de fato a congregar os arqueólogos no Brasil.



# DUAS DÉCADAS E MEIA DE ANTROPOLOGIA NA UFPR<sup>43</sup>

---

Marília Gomes de Carvalho  
CEFET, PR

## Introdução

Procurou-se neste texto reconstruir a memória das atividades realizadas pela equipe de professoras<sup>44</sup> do Departamento de Antropologia da UFPR, durante as décadas de 1970, 80 e 90, que contribuíram para o desenvolvimento da Antropologia no Paraná e o conseqüente fortalecimento da Associação Brasileira de Antropologia - ABA<sup>45</sup>.

O desenvolvimento da ciência antropológica no Paraná acompanhou as mesmas tendências de pesquisa e docência que ocorriam em outros centros universitários de ensino e pesquisa do País e Exterior. O Departamento de Antropologia tornou-se inclusive, um centro pioneiro nas pesquisas arqueológicas e nas artes populares, sendo que muitas das professoras que contribuíram para a expansão da Antropologia no Paraná foram alunas do Professor Dr José

---

<sup>43</sup> Depoimento feito na Universidade Federal do Paraná, por ocasião da comemoração dos 50 anos da Associação Brasileira de Antropologia – ABA.

<sup>44</sup> O texto está escrito no feminino porque o Departamento de Antropologia da UFPR sempre contou em seu corpo docente com uma grande maioria de professoras. O número de professores nunca passou de três, sendo que na maior parte de sua existência não teve mais do que dois professores simultaneamente. Assim, peço licença aos prezados colegas aqui presentes (e aos que não mais estão no Departamento) para reconstruir essa memória utilizando o substantivo “as professoras”, apesar de não estar, absolutamente, excluindo-os das atividades que aqui serão relembradas. Trata-se apenas de uma subversão à regra gramatical que muitas vezes invisibiliza a participação das mulheres na sociedade.

<sup>45</sup> Este texto foi escrito com a colaboração das colegas Jungla Maria Pimentel Daniel, Márcia Scholz de Andrade Kersten, Veraluz Zicarelli Cravo e Zulmara Clara Sauner Posse, todas ex-professoras e pesquisadoras do Departamento de Antropologia da UFPR, que exerceram suas atividades durante o período aqui citado e auxiliaram na reconstrução de sua memória.

Loureiro Fernandes, o fundador da Associação Brasileira de Antropologia neste Estado.

### **Docência**

Após a Reforma Universitária de 1970-71 e a implantação do Ciclo Básico, cujos dois primeiros anos dos cursos de humanas teriam disciplinas em comum, foram criadas duas novas disciplinas pelo Departamento de Antropologia da UFPR, a fim de atender a esta demanda: Introdução à Antropologia e Aspectos Antropológicos e Culturais da Realidade Brasileira. Para cumprir esta tarefa foi necessário aumentar o corpo docente do Departamento que passou de cerca de seis professoras já existentes para mais de 16 professoras durante a década de 1970.

O objetivo do texto não é citar nomes de docentes que fizeram esta ou aquela atividade, mas simplesmente lembrar partes importantes do trabalho que foi realizado pela equipe de professoras. Porém, vale ressaltar (por ordem de ingresso) os nomes das professoras que compuseram o corpo docente do Departamento de Antropologia durante o período aqui lembrado, e que hoje estão aposentadas: Cecília Maria Vieira Helm, Igor Chmyz (na ativa), Maria José Menezes, Wilson Rauth, Marília Gomes de Carvalho, Jungla Maria Pimentel Daniel, Veraluz Zicarelli Cravo, Maria Cecília Solheid da Costa, Maria Lígia de Moura Pires, Zulmara Clara Sauner Posse, Carlos Alberto Balhana (na ativa), Carmem Nicolussi, Márcia Scholz de Andrade Kersten e Anamaria Aimoré Bonin.

Além da existência das disciplinas mais antigas do Departamento, a saber, Antropologia Física, Arqueologia Pré-Histórica, Antropologia Cultural, Antropologia Social e Antropologia Brasileira esta equipe de professoras trabalhou na criação de novas disciplinas com a ampliação da oferta do Departamento de Antropologia não só para os Cursos de Ciências Sociais, História e Geografia, sua tradicional clientela, mas também para outros cursos da área de Ciências Humanas.

Para a implantação destas disciplinas foram elaboradas ementas, conteúdos programáticos e realizados levantamentos bibliográficos que atendessem às novas necessidades acadêmicas dos cursos da UFPR.

Estas novas disciplinas foram criadas a partir da influência do desenvolvimento da Antropologia em outros centros universitários do País, principalmente São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, Brasília, Florianópolis e Porto Alegre.

Algumas disciplinas criadas neste período atenderam a demanda ao Departamento por mais de três décadas:

- Antropologia Rural
- Sociedades e Culturas Camponesas
- Antropologia Urbana
- Antropologia das Sociedades Complexas
- Antropologia aplicada as Sociedades Tradicionais (estudos de comunidade)
- Minorias étnicas
- Cultura Brasileira
- Antropologia Econômica
- Antropologia Política
- Metodologia da Pesquisa Antropológica
- Teorias Antropológicas I
- Teorias Antropológicas II
- Etnologia Indígena
- Homem, Cultura e Sociedade
- Cultura Popular e de Massa no Brasil
- Folclore I
- Folclore II

Além dos cursos já citados a equipe de professoras ampliou a oferta de disciplinas do Departamento de Antropologia para outros Cursos das Ciências Humanas e outros Cursos e Departamentos da Universidade, numa política que visava a interdisciplinaridade e que privilegiava a necessidade de uma formação antropológica para profissionais de diferentes áreas. Foram os seguintes os novos Cursos que passaram a usufruir os conhecimentos de diferentes campos da Antropologia:

- Comunicação Social
- Filosofia

- Psicologia
- Letras
- Desenho Industrial
- Educação Artística
- Pedagogia
- Nutrição
- Enfermagem
- Medicina
- Odontologia
- Agronomia
- Engenharia Florestal
- Arquitetura e Urbanismo

## **Pesquisa**

A pesquisa sempre acompanhou o trabalho docente desenvolvido pela equipe de professoras do Departamento de Antropologia. Vários foram os temas abordados nessas pesquisas ao longo dos anos. As investigações realizadas não só produziu uma maior compreensão da realidade paranaense e curitibana, sob o aspecto antropológico, como também acrescentaram conhecimentos à ciência antropológica. Muitos de seus resultados foram apresentados nos fóruns de debates proporcionados pela ABA em inúmeras Reuniões Brasileiras realizadas em território nacional e também nas reuniões da ABA-Regional Sul que sempre contaram com a participação das pesquisadoras do Paraná.

Resultados destas pesquisas foram publicados em diferentes canais de divulgação científica de várias instituições de ensino e pesquisa internacionais, nacionais e locais.

Dentre os temas de pesquisas desenvolvidos pelas professoras/pesquisadoras podemos citar:

- Arqueologia: a estrutura dinâmica de populações pré-históricas no Paraná e de populações indígenas no Brasil, utilizando as dimensões tempo e espaço na sociedade pré-histórica.

- Arqueologia em áreas de hidroelétricas para salvamento arqueológico.

- Grupos indígenas do Paraná e suas relações/conflitos com membros da sociedade nacional.

- Memória indígena.

- Grupos de camponeses, colonos e pescadores, sob a ótica da sua inserção na economia capitalista, e o espaço que estes grupos, que possuem um código cultural caracterizado pela lógica tradicional, ocupam na sociedade de mercado.

- Acompanhando a tradição da Antropologia em estudos sobre grupos étnicos foram desenvolvidas pesquisas entre grupos de descendentes de imigrantes poloneses para compreender as características culturais desta população em Curitiba, as transformações da cultura de origem no Brasil e o lugar destes imigrantes na sociedade.

- Outro grupo étnico pesquisado foi o de imigrantes sírio-libaneses, cuja pesquisa revelou como se deu o processo de integração de seus descendentes na sociedade curitibana, inicialmente através das atividades comerciais e posteriormente, à medida que vivia um processo de ascensão social, através da atuação na área da agricultura (como fazendeiros) e também em profissões liberais.

- Grupos urbanos também foram objeto de pesquisas antropológicas no Departamento de Antropologia da UFPR, seguindo a mesma tendência da Antropologia em outros centros nacionais e também de outros países. Pesquisa sobre as condições materiais de vida de operários aposentados revelou a difícil situação econômica em que viviam após mais de 35 anos de trabalho, quando eram obrigados a retornar ao mercado de trabalho para complementar a renda da família, sujeitando-se às mais desgastantes atividades.

- A investigação sobre os catadores de papel trouxe uma caracterização do tipo de trabalho que este grupo (que vive do lixo) executa na cidade e os significados que eles constroem sobre sua atividade, sua família, amigos, sua vida cotidiana, enfim sobre como eles percebem a si e aos outros.

- Grupos populares de baixa renda foram tema de pesquisa, especialmente o extinto “Beco do Diabo”, bairro localizado em área urbana de Curitiba. A pesquisa com esta população trouxe à tona as condições de vida de famílias matrifocais que constroem relações de reciprocidade e solidariedade específicas na cidade e desenvolvem

valores familiares próprios de mulheres que lutam para criar os filhos sem a presença do pai.

- Relações familiares de camadas médias de Curitiba foi um outro tema de pesquisa que buscava compreender as transformações pelas quais vem passando a família, enquanto instituição, a partir da ótica de pessoas descasadas e recasadas. A pesquisa resultou em uma etnografia do casamento, do descasamento e do recasamento que revela, através de depoimentos, as representações sobre as relações familiares das pessoas entrevistadas.

- Ainda sobre relações familiares foi realizada uma pesquisa sobre o processo de adoção de crianças por casais sem filhos que explora representações e sentimentos sobre maternidade e paternidade como fenômenos construídos socialmente.

- Uma pesquisa sobre o Congresso Nacional em Brasília onde os parlamentares constroem sua carreira política revelou os rituais desta Casa e os caminhos que devem ser seguidos para a aceitação dos novos parlamentares e a manutenção das posições de prestígio dos antigos. Estes códigos, construídos através de relações pessoais, não estão escritos nos regulamentos internos da Instituição, porém estão inscritos nas representações de quem dela participa.

- Movimentos sociais rurais no Paraná, movimentos e ritos do Movimento dos Sem Terra: estudo etnográfico do acampamento Vitória da União, ligado ao MST

- Hábitos alimentares: as relações entre alimentação e cultura na sociedade capitalista e as transformações das tradições alimentares.

- Patrimônio cultural: estudo da construção do conceito de patrimônio cultural e a institucionalização das políticas patrimonialistas no Brasil e especificamente no Paraná.

No desenvolvimento de suas pesquisas algumas pesquisadoras estabeleceram diálogo com outras áreas do conhecimento, particularmente com a Sociologia e História.

Em 1988 foi criado um periódico do Departamento de Antropologia da UFPR, o Boletim de Antropologia, com a edição de 22 números. Através deste Boletim foi possível a publicação de artigos teóricos e resultados de pesquisas de autores pesquisadores do próprio Departamento e também autores externos. Esta publicação perdurou até o ano de 1991.

## **Curso de Especialização em Antropologia Social**

O Departamento de Antropologia sempre teve por objetivo a formação de seu corpo docente. Atendendo a esta meta, em 1972 foi elaborado um projeto para a realização de um Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia que, após obter a aprovação do Conselho de Ensino e Pesquisas da UFPR, inicia, neste mesmo ano, a sua primeira turma.

No decorrer desta mesma turma, foi aberto um novo processo para a transformação deste Curso de Aperfeiçoamento em Curso de Especialização, cuja aprovação foi também obtida pelo Conselho de Ensino e Pesquisas.

Estava criado o Curso de Especialização em Antropologia Social, pioneiro no Sul do Brasil. Funcionou durante 17 anos, com 12 cursos consecutivos até 1990. Neste período formou mais de 130 especialistas em Antropologia Social, dentre os quais as próprias professoras do Departamento, que antes de cursarem Mestrado em outras Instituições fora de Curitiba, cursaram a Especialização da UFPR.

Profissionais que passaram a compor o corpo docente de outras instituições de ensino universitário da Capital e Interior também obtiveram sua formação em Antropologia através deste Curso. Docentes de outros Departamentos da UFPR usufruíram o Curso para obter sua formação de Pós-Graduação *lato-senso*. Muitos ex-alunos ingressaram posteriormente em Programas de Pós-Graduação *strictu senso* existentes no País, seja em Antropologia e/ou áreas afins.

O Curso de Especialização em Antropologia Social da UFPR tornou-se referência na Capital e interior do Estado, e também em Estados vizinhos, apresentando um crescente número de candidatos ao exame de seleção. Nos últimos anos este número ultrapassou 350 candidatos por Curso.

A duração de dois anos de cada turma (em alguns casos), a presença de professores ilustres dos mais conhecidos centros de produção do conhecimento antropológico do Brasil e a exigência de monografias, resultado de pesquisa de campo e sua defesa perante uma Banca, deram a este Curso o caráter do que hoje se considera um Curso de Mestrado. Essas monografias elaboradas pelos alunos do Curso de Especialização deram origem, ou se originaram e/ou se

desdobraram em pesquisas realizadas pelas professoras do Departamento.

A elaboração do projeto, a coordenação do Curso e sua execução sempre foram de responsabilidade das professoras que compunham a equipe docente do Departamento de Antropologia que se revezava a cada projeto, quando se iniciava um novo Curso.

Convém ressaltar os nomes de alguns professores que vieram para Curitiba a fim de ministrar aulas em diferentes disciplinas do Curso de Especialização em Antropologia Social e ajudaram a formar os futuros antropólogos paranaenses (muitos estiveram ministrando aulas em mais de uma turma do Curso):

- Margarida Andreatta - USP
- Maria José Reis - UFSC
- Silvio Coelho dos Santos - UFSC
- Roberto da Matta - Museu Nacional
- Julio Cesar Melatti - UnB
- Roque de Barros Laraia - UnB
- Roberto Cardoso de Oliveira - Unicamp
- Alcida Ramos - UnB
- Ruth Cardoso - USP
- Gilberto Velho - MN
- Otávio Velho - MN
- Giralda Seiferth - MN
- Francisca Vieira Keller - MN
- Peter Fry -Unicamp
- Carlos Rodrigues Brandão - Unicamp
- Eunice Ribeiro Durham - USP
- Edgard de Assis Carvalho - PUCSP
- Carmem Junqueira - PUCSP
- Maria Helena Vilas Boas - PUCSP
- Josildete Consorte - PUCSP
- José Guilherme Magnani - USP
- Ruben Oliven - UFRGS
- Carmen Fonseca - UFRGS
- Mirian Grossi - UFSC
- José Sérgio Leite Lopes - MN

- Afrânio Garcia - MN
- Luiz Fernando Dias Duarte - MN
- Carmem Cinira de Macedo - USP
- Guíta Debert - Unicamp
- Miréia Suarez - UnB
- Ilka Boaventura - UFSC
- Tania Salem - MN
- Bela Feldman Bianco - Unicamp

A escolha destes professores e de suas Instituições não se deu aleatoriamente, mas tinha como objetivo trazer para o Curso informações sobre diferentes abordagens da Antropologia. Esta estratégia possibilitou a decisão das professoras do Departamento de posteriormente optarem por Cursos de mestrado e doutorado em diferentes Programas de Pós-Graduação, de acordo com seus interesses, afinidades e preferências teóricas.

A partir de 1978, parte do Curso de Especialização passou a ser ministrado pelas próprias professoras do Departamento, que já estavam qualificadas para assumi-lo, tendo em vista que já tinham mestrado (e muitas doutorado) em diferentes instituições de Pós-Graduação do País. O Departamento de Antropologia da UFPR teve Mestres e Doutoradas que cursaram Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, da Universidade de São Paulo, da Universidade de Brasília, além do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, o que trouxe ao Departamento um caráter interdisciplinar.

No início da década de 1980 o Departamento de Antropologia era um dos poucos do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR, em que a totalidade do seu corpo docente tinha o título de Mestre.

O projeto do curso de Mestrado em Antropologia Social da UFPR elaborado em 1991, sua reformulação em 1993 e seu atual Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social foram elaborados tendo como base esta sólida estrutura construída através do Curso de Especialização em Antropologia Social.

## **Outras atividades**

Em 1986 o Departamento de Antropologia organizou, com sua equipe de professoras, a 15a. Reunião Brasileira de Antropologia, com a participação de 615 inscritos, dentre associados, estudantes e membros da comunidade. Comparado à Reunião anterior em Brasília, o número de inscritos cresceu aproximadamente 70%. Seis Mesas Redondas, 25 Grupos de Trabalho e o discurso de abertura proferido pelo Prof. Dr. Roberto Cardoso de Oliveira sobre a história da ABA até aquela data, enriqueceram a programação desta Reunião Brasileira.

Neste mesmo ano o Departamento de Antropologia re-assumiu a indicação para a Direção do Museu de Arqueologia e Etnologia em Paranaguá, sendo que duas professoras/pesquisadoras assumiram cargos nesta Instituição.

Ainda na década de 80 foi firmado um convênio entre a Secretaria Municipal de Educação, o Museu Paranaense e o Departamento de Antropologia para que este oferecesse cursos de formação básica em Antropologia para professores da rede pública.

Em várias ocasiões houve o empenho da equipe de professoras do Departamento de Antropologia para realizar eventos comemorativos ao Dia do Índio. Exposições foram organizadas não só para marcar esta data, mas também para divulgar ao público universitário e à comunidade em geral a coleção do material etnográfico pertencente na época ao Departamento. As exposições abordaram diferentes temas, tais como:

- Arte indígena
- Adornos corporais
- Ritos funerários
- Sociedade tribal X Sociedade nacional
- Técnicas indígenas

A equipe trabalhou também na montagem da exposição permanente de material etnográfico do Departamento, obtido em trabalhos de campo, em homenagem ao Professor Dr. José Loureiro Fernandes, localizada no corredor de entrada das instalações físicas do Departamento, obra que recebeu o patrocínio da Fundação Banco do Brasil.

O grupo de professoras organizou ainda outros eventos de cunho científico como a “Semana de Antropologia”, por exemplo, que, a cada dois anos, promovia a discussão e o debate entre alunos e professores da Universidade e da comunidade. A escolha dos temas privilegiava os que fossem de interesse geral que estavam também sendo debatidos por antropólogos de outros centros de ensino e pesquisa, além dos resultados das pesquisas realizadas pelas professoras do Departamento. Dentre outros se destacam:

- Relações familiares no mundo moderno
- Pesquisa antropológica na cidade
- História da Antropologia

No início da década de 1990 diversas professoras assumiram cargos de Direção Superior na UFPR, o que certamente acarretou uma sobrecarga de trabalho aos demais docentes, mas que, por outro lado, contribuíram para a solicitação de um maior número de vagas para concurso, já demandado com a ampliação de ofertas das disciplinas de Antropologia aos demais cursos de graduação da Universidade.

A participação de professoras do Departamento em cargos diretivos propiciou a colaboração direta na criação dos programas institucionais da UFPR, dentre eles o programa de bolsas para alunos de graduação: iniciação científica, extensão, cultura e trabalho.

Outro feito marcante, que tem um forte cunho antropológico e relação direta com a participação de antropólogas na administração superior da Universidade, foi a criação do “Festival de Inverno” da UFPR, o maior programa de extensão e cultura da UFPR. Este evento mereceu o Primeiro Prêmio Nacional em Extensão e Cultura, oferecido pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão e Cultura.

Em 1991 as pesquisadoras/professoras de Antropologia organizaram, através do Departamento, o Encontro Regional Sul da ABA em Curitiba, que contou com a participação de cerca de 800 inscritos.

## **Considerações finais**

Com este breve relato não se teve a pretensão de esgotar o tema nem tampouco fazer um levantamento das atividades desenvolvidas no Departamento de Antropologia da UFPR, nas décadas de 1970, 80 e meados dos anos 90.

Foram destacados apenas os fatos que mais marcaram nossa memória e que, a nosso ver, propiciaram o desenvolvimento da Antropologia no Paraná e, conseqüentemente, da Antropologia Brasileira. Portanto, pode-se dizer que no decorrer dos 50 anos de existência da ABA, a metade deles contou com as contribuições de pesquisadoras/professoras de Antropologia da UFPR, que lá trabalharam durante o período aqui mencionado.

## **Epílogo**

Após a aposentadoria algumas professoras do Departamento continuaram trabalhando em outras instituições, expandindo o ensino e a pesquisa da Antropologia para além da UFPR. O Museu Paranaense contou (e continua contando) em seu corpo de técnicos e assessores, com experientes profissionais (Profa. Dra. Zulmara Clara Sauner Posse e Profa. Dra. Márcia Scholz de Andrade Kersten) que trabalham na área do patrimônio cultural. Outras Instituições de Ensino Superior da Capital contam com a participação de ex-professoras da UFPR (Profa. Dra. Zulmara Clara Sauner Posse e Profa. Dra. Marília Gomes de Carvalho) que ministram aulas de Antropologia.

No Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná foi criado em 1995 o Programa de Pós-Graduação em Tecnologia - PPGTE, com Curso de Mestrado em Tecnologia, de caráter interdisciplinar, que possui uma antropóloga (Profa. Dra. Marília Gomes de Carvalho) em seu corpo docente desde 1996.

O trabalho desenvolvido neste Programa de Pós-Graduação tem incentivado inúmeros alunos ao estudo da Antropologia e ao aprofundamento de reflexões a respeito das dimensões sócio-culturais da tecnologia. A ciência antropológica, com a sua bagagem teórica e metodológica, tem sido uma área de conhecimento importante para auxiliar nas interpretações sobre a sociedade tecnológica em que

vivemos e na compreensão das transformações culturais que estão associadas e este fenômeno.

Mais de 15 dissertações de Mestrado já foram defendidas neste Programa, com uma abordagem antropológica, cujo foco de análise tem sido as implicações sociais e culturais da tecnologia,. Mestres que concluíram seu Curso neste Programa estão ingressando em outros programas de doutorado, alguns também interdisciplinares (tentando inclusive filiar-se à ABA), com uma visão mais ampla dos fenômenos tecnológicos do que estreita razão instrumental.

A partir do ano 2000 foi criado no PPGTE o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Relações de Gênero e Tecnologia - GeTec, que vem ampliando os estudos de gênero para a área tecnológica e trazendo análises antropológicas sobre gênero, (usufruindo da tradição da Antropologia nesta área) para universos que, algumas vezes, apresentam uma certa resistência às ciências humanas. É um desafio que tem sido enfrentado por estudantes e professores/as deste Programa que acreditam em uma abordagem mais humana sobre a tecnologia, para a qual o conhecimento antropológico tem muito a contribuir.



## DEPOIMENTO

---

Eny de Camargo Maranhão  
UFPR, PR

É com satisfação e muita honra, que convidada pela Associação Brasileira de Antropologia, Programa de Pós Graduação em Antropologia, do Departamento de Antropologia do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, presto nesta reunião comemorativa dos 50 anos da ABA um sucinto depoimento.

Como membro fundador da Seção Regional do Paraná da Associação Brasileira de Antropologia, por indicação do Professor José Loureiro Fernandes, em decorrência das atividades exercidas durante o período em que fui aluna e colaboradora do ilustre Mestre, fui secretária desta seção Regional do período de 21 de maio de 1959 e 21 de maio de 1961.

Em 1950, ingressei no Curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná, que na época era mantida pela União Brasileira de Educação dos Irmãos Maristas, e que funcionava no prédio localizado na rua XV de novembro numero 1004, hoje inexistente.

No curso, a disciplina Antropologia era ministrada pelo Professor Loureiro no primeiro ano, e, nos dois anos subseqüentes, ministrava Etnografia Geral de Etnografia do Brasil.

Durante os três anos do Curso, os alunos demonstravam grande admiração e apreço pelo Mestre que era dotado de grande carisma. Vibrante, demonstrando profundo domínio do conteúdo programático das disciplinas ministradas, além de ser um incansável pesquisador, merecia dos alunos dedicação ao estudo e o empenho em obter as mais altas notas. Nas suas aulas utilizava muitos recursos didáticos: - o quadro negro, onde esquematizava o conteúdo programático;

epidiascópio – projetando gravuras, desenhos, mapas, fotografias, etc; ossos (partes do esqueleto e, principalmente crânios) e instrumentos de mensuração antropométrica, quando havia necessidade de mais detalhes. Suas aulas teóricas e práticas eram seguidas por excursões para o litoral e interior do Paraná, possibilitando a execução de pesquisas.

Dr Loureiro foi um desbravado: médico, pesquisador, museólogo, historiador, etnólogo, folclorista, arqueólogo, portanto um cientista completo. As pesquisas que desenvolveu abrangeram temas ligados à história, geografia humana, antropologia física, etnografia, lingüística, folclore, arqueologia e outros... sempre atualizado nos vários campos da Antropologia empenhou-se na preparação e incentivo dos alunos e colaboradores que integravam sua equipe de trabalho, criando uma verdadeira Escola de Antropologia, deixando inúmeros sucessores.

O Dr. Loureiro, marco importante da Antropologia Nacional e Internacional, apoiava outras áreas. Participou da instalação do núcleo de Curitiba da Associação dos Geógrafos Brasileiros, sendo seu primeiro Presidente. O Núcleo foi instalado em 13 de abril de 1942 com a presença de Pierre Mombeig – Presidente da A.G.B., do Professor Aroldo de Azevedo – Secretário Geral e dos consórcios paranaenses, dentre os quais José Loureiro Fernandes.

Quando aluna do Professor Loureiro me interessei pela Antropologia e Etnografia do Brasil, razão pela qual, depois de obter o grau de Bacharel em Geografia e história e ainda aluna do Curso de Didática, fui designada em 1952 como membro da Seção de Antropologia e Etnografia do Instituto de Pesquisa da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná.

Em 1953, recebi o grau de Licenciatura.

Em 1956, comecei a colaborar ministrando aulas de Antropologia Física. Nesse mesmo ano, por sua indicação, fui designada sócia efetiva do Círculo de Estudos Bandeirantes e, mais tarde, sócia efetiva do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, e membro fundador da Seção Regional do Paraná da ABA.

Em 1959, o Professor Loureiro apresentou projeto de uma nova pesquisa, com a finalidade de estudar os Kaingang de Palmas.

Convidada para integrar a equipe fui estagia no serviço de Antropometria do Instituto de Pesquisa Educacional da Prefeitura do Distrito Federal – Rio de Janeiro. Esse estágio foi supervisionado pela antropofísica Profa Maria Julia Prochet.

A pesquisa tinha como finalidade verificar, sob três variáveis, o peso dos fatores responsáveis pelo desenvolvimento e situação antropofísica dos índios Kaingang de Palmas:

- a) Fatores biológicos: “estoque racial”, hereditariedade, biótipo;
- b) fatores ecológicos: habitat, clima, agentes mesológicos;
- c) fatores sócio-econômicos: dentre os quais alimentação e costumes.

A pesquisa de campo, realizada no Posto da Funai Fioravante em Palmas forneceu: dados antropométricos, caracteres descritivos, estado dentário e grupos sanguíneos: sistema ABO e RH.

Os dados levantados foram coordenados pelo Professor Loureiro. As índias Kaingang foram mensuradas pela Professora e Antropofísica Maria Julia Pourchet, contando com a minha colaboração. O Professor Loureiro e outros colaboradores ficaram encarregados de realizar os mesmos procedimentos nos índios.

Par atrair a simpatia e o comparecimento dos índios Kaingang, o professor Loureiro distribuía cortes de chita e outras fazendas, linhas, agulhas, adornos e material de maquiagem para as mulheres e pequeno agrado monetário para os homens, bem como utensílios e ferramentas (facões, machadinhas, etc..)

Após análise dos dados, foi elaborada uma monografia que recebeu o título “Contribuição à Antropologia Física dos Kaingang de Palmas”. Essa monografia foi apresentada pelo Professor Loureiro na IV Reunião Brasileira de Antropologia, realizada de 15 a 18 de setembro de 1959, em Curitiba.

Com o mesmo enfoque, o Professor Loureiro Fernandes já havia realizada outras pesquisas:

- em 1939 – Notas hemato-antropológicas sobre os Kaingang de Palmas;
- em 1941 – Os Kaingang de Palmas. Arquivos do Museu Paranaense;
- em 1955 – Contribuição à Antropologia e à Hematologia dos Kaingang do Paraná, anais do 31 Congresso Internacional de

Americanistas, São Paulo.

Em 1963 foi publicada na Revista do Museu Paulista – Nova Série – volume XIV, nota prévia sobre “Um estudo antropológico realizado entre escolares de Curitiba, descendentes de luso-brasileiros, italianos e eslavos”. Essa pesquisa realizada por mim teve a orientação do Professor Loureiro e da Profa Maria Julia Pourchet, entre 1955 e 1963, foi apoiada na Antropologia, na Biometria comparativa e regional e na Genética humana em seu campo de aplicabilidade.

A pesquisa forneceu dados antropológicos, caracteres descritivos, estado dentário e grupos sanguíneos.

Ao longo de minha vida universitária, ligada ao Departamento de Antropologia e Etnografia, sob orientação do Catedrático Professor Loureiro Fernandes, realizei palestras e apresentei trabalhos em Simpósios, Congressos e Reuniões.

Agradeço o convite para apresentar este Depoimento nesta magna Reunião Comemorativa dos 50 anos da ABA. Obrigada

**ABA 50 ANOS NA UFRGS**  
**PORTO ALEGRE, RS**  
**17 JUNHO 2006**

Comissão Organizadora: Cornelia Eckert (Coordenadora),  
Equipe do Navisual, Equipe do BIEV.

Apoio: Maria Eunice Maciel (Coordenadora do PPGAS/UFRGS), Rosemari Feijó,  
Alexandre Aguiar (secretários).



## O TESTEMUNHO DE PORTO ALEGRE

---

Cornelia Eckert

UFRGS, RS

No dia 17 de junho de 2005, um grupo expressivo de antropólogos, professores, pesquisadores, alunos e simpatizantes responderam ao convite para comemorar 50 anos da ABA na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O evento ocorreu no auditório Panteon, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Foi uma sexta-feira muito agradável em que, inicialmente, os participantes puderam apreciar, na Galeria Olho Nu (IFCH), a exposição fotográfica organizada pelo Núcleo de Antropologia Visual (PPGAS, UFRGS)\*, que mostrou imagens pesquisadas pela antropóloga Mariza Corrêa sobre a história da antropologia brasileira e desenvolveu igualmente dois quadros com depoimentos de antropólogos gaúchos em suas reminiscências sobre as Reuniões Brasileira de Antropologia do passado.

Já perto do início da cerimônia, os abraços eram efusivos. O Professor Pedro Ignácio Schmitz, vindo de São Leopoldo, o Professor Silvio Coelho dos Santos, vindo de Florianópolis e Professor Francisco M. Salzano, da UFRGS, marcaram sua importante presença junto aos demais visitantes. A Presidente da ABA, Profa. Miriam Pillar Grossi, de Florianópolis (UFSC), e o vice-presidente da ABA, Prof. Peter Henry Fry, do Rio de Janeiro (UFRJ), foram recepcionados pelos professores do Departamento de Antropologia presentes, seus alunos, seus funcionários, colegas de outras unidades, ex-alunos e visitantes que muito nos honraram.

A sala estava lotada, e a equipe do Banco de Imagens e Efeitos Visuais a postos para um completo processo de filmagem e registro fotográfico\*\*.

A cerimônia foi aberta pela Diretora do IFCH, Profa. Céli Pinto, que, em uma fala muito emotiva, manifestou boas-vindas a todos os presentes, dando seguimento aos trabalhos. A primeira mesa teve por título “ABA 50 anos” e foi coordenada pela Profa Maria Eunice de Souza Maciel, igualmente coordenadora do PPGAS/UFRGS. Nessa mesa, participaram Miriam Pillar Grossi (Presidente da ABA), Professor Dr. Peter Henry Fry (Vice-Presidente da ABA) e Ruben George Oliven (ex-Presidente da ABA). A segunda mesa-redonda teve por tema “Reminiscências: *ABA 50 anos*” e foi coordenada pelo Prof. Bernardo Lewgoy, chefe do Departamento de Antropologia. Nessa mesa, expuseram os professores Pedro Ignácio Schmitz (ex-professor da UFRGS), Francisco M. Salzano (Prof. Depart. Genética da UFRGS), Silvio Coelho dos Santos (ex-presidente da ABA) e Cláudia Fonseca (ex-secretária geral da ABA e Profa. da UFRGS).

Após as conferências, a Presidente da ABA agradeceu os professores, funcionários e colaboradores de atividades da ABA com um diploma comemorativo *ABA 50 anos*, encerrando a sessão. Os homenageados foram Abílio Afonso Baeta Neves, Adriane Rodolpho, Alexandre Aguiar, Ana Elisa Freitas, Ana Luiza Carvalho da Rocha, Andréa Fachel Leal, Ari Pedro Oro, Bernardo Lewgoy, Caleb Farias Alves, Carlos Steil, Céli Regina Pinto, Ceres Victora, Clarissa Eckert Baeta Neves, Cláudia Fonseca, Cornelia Eckert, Daniela Knauth, Dayse Barcellos, Denise Jardim, Francisco M. Salzano, Ilga Schauren, José Otávio Catafesto de Souza, José Vicente Tavares dos Santos, Liliane Guterres, Luiz Eduardo Achutti, Maria Eunice Maciel, Maria Elizabeth Lucas, Ondina Fachel Leal, Pedro Ignácio Schmitz, Rafael Devos, Roberto Ariada Lorea, Rosemari Feijó, Ruben George Oliven, Sérgio Baptista da Silva e Sérgio Alves Teixeira.

Nesta oportunidade, trazemos os relatos dos colegas Pedro Ignácio Schmitz, Francisco M. Salzano e Cláudia Fonseca, que, em suas falas aqui transcritas, testemunham sobre a antropologia no Rio Grande do Sul, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, trazem

---

\* Meus agradecimentos a Liliane Guterres, Maria Cristina Castilhos França, Roberto, Antonio Capiotti da Silva, Fabiela Bigossi e ao apoio de Rafael Derois dos Santos.

\*\* Meus agradecimentos a Ana Luiza Carvalho da Rocha, Rafael Victorino Devos, Viviane Vedana, Paula Biazus, Olavo Ramalho Marques, Fernanda Rechenberg, Luciana de Mello, Anelise Guterres, Rafael Lopo, Ana Mendes, Fabiana Ferracini, Thaís Cunegatto, Aline Kerber, Vanessa Zamboni e Rafael Derois dos Santos.

referências aos pioneiros na empreitada da pesquisa antropológica no Estado, lembram participações em reuniões regionais e nacionais e traçam trajetórias pessoais e percursos afetivos nos caminhos antropológicos trilhados em parceria com a ABA. Finalizamos com a saudação enviada por Sérgio Alves Teixeira.



## O COMEÇO DA ANTROPOLOGIA NA UFRGS

---

Pedro Ignácio Schmitz  
Unisinos e UFRGS, RS

O ensino de Antropologia e Etnologia começa, na UFRGS, em 1941, quando o P. Balduino Rambo é nomeado para ministrar a matéria no curso seriado de História e Geografia. Em 27.02.50 ele é efetivado como professor catedrático. A cadeira oferecia um ano de Antropologia Biológica, aos cuidados do Prof. Petrucci, um ano de Etnologia Geral e um ano de Etnografia do Brasil, ambas aos cuidados de Balduino Rambo.

Petrucci era médico e Balduino Rambo tinha cursos de Humanidades, de Filosofia e de Teologia católica. Nas matérias que ensinariam ambos eram pioneiros, autodidatas, como acontecia com quase todos os professores de Ciências Humanas no Brasil.

Balduino Rambo era, desde cedo, uma personalidade de visão enciclopédica e atuação diversificada. Através do curso de Filosofia, que realizou em Munique, na Alemanha, tinha entrado em contato com a ciência européia, que o deixou fascinado, a ponto de não querer voltar ao Brasil. Depois da volta, em seu estágio de magistério, no colégio Anchieta, antes de seguir para os estudos eclesiásticos de Teologia, ele, com vários companheiros jesuítas, elabora um grande projeto, que deveria resultar na constituição da “Flora do Brasil Meridional”, abrangendo o conjunto de todas as plantas da região. O grande projeto, por desistência de alguns colegas, nunca se realizou integralmente, mas Rambo chegou a reunir, pessoalmente, mais de 80.000 espécimes de plantas, que formam a base do Herbário Anchieta, por ele criado em 1931. Concluídos os estudos eclesiásticos, de 1939 até o fim de sua vida, em 1961, Rambo viveu no Colégio Anchieta, na

rua Duque de Caxias, onde lecionava Geografia e Ciências Naturais e se dedicava a trabalho científico, social e religioso.

Vale a pena lembrar que Rambo é contemporâneo de Teilhard de Chardin e sua reflexão, autônoma e independente, chegou a uma síntese, juntando Ciência, Filosofia e Teologia muito parecida com a de Teilhard, embora não tivesse a mesma oportunidade, como aquele, de divulgá-la pelo mundo, ficando inédita no seu imenso diário. Para se entender essa preocupação é preciso lembrar que o desencontro entre Ciência e Religião ainda não havia terminado. Embora circunstancial, podemos lembrar ainda que a Alemanha estava em ascensão e Rambo, embora um perfeito cidadão brasileiro, tinha enorme apreço por essa cultura. Todas essas circunstâncias nos ajudam a entender a posição de Rambo frente ao convite de assumir a cadeira de Antropologia Geral e Etnografia do Brasil, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFRGS.

Como orientação teórica ele escolhe a escola etnológica de Viena, comandada pelo P. Wilhelm Schmitt, da Sociedade do Verbo Divino. Este, com os dados e informações reunidos por seus colegas, missionários entre variadas populações não urbanas do mundo, criara um sistema classificatório-histórico das culturas, que se opunha diametralmente ao sistema evolucionista da cultura, desenvolvido a partir do último quartel do século XIX por Tylor, Morgan e outros. A teoria evolucionista da cultura fora assumida como ideologia pela União Soviética (lembro Frederico Engels: A origem do Estado, da Propriedade e da Família) e se expandia rapidamente pelo mundo. Estas me parecem algumas das circunstâncias e razões por que Rambo optou pelos “círculos culturais” da chamada Escola de Viena, cuja revista possuía grande penetração e interesse, porque divulgava sistematicamente o modo de vida das populações não urbanas, que estavam sendo atingidas pela expansão colonial.

Se Rambo tivesse podido escolher, certamente teria optado por lecionar Botânica, em vez de Etnologia Geral e Etnografia do Brasil, mas essa cadeira já possuía outro destinatário. Ele, então se esforçará por conciliar seus dois estudos principais, como escreve a um companheiro, em 17/03/50: “A matéria, em que me adentrei com imenso esforço, agrada-me bastante. Algum tempo tive de lutar com a tentação de sacrificar a Botânica a esse estudo, que aqui também é

novo. Entretanto acabei ficando com o meu primeiro amor”, isto é a Botânica.

Na mesma carta também insinua qual o espaço da matéria na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras: “Saiba que por ‘universidade’ se entende aqui essencialmente instrução profissional e não pesquisa”. Isto é, a matéria seria de informação e formação de professores, não de pesquisa.

Como bom catedrático, ele organiza a matéria a ser transmitida ao aluno, em dois textos, um para cada ano, que servem de base para aulas expositivas. Mas ele também busca material original referente às culturas de que fala e mostra grande quantidade de diapositivos, calcados sobre a bibliografia existente. De certa maneira ele junta a preleção do seu texto perante os alunos, papel que correspondia ao catedrático, com a demonstração prática do material, que seria da responsabilidade de um assistente, que ele não tinha. Os antigos alunos também lembram como ele era pontual tanto para começar, como para concluir a aula. Minutos antes de os alunos chegarem, ele já estava caminhando no corredor em frente à sala. E quando soava o sinal de concluir, ele era capaz de cortar ao meio a frase que estava proferindo.

Entusiasmado com a pesquisa que tinha observado no seu curso de Filosofia, em Munique, Rambo se preocupou com a ausência dela na matéria que ensinava e no curso em que esta se inseria. Resultado: ele passa duas semanas com os Kaingang e Guaraní de Nonoai e sobre eles produz um texto etnográfico, dentro da mentalidade do tempo e da metodologia da Escola (Os índios riograndenses modernos. *Província de São Pedro* 10, 81-88, Porto Alegre, 1947). O texto fez parte de seu manual sobre Etnografia do Brasil e o material recolhido na oportunidade serviu para ilustrar as aulas. O final do artigo é muito significativo: “No Rio Grande do Sul existem restos de primitivos, com muitos elementos antigos. Mas até hoje ainda não se fizeram entre nós estudos etnológicos de conjunto. Há apenas no Estado, uma vasta literatura dispersa, contendo elementos preciosos, sobre o assunto. Segue-se, pois, que qualquer pesquisa ou trabalho, por mais modesto que seja, representa ainda uma contribuição valiosa para a Etnografia e a Etnologia, ciências que pertencem ao patrimônio cultural de toda nação civilizada.” (Rambo, 1947: 88)

É interessante registrar que Rambo fez a sua pesquisa ao estilo da época, hospedando-se na casa do diretor do Posto e usando seu apoio para ter acesso aos índios. Podemos lembrar aqui que, passados mais de 10 anos, Francisco Mauro Salzano voltou a esta população para a sua tese de livre-docência, intitulada “Estudos Genéticos e Demográficos entre os índios do Rio Grande do Sul”, defendida em 1960. Não lembro de outras pesquisas nos anos subseqüentes. Em 1976 aparece uma compilação ampla de dados sobre os Kaingang (Itala Irene Basile Becker: *O índio Kaingang no Rio Grande do Sul*. Pesquisas, Antropologia 29, São Leopoldo, 264 páginas), que marca o início de um ciclo de investigações etno-históricas.

Para Rambo a Arqueologia também fazia parte do estudo das populações indígenas do mundo. Na segunda série de “Fundamentos da Cultura Rio-Grandense” (Faculdade de Filosofia da URGs, 1957: 33-44) foi publicada a conferência que ele pronunciou sobre “Arqueologia Rio-Grandense”, na qual busca fazer um apanhado daquilo que no tempo se conhecia, utilizando para isso três coleções por ele consideradas confiáveis: a que ele mesmo fizera junto ao Cerro do Jarau, em Quaraí; a Coleção Berenhauser, que acabara de ser adquirida pelo Colégio Catarinense de Florianópolis e a coleção Guilherme Tiburtius, de Curitiba. Menciona também uma coleção de materiais de sambaquis, que o Museu Júlio de Castilhos acabava de adquirir de um morador de Torres. Para entender esta contribuição é preciso lembrar que uma arqueologia minimamente sistemática começa no Estado somente a partir de 1965, oito anos depois, com a instalação do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica), dirigido por Clifford Evans e Betty J. Meggers, e de um programa de arqueologia rio-grandense, que reunia professores de várias universidades do Estado.

Na sua conferência, Rambo divide a apresentação em três províncias arqueológicas: a província do sudoeste, a província sambaquiana e a província do Planalto, descrevendo artefatos encontrados nessas regiões. Ele está consciente de sua impotência e considera a contribuição mais uma enumeração didática de artefatos do que um estudo de arqueologia.

Por isso, quando, em 1958, ele me convida para colaborar na cadeira, ele assim se expressa: “Eu estou fazendo alguma pesquisa

etnográfica com os índios Kaingang e Guarani, mas não posso me dedicar simultaneamente à arqueologia, que, aliás, ninguém está fazendo no Brasil”. Era verdade. E continua: “Tu poderias fazer um trabalho pioneiro neste campo. Eu te ajudo em todas as coisas a meu alcance”. Assim foi concebido um arqueólogo, sem mestre, nem bibliografia, que muito lutou, juntando fragmentos de conhecimento e de experiências, no país e no exterior, para se tornar, como estava profetizado, um pioneiro da arqueologia brasileira. Vale a pena notar que a UFRGS teve, durante muitos anos, professores de Antropologia que eram pioneiros em arqueologia do Brasil. Embora isto pudesse causar estranheza no Brasil, onde a Antropologia tomara um viés social, tanto nos Estados Unidos, como na América Latina, Arqueologia faz parte do treinamento e da pesquisa em Antropologia.

Nesse tempo havia professores isolados nas grandes universidades do país. Rambo mantinha contato com muitos deles. É preciso anotar os nomes dos Professores Osvaldo Cabral, da Universidade de Santa Catarina; José Loureiro Fernandes, da Universidade do Paraná; Egon Schaden, da Universidade de São Paulo; Thales de Azevedo, da Universidade da Bahía; Herbert Baldus, do Museu Paulista e da Escola de Sociologia e Política. Eram seguidores de uma Antropologia Histórica, mas não a dos “Círculos Culturais”.

Entre os amadores, pioneiros na Arqueologia, com que Rambo mantinha contato, estava a equipe do Paraná, formada por Guilherme Tiburtius (um marceneiro colecionador), João José Bigarella (geólogo) e Iris Koehler Bigarella (com algum treinamento em Arqueologia), que buscavam resgatar elementos básicos da cultura dos sambaquis; em Florianópolis, o Pe. João Alfredo Rohr, S.J (que fora professor de química e diretor de colégio) começava a carreira como o maior escavador do país. Entre os arqueólogos estrangeiros é preciso citar o Dr. Osvaldo F. Menghin, ex-reitor da Universidade de Viena e diretor do Museo Etnográfico de Buenos Aires que, a pedido de Rambo, chegou a dar cursos em Porto Alegre. Rambo também foi visitado por Allan L. Bryan, do Canadá e por Josef Emperaire, da França, que começavam pesquisas em sambaquis de São Paulo e do Paraná, a pedido do Prof. José Loureiro Fernandes, da Universidade do Paraná.

A Antropologia mudou depois da morte prematura de Rambo, em 1961, com 56 anos. Já nos últimos anos de sua docência fora introduzida, por determinação do Ministério de Educação, a disciplina de Língua Tupi, para os alunos de História. O assistente de Rambo, que estudara Guarani, por dois anos, com o professor paraguaio Alejandro Ortigoza e fizera um estágio nas missões jesuíticas, foi encarregado dessa disciplina, que ministrou durante alguns anos e depois abandonou.

A escola dos “Círculos Culturais”, de Viena, foi substituída pela Antropologia Cultural americana, já desde anos seguida por outras universidades brasileiras. A chamada “Escola de Viena”, com a morte do P. Wilhelm Schmitt, em 1954, fora abandonada até por seus correligionários e colaboradores por causa de restrições a alguns de seus pressupostos teóricos.

Com a aposentadoria do Prof. Petrucci a Antropologia Física perdeu autonomia e passou a ser uma parte do programa de Antropologia Cultural, de acordo com os manuais americanos, que serviam de base para as aulas.

Aos poucos se foi insinuando a Antropologia Social, até se impor. Primeiro foi Sérgio Alves Teixeira fazer o seu mestrado na Universidade de Campinas, onde ela estava em voga; depois foi a instalação do curso de Ciências Sociais e a contratação do Prof. Ruben George Oliven, que vinha de um doutorado na Inglaterra; quando se pediu a aprovação do mestrado com o título simples de “Antropologia”, a denominação foi rejeitada pelos órgãos superiores da Universidade, que mandaram chamá-la “Antropologia Social”. Com a incorporação no Departamento de Ciências Sociais, o oferecimento da disciplina em diversos cursos da Universidade e a multiplicação de professores, a denominação e orientação se impuseram.

Ainda preciso dizer uma palavra sobre o período anterior à instalação da pós-graduação na UFRGS e do desenvolvimento da ABA (Associação Brasileira de Antropologia), criada em 1955, mas que se consolidou e expandiu a partir de 1974. Já na reunião de Curitiba (1959), o primeiro assistente de Rambo, que esta escreve, começou a participar de reuniões, no que foi seguido por outros professores e alunos do Rio Grande do Sul. Mas ela ainda não atendia todas as necessidades dos docentes da região.

De fato, entre a década de 1960 e 1970, a Antropologia passou a ser oferecida em diversas universidades do Rio Grande do Sul, por professores locais, que não tinham um curso regular dessa matéria, mas eram formados em História, Geografia, ou Ciências Sociais. Para se ajudarem mutuamente, esses professores instituíram a Reunião Anual de Antropologia, com duração de dois a três dias, nos quais se apresentavam e discutiam programas, se faziam entrevistas com pessoas interessantes, se apresentavam pesquisas e se mantinha um ambiente de companheirismo e partilha. Essas reuniões foram realizadas em São Leopoldo (duas vezes), Caxias do Sul, Passo Fundo, Ijuí, Santa Maria e Porto Alegre (UFRGS). Num desses anos ela foi levada a Florianópolis, reunindo os professores dos três estados do Sul. É curioso que, também nesse fórum, Antropologia e Arqueologia ainda estavam muito próximas, quase como irmãs gêmeas. E as pesquisas que mais se destacavam nas apresentações eram de Arqueologia e Etno-história. Os arqueólogos já se vinham reunindo, anteriormente, no Simpósio de Arqueologia da Área do Prata (1965-1967), coordenado pelo Instituto Anchietano de Pesquisas, e na SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), com o que tinham criado relações mais amplas, tanto no Brasil, como na América Latina. Vários arqueólogos desse simpósio assumiram as aulas de Antropologia nas suas universidades.

As reuniões dos professores de Antropologia se tornaram menos necessárias, e terminaram, quando a UFRGS, com um corpo docente já mais consolidado, começou a desenvolver um programa de pós-graduação, primeiro como Especialização, na qual os docentes da casa foram reforçados por professores visitantes (Peter Fry e Sílvio Coelho dos Santos). Logo a Especialização foi transformada em mestrado em Antropologia Social (1979), no qual muitos dos alunos do curso anterior continuaram seus estudos e conseguiram seu primeiro título. O mestrado rapidamente se transformou em doutorado, cujo corpo docente foi constituído por professores da casa, alguns dos quais acabavam de conseguir seu título de doutor através de um concurso de livre-docência, mas também por novos contratados externos e por formados no programa, que tinham ido buscar no exterior (especialmente na França e nos Estados Unidos) seus novos títulos de doutor.

Também a ABA, consolidada, passou a satisfazer necessidades que, embrionariamente, foram atendidas por encontros estaduais e regionais.

Estas são algumas lembranças dos primeiros quarenta anos do ensino da Antropologia na UFRGS. Desde então passaram outros vinte e cinco anos, que pouco se assemelham aos começos e que também merecem uma história.

## ABA – 50 ANOS - DEPOIMENTO

---

Francisco M. Salzano  
UFRGS, RS

É com grande prazer que me associo às comemorações do cinquentenário da Associação Brasileira de Antropologia, com a qual tenho ligações antigas tanto de cunho profissional quanto afetivo.

Minha formação inicial envolveu basicamente a genética animal. Porém, após um pós-doutoramento de um ano no Departamento de Genética Humana da Universidade de Michigan, em Ann Arbor, EUA, em 1956-1957, estabeleci com o meu mentor naquela instituição, Prof. James V. Neel, um ambicioso plano de estudos de populações indígenas. A idéia era verificar como fatores demográficos, epidemiológicos e sócio-ambientais influíam sobre a constituição genética dessas populações, com inferências sobre seu passado e futuro. Este projeto continua em desenvolvimento até hoje.

Retornando ao Brasil, mantive correspondência em 1957/1958 com duas figuras das mais importantes da antropologia na época, Herbert Baldus e Harald Schultz, sobre os grupos indígenas que mais se prestariam aos estudos que eu estava planejando. Em 1961 ingressei na ABA, e no mesmo ano fui convidado por Paulo Duarte a participar dos II Encontros Intelectuais de São Paulo, realizado naquela cidade entre 21 e 26 de agosto sob o patrocínio da UNESCO. Baldus também participou do mesmo, e na tarde do dia 26 coordenou uma visita dos congressistas à Seção de Etnologia e Arqueologia do Museu Paulista, da qual ele era o Chefe. Neste mesmo ano (1961) Baldus foi eleito presidente da ABA, e fui indicado para membro de seu Conselho Científico. Participei deste Conselho em quatro gestões (1961/1963); 1966/1968; 1974/1976; e 1976/1978). Nessas décadas de 1960/80 assisti a cinco Reuniões da ABA (VI, 1963, São Paulo; IX, 1974, Florianópolis; X, 1976, Salvador; XI, 1978, Recife; e XIII,

1982, São Paulo). Deixo para os mais vinculados à área a história interna das mesmas, em especial a intervenção para que a ABA não desaparecesse, devido a Silvio Coelho dos Santos, ou a rebelião dos jovens de Recife.

No início da década de 60 fiz o primeiro contato com Roberto Cardoso de Oliveira e Luiz de Castro Faria. Estava preparando trabalho de campo entre os Xavante e Roberto, com David Maybury-Lewis e outros, estava engajado em um projeto geral sobre os grupos de língua Jê. Em 1966 ocorreu um Simpósio sobre a Biota Amazônica, em Belém, com a parte de Antropologia coordenada por Eduardo E. Galvão e Aryon D. Rodrigues; participei do mesmo e, além de um contato prolongado com esses dois pesquisadores, conheci outras figuras paradigmáticas da Antropologia que desenvolviam estudos no Brasil, como Clifford Evans, Betty J. Meggers e Charles Wagley. Outras interações com a antropologia paraense envolveram Expedito Arnaud, Protásio Friel e Adélia E. Oliveira (com a qual publiquei um artigo sobre os Juruna em 1969); e no Brasil em geral com Thales de Azevedo, Egon Schaden, Silvio Coelho dos Santos, Darcy e Berta G. Ribeiro. Em época mais recente eu mencionaria Manuela Carneiro da Cunha. É óbvio que poderiam ser citados muitos outros (por exemplo, entre os gaúchos, Balduino Rambo e Pedro I. Schmitz), mas é impossível mencionar a todos e, portanto, ficam de fora em particular aqueles de Porto Alegre, com os quais continuo interagindo. Também não estou citando colegas que trabalham ou trabalhavam quase que exclusivamente com a Antropologia Física ou Biológica.

A nível internacional, para não me alongar demais, vou mencionar apenas quatro pessoas com as quais tive bom relacionamento: Juan Comas, Sol Tax, Margareth Mead e Lita Osmundsen. Fui membro do Comitê Executivo da *International Union of Anthropological and Ethnological Sciences* em 1977 e 1998-2003, e seu vice-presidente por uma década (1978-1988). Tenho orgulho de ter recebido o Prêmio Franz Boas da *Human Biological Association* em 1999, especialmente pela natureza multidisciplinar do trabalho deste antropólogo, que envolveu tanto antropologia física como etnologia e lingüística. Vale lembrar, também, a minha participação no Documento da UNESCO sobre Aspectos Biológicos da Raça, elaborado em Moscou em 1964.

Chega de falar do passado. Neste momento creio ser importante que a ABA se mobilize para os desafios do próximo meio século, que promete ser bastante conturbado, com tendências opostas de globalização, capitalismo, e movimentos sociais de minorias étnicas e grupos marginalizados, os quais demandam um lugar ao sol. Tais contradições refletem a natureza dialética da personalidade humana. Mesmo correndo o risco de ser classificado como utopista, ainda creio na possibilidade de uma sociedade humana mais justa do que a atual, com adequada distribuição de felicidade para o maior número possível de pessoas.



**EM HONRA DO 50º ANIVERSÁRIO DA  
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE  
ANTROPOLOGIA:  
FORJANDO A IDENTIDADE DE  
ANTROPÓLOGA**

---

Cláudia L. W. Fonseca  
UFRGS, RS

É uma honra estar com vocês festejando os 50 anos da Associação Brasileira de Antropologia. A série de eventos organizados pela ABA em todo Brasil, junto com a exposição aqui na UFRGS de fotos e textos preparada por NAVISUAL (sob a coordenação de Professora Cornelia Eckert), serve como momento ritual para sublinhar a importância desse patrimônio “imaterial” que as gerações mais velhas estão legando para os novos antropólogos do país. Fico duplamente honrada de estar nesta mesa com ícones da antropologia brasileira, o professor Sílvio Coelho dos Santos com quem tive o privilégio de uma colaboração intensiva durante sua presidência na ABA; o professor Schmitz que, trinta anos atrás, quando eu recém estava iniciando minha carreira na UFRGS, me deixava assistir como ouvinte a suas brilhantes aulas de teoria antropológica; o professor Salzano que, para mim, dá esperança para encontrar o elo perdido entre a dimensão social e as dimensões física e genética de nossa disciplina; e, finalmente, nosso querido professor Bernardo, representante desta nova geração de antropologia, com toda sua criatividade e dinâmica próprias, de cabeça para o futuro, mas com apreço do passado (ver Lewgoy e Prado 1997).

Depois de ouvir meus colegas de mesa falar sobre a história da antropologia aqui no Sul, confesso que me sinto um pouco como uma

“adoção tardia”, ou um daqueles clones da ficção científica - uma criatura que já nasce velha - porque não passei minha juventude no Brasil. Não compartilhei da época pioneira quando estavam forjando a antropologia brasileira, ensaiando os primeiros passos da ABA. Só cheguei a tempo para lucrar dos frutos do trabalho de colegas como Prof. Schmitz, Prof. Sílvio e Prof. Salzano. Entretanto, como os demais colegas, vou manter o tom de depoimento, pois creio que a história de como eu, “gringa da turma de 68”, cheguei aqui também revela algo da antropologia no Brasil (que não é, e nunca foi exclusivamente “endógena”).

Minha chegada no Brasil foi ligada aos acontecimentos políticos da época. Era 1977, 1978, anos da reabertura democrática. Era casada com um jornalista brasileiro, ex-militante do movimento estudantil, que tinha saído do país em 1967, no auge da ditadura – mas sempre com o projeto de voltar tão logo quanto possível. Eu também me considerava “auto-exilada” da guerra de Viet Nam dos EUA. Morávamos em Paris ganhando a vida do jeito que dava. Meu marido trabalhava numa biblioteca e eu ganhava a vida dando aula num colégio internacional, de literatura inglesa e norte-americana para jovens anglófonos. Era uma época próspera na França (conhecida por historiadores como *les trente [années] glorieuses* da pós-guerra), de emprego farto e garantias sociais em abundância. Tinha me encontrado naquele contexto pós-68 e, depois de sete anos batalhando para conseguir o emprego, alojamento e amigos que queria, não estava pronta para sair “tão cedo”.

Entretanto, meu marido, como tantos outros brasileiros que conhecemos lá, nunca tinha tirado o olho da política brasileira. Quando chegou a “reabertura”, bateu vontade de voltar para participar do processo e me persuadiu que tínhamos que vir. Decidi então que, se tivesse que abrir mão de Paris queria ganhar algo em troca - uma carreira interessante - quem sabe, uma carreira universitária, já que tinha Mestrado. Onde começar? Fui no consulado em Paris (era nos *Champs Elysées*) onde encontrei um livro de endereços de universidades brasileiras. Escolhi 10 (nem lembro mais como – pois José não conhecia Brasil muito mais do que eu) e escrevi 10 cartas propondo meus serviços como professora de Antropologia. Claro, as cartas estavam num português impecável (adivinhem quem escreveu!) e,

sem dúvida, eu dizia, ou pelo menos deixava subentender, que falava bem português, (falava nada!). Eu devo ter dito também que eu tinha doutorado praticamente terminado, porque em Paris, na filosofia da educação permanente, todo mundo que tem vontade de pensar intelectualmente se inscrevia no doutorado em algum lugar, inclusive para ter carteira de estudante. Mas ainda não tinha nem começado a pesquisa de campo.

Então mandei essas dez cartas endereçadas para o “Chefe do Departamento de Antropologia” de dez universidades. Claro, da grande maioria deles, nunca tive resposta. Acho que veio um “não” bem-educado de Bahia, e professor Sílvio (que não conhecia na época e que, sem dúvida, já esqueceu há muito tempo dessa carta) me deu um retorno cordial, dizendo algo como “seu c.v. é muito interessante, fique em contato, mas por enquanto não temos vagas”. Mas (milagre!) veio do Rio Grande do Sul uma resposta positiva: conseguimos uma vaga de professora visitante para você! Ruben Oliven e Sérgio Teixeira tinham botado as cabeças juntas com o então chefe do departamento, Roberto Fachin. Essa história é incrível para os jovens de hoje, que vivem um contexto tão saturado de bons candidatos disponíveis. Mas naquela época ainda não existiam tantos antropólogos diplomados. Meu Mestrado (que não era nem em Antropologia) bastava para me qualificar como “bom candidato”. Conseguiram uma vaga para mim sem me conhecer, supondo que eu falava bem português e que eu tinha um doutorado quase pronto. Assim, no primeiro de março 1978, chegamos - meu marido, dois filhos pequenos e eu - em Porto Alegre para aguardar o início do ano letivo.

De fato, tinha muita coisa acontecendo na UFRGS que não suspeitava. Sei agora que o pequeno grupo de antropólogos daqui tinha resolvido ver a área crescer. Assim, os membros do Setor que iniciaram suas carreiras docentes com apenas o título de Bacharel, tinham todos feito Mestrado, Doutorado ou Livre Docência durante os anos 70. Ainda mais, Sérgio e Ruben estavam empenhados em reforçar o contingente de antropólogos sociais, com interesse particular pela análise comparativa. Sérgio tinha grande interesse pela África, dava aulas sobre aquele continente, tendo inclusive realizado uma missão de estudos de dois meses em Angola. Apesar de não possuir um diploma em Antropologia, eu tinha trabalhado

como assistente de pesquisa etnográfica em Palau (Micronésia), realizado pesquisa (para meu Mestrado) em Taiwan, e trabalhado como etnóloga da UNESCO em Alto Volta (hoje, Burkina Faso na África Ocidental). Acho que foi essa combinação de projeto institucional e prezo pela experiência etnográfica que levaram meus colegas a passar longas horas de burocracia para efetivar a chegada na UFRGS desta “gringa” desconhecida.

Já em Porto Alegre, passados dois meses de negociação com a Polícia Federal, consegui permissão para trabalhar no país e assumi minhas funções de docente, dando três, senão quatro disciplinas por semestre. Lembro que logo no início me deram, como uma das primeiras disciplinas, “Etnografia e Etnologia no Brasil”. Era fantástico. O quê que eu sabia do Brasil? Mas todo mundo ajudava com recomendações – Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Roberto Cardoso de Oliveira, Sílvio Coelho dos Santos... Lia os textos na véspera das aulas, e fui aprendendo horrores. Sobrevivi a essa época graças a colegas muito solidários. Tenho que render homenagem, em particular, a duas grandes mulheres que trabalhavam comigo na graduação desde sempre: a Maria Noemi Castilhos Brito, cujo nome nós ouvimos diversas vezes hoje, e a Daisy Barcellos. Dividíamos uma mesma sala (nós e mais dois) no então novo IFCH e trocávamos constantemente idéias sobre ensino, em particular, na graduação. Tinha um certo consenso - os homens, que eram um pouco mais diplomados, cuidavam das coisas da pós e era a “mulherada” que estava empenhada mesmo no ensino da graduação. Em grande medida foram Noemi e Daisy que deram essa linda e fantástica safra de jovens antropólogos que tem hoje, que seduziram os bons alunos logo no início de suas trajetórias na universidade.

Sobrevivi graças à solidariedade e inspiração desses colegas e, por outro lado, graças aos estudantes. (Sempre digo que dar aula é um exercício de sado-masochismo. A gente apanha, mas no fundo gostamos!) Naquela época, eu lembro bem, os estudantes eram muito questionadores. Todo mundo nas ciências sociais era da oposição, então todo mundo era marxista... Mas já que os antropólogos tinham essa tendência a serem “livres pensadores”, eles tinham maior tolerância com teorias alternativas, mesmo quando as ouviam de uma “gringa” que mal falava português e era suspeita de ser agente da

CIA. Aprendi muito com os estudantes daquela época, era realmente uma aprendizagem mútua. Creio que, na UFRGS, essa tradição de troca amistosa entre professores e estudantes continua até hoje (principalmente nos Núcleos). Em todo caso, era enorme o *input* daquela geração que viria a nos primar com tantos grandes antropólogos – inclusive a atual presidente da ABA.

Acho importante, depois de ter lembrado algo do contexto geral daquela época, sublinhar o processo de socialização pelo qual passei no Brasil – e que forjou minha identidade de antropóloga. Veremos, nessa história como a identidade de antropólogo tem uma dimensão transnacional, local e também nacional. Não é essa a lição que aprendemos com os mestres? Que, nesse negócio de identidade, tem múltiplas camadas? Mas não devemos esquecer nosso objetivo final: frisar a importância da ABA como articulador dessas diversas dimensões.

Para iniciar essa segunda parte da minha apresentação, proponho fazer uma rápida comparação “intercultural”. Fiz meus estudos de graduação nos Estados Unidos e, lá, ninguém sai da universidade dizendo “eu sou antropólogo” ou “eu sou sociólogo”. No meu caso era menos provável ainda, já que meu diploma de graduação era em letras e meu mestrado em “Estudos Orientais”. Claro que estava namorando a antropologia há muito tempo – experiência etnográfica realmente não faltava. Digamos que já sentia grandes afinidades com a área, mas não estava ainda sedimentada a identidade de antropóloga. Jamais dizia para as pessoas “eu sou antropóloga”. Não esperava necessariamente fazer carreira nesse campo. Na França, no início sem carteira de trabalho, tinha trabalhado em qualquer coisa - babá, secretária, distribuindo propaganda na rua - e não considerava essas atividades como “desvio” de um projeto profissional último.

Entretanto, uma coisa curiosa ocorreu quando cheguei aqui. Ao re-descobrir meu lado de antropóloga, fui reconhecendo certa dimensão transcultural dessa identidade. Quando cheguei aqui, “migrante” e absolutamente estrangeira, mesmo assim, sentia algo muito familiar no ambiente ao meu redor. Hoje eu poderia atribuir essa identificação a uma formação teórica, de Malinowski e companhia, que era comum aos antropólogos no hemisfério norte e no hemisfério

sul. Mas creio que ia muito, além disso. O perfil dos colegas e estudantes de antropologia – e o que os diferenciava de seus colegas de outras áreas – me lembrava muito meus anos na universidade americana. Pode ser que a própria experiência de campo exija um determinado tipo de personalidade. Parafraseando Geertz (1988), não é qualquer um que aceita se tocar numa jangada para o alto mar. Lá ou aqui, eu encontrava personagens originais, que não se espantavam facilmente com situações não-convencionais. Confirmava minha “teoria nativa” de que as pessoas que passam meses no meio do mato ficam elas mesmas um pouco “bicho do mato”. A gente se reconhecia, apesar das idiossincrasias nacionais.

Mas, como qualquer jogo identitário, tinha diversos *sites* de identificação ao longo de minha trajetória. Também fui me descobrindo gaúcha e integrante da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). De fato, a institucionalização de antropologia, através do crescimento do programa de pós-graduação foi fundamental nessa história (ver Oliven, 2004 para mais sobre esse processo no Brasil como um todo). Eu tinha chegado a tempo para participar da terceira edição do Curso de Especialização em Antropologia Social (1978), usando minha experiência na UNESCO como alavanca para pensar uma disciplina sobre Antropologia Aplicada. O ano seguinte, meus colegas tomaram a decisão de entrar no Mestrado já existente, junto com Política e Sociologia, agregando Antropologia ao título do programa. Sérgio Teixeira, lembrando que, na época, o nosso Setor incluía apenas um doutor, dois livres docentes, dois mestres e um doutorando, resume bem a ousadia do empreendimento: “a disposição de implantar um curso de mestrado contando com esta massa crítica continha lá seus componentes de temeridade” (Teixeira, 1997, p: 295).

Deixando a maior parte do trabalho burocrático aos meus colegas mais “seniors”, eu fui em frente aproveitando ao máximo as inovações acadêmicas. Lembro que passei a assistir algumas aulas de Prof. Schmitz sobre teoria antropológica e pegava carona com os estudantes de pós que tomavam eles mesmos a iniciativa de organizar “tópicos especiais” sobre assuntos interessantes. Assim que passei a estudar Freud com um professor emérito de psiquiatria, e assim que tive meus primeiros contatos com livros recém saídos da editoria,

*Cultura e Razão Prática* (de Sahlins), por exemplo. Eu não dava as aulas, eu estudava junto com os estudantes. Aquelas primeiras turmas tinham uma energia impressionante. Numa época quando ainda não havia bolsas, os estudantes conseguiam combinar emprego com as exigências do Programa. São esses estudantes que, quatro ou cinco anos depois de receber o Mestrado conosco, voltaram (dos Estados Unidos, da França, da Inglaterra...) com título de Doutor e faziam concurso, passando a engrossar nossas fileiras. Assim, em 1986, o Mestrado em Antropologia Social declarou sua independência das outras áreas e em 91, abrimos o Curso de Doutorado. Mal dá para crer tudo que aconteceu nesse intervalo. Hoje, nosso PPG tem titulados esparramados por todo o Brasil (147 mestres, 22 doutores) além de um sem número de convênios internacionais (com Espanha, Holanda, Canadá, os Estados Unidos...).

Mas ainda devo passar além do contexto local para sublinhar a fundamental importância das reuniões bianuais da ABA na consolidação do campo. Minha primeira reunião foi (creio eu) no Rio, onde ainda estava apresentando dados da África. Lembro que eu não tinha muita escolha se ia ou não. Ruben e Sérgio pegavam todo mundo em mão e incentivava essa inserção nas redes nacionais. Tendo ou não financiamento (naquela época todos nós viajávamos de ônibus – uma média de 20 a 30 horas para chegar no destino), dávamos um jeito de participar dos GTs, de escutar e ser escutados por colegas de outros cantos do Brasil. Aliás, creio que faz parte de nosso *ethos* lidar bem com condições austeras. Lembro, no início dos anos 90, ter ouvido de Roque Laraia, o então presidente da ABA, que não teria grande financiamento para a reunião em Belo Horizonte. Porém, ele insistia que, nem que fossemos todos dormir nos dormitórios estudantis, ia ser um sucesso. E assim, até as reuniões profissionais acabavam se constituindo em uma espécie de *happening* - ou, em termos antropológicos, um rito cíclico - onde, entre longas horas de viagem, moradias coletivas e (é claro) o momento culminante do baile, suspendíamos a rotina diária para subir um processo de socialização coletiva. Como havia de ser, estávamos orgulhosos de nossa disposição de “tudo enfrentar” (hábito adquirido na experiência “de campo”), e fazíamos a distinção entre a antropologia e outras áreas, acostumadas (como nas reuniões da ANPOCS) com os confortos mundanos.

Antes da intensificação da avaliação CAPES (ver Fonseca, 2002), a rivalidade entre programas ficava em segundo plano e alianças interinstitucionais se estabeleciam com certa espontaneidade conforme os interesses dos pesquisadores. Com a consolidação dos diferentes programas, esse ambiente quase caseiro das reuniões foi se modificando. Havia produção demais para os antropólogos se contentarem com uma reunião de dois em dois anos. Em 1987, tivemos em Florianópolis a primeira reunião da “ABA-Sul”, dinâmica bianual que desembocou (a partir de 1995) nas reuniões de Antropologia Mercosul, e pouco tempo depois iniciaram as reuniões da ABA-Norte. Não somente os congressos regionais proliferaram, criando novos focos de discussão, mas a inserção internacional de antropólogos brasileiros aumentou astronômica (ver Fry, 2004). Nos anos 1980 e início dos anos 90, ainda travávamos programas com a França e os USA para “fortalecer a pós-graduação no Brasil” (importando professores de lá e exportando estudantes de cá). Nos últimos dez anos, o fluxo foi invertido: acadêmicos brasileiros são cada vez mais convidados para emprestar seu peso político e intelectual a cursos de pós-graduação na Europa, nos Estados Unidos e o resto da América Latina. E, por outro lado, recebem cada vez mais acadêmicos estrangeiros - não simplesmente pesquisadores que querem estudar a flora e a fauna locais, mas estudantes que vêm beber na fonte da antropologia brasileira.

De novo, a ABA tem sido fundamental nessa era de expansão da antropologia brasileira. Quanto mais o cenário se complexificava, menos era possível depender de táticas “espontâneas” de articulação interinstitucional e mais a ABA se tornava indispensável para a coordenação de atividades profissionais no país. Entretanto, da mesma forma que, até assumir a coordenação do PPGAS, eu não imaginava o quanto meus colegas, Ruben e Sérgio, estavam investindo energias no crescimento do Programa, da mesma forma, até assumir com Secretária-Geral da ABA, eu ignorava o enorme esforço que essa Associação fazia para promover a antropologia brasileira. Foi naqueles dois anos (1992-1994), trabalhando como secretária-geral sob a presidência de Sílvio Coelho dos Santos, que passei a conhecer de perto o espírito - de solidariedade e engajamento - que rege a Associação. Creio que as qualidades dessa diretoria (que incluía Cecília

Helm e Luís Roberto Cardoso de Oliveira), de grande disposição pelo trabalho coletivo, junto com uma hábil diplomacia, carinho e idoneidade, se repetem nas sucessivas gestões, explicando o sucesso da associação e, em parte, da própria antropologia brasileira.

Quero insistir nesse ponto. Temos hoje no Brasil a terceira maior associação de antropólogos no mundo. Perdemos apenas aos Estados Unidos e ao Japão. A antropologia brasileira comanda um tremendo respeito no exterior, inclusive exercendo liderança em certos setores da vida acadêmica internacional. Esse sucesso é devido em parte à alta qualidade da produção científica, da excelência de professores individuais, mas não é só... Por brilhante que seja, o trabalho dos indivíduos não basta para criar essa reputação da antropologia brasileira. Tem que ter, além de indivíduos brilhantes, um trabalho organizado e institucional por trás dessa produção. Tem sido essa a atividade discreta, mas constante das diretorias da ABA, definindo posturas éticas e dando visibilidade à nossa antropologia em debates políticos dentro do país, travando diálogos e se impondo no cenário acadêmico mundial. É o exemplo perfeito de como a coletividade é mais, bem mais do que simplesmente a soma dos indivíduos. E, assim, a ABA foi conquistando um espaço invejável, para nós, no cenário acadêmico internacional.

Para terminar, volto a dizer que forjei, sim, a identidade de antropóloga. Não sei quando aconteceu - graças a muitos de vocês que estão aqui nessa sala, há bastante tempo que eu me chamo antropóloga, e com muito orgulho. Tenho plena consciência do tom ufanista dessa minha fala, mas há justificação de sobra. Justamente hoje, nessa época de turbulência política, quando estamos sendo sacudidos por tantas dúvidas sobre a ética dos que dirigem o país, parece-me que a academia fornece um exemplo, uma esperança pelo menos, de uma certa meritocracia onde os que entram no sistema têm a possibilidade não somente de participar, mas - com trabalho e competência - de subir na hierarquia. Temos relativa confiança, acreditamos no debate intelectual, temos também ambições individuais, sem falar nas múltiplas frentes de engajamento político. Tudo isso, sem deixar de ser um espaço lúdico onde a gente adora rir e não tem medo de curtir a vida. Dá para ver, afinal, que não me arrependo ter abandonado Paris "por uma carreira interessante". Tive

êxito nesse projeto, mas fui ajudada ao longo do caminho - pela conjuntura institucional (consolidação de pós-graduação no Brasil) e pela própria Associação Brasileira de Antropologia. Se, por uma vez, suspendi hoje meu espírito crítico (para não dizer implicante) para festejar os 50 anos da ABA, é para assim agradecer a antropologia brasileira por ter me acolhido e por ter me dado uma identidade.

## Referências

FONSECA, Claudia. “Avaliação dos programas de pós-graduação: do ponto de vista do nativo”, In: *Revista Horizontes Antropológicos* 16: 261-275, 2002.

FRY, Peter. “Internacionalização da disciplina”. In: TRAJANO FILHO, W. e RIBEIRO, Gustavo L (orgs.). *O campo da Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 2004.

GEERTZ, C. “Anti anti-relativismo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 8(3), pgs. 5 a 19, 1988.

LEWGOY, Bernardo e PRADO, Eduardo Bettiol. “Notas para a história da antropologia no Rio Grande do Sul (1940-1969)”. *Horizontes Antropológicos* 7: 239-251, 1997.

OLIVEN, Ruben. “A reprodução da antropologia no Brasil”. In: TRAJANO FILHO, W. e RIBEIRO, Gustavo L (Orgs.). *O campo da Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 2004.

TEIXEIRA, Sérgio Alves. “Depoimento sobre minha vivência na antropologia da UFRGS”. *Revista Horizontes Antropológicos* 7: 276-314, 1997.

## SAUDAÇÃO

---

Sérgio Alves Teixeira  
UFRGS, RS

Entendo oportuno me reportar à imagem que utilizei para marcar minha aposentadoria na UFRGS em 1992, na introdução de trabalho sobre a *Semântica simbólica dos nomes de galos de briga, bois prostitutas, prostitutas e travestis*, publicado em *Cadernos de antropologia*, n.8 e embrião de *Horizontes Antropológicos*.

Disse ali que me via como um galho da árvore da Antropologia da UFRGS, que a ela se incorporou havia 30 anos e prestes a se afastar. Dizia também da colaboração de ambos para o crescimento recíproco e que ela se seria cada vez mais frondosa.

Passado treze anos pode dizer, mesmo seduzido por certa imodéstia, que tais avaliações se apresentam corretas, com uma única exceção. E isto porque a árvore cada vez mais frondosa e produtiva também quis ser carinhosa comigo, impedindo meu maior afastamento, me atraindo com sua sombra e frutos. A lembrança para participar desta mesa é o exemplo mais recente e, talvez, o mais solenizado de tantos carinhos recebidos.

Dentre os muitos e saborosos frutos da Árvore da Antropologia da UFRGS quero destacar um muito especial para mim que, para continuar com as metáforas, este ano completa dez anos de ininterruptas safras. Refiro-me a nossa muito boa e bela revista *Horizontes Antropológicos*. Mesmo sendo obra de muitos ela me autoriza um certo sentimento de paternidade, pois tive até agora o privilégio de acompanhar os nascimento de todos os seus vinte três números.



**ABA 50 ANOS NA UFRR E UFAM – BOA  
VISTA E MANAUS, RR, AM**

**NO ÂMBITO DA IX ABANNE  
REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS  
DO NORTE E NORDESTE  
1 DE SETEMBRO 2005**

---

Comissão Organizadora:  
Lino João de Oliveira Neves (UFAM), Erwin Frank (UFRR) e Carlos Alberto  
Marinho Cirino (UFRR)



# HISTÓRIA DA ANTROPOLOGIA NA UFRR E OS 50 ANOS DA ABA

---

Carlos Alberto Marinho Cirino  
UFRR, RR

A Universidade Federal de Roraima – UFRR foi criada pela Lei nº 7.364, de 12 de setembro de 1985 e instituída pelo Decreto nº 98.127 de 08 de setembro de 1989, do Presidente José Sarney. O primeiro vestibular foi realizado em janeiro de 1990 e em março do mesmo ano a UFRR já contava com cinquenta e nove (59) professores, noventa e seis (96) funcionários técnicos – administrativos e um Campus Universitário com dois pavilhões semiconstruídos, com área coberta de cinco mil e seiscentos (56000) metros quadrados, doada pelo Governo do ex-Território Federal de Roraima. A UFRR ergueu-se e se consolidou tendo por base o esforço idealista de uma equipe de profissionais profundamente comprometidos com os problemas amazônicos e a realidade roraimense.

A Antropologia na Universidade Federal de Roraima nasceu com a iniciativa de criação de um curso de bacharelado em Ciências Sociais. O curso foi criado com uma única habilitação – Antropologia. A proposta era formar profissionais para atender a realidade social de Roraima, estado com numerosas etnias indígenas, presença maciça de garimpeiros (na época), grande mobilidade espacial da população – fenômenos característicos das áreas de fronteiras e outros problemas que careciam de uma análise antropológica. O objetivo do projeto era formar um profissional que soubesse desempenhar a função de pesquisador e aplicar seus conhecimentos antropológicos na análise dos problemas sociais presentes e emergentes no estado. Propunha-se a formação de um profissional capaz de desempenhar o papel de interlocutor entre as organizações governamentais/não

governamentais e as diversas populações indígenas, tradicionais, rurais e urbanas.

Em 1992, o professor Carlos Alberto Marinho Cirino levou essa proposta ao Conselho Departamental da Faculdade de Ciências Sociais que, depois de aprovada, teve a adesão dos demais segmentos da Universidade.

As dificuldades encontradas no momento da sua elaboração levaram ao aproveitamento de um número maior de disciplinas de outros cursos na composição do desenho curricular. Com a formação de um quadro maior de professores da área de Antropologia, *a posteriori*, projetava-se, em 1998, a sua reformulação, assim como a possibilidade de criação de outras habilitações: Ciências Políticas, Sociologia e uma Licenciatura. Nos primeiros anos de implantação do Curso, as dificuldades foram grandes, tais como: o afastamento para qualificação dos professores, aumento do número de professores substitutos, entre outros.

O projeto de criação do curso foi aprovado no dia 13 de outubro de 1992, por meio da resolução do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, nº 045/92 – Cepe. A criação do Curso foi ratificada pelo Conselho Universitário - Cuni em 16 de outubro de 1992, por meio da Resolução nº 47/92.

No primeiro semestre de 1993, realizamos o primeiro vestibular, oferecendo 60 vagas, trinta para o 1º semestre e trinta para o semestre seguinte. Em 2003, tivemos uma nova reformulação no desenho curricular e criamos uma nova habilitação – Sociologia. Atualmente, contamos em torno de 190 alunos matriculados no Curso de Ciências Sociais. Da criação do Curso até o primeiro semestre de 2005, formamos 73 alunos em Ciências Sociais com Habilitação em Antropologia. Em Ciências Sociais – Habilitação em Sociologia apenas três alunos. É preciso acrescentar que a demanda pela habilitação em Antropologia é muito maior em relação à Sociologia.

Voltando um pouco na história do curso e da antropologia nesta Universidade, em junho 1993, o Prof. Carlos Cirino é convidado a fazer parte da Coordenação da IIIª Reunião Regional de Antropólogos do Norte/Nordeste. O convite foi uma estratégia para divulgar junto à comunidade científica que no Norte havia um curso a mais na área de Antropologia. O evento foi realizado em Belém/Pa, no período de

30 de maio a 02 de junho e contou com uma delegação de alunos do Curso de Ciências Sociais – Habilitação em Antropologia da Universidade Federal de Roraima.

No mesmo ano, realizamos um seminário: “Roraima em Questão: Desenvolvimento e Problemática Indígena” que teve lugar no Centro de Cultura do Estado de Roraima nos dias 08, 09 e 10/09/93. O evento contou com a participação de nomes expressivos da Antropologia no país: Dra. Eunice Ribeiro Durham, Departamento de Antropologia da USP, Dra. Lux Boelitz Vidal, Departamento de Antropologia da USP, Dr. Roque de Barros Laraia, Departamento de Antropologia da UNB e Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida.

Em 1995, os alunos do Curso de Ciências Sociais – Habilitação em Antropologia voltaram a participar do encontro regional da ABA. Uma delegação de 20 alunos participou da IVª Reunião Regional de Antropólogos do Norte/Nordeste, realizada em João Pessoa-PB. Uma outra delegação de 15 alunos e alguns professores se fez presente no encontro da Vª Reunião Norte/Nordeste da ABA realizada na cidade do Recife-PE em 1997.

Em 1996, inicia-se a elaboração do projeto de reconhecimento do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais com Habilitação em Antropologia Social. No ano seguinte, uma comissão do MEC aprova o reconhecimento do Curso em caráter temporário.

Em 1999, damos início o processo de discussão da mudança do desenho curricular do Curso de Ciências Sociais – Habilitação em Antropologia. As discussões levaram a continuidade da habilitação em Antropologia e a possibilidade de implantação da Habilitação em Sociologia, afora a criação da Licenciatura em Ciências Sociais. Em 2002, o novo desenho curricular é aprovado, criando uma nova habilitação – Sociologia. Em 2004, o curso passa por um novo processo reconhecimento, aprovado pela comissão do MEC. Atualmente, o Curso dispõe de dois Departamentos: Ciências Sociais e Antropologia, afora uma Coordenação.

Em 2001, o professor Erwin Frank elabora um projeto de criação do Núcleo Histórico Socioambiental – NUHSA que, por sua vez, recebe financiamento da FINEP para construção de uma área própria no campus da Universidade, afora recursos para compra de equipamentos. A criação do Núcleo foi aprovada pelo Conselho

Universitário no dia 23 de maio de 2003. O objetivo geral do Núcleo é fomentar projetos de pesquisa desenvolvidos por professores da UFRR e/ou por instituições e cientistas externos, ligados a UFRR via convênio. O Nuhsa foi criado com as seguintes linhas de pesquisa: Ethnohistória, Ambiente e Sociedade e Etnias de Roraima. Atualmente, o Nuhsa é coordenado pelo Prof. Dr. Erwin H. Frank. Dentro a atividade desenvolvida pelo Nuhsa, a longo da sua existência, pode-se citar: Conferências, Seminários, Curso de Extensão, Assessoria, Curso de Pós-Graduação, *latu sensu* – Gestão em Etnodesenvolvimento. No momento, estamos reeditando o curso de especialização. A primeira edição contou com a parceria do LACED – Museu Nacional/UFRR com recursos da Fundação Ford. Cumpre ressaltar que todos os antropólogos lotados no Departamento de Antropologia são associados do Nuhsa e desenvolvem suas pesquisas nesta instância institucional, ligada a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFRR.

Ao longo dos anos, os professores do Departamento de Antropologia se qualificaram, tanto ao nível de mestrado quando de doutorado em programas de pós-graduação altamente reconhecidos no Brasil e fora do país. O Departamento de Antropologia, por meio do seu quadro docente, tem prestado altos serviços a sociedade roraimense com seus professores atuando em diferentes atividades: pesquisa, comissão, perícia antropológica, participação em banca examinadora de mestrado, cursos voltados para a formação de professores índios de 1º e 2º graus em nível de magistério, participação em simpósios e seminários a nível nacional e internacional, palestras sobre a questão indígena em escolas da rede estadual de ensino, instrutores de curso básico de capacitação para Conselheiro Distrital de Saúde Indígena do Leste de Roraima e ministrando cursos em programas de pós-graduação, *latu sensu*. No momento, contamos com cinco professores (antropólogos) lotados no Departamento de Antropologia:

Prof. Erwin H. Frank – Doutor em Antropologia

Prof. Carlos Alberto M. Cirino – Doutor em Antropologia

Prof. José Carlos Franco de Lima – Doutor em Antropologia

Profa. Olendina de Carvalho Cavalcante – Mestre em

Antropologia (doutoranda Unicamp).

Profa. Elaine Moreira – Mestre em Antropologia – (doutorando França).

Ainda na Universidade, contamos com um Núcleo Insikiran de Formação Superior Indígena, agregado a Pró-Reitoria de Graduação da UFRR. Ele tem como objetivo formar professores indígenas na área de licenciatura intercultural (ver site UFRR – [www.ufrr.br](http://www.ufrr.br)). O seu quadro docente conta com 03 antropólogos:

Prof. Maxim Rapetto – Doutor em Antropologia

Prof. Marcos Antonio Braga – Mestre em Antropologia

Prof. Luiz Otavio Cunha – Mestre em Antropologia

Temos ainda um antropólogo lotado no Departamento de Ciências Sociais (Prof. Alexandro Namen – Mestre em Antropologia).

A quase totalidade dos antropólogos da UFRR trabalha na área de Etnologia Indígena, exceção do recentemente professor contrato – Dr. José Carlos Franco de Lima – que trabalha com temas ligados a Antropologia Urbana.

Por ocasião da XVIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste, ocorrida na Universidade Federal do Maranhão em 2003, pensamos, em conjunto com alguns professores da UFAM, na proposta de realizar o IX encontro em Manaus (UFAM), em parceria com a UFRR. A proposta foi lançada e aprovado no Encontro Nacional do ano seguinte. A partir de dezembro de 2004, começamos a realizar as primeiras reuniões visando a organização do evento. Por falta de estrutura da própria Universidade Federal de Roraima – UFRR e da própria cidade de Boa Vista, decidimos que, na programação do evento, faríamos uma Abertura Oficial em Boa Vista (UFRR) e uma mesa redonda no dia 29 de agosto de 2005, a partir daí, o evento teria continuidade na cidade Manaus (UFAM).

Na UFRR, realizamos uma mesa redonda com a temática “Antropologia e Etnohistória na Amazônia Hoje”, tendo como conferencistas: A presidente da ABA Nacional, Profa. Dra. Miriam Grossi; a Profa. Dra. Jane Beltrão, representante da ABA regional; a representante do CNPQ, Profa. Dra. Bela Feldman-Bianco; o Prof.

Dr. Antonio Carlos de Souza Lima e professor Dr. Carlos Alberto M. Cirino como coordenador da Mesa Redonda. Na abertura oficial, contamos com a presença do reitor da UFAM, o reitor da UFRR e o Prof. Dr. Erwin H. Frank.

Quando da sugestão pela ABA de realizarmos uma homenagem aos antropólogos durante o evento, os professores de Roraima pensaram, inicialmente, nos nomes dos professores Edson Soares Diniz e o professor Orlando Sampaio Silva. O primeiro por ter desenvolvido pesquisas com os índios Macuxi na década de 60, objeto de estudo da sua tese de doutorado, afora algumas publicações sobre os índios da região; o segundo, pela sua contribuição e trajetória política na década de 1960 e 70 na região Amazônica e, principalmente no território de Roraima, atual estado de Roraima. É preciso salientar que antes deles, apenas pesquisadores estrangeiros tomaram essa região como lócus de pesquisa. Por fim, decidimos homenagear o Prof. Dr. Orlando Sampaio.

## A PROPÓSITO DA REUNIÃO

---

Júlio César Melatti  
UnB, DF

Estou muito feliz com a oportunidade de participar desta IX ABANNE, que me permitiu rever vários antigos colegas e conhecer outros novos.

Infelizmente, tal como acontece em outras reuniões promovidas pela ABA ou pela ANPOCS, as atividades simultâneas de mais de uma mesa redonda ou de vários grupos de trabalho nos impõe, ao entrar numa sala, renunciar a participar do que acontece nas demais. Com isto cada um de nós perde a maior parte das contribuições apresentadas na reunião.

Mas, do pouco que presenciei, foi com grata satisfação que ouvi, num dos grupos de trabalho, alguns alunos de pós-graduação indígena apresentarem suas comunicações e discuti-las, mostrando segurança e conhecimento, com os participantes não-índios.

Quando pela primeira vez tive contato direto com indígenas, a possibilidade de isto ocorrer simplesmente não se colocava ou era tida como remota. Era o ano de 1961 e eu acompanhava como auxiliar, a Roberto DaMatta, que então iniciava sua pesquisa entre os Gaviões do Pará, num grupo local de 25 pessoas. Fazia poucos anos que tinham sido contatados. Ainda havia mais dois grupos, um dos quais não tinha até então se aproximado dos brancos.

Em 1974, treze anos depois, ao conhecer os Marubos, da bacia do Javari, vários deles estavam alfabetizados, em sua própria língua, pelos missionários da Missão Novas Tribos. Não tinham então muito a fazer com a escrita. Limitava-se a trocar bilhetes entre as malocas.

Agora, 30 anos depois, eis que temos índios na graduação e pós-graduação universitária, sem dizer dos cursos de 3º grau recém-criados ou em processo de criação para atendê-los nas próprias regiões de origem.

Com isso se abrem algumas novas expectativas:

- a) índios que querem ler o que sobre eles se escreveu;
- b) índios que fazem suas próprias pesquisas e querem divulgá-las;
- c) índios que formulam novas questões a serem abordadas pelas pesquisas, realizadas por eles próprios.

Quanto à primeira expectativa, a UFAM já deu o primeiro passo, ao lançar, anteontem [31-08-2005], a tradução de *Dois Anos entre os Indígenas*, de Theodor Koch-Grünberg. É de se esperar que outros títulos venham a ser lançado, como, por exemplo, *Os Tukuna*, de Curt Nimuendajú, cuja tradução, feita pelo autor, para esta língua franca dos índios, que é o português, existe nos arquivos do Museu Nacional. É também desejável que autores recentes de obras etnográficas bem qualificadas sejam traduzidos e publicados, bem como certas dissertações e teses brasileiras que aguardam nas gavetas para serem divulgadas. Seria muito bem recebido qualquer esforço da editora da UFAM em dar continuidade a esse trabalho para o qual já deu seu passo inicial.

Quanto à publicação de obras escritas pelos autores indígenas, o Instituto Socioambiental já tem apresentado alguns exemplos com a coleção das mitologias do noroeste da Amazônia, redigidos com assessoria de alguns antropólogos como Dominique Buchillet ou Robin Wright, seguindo o exemplo pioneiro de Berta Ribeiro.

Como Manaus fica no centro de um imenso círculo com presença indígena em todas as direções, é um natural ponto de convergência para esses autores e pesquisadores nativos, que encontrariam nos etnólogos da UFAM a orientação necessária. Para tanto seria indispensável fortificar esse núcleo com a inclusão de um maior número de pesquisadores qualificados em seus quadros.

A fortificação dos núcleos de etnólogos em Manaus sem dúvida teria reflexos nos outros centros universitários amazônicos, como Boa Vista, Rio Branco e Porto Velho, todos muito próximos de numerosos povos indígenas.

Uma ampliação do número de etnólogos nos principais centros universitários amazônicos poderá obviamente fazer muito mais do que dar apoio a pesquisadores e autores indígenas.

Esses núcleos poderão, por exemplo, abordar problemas aos quais não se tem dado a devida atenção. Um deles é a migração de indígenas que se fixam nas cidades, não somente nas capitais estaduais, mas núcleos urbanos de porte menor. Há um bom número de anos três alunos de pós-graduação orientados por Roberto Cardoso de Oliveira fizeram suas dissertações sobre migrantes indígenas: Leonardo Figoli, Jorge Romano e Marco Lazarin. Os dois primeiros examinaram a presença respectivamente de índios do alto rio Negro e de Saterés em Manaus. O terceiro abordou a migração de Apurinãs para Manacapuru. Mas esses estudos não tiveram continuidade.

Além de abordar diferentes questões relacionadas a sua instalação e sobrevivência na cidade, sem dúvida terão também seu interesse despertado pela formação de núcleos urbanos de população quase que exclusivamente indígena que começam a se formar nos próprios territórios tribais. É o caso de Iauareté no Alto Rio Negro (que já foi objeto do doutoramento de Geraldo Andrello) e provavelmente de Mariaçu no Alto Solimões.

Outra tarefa desses núcleos de etnólogos poderá ser a de fazer uma boa descrição etnográfica de povos indígenas que ainda não tiveram a oportunidade de darem título a uma monografia mais densa. Nos cursos do Juruá e do Purus muito mais de sete povos estão à procura de seu autor.

Há que considerar, por outro lado, que mesmo aqueles povos que já foram aquinhoados com uma monografia densa e exemplar não tiveram certamente todos os aspectos de sua cultura igualmente considerados. Todo trabalho etnográfico tem suas lacunas, os povos descritos passam por novas situações e sempre se faz sentir a necessidade de um novo trabalho de observação. Por isso, uma tarefa desses departamentos de ciências sociais, ou de antropologia, poderia ser também o de um mapeamento dos problemas passíveis de serem estudados, de modo a facilitar aos pesquisadores a escolha de seus temas. Nota-se hoje a insistência da pesquisa sobre determinados povos e temas, sem que haja uma coordenação geral que aponte aqueles que merecem mais atenção. Os etnólogos que se dedicam ao estudo da arte, da música, da dança se contam nos dedos da mão. Ninguém, eu suponho, fez qualquer incursão no domínio da poesia. Quem lê os poemas dos nobres astecas traduzidos do *nauat* para o espanhol por

León Portilla fica a imaginar se não estamos perdendo algo de semelhante que possa estar ocorrendo debaixo de nossos olhos, mas longe de nossos ouvidos.

Enfim, um departamento com um bom núcleo de etnólogos poderá fazer uma rede de intercâmbio com outros departamentos da universidade de modo a obter o apoio necessário para abordar e descrever certos aspectos culturais com conhecimentos e instrumentos que geralmente o antropólogo não sabe manejar: notação musical, conservação de amostras vegetais em herbários, identificação dos astros visíveis a olho nu, classificação de animais e vegetais, tipos de solo, entre outros.

Um bom núcleo de etnólogos pode se constituir num centro a que outros agentes sociais que lidam com problemas indígenas poderão recorrer em busca de apoio para seus trabalhos relativos à saúde, educação, delimitação de terras e muitos outros.

Será também importante na promoção de divulgação do conhecimento etnológico a nível popular de modo a fazer os não-índios conscientes da importância e valor da diversidade cultural que os envolve. Serviços e campanhas no sentido de criar solidariedade entre índios e não-índios, entrosando-os em certas atividades e eventos, estimulando assim a mútua compreensão.

Enfim, um forte grupo de etnólogos numa cidade como Manaus pode também servir de refúgio para antropólogos, brasileiros ou estrangeiros, que por aqui passam a caminho das sociedades indígenas que pretendem estudar. Aqui encontrarão apoio, informações assim como deixarão conhecimentos. O antropólogo precisa sentir-se apoiado quando vai para o campo, contar o que lhe aconteceu quando volta e sua passagem pode ser estimulante para ele próprio e para os que o escutam. Em tempos passados, quando o antropólogo de fora não tinha a quem procurar na universidade, era na casa do saudoso Dr. Geraldo Pinheiro que encontrava este apoio. Este intelectual amazonense recebia os pesquisadores de passagem em sua casa em Cachoeirinha, onde contava com uma excelente biblioteca, trocando com eles idéias e informações. Finalizo, pois, minhas palavras prestando a ele minha homenagem.

# PRONUNCIAMENTO

---

Orlando Sampaio Silva  
UFPA, PA

## 1 - Minhas Pesquisas

Pesquisas na Amazônia (tb., no Nordeste: índios Pankararú e Tuxá)

a) O primeiro grupo indígena da Amazônia com o qual eu estive foi o grupo dos índios Tiriyo (Karib), em maio de 1966, em companhia dos amigos Frei Protásio Friel e Noel Nutels.

Em decorrência desse estudo publiquei, na revista DÉDALO, nº 13, Mus. de Arqueologia e Etnologia-USP, São Paulo, 1971, o artigo: “Os Tiriyo: Notas sobre uma situação de contacto intercultural”;

b) No Rio Tocantins: Estudei as condições em que se encontravam as terras indígenas e as situações de contato dos grupos indígenas da área com a sociedade nacional. Estive nos grupos locais Gavião (Timbira-Jê), Xikrín (Kayapó-Jê), Suruí (Tupi), Parakanán (Tupi) e Assuriní (Tupi).

Pretendo publicar um livro a propósito destes estudos desenvolvidos na Área do Tocantim - “Notas do Caderno de Campo” -, que, aliás, já se encontra em uma editora de Manaus.

c) No Alto Rio Solimões, estive em várias aldeias dos índios Tükúna (língua isolada) nas quais, também, estudei as mesmas questões referentes à situação das terras e o estado em que se encontravam as relações entre esses índios e a sociedade inclusiva. Das visitas a essas aldeias decorreu um estudo que procedi, em um pós-doutorado, no Museu de Arqueologia e Etnologia-MAE, USP, sobre as máscaras rituais Tükúna (2001 - 2004).

A propósito dos Tükúna, publiquei: “Milenarismo Tükúna e na sociedade não-indígena do Alto Solimões”, capítulo do livro *Resistencia y Adaptación nativas en las Tierras Bajas Latinoamericanas*, María Susana Cipolletti (Coordenadora), Ediciones ABYA-YALA, Quito, 1997; e os artigos: “O sentido estético na produção de exemplares artísticos de alguns povos indígenas: Projeto de estudo”, *Rev. do MAE-USP*, Nº 9, S. Paulo, 1999; “Máscaras de dança Tükúna”, *Rev. do MAE-USP*, Nº 10, S. Paulo, 2000, e “Máscaras de dança ritual Tükúna”, *Bulletin of the International Committee on Urgent Anthropological and Ethnological Research-IUAES*, Nº 42-43, Viena, 2003-2004.

d) No, então, Território Federal de Roraima, hoje Estado de Roraima:

I - Em 1975 estudei aquelas mesmas questões das terras e das *situações de contato*, ocasião em que estive na sede da Fazenda São Marcos, então, uma reserva indígena gerida pela FUNAI, e, na Aldeia Vista Alegre, no interior da Fazenda. Na Vista Alegre vive uma comunidade de índios Makuxí (Karib), em cuja aldeia se encontrava, também, uma minoria de famílias Wapixána (Aruak).

II - No mesmo ano estive com o grupo local Uakatautêri, dos índios Yanomami (Yanoama), na corredeira do Cojubim, Rio Catrimani;

Destas visitas a estes índios de Roraima decorreram dois artigos publicados, a saber: “Os grupos tribais do Território de Roraima”, *Revista de Antropologia*, USP, Vol. 23, S. Paulo, 1980, e “Os Yanoama”, *Rev. de Antropologia*, USP, Vol. 24, S. Paulo, 1981.

III - De 1983 a 1985, como bolsista do CNPq, desenvolvi pesquisa entre os índios Wapixána. Em cada ano estive alguns meses com esses índios, que, como os Makuxí, vivem em mais de 30 aldeias, algumas exclusivamente Wapixána, outras em convívio, principalmente, com os índios Makuxí.

Do conjunto das aldeias em que vivem os índios Wapixána, estive em 13 grupos locais durante o desenvolvimento da pesquisa de campo. Na *Área da Serra da Lua*, estive nas aldeias Taba Lascada,

Malacacheta, Canoaní, Pium e Jaboti; na *Área do Taiano e Serra da Moça*, pesquisei nas aldeias Barata, Livramento, Serra da Moça, Serra do Truaru e Morcego; na *Área dos Rios Amajari e Parimé*, os grupos locais Ponta da Serra e Boqueirão dos Três Corações, e na *Área da Fazenda São Marcos*, a aldeia Lago Grande.

Na aldeia Boqueirão, passei por situações perigosas não no convívio com os índios, que, como sempre, foi muito bom, mas, nos imprevistos que a natureza nos pode propiciar (narrar; Cortez).

Em decorrência destes estudos com os Wapixána, publiquei dois artigos: “Sociedade Wapixána: Ritos e Mitos”, *Revista do Mus. Paulista-USP*, NS, Vol. XXX, São Paulo, 1985, e “Os Wapixána: Síntese de uma situação de contato interétnico”, *Bulletin of the International Committee on Urgent Anthropological and Ethnological Research-IUAES*, Nº 40, Viena, 1999-2000.

Estou agora escrevendo um livro sobre os Wapixána. Porque só agora?

## **2 - Terminologia de Parentesco e Sistema de Parentesco Wapixána**

Minhas análises da terminologia de parentesco Wapixána têm confirmado constatações de Édson Soares Diniz, em artigo publicado pelo Mus. Goeldi, em 1968.

No estudo que estou procedendo sobre a sociedade e a cultura dos índios Wapixána, debruço-me sobre as anotações de campo que realizei entre esses índios, em diferentes grupos locais, entre 1983 e 1985. Os Wapixána vivem dispersos na região do “lavrado”, em cerca de trinta diferentes aldeias. Todos esses índios se encontram em prolongado contacto com a sociedade inclusiva. O grau de mudanças sócio-culturais operadas em meio à sociedade Wapixána varia em função de diferentes circunstâncias, que sempre refletem um contacto maior ou menor com o “mundo dos brancos”. A distância das aldeias de cidades ou vilas da sociedade envolvente; visitas individuais ou grupais de indígenas a essas cidades ou vilas; permanência de indígenas nesses centros populacionais trabalhando ou prestando serviço militar; passagem de estradas por aldeias ou próximo delas; a presença em suas aldeias de Wapixánas provenientes da Guiana;

convívio interétnico nas aldeias com outros grupos indígenas, tais como com índios Makuxí (Karib), Taurepán (Karib) e outros; presença, nas aldeias, de rádios e aparelhos de televisão, são todos estes fatores, entre outros, que interferem na sociedade e na cultura dos Wapixána de Roraima promovendo mudanças sócio-culturais. Mas, as aldeias não são uniformemente impactadas por esses fatores. Uma estão sócio-culturalmente mais próximas do que outras da sociedade inclusiva.

Por isso que esses grupos locais se distribuem dispostos ao longo de um *continuum* sócio-cultural, no qual, em um extremo, se encontram comunidades indígenas menos infensas às mudanças e, no outro extremo, a sociedade nacional brasileira em seus escalões locais de Roraima.

Em minha pesquisa, visitei aldeias Wapixána nas quais procedi a registros com base na observação direta e em entrevistas com informantes. Entre os dados coletados se encontra um avultado número de termos de parentesco da língua Wapixána, sendo esta, por sua vez, uma língua filiada ao tronco lingüístico Aruak. Posso dizer que o levantamento de termos de parentesco foi realizado exaustivamente, abrangendo situações cognatas e afins. Estes termos sugerem indícios interpretativos de como se estruturava o sistema de parentesco na tradição Wapixána. Este é um estudo difícil e complexo, entre outros motivos, porque constatei variações de aldeia a aldeia e de pessoa a pessoa (informante a informante), nos termos referentes às mesmas posições no sistema de parentesco, além da influência atuante da sociedade envolvente sobre o falar desses índios. Talvez seja possível afirmar-se que as várias alternativas de interações socialmente permitidas ou não a Ego masculino em relação a seus parentes cognatos são muito mais reguladas pelo fato destes parentes serem seus pai, mãe, irmã, irmão, primo, prima, tio, tia, filho, filha (conforme nosso vernáculo e as posições ocupadas na família segundo nossa cultura ocidental), do que por ele ter esta ou aquela posição no sistema assinalada pela terminologia de parentesco Wapixána. Na análise da terminologia de parentesco, estou considerando provável a existência, no sistema de parentesco tradicional, de regras estruturais tais como:

- Fusão bifurcada na primeira geração ascendente;
- Fusão de terminologia nas gerações alternadas ascendente e descendente;
- Termos de “primos” do tipo Iroquês.

Além desses registros, a quando da realização da pesquisa, verificava-se a ocorrência:

- de monogamia endo e exogâmica;
- de possível ocorrência de trocas diretas; e
- da regra flexível de patri e matrilocalidade na própria ou em outra aldeia.

Porém, dado ao avançado estágio no interior do processo de mudanças sócio-culturais em que se encontram os Wapixána, a dinâmica de sua organização social, então e, certamente, hoje, encontrava-se fortemente afetada pela influência da sociedade dominante nos sistemas de parentesco e de casamento.”



**ABA 50 ANOS NA UFMG  
BELO HORIZONTE, MG  
22 DE SETEMBRO 2005**

Comissão Organizadora:  
Léa Freitas Perez (Coordenadora),  
Carlos Magno Guimarães e Ruben Caixeta de Queiroz.



## APRESENTAÇÃO

---

Léa Freitas Perez  
Carlos Magno Guimarães  
Ruben Caixeta de Queiroz  
UFMG, MG

Reunimos aqui alguns dos depoimentos pronunciados por ocasião da comemoração dos 50 anos da ABA na UFMG, solenidade ocorrida no dia 22 de setembro de 2005 na FAFICH.

A programação consistiu em duas mesas redondas: “Os 50 anos da ABA e a antropologia na UFMG” e “O Ensino da Antropologia e a Criação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFMG”. Teve lugar ainda uma exposição sobre as duas reuniões da ABA realizadas na UFMG (1961 e 1992), organizada por Carlos Magno Guimarães e sua equipe, seguida de coquetel. Encerrando as comemorações foi apresentado um vídeo, realizado por Ruben Caixeta de Queiroz e sua equipe, com depoimentos sobre a história da Antropologia na UFMG.

A organização do evento implicou um mergulho em profundidade na história da Antropologia em Minas Gerais, particularmente na UFMG, com vistas a seu resgate e a sua divulgação pública. Celebrar e rememorar nosso passado, justamente no momento em que a nossa universidade integrasse efetivamente no processo de formação profissional das novas gerações de antropólogos através da implementação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, com áreas de concentração em Antropologia Social e Antropologia, possibilitou uma rica articulação sincrônica entre passado e futuro. Durante a organização das comemorações jamais poderíamos imaginar que a data de sua realização fosse coincidir de tão perto com a aprovação do Programa pela Capes. Mas o jogo do devir, em sua sabedoria e generosidade, fez do inesperado e do insuspeito uma

jubilosa realidade: o encontro da ABA com o novo rebento. Tomando-a como fonte de inspiração, oxalá possamos daqui há 50 anos celebrar uma história tão valorosa e honrosa como a dela.

Esse inesquecível encontro do passado com o futuro não teria sido possível sem que várias pessoas e instituições se fizessem presentes. Por isso é imprescindível que registremos nossa gratidão a todos. Em primeiro lugar a professora Miriam Pillar Grossi, Presidente da ABA, que tem acompanhado e apoiado generosamente a trajetória da antropologia da UFMG. Aos professores participantes das mesas que, nos brindaram com momentos em que reflexão refinada se modulava com paixão: Roque Laraia, ex-aluno da UFMG, ex-presidente da ABA e idealizador da realização na UFMG da XVIII RBA (1992); Bela Bianco, representante da área na CAPES, que fez para nosso mais completo júbilo o anúncio oficial da criação do Programa; Candice Vidal e Souza, da PUCMINAS, que realiza, com carinho e vigoroso trabalho, o fundamental e urgente resgate da história da antropologia em Minas Gerais; Pierre Sanchis, professor emérito da UFMG, referência fundamental e inspiração permanente para todos que exercem o ofício aqui na Gerais; Welber da Silva Braga e Josefina Libato de Mello, professores de antropologia da UFMG, hoje aposentados, mas que muito contribuíram, e isto em tempos difíceis, para o desenvolvimento e consolidação da antropologia como área dentro do Curso de Graduação em Ciências Sociais; André Prous, ativo arqueólogo e parceiro na aventura, agora transformada em realidade, da pós-graduação. As professoras Cleonice Pitangui e Ieda Martins, professoras de antropologia da UFMG, hoje aposentadas, pelos anos que se dedicaram ao ensino da antropologia na graduação e pelos belos depoimentos que prestaram para a realização do vídeo. Aos representantes institucionais da UFMG, que nos honraram com sua presença na sessão de abertura: professores Jaime Arturo Ramirez, Pró-Reitor de Pós-Graduação; Paulo Henrique Ozório Coelho, Assessor de Projetos Especiais da Reitoria e Diretor do Museu de História Natural e Jardim Botânico; João Furtado, Diretor da FAFICH; Antônio Augusto Pereira Prates, Chefe do Departamento de Sociologia e Antropologia. Nosso especial agradecimento pelo apoio incondicional de Paulo Henrique Ozório Coelho, João Pinto Furtado e Antônio Augusto Pereira Prates. Não podemos deixar de

registrar nossa gratidão a todos os que trabalharam intensa e carinhosamente na organização do evento, e o fizeram de forma absolutamente voluntária: Cirene Vespasiano; Rogério Lopes da Silva Paulino, Júnia Torres; Anderson Barbosa Alves Pereira; Adriana Paiva de Assis; Tito Tavares Coelho da Silva, Pablo Ruan Cândido Silva, Leila Schoenenkorb da Silva, Rogério Jerônimo Barbosa, Diogo Neves Pereira. Ao Jornal Estado de Minas que concedeu graciosamente o direito de cessão e de utilização de cinco fotografias relativas à V RBA (1961), realizada na UFMG. À Reitoria da UFMG, à Diretoria da FAFICH, e ao Departamento de Sociologia e Antropologia, ao PAIE/PROEX e à ABA pelo aporte financeiro.

Nada teria sido possível se não tivesse contado com a cumplicidade de meus caros colegas e queridos amigos Carlos Magno e Ruben.



## A ANTROPOLOGIA NA UFMG

---

Pierre Sanchis  
UFMG, MG

O meu depoimento será totalmente subjetivo. Mesmo dentro de minha pequena fatia cronológica, não almejo dizer tudo – já que somos vários a ter que falar. Não pretendo tampouco que minha versão seja a “verdadeira”. Outros terão vivido os mesmos episódios em chave diferente. O importante, hoje, é que as lembranças se juntem, e que a esperança seja única.

Falarei primeiro do começo. Como me apareceu a Antropologia quando cheguei? Dentro do Departamento, um grupo pequeno – hoje quase todo disperso – que me cercou logo de simpatia, falando em futuro, reimplantação, fortalecimento... Evocarei três fatos, talvez menores, mas que foram para mim subjetivamente significativos.

Um primeiro fato não passa de detalhe anedótico, no entanto significativo de um paradoxo. Das 10 vagas concedidas então ao Departamento (1977: estava-se implantando o Curso Básico, com 13 turmas de Sociologia I), a Câmara decidiu consagrar 9 à Sociologia e uma à Antropologia, por meio de dois concursos, a um mês de distância um do outro. Mas quando foram mandados à Pró-Reitoria de Administração os resultados do concurso de Sociologia, esta não teve dúvida, esquecendo a comunicação do Departamento, em atribuir as 10 vagas disponíveis aos dez primeiros sociólogos aprovados. E foi só quando o Departamento mandou, para ser oficializado, o resultado do concurso de Antropologia que foi descoberto o engano. Não havia mais vaga para o candidato aprovado... Sinal de um *habitus* já adquirido por longos anos de experiência administrativa com pouca presença da Antropologia? É significativo – e importante – no entanto, que a falha administrativa tenha sido contrabalançada pela atitude do Departamento, cujas autoridades se empenharam ativamente em

resolver o caso, primeiro de modo imediato, mais tarde obtendo de um Reitor favorável que fosse corrigido oficialmente o erro *ab initio*. Não estou contando esta historietta porque mereceria ser lembrada, mas talvez porque o caso me introduziu à visão que seria a minha da situação da Antropologia na nossa Universidade: um objetivo desequilíbrio institucional que a inferiorizava na estrutura administrativa, mas também um lugar reconhecido pelos pares, onde se cruzam relacionamentos amigos e apreço, inclusive acadêmico.

O segundo fato diz respeito ao que talvez esteja aqui a minha lembrança mais significativa. É importante para evidenciar um paralelismo entre fluxos crescentes da perspectiva antropológica no conjunto do Brasil (a ABA, os Programas de Pós-Graduação) e na Belo Horizonte desprovida de Programa de Pós-Graduação em Antropologia... Nos anos 80 parece ter crescido no nosso meio estudantil – pelo menos em parte dele... – uma aspiração a algo diferente da “Ciência Social” tradicional – ou “canônica”. Por que motivos? Na teoria, perda de prestígio das “grandes narrativas”, no campo, imagem dos próprios movimentos sociais. Uma mudança no sentido, tanto da participação política dos atores sociais, quanto da análise dos cientistas sociais, com fins de conhecimento, mas também de transformação política: o importante passou a ser o local de vida, e não só de trabalho (i. e. de relações estruturais), o cotidiano; greves de fábricas, sim, mas também manifestações de rua sobre custo de vida, cesta básica, lixo, saúde... O próprio movimento social informava a totalidade do cotidiano de determinados segmentos sociais. Isso parecia exigir uma atenção miúda ao real e às diferenças manifestadas neste real.

Ora a intuição fundamental da Antropologia, tal como se pensava naqueles anos, parecia corresponder a essa exigência. O horizonte da prática era o da pesquisa participante, demorada e implicada. Era inegável o fascínio que exercia sobre os estudantes a Introdução dos *Argonautas* de Malinovski: “Imagine-se o leitor...”

Finalmente: essas diferenças eram revelação da existência do Outro... Um fascínio dos grandes temas da Antropologia: a descoberta do Outro. Nós e o Outro; o Um e o Múltiplo... Naquele tempo, emergiam os dois conceitos que foram durante longo tempo considerados como conceitos-chaves – Identidade e Cultura – no

plural, mesmo se no interior de um grande “todo”. O longínquo se aproxima. Descobre-se o Outro ao lado de si: gênero, religião, etnia... Por sua vez, este “todo” é parte de conjunto maior: o Brasil... em determinado nível feito de diferenças – em outro nível, ele próprio globalmente “diferente” (Antropologia do Brasil, e não só “brasileira”).

Isso redundava numa relativamente nova abordagem do “Povo”: o fenômeno da exploração não era só econômico e estrutural (“de classe”), mas também político-cultural. Os próprios “modernizadores”, os propulsores do “desenvolvimento” – e os “cientistas”, possuidores dos esquemas de interpretação – podiam também serem alienadores... Lembro de uma conversa, em que três antropólogos tentavam convencer um filósofo de que a atitude do intelectual podia ter afinidade com o exercício de um poder. Cultura a respeitar: “educação popular”, “cultura popular”, “movimentos populares”... A dialética do balbuciente, do não dito, não instituído, implícito... frente à instituição (do Estado, do Partido, do SABER).

Se minhas lembranças são boas, é por aí, em conclusão deste conjunto de descobertas – o Outro, o não dito e não institucionalizado, o outro lado da Razão (cultura), o simbólico (“Cultura e Razão Prática”) –, que emergia, entre os alunos, um interesse novo pela Antropologia...

Justamente, e por outro lado, no interior mesmo das “grandes narrativas”, alguns pensadores tornavam o discurso (a observação e a estratégia) mais flexíveis. Importância, por exemplo, de Gramsci. E os dois movimentos, descoberta do “campo” e aberturas “teóricas”, se aproximavam: um grupo de alunos, por exemplo, me pediu um curso sobre “Gramsci e os Movimentos messiânicos brasileiros”...

Este grassar de aspirações era tão intenso (parcial, repito), que, numa ocasião, participando de uma mesa na ANPOCS (ou na ABA?), me perdi na sua análise (que devia ser uma breve introdução) por causa do olhar aprovador e gratificado de estudantes nossos sentados na platéia... (sentia que traduzia o seu pensamento, e que eles estavam felizes com isso)... e não consegui nem entrar no que seria, em princípio, o meu assunto.

Claro que não se tratava de uma exclusividade do olhar antropológico. Mas de uma dimensão co-natural a ele: “afinidade

eletiva”. Uma “relativização” que suscitava, do lado da Sociologia e da Ciência Política, muita convivência, mas também alguma resistência. Todos lembram de famosas controvérsias públicas, na ANPOCS, que encontravam evidentemente ecos aqui.

O terceiro fato que quero mencionar diz respeito justamente a este ponto. Antropólogos e sociólogos, ou talvez: Antropologia e Sociologia... Pois em princípio as controvérsias se davam a respeito do valor “científico” de nossas “ciências”. Via de regra as iniciativas desta controvérsia eram individuais, mas – pelo menos que tenha notado, e é verdade que tentei não notar – não chegavam a criar “casos pessoais”. Como no plano nacional, o tema se prestou assim a debates, às vezes mais diretos e públicos, outras vezes pela mediação de estudantes que, se faziam eventualmente de túmulos, também sabiam repercutir, escandalizados ou jubilosos, os juízos ouvidos em sala de aula...

Controvérsias abertas, com argumentações em reuniões, idas e voltas... Não presenciei todas. Lembro de casos havidos nas reuniões de planejamento do Doutorado, e já na implementação do novo programa do Curso de Graduação, em que a Antropologia teve que defender – afinal nem sempre com sucesso – a perfeita equivalência nos horários atribuídos às duas disciplinas ou em outras atribuições, em princípio equitativas. Tentação monopolista da Sociologia? O papo correu algumas vezes, depois de reuniões da Câmara, nas conversas do Grupo de Antropologia. Mas afinal tratava-se de situação corriqueira e tipicamente “moderna”, da existência de uma tribo minoritária no interior de um conjunto societário em constante procura de seu equilíbrio político. Isso nos obrigava – todos – a um exercício político muito proveitoso, inclusive para a nossa aprendizagem da análise de tantas situações sociais contemporâneas...

Havia também as controvérsias encobertas... Tal colega teria dito em sala de aula que a antropologia não dava conta do recado, não era ciência, não merecia ser escolhida como “concentração”. Primeiro momento de escândalo, que poderia até perdurar, criando falsos retratos. De fato, e fora o caso excepcional de posição abertamente argumentada e convicta, nas ocasiões em que me foi dado, graças às relações mais amigas com o acusador/acusado, cobrar pessoal e fraternalmente o delito anti-anropológico, a resposta me

surpreendeu, inesperada, inocente e tranqüila: “Eu, disse isso assim? Em todo caso, na minha intenção, não passa de uma opinião desapassionada, num nível objetivo sem pretensão de desencorajar aprendizes de antropologia...”

Na verdade, era a situação que propiciava estas ocasiões de embate, no interesse do aprofundamento de nossas abordagens teóricas, e provavelmente em proveito também de nossos pessoais amadurecimentos. Direi mais: enriquecimentos.

Como uma homenagem àquele que, durante muitos anos, simbolizou o enfoque sociológico no departamento, para exemplificar também o que sempre pensei de nossa convivência, apesar de eventualmente competitiva, quero ler aqui um parágrafo de Antônio Luiz Paixão, num texto (sem data, mas que deve ser dos primeiros anos da década de 90) escrito sobre o Mestrado em Sociologia. Ele coloca, no interior mesmo da Sociologia, o problema da diversidade e da pluralidade de perspectivas que, mesmo se “evitando o conflito aberto”, pode “alimentar um antagonismo surdo”, de lamentáveis conseqüências pedagógicas. “Como transformar em recurso o problema do pluralismo?”, pergunta Paixão. Pois o problema não é só da ordem política da “convivência civilizada”, mas se situa, essencial, no plano cognitivo. E de citar então o caso da convivência das duas disciplinas no interior do Mestrado de Sociologia:

“Antropologia e Sociologia são, acredito, mais do que rótulos de identificação profissional. Essa crença se fortaleceu em inúmeras conversas com meu colega Pierre Sanchis, sempre a me lembrar que me preocupo muito com estruturas – distribuições diferenciais de valores entre posições sociais – e ele se interessa muito por representações – as percepções socialmente organizadas dos fatos da vida. ‘Cultura’ e ‘problemas urbanos’ como áreas de concentração resolveram institucionalmente o problema da coexistência, num mesmo programa, de modos diferentes de ver o mesmo objeto (ou de privilegiar facetas distintas dele)... Mas o ponto que me interessa salientar é o fato da convivência de sociólogos e antropólogos em um mesmo Programa de Mestrado em Sociologia: não creio que falo individualmente ao celebrar tal convivência como um fator muito importante de ampliação de perspectivas profissionais e acadêmicas recíprocas”.

Sem dúvida, está aí só um lado da percepção do problema. Na mesma época, outro relatório interno, de Laura da Veiga, sem desconhecer a riqueza desta amplidão de perspectivas, falava, no entanto em “ambigüidade”, e concluía que “a análise das ambigüidades e dificuldades da área [Sociologia da Cultura] terá de contemplar também a eventualidade da criação de um Mestrado em Antropologia”.

A História tem seus momentos. Cada um com seus percalços e suas realizações. Esta nossa Mesa trata do passado, problemas e riquezas de um tempo em que a Antropologia mineira era discreta, embora real. A Mesa seguinte falará do futuro, tempo de uma Antropologia mais afirmada e explícita. Momento de esperança, por conseguinte. Acrescento o desejo de que os dois momentos saibam articular suas riquezas e construir o futuro também com as lições e as experiências do que o preparou.

## O SETOR DE ARQUEOLOGIA DO MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL DA UFMG

---

André Prous  
UFMG, MG

A arqueologia tem raízes muito antigas em Minas Gerais; já em 1844 Peter Lund levantava a hipótese de uma antigüidade “antediluviana” do Homem. Em meados do século XX alguns aficionados, reunidos na Academia de Ciências de Minas Gerais, realizaram pesquisas arqueológicas de valor infelizmente limitado pela falta de formação dos seus componentes. Nos anos de 1950, o então acadêmico Marcos Rubinger visitava sítios rupestres, registrando em seus cadernos (conservados no Setor de Arqueologia do MHN) observações extraordinariamente argutas. Infelizmente, o exílio ia interromper uma carreira promissora. Desta forma, os mineiros não participaram do nascimento da arqueologia “moderna” nos anos 1950 e 1960. As sucessivas Missões arqueológicas nacionais e internacionais que trabalharam no estado foram coordenadas por pesquisadores de fora; não contavam com a participação de estudiosos mineiros e as coleções reunidas através destas pesquisas acabavam em Instituições do Rio de Janeiro.

Preocupados com esta situação, o Diretor Instituto Estadual do Patrimônio (IEPHA) e o Reitor da UFMG solicitaram a colaboração da Missão Franco-Brasileira que então atuava na região de Lagoa Santa, o que os levou a contratar um pesquisador deste grupo. Após um curso de extensão foram escolhidas três pessoas para compor a equipe, que começou a funcionar em 1976. A Fundação de Pesquisa da UFMG (FUNDEP) foi inclusive encarregada de montar um ambicioso projeto de criação de um Museu do Homem – projeto cuja elaboração contou com a participação de Darcy Ribeiro.

Provavelmente superdimensionado, não chegou a vingar, sobrando dele apenas a equipe de arqueologia instalada no Museu de História Natural, cujos componentes contratados foram lotados no Departamento de Sociologia e Antropologia da FAFICH.

Os primeiros anos do Setor de Arqueologia da UFMG foram dedicados a capacitação da equipe. Podemos destacar a participação dos primeiros colaboradores do Setor nas escavações da Missão Arqueológica Franco-Brasileira (abrigo de Lapa Vermelha); a realização de um curso de especialização de 2 anos em 1980 e 1981; a vinda de especialistas estrangeiros em tecnologia pré-histórica (J. Flenniken; J. Tixier; M-E Mansur), abrindo-se estágios e cursos a estudantes de outros estados. Logo a seguir, os três integrantes do Setor contratados pela UFMG iniciaram seu Mestrado em outras unidades ou universidades, já que não havia pós-graduação em arqueologia no estado. Também foram montados laboratórios (palinologia e micro-traceologia) e mostruários de referência (tecnologia lítica e cerâmica; coleção de comparação de esqueletos e carpoteca, para identificação de vestígios de subsistência). Desta forma, a orientação do Setor foi, desde o início, resolutamente pluridisciplinar, promovendo uma colaboração constante entre pesquisadores e estudantes oriundos das áreas de ciências humanas, ciências biológicas e da terra.

No final dos anos 1970 o Setor de Arqueologia iniciou escavações no Grande Abrigo de Santana do Riacho, que se tornou um dos sítios de referência no Exterior no que se refere às primeiras ocupações humanas no Brasil, fornecendo uma importante coleção de esqueletos da “população de Lagoa Santa”. Paralelamente, foram realizados levantamentos sistemáticos de arte rupestre na região de Lagoa Santa; operações mais pontuais foram desenvolvidas em vários municípios do sul ou do centro do estado. Dentre estas, podemos destacar o pioneiro estudo arqueológico de quilombos, comparando-se as instalações de escravos fugitivos em territórios agrícolas e em zonas de mineração.

O Setor de Arqueologia cuidou de divulgar suas pesquisas através dos *Arquivos do Museu de História Natural* que se tornou, durante um tempo, nos anos de 1980, a revista de arqueologia mais citada no país; publicando também em revistas estrangeiras. Os

levantamentos de arte rupestre de vários sítios foram divulgados sob a forma de microfichas publicadas pela Missão Arqueológica Franco-Brasileira de Minas Gerais, criada em 1981, que instaurou uma estreita colaboração com os pesquisadores e estudantes da UFMG. Várias grandes exposições temporárias foram também realizadas em Belo Horizonte e São Paulo, já que o Museu de História Natural não tinha exposição de arqueologia permanente (situação que permanece ainda).

Rapidamente, o Setor tornou-se um centro de referência nos campos da tecnologia lítica (particularmente no que toca às indústrias de quartzo, ainda insuficientemente estudadas ao nível mundial), dos estudos de arte rupestre (caracterização de seqüências cronostilísticas) e um centro pioneiro na abordagem dos restos de subsistência fora da região litorânea.

Ao longo dos anos de 1980, o foco das pesquisas deslocou-se do centro do estado para o Alto-Médio Vale do Rio São Francisco, com o início de um longo programa de trabalho (desenvolvido, sobretudo no período 1981-1995) no Vale do Rio Peruaçu, perto de Januária.

Demonstrando vontade de colaboração com outros centros de ensino e pesquisa, recebemos em campo e laboratório estagiários de várias instituições do país e convidamos o Dr. O. Heredia, então Diretor do curso de Arqueologia das Faculdades Estácio de Sá, a participar do nosso projeto no vale do rio Peruaçu; embora uma equipe de professores cariocas tenha participado das nossas escavações, este projeto de colaboração não teve prosseguimento com o falecimento do Dr. Heredia.

Com dificuldades para conseguir espaço para guardar adequadamente os vestígios provenientes de escavações, o Setor de Arqueologia, durante alguns anos, priorizou os estudos de arte rupestre. A partir de 1988, no entanto, conseguindo novas instalações – ainda que aquém do desejável – retornou às escavações sistemáticas no vale do Peruaçu, resultando em novos estudos em tecnologia – desta vez, em matérias mais tradicionais, como o sílex. Por outro lado, a grande quantidade de vestígios vegetais encontrados nesta região permitiu a realização de importantes estudos de genética de plantas cultivadas.

Os anos de 1990 foram também marcados pela divisão do Setor, com a individualização de um Laboratório de Arqueologia (sob a coordenação de Carlos Magno Guimarães) particularmente direcionado para o período histórico e para a arqueologia de contrato – uma nova modalidade que ia logo se tornar preponderante dentro da arqueologia brasileira – enquanto o Setor de Arqueologia pré-histórica (sob minha coordenação) continuava mantendo a ênfase em pesquisas acadêmicas.

Ainda nos anos de 1990 teve início o processo de aproximação entre a arqueologia e a antropologia, ao redor de um projeto de criação de um Mestrado conjunto que, após várias tentativas, foi agora concretizado. Mesmo assim, nota-se que o Setor de Arqueologia continua a ser uma estrutura totalmente informal – o ensino de arqueologia, por exemplo, é realizado exclusivamente através de matérias optativas e de estágios no Museu de História Natural.

No ano 2000, com o fim das pesquisas de campo no alto Médio São Francisco, o investimento principal do Setor passou a focar os portadores da cerâmica Tupiguarani. Logo, propusemos a colegas de todo o Brasil e da Argentina, a realização de um trabalho coletivo, visando a publicação de uma síntese sobre esta cultura arqueológica e a divulgação de novas perspectivas – várias das quais levam a uma aproximação com estudiosos de atuais populações atuais tupi-guarani.

Em função das contratações que devem ocorrer em consequência da instalação do Programa de Pós-Graduação, o Setor de Arqueologia deverá decidir se continua privilegiando suas áreas de atuação tradicionais (particularmente, os estudos de tecnologia pré-histórica e de arte rupestre, com ênfase sobre as mais antigas populações do Brasil central) ou se reforçará as novas áreas de atuação, ligadas às culturas ceramistas, mais recentes, enquanto há uma perspectiva crescente de integração disciplinar entre arqueologia e etnologia indígena.

# O ENSINO DA ANTROPOLOGIA EM BELO HORIZONTE<sup>46</sup>

---

Candice Vidal e Souza  
PUC, MG

Ao conhecer nomes e trajetórias de antropólogos e professores de antropologia aproximei-me de experiências até então inesperadas, pois acreditava, conforme ouvira em muitas ocasiões, que não existia antropologia em Minas Gerais. Constatei que existiu e existe sim a antropologia por aqui, contudo a disciplina e seus praticantes tornam-se invisíveis ou subordinadas em função de parâmetros de comparação com desenvolvimentos do ensino e da pesquisa em antropologia realizada em outras instituições brasileiras – notadamente aquelas que se destacam pela formação pós-graduada – ou ainda por contraste em relação a outras ciências sociais, especialmente a Ciência Política, e seu desempenho acadêmico desde o final da década de 1960.

Considero dois cenários da difusão (ensino) e reprodução (pesquisa) do conhecimento antropológico na capital mineira: a Faculdade de Filosofia e a Faculdade de Ciências Econômicas (FACE). No primeiro local, a antropologia foi ensinada a partir de 1943 nos cursos de História e Geografia (as disciplinas denominadas “Antropologia”, “Antropologia e Etnografia” e “Etnografia do Brasil”, nas três séries) e no curso de Ciências Sociais (“Antropologia e Etnografia”, apenas na terceira série). Na FACE, a disciplina era ofertada no primeiro ano do curso de Sociologia e Política entre 1953 e 1966. Em 1967, o curso da FACE (alunos e professores) é

---

<sup>46</sup> Este texto se apoia na pesquisa “Hierarquias intelectuais e lutas de classificação nas ciências sociais: a construção da posição institucional da Antropologia em Minas Gerais”, contando com financiamento do CNPq e do FIP/PUC-MG.

incorporado ao curso de Ciências Sociais da FAFICH<sup>47</sup>.

O primeiro catedrático de antropologia de Belo Horizonte foi o médico dermatologista Olinto Orsini de Castro (nascido em 1891). Tenho de repetir o que ouvi e li de seus ex-alunos: o professor tem reputação de ter sido um péssimo professor, repetidor de um só livro (Epítome de Culturologia, de José Imbelloni, de 1936), “destruidor de vocações”. Com todas as classes, mantinha relações conflituosas. Orsini desperta más lembranças entre alunos como Roque Laraia, Welber Braga, Francisco Iglésias. Os dois primeiros se tornaram antropólogos a despeito desse primeiro contato com a matéria. Os programas de Orsini obedecem em grande extensão aos programas de Arthur Ramos, da Faculdade Nacional de Filosofia (FNF<sup>i</sup>), nos quais se compreende o estudo do homem como conjugação de conhecimentos da medicina, zoologia, filosofia e psicologia. Aparecem como matéria das aulas de “Antropologia”: origem das espécies e do homem, caracterização da espécie humana, unidade da espécie humana, antigüidade da espécie humana. Na disciplina “Etnografia Geral” o conteúdo pode ser definido como uma discussão acerca de idéias genéricas sobre a cultura, quer dizer, sem referência a grupos sociais específicos e sem precisão temporal. “Etnografia do Brasil” trata do homem americano e do homem brasileiro, considerando aspectos arqueológicos e culturais, relativos a certos grupos indígenas<sup>48</sup>. Orsini contou com o assistente Antonio José Vieira (formado em direito) de 1943 a 1953.

Após a saída de Orsini (por volta de 1960), Eli Bonini Garcia assume as aulas de antropologia até março de 1964. Bonini estudou na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e manteve-se envolvido com a psicoterapia. Seus cursos de antropologia tinham forte ênfase em temas e procedimentos didáticos da psicologia e da psicanálise. Segundo seus alunos, as aulas eram performáticas e o aprendizado seria atingido mais emocional que racionalmente. Os ouvintes ficam fascinados, impactados ou incomodados com essas

---

<sup>47</sup> Este evento, crucial para se entender as relações desiguais e o acirramento de disputas institucionais entre antropologia, sociologia e ciência política não será tratado em detalhes aqui, pois apresento aspectos do ensino de antropologia somente até 1966. Observações ligeiras serão feitas a respeito de características do grupo de antropólogos em atividade após o marco de 1967.

<sup>48</sup> Note-se que assuntos relativos ao negro estavam ausentes dos programas de Orsini, ao passo que no programa de referência da FNF<sup>i</sup> as culturas negras eram especialidade de Ramos.

aulas que discutiam a cultura, o aprendizado dos papéis sociais, as relações entre indivíduo e sociedade. Iêda Martins de Pádua, aluna de Bonini e depois professora de antropologia da UFMG a partir de 1970, diz que a intenção das aulas de antropologia desse professor era “tirar o argueiro do olho”. Outros futuros professores de antropologia da UFMG foram alunos de Bonini, como Josefina Pimenta Lobato e Romeu Sabará.

Domingos Gandra teria sido o discípulo mais próximo de Bonini. Tornou-se um professor que animou o ensino e a pesquisa de antropologia na Faculdade de Medicina, até sua morte precoce aos 48 anos. Suas aulas também se preocupavam em fazer pensar sobre os papéis sociais e a relação indivíduo e sociedade. Os dois professores se orientavam por autores como Ralph Linton (*O Homem*), Bronislaw Malinowski (*Teoria Científica da Cultura*), Margaret Mead, Ruth Benedict, Abraham Kardiner e Melville Herskovits.

Welber Braga torna-se professor de antropologia a partir de 1964, aos 26 anos. Interessa-se pela vertente da disciplina que ele denomina “Antropologia Psicanalítica”. Ex-aluno de Orsini foi seduzido pela sociologia até a conversão posterior a ponto de vista antropológico. Welber permaneceu na UFMG até sua aposentadoria na década de 1990. Este professor ocupou cargos administrativos e participou de pesquisas ao longo de décadas, mas não fez pós-graduação.

Saul Martins, nascido em 1917, formou-se em Ciências Sociais em 1959. O professor Saul costuma ser classificado com o rótulo de “folclorista” por alunos e colegas. Nesse caso, o termo tem sentido negativo. Porém, ao falar de si, o professor Saul se define como antropólogo, interessado em cultura negra e cultura popular. Trata-se, pois, de um caso exemplar dos conflitos classificatórios que representa o folclore nas ciências sociais acadêmicas. Embora colocado em posição periférica dentro do próprio grupo de professores de antropologia da UFMG, Saul Martins é um prolífico pesquisador em sua área. Ao pesquisar as publicações dos professores disponíveis na biblioteca da FAFICH, constatei que Saul possui o maior número de registros do acervo. Contou-me que no período na universidade manteve correspondência com Eduardo Galvão, José Loureiro Fernandes, Napoleão Figueiredo, Câmara Cascudo e René Ribeiro;

realizou cursos e palestras pelo Brasil. Algumas alunas o definem como um professor organizado e dedicado, que trabalhava com seu material de pesquisa em sala de aula. Lembram também que o professor sofreu hostilidade dos alunos por ter tido carreira como oficial da Polícia Militar, apesar de no período da ditadura ter ele ajudado alunos perseguidos.

Na década de 1960, a Faculdade de Filosofia contou com três professoras de antropologia: Beatriz Meireles da Costa, Solange Braga Ferreira e Souza – ambas formadas em Ciências Sociais em 1964 – e Ana Maria Velloso (encarregada da disciplina de Antropologia e Lingüística). Infelizmente, ainda não consegui entrevistá-las para detalhar suas experiências, que se prolongaram até o início da década seguinte. Pelo que se conta, elas teriam desistido da carreira universitária por razões familiares. Acredito que os percursos dessas mulheres – no contexto predominantemente masculino da área de antropologia – mereceriam uma análise sob o ponto de vista da relação entre gênero e carreiras intelectuais.

A partir de 1970, novos professores são incorporados à Faculdade, mas parece-me que a diversidade das carreiras e dos interesses de homens e mulheres antropólogos permanece, ainda que não tenhamos mais pessoas sem formação específica na área encarregada das disciplinas. Possivelmente, a aprovação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia em 2005 seja a comprovação de que a configuração do grupo de antropólogos se modificou em tempos recentes, unificando as características de professor e pesquisador em indivíduos articulados a grupos externos.

O início das atividades de ensino de antropologia no curso de Sociologia e Política da FACE foi auspicioso. Em 1953, assume a cadeira Cid Rebelo Horta, jornalista entusiasmado pela antropologia. Convida Darcy Ribeiro para proferir a aula inaugural do curso. Os depoimentos de alunos como Fernando Correia Dias, Antonio Octávio Cintra e Simon Schwartzmann falam de aulas de antropologia interessantes e eficientes para quem não seguiria carreira na área. Apesar de respeitado, o conhecimento antropológico acabou por permanecer como auxiliar na formação dos alunos. Parece ser característico desse ambiente universitário a “percepção meio difusa de que a sociologia era uma disciplina superior”, como diz Antonio Octavio Cintra.

O programa de Antropologia e Etnologia de Cid Rebelo Horta “tinha seu fulcro no conceito antropológico de cultura”, como lembra Fernando Correia Dias. Trata-se de um programa vasto e detalhado que, embora dedique várias unidades a discussões de antropologia biológica e paleontologia humana, demora-se mais em desenvolver temas como raça e cultura. As leituras indicadas eram Ralph Linton, Clyde Kluckhohn, Herskovits, materiais da Unesco sobre raça. A morte do professor Cid em janeiro de 1962 surpreende os intelectuais mineiros.

Em 1962, Marcos Magalhães Rubinger, formado em Sociologia e Política em 1959, começa a dar aulas de antropologia. Marcos Rubinger recebeu treinamento especializado em Antropologia no Museu Nacional, pois integrou a segunda turma do curso coordenado por Roberto Cardoso de Oliveira, em 1961. Como parte das atividades do curso, realizou pesquisa de campo entre os Suruí e os Gaviões, sob a coordenação de Roque Laraia e Roberto da Matta, em companhia de Júlio César Mellatti. Preso e exilado pelo regime militar, Rubinger faleceu em 1975. Enquanto trabalhava na FACE/UFMG, Rubinger estava em plena atividade de pesquisa, associado ao grupo de excelência em Antropologia formado em torno de Roberto Cardoso de Oliveira e Luiz de Castro Faria.

O conteúdo do programa de Rubinger e a bibliografia de apoio são exemplos do momento de transição vivido a partir do início da década de 1960 nas balizas teóricas da pesquisa e do ensino da Antropologia aqui no Brasil. A presença de conceitos e autores representativos da vertente culturalista é marcada por M. Herskovits (*El Hombre y sus Obras*), Leslie White (*The Science of Culture*), C. Kluckhohn (*Antropologia*), os quais convivem com referências da antropologia social britânica (*Social Structure*, de G.P. Murdock; *Fundamentos de Antropologia Social*, de S.F. Nadel) e do estruturalismo (*Antropologia Estrutural*, de Claude Lévi-Strauss). O conceito de cultura ainda sustenta a ossatura do curso, mas a ênfase na estrutura social, especialmente com apoio de material etnológico, começa a definir um novo eixo de problemas teóricos e metodológicos.

No início do ano letivo de 1964, a FACE contrata Maria Andréa Loyola para assumir a cadeira de Antropologia. Indicada por Roberto Cardoso de Oliveira, Maria Andréa conhecera Rubinger no curso de

Especialização em Antropologia Social do Museu Nacional. O programa de curso de Maria Andréa Loyola contém as mesmas unidades temáticas do programa de Marcos Rubinger: Antropologia Geral e Antropologia Brasileira. Foram acrescentadas na parte “Antropologia Brasileira” as seções “Aculturação e fricção interétnica nas áreas brasileiras” e “Mudança cultural: obstáculos e resistência culturais ao desenvolvimento econômico e social”.

Os professores de antropologia da FACE eram pessoas integradas a grupos acadêmicos fora de Minas Gerais, o que certamente favoreceu a vinda de palestrantes à faculdade. A realização da Quinta Reunião Brasileira de Antropologia em 1961 ficou sob a responsabilidade de Cid Rebelo Horta, o que demonstra o seu empenho em fazer parte do universo profissional da antropologia. Parece-me que o grupo da FACE converge para o perfil de professores especialistas (mesmo quando autodidata), cujo trabalho didático mostra continuidade na demarcação das referências dos programas de ensino.

# A ÁREA DE ARQUEOLOGIA E A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA DA UFMG

---

Carlos Magno Guimarães  
UFMG, MG

Em primeiro lugar queremos nos congratular com a ABA pela comemoração de seu cinquentenário, uma data que evidencia, por um lado a força da instituição e, por outro, a relevância que a Antropologia adquiriu no cenário da sociedade brasileira.

A natureza deste evento e o avançado da hora não permitem uma exposição prolongada, o que também não era nosso intuito. Queremos, entretanto, deixar registrado nosso contentamento pela criação na UFMG do Programa de Pós-Graduação em Antropologia com áreas de concentração em Antropologia Social e Arqueologia, um motivo a mais a ser comemorado nesse evento.

Gostaríamos de fazer duas considerações:

Em primeiro lugar insistir na natureza do curso que criamos e que contempla a colaboração entre Antropologia e Arqueologia, o que não é comum se olharmos para os demais cursos hoje existentes no Brasil. Este aspecto tem sido apontado como inovador e certamente será um dos traços da identidade da nossa pós-graduação, a ter início já em 2006.

Em segundo lugar, e relacionado a este primeiro ponto, gostaria de salientar a origem do processo que permitiu a montagem de um projeto contemplando as duas áreas em uma perspectiva de reciprocidade.

A Antropologia na UFMG apresenta uma tradição de décadas sendo que, nos últimos trinta anos, ela aceitou uma convivência com a Arqueologia, possibilitando a articulação de interesses e objetivos comuns. O ponto culminante desse processo foi a do Curso de

Mestrado que hoje comemoramos dada a sua aprovação pelas últimas instâncias da burocracia competente.

Desde sua criação, na primeira metade da década de 1970, a equipe de arqueologia da UFMG vem desenvolvendo pesquisas que a tornou uma referência em vários campos. Inicialmente os projetos desenvolvidos voltaram-se para as populações pré-históricas dada a relevância que Minas Gerais apresenta no plano nacional com relação ao tema.

Foram realizadas pesquisas através de escavação de sítios e da experimentação de processos técnicos de fabricação de instrumentos, a partir da análise de materiais arqueológicos e da reprodução de condições similares. Tais pesquisas evidenciam sua relevância a partir da possibilidade que apresentam, para a compreensão dos processos da vida cotidiana que deram origem aos vestígios encontrados em escavação. Neste ponto é da maior importância a contribuição da Antropologia através dos estudos de etnoarqueologia e etno-história.

A partir do início da década de 1980, a equipe de arqueologia da UFMG começou a desenvolver projetos de arqueologia histórica e de arqueologia de salvamento, em áreas a serem atingidas pela instalação de empreendimentos como usinas, linhas de transmissão etc. A consolidação de estudos nesta área e o reconhecimento externo fizeram com que, em um parecer sobre o projeto de criação do curso de mestrado, tenha sido sugerida a criação de uma linha de pesquisa sobre a questão ambiental e de resgate arqueológico. É importante lembrar que este constitui hoje um vasto campo profissional para diferentes áreas do conhecimento notadamente a Arqueologia e a Antropologia.

As pesquisas de arqueologia histórica voltaram-se para a sociedade colonial tendo sido abordados temas como os quilombos e a atividade minerária nas Minas Gerais do século XVIII. Esta última tem sido o tema de referência das pesquisas desenvolvidas, no momento, pelo Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG.

Constatada a convivência, de décadas, entre a Antropologia e a Arqueologia na UFMG é importante ressaltar que se, por um lado, o tempo de maturação (para a criação da pós-graduação) foi longo, por outro, ele permitiu que a colaboração/reciprocidade se consolidasse, viabilizando o projeto conjunto.

Para nós este mais um dos motivos para estarmos aqui comemorando essa data.

## A ANTROPOLOGIA NA UFMG

---

Welber da Silva Braga  
UFMG, MG

O que eu digo para este pessoal, que na sua maioria, tem o desejo de um dia se assentar aqui, como disse o Roque, no nosso lugar, numa comemoração de outros 50 anos? O que eu tenho para dizer para eles, é este encontro da ABA, é mais do que um fato de memória. Acho que é um momento de grande coragem, em que a ABA cinquentona, tem a coragem de fazer uma introspecção, tem a coragem de se voltar para dentro dela própria, e perguntar quem ela foi, nesses 50 anos. É a famosa pergunta que as pessoas de 50 anos têm o direito de se fazer: o quê que eu fiz da minha vida? Então eu acho que a ABA está se perguntando o quê que ela fez da vida dela. Eu gostaria de contribuir com o meu depoimento pessoal, não mais do quê isso, contribuir como antropólogo que eu sou, contribuir para essa introspecção, embora o Roque certamente não me incluí em nenhum dos quatro campos em que ele divide a Antropologia.

Eu sempre fiz uma antropologia de uma área não muito convencional, sempre trabalhei num campo da antropologia que é vizinha de quintal da psicanálise. Eu sempre fiz antropologia psicanalítica, na esperança de que a psicanálise e a antropologia pudessem, como eu descobri que realmente podem, se fertilizar com resultados espetaculares. Mas, contudo, cá estou eu sentadinho, na mesa da ABA, para dar um depoimento como antropólogo. Então o Roque, que foi meu colega de turma, há de me fazer a graça de permitir que eu fale como antropólogo, embora não pertença a nenhum dos campos em que ele reconhece que a antropologia se divide.

Então, eu queria dividir o quê eu vou falar em duas vertentes. Eu queria dar alguns depoimentos sobre como eram as relações com os alunos no tempo em que eu era aluno e jovem professor, como é

que os alunos se relacionavam com os seus professores.

A relação dos professores com os alunos, quando eu era aluno e jovem professor, era de extrema e rígida verticalidade, a tal ponto que vou narrar uma coisa que se passou comigo, que é a pura verdade, e que retrata exatamente como alunos e professores se relacionavam nesse tempo. Havia uma servente na faculdade, uma certa Maria Zita, que era deslumbrada com o corpo docente, achava que professor era a coisa mais maravilhosa que existia no mundo, depois do pároco da igreja dela. Um dia ela me perguntou, se eu era “catedrático indelével aquele negócio que você não consegue tirar”. A Maria Zita um dia veio correndo atrás de mim, pelo pátio: “professor, professor!” O que é Maria Zita, por que é que você está nessa aflição minha filha, disse eu. “Professor, o senhor deixou a porta de sua sala aberta, professor!” Maria Zita, respondi-lhe, eu não fecho a porta da sala. “Mas o senhor não deve fazer isso, pode entrar um bicho ou até um aluno”. Essa idéia de quê na minha sala podia entrar um bicho ou até um aluno era o modo como a Maria Zita refletia cristalinamente a distância que permeava as relações entre professores e alunos. Aluno e professor pertenciam a dois universos inteiramente diferentes. Os professores eram pessoas olímpicas que quando condescendiam em descer até a sala de aula e falar de vez em quando com os alunos. Naturalmente, falar, naquele tempo, na maior parte das vezes, estupidas besteiras.

Os nossos professores não tinham formação, nós viramos o que nós viramos em grande parte buscando por nossa conta e informações nos raros lugares onde ela existia, e suprindo isso tudo com grande esforço pessoal de estudo, de leitura, de aperfeiçoamento, porque a universidade era paupérrima em termos de corpo docente. Eu acho que as relações com os alunos devem merecer uma indagação cuidadosa dos atuais órgãos de ensino, isso precisa ser revisto cautelosamente.

Eu tive uma relação muito íntima, muito grande, durante algum tempo, com o escritor Oswaldo França Junior. O França tinha acabado de chegar de Cuba, onde tinha ficado uma temporada, e me contou que assistiu na rua em Havana, à cena seguinte: ele estava na beirada do passeio, quando veio andando pela rua o primeiro ministro, acompanhado de assessores, e um menininho de uns doze anos chegou na beirada do passeio e gritou: “Fidel, Fidel!”. Ele parou e perguntou

para ao menino, o que ele queria. E o menino deu seu recado. Não passa pela cabeça de ninguém que esse menino devesse ser imediatamente convidado para fazer parte de um conselho que fosse redigir um plano quinquenal de economia de Cuba. Não se trata disso, esse menino não estaria qualificado para tanto. Esse menino não pode fazer isso, mas, precisa ser ouvido. Então tem que haver um bom senso, um equilíbrio, em que as pessoas assumam a consciência das suas funções, e se mantenham dentro do campo dessas funções sem com isso perderem a igualdade e a dignidade.

Não podemos transformar igualdade em universal. Não pode passar por aí. Alunos e professores têm que entender o quê cada categoria pode fazer pelo trabalho comum, e fazê-lo num espírito de igualdade, de cooperação, de respeito mútuo. Como é que isso vai ser feito eu não sei, mas o departamento deveria encará-lo sistematicamente, não deixar ao deus dará. Discutir em aberto, colocar na mesa de discussão: como é que professores e alunos vão conviver no departamento, quem poderá fazer o quê, junto com quem? Mas sem atitudes olímpicas, discriminatórias, subservientes, mas também sem os tiranismos que se erguem em nome da democracia. Ando meio cansado do tiranismo que se ergue em nome da democracia, ando doido com democracia que ser erga em nome do tiranismo.

O segundo ponto que eu gostaria de tocar é o da mudança de postura do antropólogo diante da ciência, nesses últimos 50 anos.

Às vezes me pergunto se nós não estamos nos afundando um pouquinho por aí. Eu gostaria que os antropólogos não se esquecessem do deslumbramento, não se esquecesse que o encanto é o que move o cientistado. Um homem chamado Jacob Bronowski, físico nuclear, que virou filósofo da ciência, disse o seguinte: a metáfora é tão importante para a ciência quanto para a poesia. Então acho que nós tínhamos que nos soltar um pouco mais, nessa tentativa de prosseguir encantados com o que estamos perseguindo. Eu dirigi a primeira pesquisa da minha vida aos 22 anos. Então, estava deslumbrado de estar dirigindo aquela pesquisa. Imagina, eu estava pilotando o meu próprio boeing, já pensou, que beleza? Estava encantado, e o professor Abgar Renault, que era um homem de grande sabedoria, me disse: “Welber, vai ser interessante que uma pessoa mais experiente, de vez em quando dê uma olhadinha, no andamento da pesquisa”. Eu disse,

claro, mas esse claro foi respeito ao Abgar, pois achava que não tinha a menor necessidade. Então o Abgar me deu o privilégio de trabalhar com o professor Oraci Nogueira, um grande sociólogo, um grande pesquisador. Tínhamos bolado uma bateria fantástica, mirabolante, altamente eficaz, de tal forma que quando Oraci veio fazer a primeira visita ao nosso trabalho, três meses depois do início, tínhamos produzido um quadro, um mega quadro, onde havia 300 mil informações isoladas, cruzáveis entre si, separadamente. Isso era um deslumbramento, isso era o auge, o pináculo do sucesso positivista. Imagina, a cultura pesquisada estava toda entendida. Todo mundo explicado, não precisava fazer mais nada, era só começar a cruzar variáveis. Agora, o Oraci chegou, foi para lá e passou o dia inteiro na frente do quadro, e nós explicando a ele como é que o quadro era operado, e ele ouvindo, calado. Almoçou, contou histórias. E aí nós fomos levá-lo ao aeroporto. Na hora de embarcar ele disse assim: “Escuta, o quê é que vocês vão fazer com aquele quadro?” A verdade é que a gente não tinha a menor idéia, o quadro era o quadro em si, pesquisa é isso. Na hora que se obtém um quadro dessa natureza, a pesquisa está pronta, não tem mais nada a fazer, está aí, o quadro consubstancia o conhecimento científico, o quadro é a ciência, nada mais a dizer. Contemple o quadro, pasme-se diante do poder da ciência: ei-lo, em todo o seu esplendor, 300 mil dados cruzáveis separadamente, o quê mais que você quer? Se você quiser mais alguma coisa, obviamente você é idiota. Aí o Oraci disse essa frase horrível, pegou o avião e foi embora. Voltamos para a fazenda do Rosário, onde estava sendo feita a pesquisa, com aquele trem na cabeça: e agora, o quê que nós vamos fazer com esse quadro? Eu me salvei como cientista, na hora em que simplesmente arrancamos a nossa divindade positivista da parede e a queimamos. Para evitar futuras tentações.

Nesta virada dos 50 anos, espero que os membros da ABA possam refletir sobre o que o antropólogo deve buscar: painéis redutivistas ou compreensões abrangentes, alimentadas pela paixão de entender?

# O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA DA UFMG

---

Bela Feldman-Bianco  
Unicamp, SP

Gostaria de agradecer o convite para representar a Área de Antropologia e Arqueologia da CAPES nesta celebração dos 50 anos da ABA na UFMG. Estou particularmente feliz por estar aqui, porque me dá também a oportunidade de anunciar oficialmente que a solicitação de abertura de um Programa de Pós-Graduação em Antropologia, com áreas de concentração em Antropologia Social e Arqueologia, na UFMG foi aprovada pela CAPES em 15 de setembro último. Certamente essas boas novas transformam esse evento numa dupla comemoração!

A UFMG é, sem dúvida, uma das principais universidades brasileiras com uma larga tradição nas ciências humanas. Basta lembrar que tem oferecido disciplinas nas áreas de antropologia e de arqueologia há mais de três décadas!

A proposta enviada a CAPES para a criação de um Programa de Pós-Graduação na interface da Antropologia e da Arqueologia é extremamente pertinente e inovadora. Por isso, uma comissão indicada pela área recomendou em seu parecer a aprovação, nos seguintes termos:

A proposta foi considerada “bem estruturada e clara” Ao incluir duas áreas de concentração, nomeadamente antropologia social e arqueologia, resgata um dos sentidos mais amplos da área enquanto ciência humana. Será o único programa a explorar a interface entre a antropologia social e a arqueologia, fato que configura um diferencial interessante e inovador. Vale notar que a inclusão de uma área de concentração em arqueologia é relevante tendo em vista o número extremamente reduzido de

programas que oferecem formação de pós-graduação em arqueologia, estrito senso, no Brasil - MAE, MN, UFPE. Ademais por sua localização em Minas Gerais e por sua especificidade, pode-se prever que o Mestrado irá atender a uma demanda regional e, possivelmente, nacional [...]

[Ademais] tem grande potencial de consolidar um projeto inovador na interface entre a antropologia social e a arqueologia.

A proposta desse novo Mestrado vem ao encontro das reflexões e estratégias que estão sendo presentemente desenvolvidas no âmbito da Área de Antropologia e Arqueologia da CAPES, tendo em vista os processos de globalização contemporânea e a política da atual diretoria da CAPES que visa estimular a expansão de Programas de Pós-Graduação. Assim, enquanto a criação da pós-graduação em Antropologia no Brasil, nos anos 1970 foi inspirada em modelos da antropologia social britânica ou da antropologia cultural de influência francesa<sup>49</sup>, nossas reflexões nos levaram a uma re-significação dos quatro campos da Antropologia, nomeadamente Antropologia Social ou Cultural, Antropologia Biológica, Antropologia Lingüística e Arqueologia<sup>50</sup>. Não se trata de reinventar a perspectiva “boasiana” desses quatro campos de forma estanque, nem de reviver velhas polêmicas entre evolucionistas e anti-evolucionistas. E tampouco se trata de afirmar que o ensino de pós-graduação em Antropologia precisa obrigatoriamente abarcar esse amplo escopo, muito embora a formação do antropólogo deva incluir a leitura dos clássicos e os antigos e novos debates.

Julgamos que o foco nos quatro campos sinaliza a perspectiva mais ampla da antropologia em suas múltiplas interfaces – com a arqueologia, a genética, a arte, a ecologia, a lingüística, etc. Não por acaso, a proposta da ABA para a nova Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq inclui a Bio-Antropologia, a Antropologia Lingüística e Estudos de Cultura Material em uma sub-área denominada “Antropologias Especializadas”, além de especialidades

<sup>49</sup> Nesses modelos, a arqueologia é vista como um campo de estudos à parte. Não por acaso tende a fazer parte do currículo dos cursos de história.

<sup>50</sup> Historicamente, no contexto americano, esses quatro campos propiciaram debates entre culturalistas e materialistas, seja na defesa do evolucionismo ou do relativismo cultural. Posteriormente, esses quatro campos foram também fundamentais para estudos sobre colonialismo e capitalismo, como os de Eric Wolf e Sidney Mintz, por exemplo. Polêmicas mais recentes incluem os que defendem os quatro campos ou os estudos sobre totalidades e os que salientam a fragmentação pós-moderna.

como “Antropologia do Corpo e do Direito”, “Antropologia da Ciência e Tecnologia” e “Antropologia da Arte”, entre outras. Dessa perspectiva, podemos afirmar que consideramos a Antropologia como sendo transdisciplinar, o que, aliás, ela sempre foi.

Mas com a globalização contemporânea, temos que levar em conta, por exemplo, que as atuais preocupações com a ecologia, patrimônio natural e cultural, e a mercantilização da cultura, trazem novos desafios para o exercício dessa transdisciplinaridade e dessas interfaces na pesquisa antropológica, seja no contexto de nossas reflexões críticas ou de pesquisa aplicada. No caso específico das interfaces entre antropologia social e arqueologia, recortes temáticos como o da última reunião da Sociedade Brasileira de Antropologia, em torno de questões referentes à “Arqueologia, Patrimônio e Turismo”, implicam necessariamente em interlocuções entre diferentes especialistas e, por extensão, no redimensionamento do ensino da antropologia e da arqueologia. É o que a proposta do novo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFMG se propõe a realizar.



**ABA 50 ANOS NA UFBA  
SALVADOR, BA  
7 DE NOVEMBRO 2005**

Comissão Organizadora:  
Maria Rosário de Carvalho (Coordenadora),  
Carlos Caroso, Lívio Sansone, Renato Nascimento,  
Sarah de Siqueira Miranda e Rafael Losada Martins.



## ABA, 50 ANOS

---

Maria Rosário G. de Carvalho\*  
UFBA, BA

### ABA, 1955

A ABA completou, em julho de 2005, cinquenta anos, comemorados em vários Estados, a partir de centros de pesquisa e programas de pós-graduação. Vale lembrar que ela foi criada ao final da II Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Salvador, no período compreendido entre 3-8 de julho de 1955, em cumprimento do mandato conferido pela Assembléia da I Reunião Brasileira de Antropologia (novembro de 1953), com sede e foro no Rio de Janeiro (Anais da II Reunião Brasileira de Antropologia 1957: 11).

Para Thales de Azevedo, presidente da Comissão Organizadora da II RBA, a sua realização, na Bahia, teve a função de estimular o interesse pelas ciências sociais, que, desde a criação da Faculdade de Filosofia da Bahia, em 1941, depois incorporada à Universidade da Bahia, se vinha criando (Azevedo, 1984: 78-9).

O temário da II RBA recobriu os campos da Pré-História (Paleontologia Humana e Arqueologia), Antropologia Física, Antropologia Cultural e Social, Linguística, Folclore e Problemas Profissionais e de Ensino de Antropologia, entre os quais se distribuíram os 57 inscritos, dos quais 24 eram da Bahia, 9, respectivamente do Rio de Janeiro e São Paulo, 4 de Minas Gerais, 1, respectivamente de Sergipe, Rio Grande do Sul, Pará e Maceió, 5 de Pernambuco e 2 norte-americanos<sup>51</sup>.

---

\* Professora Adjunto do Depto. de Antropologia e Etnologia e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Estudos Étnicos e Africanos da FFCH-UFBA.

<sup>51</sup> As presenças de Charles Wagley e Harry Hutchinson estavam estreitamente relacionadas ao Programa de Pesquisas Sociais Estado da Bahia – *Columbia University*, que foi, inclusive, objeto de um Simpósio, coordenado pelo 1º e por Thales de Azevedo.

Com representações oficiais, participaram o Conselho Nacional de Proteção ao Índio, representado por Darcy Ribeiro; a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, representada por Egon Schaden; o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do Ministério de Educação e Cultura, Rio de Janeiro, através de Charles Wagley, Bertram Hutchinson e Josildeth S. Gomes; o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, Ministério da Agricultura/RJ, representado por Manuel Diegues Jê; a Divisão de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, mediante Carlos Galvão Krebs; o Museu Histórico Nacional, RJ, por Gerardo Alves de Carvalho; a Escola de Polícia Rafael Magalhães de Belo Horizonte-MG, através de Jairo Carvalhais Câmara; e o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Social, Recife-PE, representado por René Ribeiro (Anais da II Reunião Brasileira de Antropologia 1957: 7-8).

O Programa da II RBA, além da conferência de abertura, no domingo, 3 de julho, proferida por Darcy Ribeiro (Universidade do Brasil e Serviço de Proteção aos Índios) e daquelas dos dias subseqüentes, ou seja, 20:30 da segunda-feira, 4 de julho, por René Ribeiro (Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Recife-PE); 21:00 de quinta-feira, 7 de julho, por Egon Schaden (FFCL da USP); e 20:00 de sexta-feira, 8, por Herbert Baldus, compreendeu comunicações e simpósios. As primeiras<sup>52</sup> incidiram sobre objetos muito distintos entre si, tal como o permitia o amplo espectro temático: A distinção entre pré-história e arqueologia (H. Baldus, Museu Paulista e Escola de Sociologia e Política, SP); Notas sobre arqueologia da Bahia (Carlos Ott, Universidade da Bahia); Reclassificação de algumas pinturas rupestres epipaleolíticas (Valentin Calderón, Faculdade Católica de Filosofia da Bahia); “Filiação religiosa da arte paleolítica (Caio Flamínio Silva de Carvalho); A constituição de um museu paleontológico e antropológico em Belo Horizonte (Olintho Orsini); Habitação rural de japoneses nos Estados de S. Paulo e Paraná (Hiroshi Saito, Escola de Sociologia e Política, SP), relatado por Josildeth da Silva Gomes; Karl Von Steinen e a etnografia brasileira (Egon Schaden, USP); Efeitos dissociativos da depopulação por

---

<sup>52</sup> Da programação oficial constam 18 comunicações, mas o Noticiário da II Reunião Brasileira de Antropologia refere a “aproximadamente trinta comunicações científicas”, que, em seu conjunto, “deixaram uma viva impressão do incremento que a pesquisa antropológica vem tomando em vários centros brasileiros” (Revista de Antropologia 1955: 134).

epidemias entre índios (D. Ribeiro); O estado de “erê” (Pierre Verger, Bahia e Dakar); A tribo pauxiana e sua língua comparada com o idioma macuxi (Dom Alcuino Meyer, O. S.B. Bahia); Pesquisas em torno do prognatismo superior (Aldemiro Brochado, Universidade da Bahia e Faculdade Católica de Filosofia da Bahia); Mancha mongólica em Minas Gerais (Olintho Orsini, Universidade de Minas Gerais); Novas normas para o estudo da raça e da mestiçagem (Álvaro Fróis da Fonseca); Contemporaneidade da raça da Lagoa Santa com as espécies extintas do pleistoceno da região e com o material lítico das grutas” (Aníbal Matos), relatado por Álvaro Fróis da Fonseca; Aculturação e assimilação de imigrantes italianos no Brasil (Carlo Castaldi, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do Ministério de Educação e Cultura, RJ); O processo de assimilação de italianos em S. Paulo (Camillo Cecchi); O breviário das “aparadeiras” e “sendeironas” (Hildegardes C. Viana, Comissão Bahiana de Folclore); Adaptações do folclore para uso escolar e Curso experimental de danças folclóricas no Rio Grande do Sul (C. Galvão Krebs, Secretaria de Educação e Cultura, RS); Considerações em torno à 2ª conjugação tupi (Frederico Edelweiss, Universidade da Bahia); Notas preliminares ao estudo da família no Brasil (Maria Carmelita Ayres Hutchinson, Programa de Pesquisas Sociais Estado da Bahia-Columbia University); A antropologia nos cursos da Fundação Getúlio Vargas (M. Alice Pessôa); O movimento messiânico do Contestado e o Folclore (Maria Isaura Pereira de Queiroz, USP e École Pratique des Hautes Études, Paris), relatado por Josildeth da Silva Gomes; Relações raciais entre brancos e pretos no Brasil Meridional (Fernando Henrique Cardoso, Renato Jardim Moreira e Otávio Ianni, USP), relatado por Maria Azevedo<sup>53</sup>; e, finalmente, A estrutura de uma comunidade do nordeste açucareiro (H. Hutchinson, Prof. Visitante da Universidade da Bahia e do Programa de Pesquisas Sociais Estado da Bahia-Columbia University).

Os Simpósios<sup>54</sup> versaram sobre Etnologia Indígena (sob a coordenação de H. Baldus e com as participações de Egon Schaden e Darcy Ribeiro); Problemas de ensino em Antropologia (coordenação

---

<sup>53</sup> Maria David de Azevedo Brandão.

<sup>54</sup> Há discrepâncias entre o programa publicado nos Anais e aquele noticiado pela Revista de Antropologia. Os trabalhos lidos por Luís Castro Faria e Roberto Cardoso de Oliveira, por exemplo, são apenas referidos, após a programação, nos Anais, mas, ao contrário do que é, aí, afirmado, não são incluídos no volume.

de E. Schaden e participações de Luís de Castro Faria, D. Ribeiro e Margarida Sinay Neves); Etnopsicologia: atividades do Instituto Joaquim Nabuco (René Ribeiro); Programa de Pesquisas Sociais Estado da Bahia-Columbia University (coordenação de Thales de Azevedo e participação de Charles Wagley, *Columbia Univ*<sup>55</sup>); Plano de Investigação Científica do recém-criado Departamento de Estudos e Planejamento do Instituto de Imigração e Colonização do Rio de Janeiro, sob a coordenação de Manuel Diegues Jr.

Nos Anais, foram apenas publicados, as conferências “Uirá vai ao encontro de Maíra as experiências de um índio que saiu à procura de Deus”, “Possessões – problema de etno-psicologia”, “As contribuições de Maximiliano, Príncipe de Wied-Newied, ao estudo dos Índios no Brasil’, na íntegra, e “Problemas de aculturação no Brasil”, um resumo; e quatro comunicações, recobrando, respectivamente, os campos da arqueologia (“A distinção entre pré-história e arqueologia” (H. Baldus) e “Notas marginais à Arqueologia Bahiana” (C. Ott); Antropologia Física (“Convívio e Contaminação” (D. Ribeiro) e “Pesquisas em torno do prognatismo superior” (Aldemiro J. Brochado); e Linguística (“Considerações em torno à segunda conjugação Tupi” (Frederico G. Edelweiss) e “Pequeno ensaio sobre a tribo Pauxiána e sua língua comparada com o idioma Makuxí” (D. Alcuíno Meyer O.S.B.).

### **O campo profissional para o antropólogo na década de cinquenta**

Como pode o antropólogo ganhar a vida, trabalhando como antropólogo? Foi essa a questão suscitada por Mário Wagner Vieira da Cunha, em comunicação apresentada na I RBA, realizada no Museu Nacional do Rio de Janeiro, de 8 a 14 de novembro de 1953. Ele era, à época, diretor do Instituto de Administração da USP, e a sua comunicação, ao tempo em que trata das oportunidades de exercício da atividade docente, de pesquisa ou técnico-profissional do antropólogo, busca delinear um programa para o futuro. Vejamos.

O cenário se compunha tão somente das Faculdades de Filosofia

---

<sup>55</sup> Programa desenvolvido através da cooperação de brasileiros e norte-americanos em torno de quatro comunidades em diferentes regiões e situações ecológicas do Estado da Bahia, à época em vias de conclusão ou publicação (*Revista de Antropologia*, 1955, p. 138).

e da Escola de Sociologia e Política de São Paulo e a antropologia exercia função complementar na formação de geógrafos, historiadores e cientistas sociais, cujo ensino se reduzia a um curso geral de caráter introdutório. Todavia, a realização de cursos de extensão estava prevista na estrutura universitária, assim como a de outras atividades extra-curriculares, como os cursos especiais, estabelecidos mediante acordos com instituições interessadas, como um serviço público, um museu ou uma empresa. A atividade docente poderia ter lugar, ainda, através de palestras e formas similares de divulgação de conhecimentos antropológicos que, transmitidos ao público em geral, contribuiriam para a formação de “uma mentalidade indispensável ao bom desenvolvimento de certos serviços públicos, como o SPI e o Serviço de Proteção ao Patrimônio Artístico e Cultural, [atual IPHAN]” (Cunha, 1955: 107).

Partia-se do suposto de que o antropólogo seria bom docente na medida em que fosse bom antropólogo. E bom antropólogo seria quem tivesse recebido treinamento de cientista em antropologia, para o exercício de qualquer atividade – administrador de museu, professor ou técnico – dentro da especialidade.

Por outro lado, era consenso geral que, ademais das atividades docentes, os professores universitários deveriam contribuir para o desenvolvimento da ciência, não obstante as universidades brasileiras fossem, à época, entidades predominantemente docentes. O que Mário Wagner Vieira da Cunha preconizava era a inversão da situação então prevalente, ou seja, que fosse conferida predominância à pesquisa, deslocando-a para a base da estruturação das Universidades, sobre a qual, por sua vez, seriam arranjados os cursos, em atenção às múltiplas e variáveis necessidades de treinamento. Assim, surgiriam os professores-cientistas que combinariam às suas atividades científicas, as docentes. E Cunha tentava desarmar os espíritos daqueles que surpreendessem em seu programa um sacrifício para o ensino: “Nunca poderia estar este mais prejudicado do que quando feito por pessoas que não têm trato direto e cotidiano com a realidade a que se referem em suas aulas (...)” (ib.).

Os antropólogos deveriam, prioritariamente, pois, se voltar para suscitar o interesse e proceder ao desenvolvimento das “reais aptidões científicas”, visando o fomento da expansão das atividades de pesquisa

científica em seu campo profissional. Todavia, a ausência de bolsas de pós-graduação constituía um sério obstáculo à política preconizada.

Intimamente ligada à atividade de pesquisa era pensada a de documentação, mediante os museus. Nesse sentido, os grandes museus nacionais poderiam auxiliar ou mesmo promover o desenvolvimento de núcleos menores espalhados pelo país. Mas cautela deveria ser tomada na multiplicação de centros de documentação antropológica, de modo a não permitir que perdessem o seu caráter científico: “Pois quando isso ocorre, o antropólogo neles não mais tem lugar. Passam a necessitar somente de “museologistas” e, mais cedo do que se espera, se transformam em mostruários mecanizados” (ib.: 109).

Duas correntes de interpretação debatiam, à época, o desenvolvimento que se esperava viessem a ter os estudos antropológicos. De um lado, Alfred Kroeber, Robert Redfield (1953) e outros assinalavam “o destino humanista da antropologia”; de outro, Lloyd Warner e Daryll Forde (1953) admitiam “a formação de uma antropologia aplicada”. A primeira preconizava a intensificação da interdisciplinaridade sem que, todavia, perdesse a antropologia o seu objetivo de compreensão integral do homem; já os adeptos da antropologia aplicada postulavam o desenvolvimento de instrumentos específicos e precisos de atuação, de acordo com as conveniências de outrem.

Cunha não tinha dúvidas de que, no estado em que se encontravam os estudos antropológicos no Brasil, era preferível adotar a posição defendida por Kroeber e Redfield, no sentido de uma antropologia acadêmica. Ele não negligenciava, contudo, a posição do antropólogo como “agente de *staff*”, como era caracterizada a antropologia aplicada entre os ingleses, e aludia às experiências do SPI, da Secretaria de Educação e Saúde da Bahia, das Comissões dos Vales do Rio Doce e do São Francisco, do Instituto de Administração da USP, do Instituto Joaquim Nabuco e de outras entidades. O Joaquim Nabuco constituía, provavelmente, o único com propósitos de estudos práticos no campo das ciências sociais, graças à sua proposta de criação por Gilberto Freyre<sup>56</sup>, no Congresso Federal, como instituto a serviço de uma região cultural – o Nordeste agrário — e não integrado à

---

<sup>56</sup> Gilberto Freyre era, em 1949, ano da criação do Instituto Joaquim Nabuco, deputado federal pela União Democrática Nacional-UDN.

Universidade, ainda que com ela, e os governos estadual e municipal, devesse ter relações estreitas, similarmente a outros que deveriam ser instalados nas demais regiões do país.

### **Na Bahia, cinquenta anos depois**

Em 7 de novembro de 2005, no Auditório Alfredo Brito da Faculdade de Medicina da Bahia – FAMEB, a comissão organizadora dos 50 anos da ABA<sup>57</sup> realizou uma sessão, presidida pelo Prof. Carlos Caroso, e com as participações dos Profs. José Tavares Neto, diretor da FAMEB, Ordep Serra, chefe do Depto. de Antropologia e Etnologia da FFCH-UFBA, Maria de Azevedo Brandão, coordenadora do Acervo Thales de Azevedo, e Miriam Pilar Grossi e Peter Fry, presidente e vice-presidente da ABA.

Finalizada a sessão, foi aberta a exposição “Da Tradição de Nina Rodrigues à Contemporaneidade”, no Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA, localizado no subsolo do prédio da FAMEB. Ela está organizada em cinco eixos temáticos que condensam eventos e atores representativos da constituição da antropologia na Bahia: a “Escola de Nina Rodrigues”; o Manifesto contra o Racismo lançado, pela Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, em 28 de agosto de 1942, a partir da Faculdade Nacional de Filosofia, onde seu presidente, Arthur Ramos, era catedrático de Antropologia desde 1939, após ser docente-livre da Faculdade de Medicina da Bahia; a criação da Faculdade de Filosofia da Bahia; a presença, na Bahia, de antropólogos estrangeiros; e, finalmente, a II RBA, organizada e presidida por Thales de Azevedo. O último painel, com o cartaz alusivo à 25 RBA, em Goiânia, busca assinalar a persistência da ABA, no presente.

A centralidade conferida a Nina Rodrigues resulta da sua posição como o fundador das investigações científicas sobre o negro, no Brasil (Azevedo, 1984: 54), e como parte da primeira geração de antropólogos, quase todos profissionais de formação médica. Foi, pois, a partir da Faculdade de Medicina da Bahia que ele exerceu grande liderança, compartilhando os pressupostos teóricos do criador da

---

<sup>57</sup> Composta por Carlos Caroso, Lívio Sansone e Maria Rosário G. de Carvalho e apoiada por Renato S. Nascimento (FIB/bolsista FAPESB), Sarah de Siqueira Miranda (bolsista AT CNPq), Rafael Losada Martins (bolsista AT CNPq) e Júlio César Melo de Oliveira.

antropologia criminal, Cesare Lombroso, mas buscando ampliar o espectro temático mediante a acolhida de temas relacionados à medicina social e, mais adiante, à antropologia cultural, quando a ênfase se deslocou da criminalidade para a tentativa de compreensão dos costumes e das línguas dos negros. Foi, assim, um antropólogo-testemunha do seu tempo, com todas as implicações, positivas e negativas, daí decorrentes.

É imperativo, contudo, observar que a seleção dos eventos e atores considerados relevantes pela comissão organizadora da comemoração dos 50 anos da ABA, na Bahia, deixou à sombra relevantes nomes, como os de Juliano Moreira que, no início do século XX, sugeria a necessidade de pesquisas comparadas sobre as populações mestiças e estudos etnológicos sobre os grupos indígenas, assim como assinalava a importância de se proceder a estudos etnolinguísticos e à formação de etnólogos especializados; Manuel Querino e seus relevantes ensaios descritivos sobre os africanos; e Teodoro Sampaio e suas relevantes contribuições à antropologia cultural e social da Bahia (Azevedo, 1984: 64).

Tanto na criação da Faculdade de Filosofia da Bahia quanto na preparação e presidência da II RBA, Thales de Azevedo teve presença decisiva. Um dos professores-fundadores da primeira, ele foi designado para representar o Estado da Bahia na equipe formada, a partir da Secretaria de Educação e Saúde do governo de Otávio Mangabeira (1947-1951), cujo titular era Anísio Teixeira, para desenvolver o Programa de Pesquisas Sociais Estado da Bahia-*Columbia University*. O Programa teve início, efetivamente, nos primeiros dias de 1949, sob a liderança de Charles Wagley, Thales de Azevedo e Luiz Costa Pinto (Wagley et al, 1950: 7-8).

O objetivo desse ambicioso Programa era coligir dados, através do método dos estudos de comunidade, para apoiar projetos de educação, saúde e administração pública do Estado da Bahia. Assim, quatro regiões do Estado foram objeto da comparação dos processos de estruturação e mudança sociais observáveis em comunidades “tradicionais” e “progressistas”, tomadas como unidades autônomas, porém expressivas e integrantes da sociedade nacional. Este Programa, ao tempo em que alargou o espectro de estudos similares inaugurados por Emílio Willems, com a análise de uma cultura rural

em transição, em Cunha, Estado de São Paulo, e foi contemporâneo de investigações da mesma natureza dirigidas por Donald Pierson, na Bacia do São Francisco, e que resultou em análises da sociedade sertaneja em diversas comunidades baianas, mineiras e alagoanas (Azevedo, ib: 74), constituiu o início, na Bahia, dos estudos orientados para a sociedade nacional como objeto temático.

De acordo com o próprio Thales de Azevedo, não obstante o período 1930-1950 tenha sido, na Bahia, relevante para os estudos etnológicos sobre as culturas de origem africana, a sociologia, e, por extensão, a antropologia, eram consideradas complementos da história, do direito, da filosofia e política. Nesse contexto, a Faculdade de Direito continuava a polarizar as preocupações com os problemas sociais. “Possivelmente porque, de fato, não havia necessidade, numa sociedade estagnada e isolada de mais eficazes instrumentos de análise de problemas emergentes que só viria a ser sentida, ou pelo menos, pressentida alguns dez anos depois, quando aquelas transformações atingiram em cheio o nosso Estado... a sociedade nacional como quadro da vida baiana só começou a despertar curiosidade e a pedir explicação e compreensão aproximadamente em 1950” (ib: 72).

O Programa de Pesquisas Sociais se ampliaria, sob o patrocínio da UNESCO, para desenvolver as primeiras pesquisas empíricas sobre relações raciais, nas zonas rurais e na capital do Estado, projetadas por Artur Ramos, enquanto diretor da Divisão de Ciências Sociais da mesma UNESCO, com o objetivo de mostrar “um tipo de situação relativamente favorável em comparação com as situações de tensão e antagonismo racial em vários países (...)” (ib: 75). *As Elites de Cor*, de Thales de Azevedo, é um bom produto dessa experiência, e, ainda hoje, referência fundamental no campo temático.

Suponho, pois, correto afirmar que a liderança de Thales de Azevedo se projeta, nacional e internacionalmente, através do Programa de Pesquisas Sociais Estado da Bahia – *Columbia University*<sup>58</sup>, e tem, na II RBA, em 1955, um momento decisivo para

---

<sup>58</sup> Do contato com a Bahia e Universidades americanas, resultou, ainda, a escolha desse Estado para constituir um dos centros do Programa de Treinamento de Campo do convênio celebrado entre as Universidades de Columbia, Harvard, Cornell e Illinois. Esse centro funcionou em áreas do interior do Estado, em 1960, sob a direção de Marvin Harris, em 1962 com Carl Withers, e em 1964 com Thales de Azevedo. O interesse pela Bahia resultava da “difusão dos estudos etnográficos e sociológicos da religião, relações raciais, comunidades, estrutura e instituições sociais” empreendidos (Azevedo, 1984, p. 75).

a divulgação das suas conclusões e dos demais estudos que se desenvolviam, à época, na Bahia. A escolha, portanto, da Bahia para sediar a II RBA não foi fortuita, mas decorrente da sua posição emergente no cenário antropológico. Reciprocamente, a ABA, mediante a II RBA, emerge como associação profissional, de âmbito nacional.

## Referências

ANAIS DA II REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. Bahia, S. A Artes Gráficas, 1957.

AZEVEDO, Thales de. *As Ciências Sociais na Bahia*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984.

CUNHA, Mário Wagner Vieira da. Possibilidades de exercício de atividades docentes, de pesquisa e técnico-profissionais por antropólogos no Brasil. *Revista de Antropologia*, 3 (2). São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. p. 105-114, 1955.

FORDE, Daryll. Applied Anthropology in Government: British Africa. *Anthropology Today*, edited by A. L. Kroeber. Chicago: Univ. of Chicago Press. p. 841-865, 1953.

REDFIELD, Robert. Relations of Anthropology to the Social Sciences and to the Humanities. *Anthropology Today*. p. 728-740, 1953.

REVISTA DE ANTRPOLOGIA. 3 (2). São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1955.

WAGLEY, C, AZEVEDO, T & PINTO, L.A C. “Uma Pesquisa sobre a Vida Social no Estado da Bahia”. *Publicações do Museu do Estado* - No. 11. Salvador: Secretaria de Educação e Saúde –Bahia. 22p, 1950.

WAGLEY, Charles. *Race and Class in Rural Brazil*. Paris: UNESCO, 1952.

## AS REUNIÕES PRECURSORAS DE 1953 E 1955 E A FUNDAÇÃO DA ABA \*

---

Maria de Azevedo Brandão  
UFBA, BA

À Diretoria da ABA (2004/2006), sob a Presidência de Miriam Pillar Grossi, que tomou a decisão e teve a força de promover a gigantesca homenagem nacional, Brasil afora, aos pioneiros da Antropologia Brasileira.<sup>59</sup>

Numa notícia sobre a história da Associação Brasileira de Antropologia - ABA, não há como não registrar, de início, a contribuição da Profa. Mariza Corrêa, Univ. Campinas, pelos dados à primeira vez publicados em conjunto sobre as reuniões brasileiras de Antropologia – as RBAs – conforme a abreviação adotada nos anos recentes, e pela afetiva apresentação de seu texto acompanhando as fotos que documentam os encontros havidos entre 1953 e 2002<sup>60</sup>. O presente texto acrescenta detalhes sobre as duas primeiras RBAs e a fundação da ABA na Bahia, em 1955, a partir de informações pesquisadas no acervo documental Thales de Azevedo.

A formação de organizações de profissionais na área das ciências humanas tem um marco significativo na criação do Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista, Rio (1818), a que se seguiu a fundação, entre outras, de várias instituições de algum modo ou especificamente interessadas no conhecimento científico, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), a Academia Brasileira de Letras

---

\* Nesta oportunidade, quero agradecer a reunião dos dados colhidos de documentos do acervo Thales de Azevedo e outras fontes, a Luiz Fernando Calaça de Sá Júnior, Andréa Viana Falcão e Janaína Calaça de Sá, uma das equipes que vêm colaborando na sistematização do referido acervo. Este texto baseia-se no capítulo introdutório de uma pequena coletânea em elaboração.

<sup>59</sup> Quanto à Bahia, cumpre ressaltar a liderança da Profª. Maria Rosário de Carvalho na organização do encontro realizado em 07 de novembro de 2005, na Universidade Federal da Bahia.

(1897), a Academia Brasileira de Ciência (1916), a Fundação Casa de Ruy Barbosa (1930), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1936), a Fundação Getúlio Vargas (1944), a Sociedade Brasileira de Sociologia (1948)<sup>61</sup>. Na Bahia, criaram-se, em 1894, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e, em 1917, a Academia de Letras da Bahia.

No caso da ABA, a primeira reunião de antropólogos e especialistas afins resulta da segmentação de uma reunião mais ampla em seu escopo temático, pensada pelo Museu Nacional desde o início dos anos 40 e planejada para 1943, sem chegar a ser realizada. Coincidentemente, sob dois Ministros de Educação baianos, foram dados os passos seguintes provocados pelo Museu. Em 1948, Clemente Mariani designaria uma comissão organizadora composta por Álvaro Fróes da Fonseca, Edgar Roquette-Pinto, Arthur Ramos e Heloísa Alberto Torres. Não tendo sido realizado o encontro, em 1952, o novo ministro, Ernesto Simões Filho, formalizaria outra comissão com Heloísa Alberto Torres, E. Roquette-Pinto, Eduardo Galvão, Luiz de Castro Faria, Pedro Lima e Tarcísio Messias<sup>62</sup>. Finalmente, em 8-14 de novembro de 1953, viria a realizar-se, no próprio Museu, sob o patrocínio do Ministério, a 1ª Reunião Brasileira de Anatomia e Antropologia, com uma parte dedicada à Antropologia, desde o início designada 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, a I RBA, conforme publicação específica do programa da seção de Antropologia, impresso na ocasião<sup>63</sup>.

Essa reunião congregaria cerca de 40 antropólogos, do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Pernambuco, Amazonas e Bahia<sup>64</sup>.

<sup>60</sup> V. CORRÊA, Mariza. *As reuniões brasileiras de antropologia: cinquenta anos (1953-2003)*. Brasília, DF: ABA, 2003.

<sup>61</sup> Ao contrário da ABA, a SBS teve uma atividade descontínua desde o início e uma interrupção entre 1962 e 1985.

<sup>62</sup> Cf. CORRÊA, M. *op. cit.*, p. 17. Uma nota nos *Anais* da II RBA indica uma ampliação dessa comissão, relacionando E. Roquette-Pinto, como Presidente, Heloísa Alberto Torres, Eduardo Galvão, Darcy Ribeiro, Edison Carneiro, J. Bastos D'Ávila, Maria Júlia Pourchet Passos, Manuel Diegues Jr., José Bonifácio M. Rodrigues, Luis de Aguiar Costa Pinto e Luiz de Castro Faria como Secretário. Cf. *Anais da II Reunião Brasileira de Antropologia*. Bahia: S.A. Artes Gráficas, 1957, nota, p.3.

<sup>63</sup> Um pequeno livreto com o programa da I RBA intitula-se *1ª Reunião Brasileira de Antropologia – Seção de Antropologia da 1ª Reunião Brasileira de Anatomia e Antropologia*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Divisão de Antropologia, 8-14 de novembro 1953. (Acervo Thales de Azevedo)

<sup>64</sup> Cf. Declarações de T. Azevedo em reportagem “Será na Bahia, em 1955, a 2ª Reunião Brasileira de Antropologia”. *A Tarde*, 25 nov. 1953, & DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. “Uma Reunião diferente”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 29.nov.1953 (Acervo Thales de Azevedo).

Compuseram sua própria Mesa Diretora, eleita na ocasião, Herbert Baldus (Presidente), Thales de Azevedo (1º Vice-Presidente), J. Loureiro Fernandes (2º Vice Presidente), Manuel Diégues Júnior e René Ribeiro (1º e 2º Secretários)<sup>65</sup>. O encontro, no entanto, foi presidido até o final por Thales de Azevedo<sup>66</sup>, com o impedimento de Baldus, devido a um acidente de carro sofrido no dia de sua chegada ao Rio de Janeiro<sup>67</sup>.

Manuel Diegues Jr. destaca o caráter inovador do encontro e lamenta o impedimento de Baldus:

Um acontecimento inédito, marcando página diferente na própria história dos congressos no Brasil, acaba de ocorrer... em que não houve discursos. Sessões pela manhã e à tarde; membros da mesa eleitos em pleito verdadeiramente democrático, sem chapa prévia, nem cabalas; exposições, debates, encerramento de trabalhos – e em nenhum momento um discurso formal, de frases feitas, de jeito acadêmico. Nem mesmo o meu amigo conhecido e já agora querido, Thales de Azevedo, baiano de quatro costados, trouxe-nos aquele traço que ninguém separa do baiano, o da oratória. Presidiu as reuniões na ausência do presidente Herbert Baldus, infelizmente acidentado e por isso sem nos dar sua constante assistência, sem fazer discurso, sem pedir ordem; e falou no encerramento, conversando sem tremer a voz, nem agitar as mãos, numa verdadeira traição às tradicionais qualidades oratórias da velha e queridíssima Bahia<sup>68</sup>.

Além da aclamação de E. Roquette-Pinto, Presidente de Honra da Reunião<sup>69</sup>, foram homenageados, na ocasião, Arthur Ramos (falecido em Paris, out. 1949), o Marechal Candido Mariano Rondon, Gilberto Freyre e o próprio Roquette-Pinto, pelas suas contribuições à Antropologia, além da Profa. Heloísa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional, em agradecimento à acolhida dada por essa instituição aos participantes<sup>70</sup>.

<sup>65</sup> Cf. *Anais*, II RBA, nota, p. 3.

<sup>66</sup> V. "Assimilação e aculturação dos grupos estrangeiros no Brasil". *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 15 nov. 1953; & DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. "Uma Reunião diferente". *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 29. nov.1953. (Acervo Thales de Azevedo)

<sup>67</sup> Cf. AZEVEDO, Thales. *A Tarde*, 25 nov. 1953, *cit.*

<sup>68</sup> DIEGUES Jr. *op. cit.*

<sup>69</sup> Cf. RIBEIRO, Gustavo Lins. Prefácio. In: CORRÊA. *op. cit.*, p. 7.

<sup>70</sup> Cf. AZEVEDO. *Ibidem.*

### Prosegue Diegues:

E com chave de ouro, já que não houve oportunidade para colocá-la em discurso, num tremor final de voz eloqüente e calorosa, escolheu-se a Bahia para, em 1955, novamente os especialistas se reunirem e renovarem esta troca de idéias, balanceando as atividades desenvolvidas nos dois anos de interregno<sup>71</sup>.

Sem dúvida, a criação de uma associação de antropólogos brasileiros beneficiou-se do empenho sistemático de membros do Museu Nacional, particularmente sob a liderança de D. Heloísa Alberto Torres, em favor de um encontro entre especialistas ligados à variedade de temas que tangenciavam os propósitos do Museu. Mas não há como negar que a explícita manifestação de identidade dos antropólogos, insistindo em qualificar uma seção da 1ª Reunião Brasileira de Anatomia e Antropologia como a “1ª Reunião Brasileira de Antropologia” decorreu de uma vontade sedimentada pela intensa correspondência, contatos diretos e, em muitos casos, pela amizade pessoal entre membros do pequeno e aguerrido núcleo pioneiro de antropólogos brasileiros vindos de várias ciências, não raro da área médica<sup>72</sup>. Nesse ponto, vale ressaltar a vasta correspondência de Thales de Azevedo e contemporâneos no período, inclusive sobre a intenção de criação da ABA. Mariza Corrêa também chama a atenção de que, naquele mesmo ano (1953), Egon Schaden iniciaria a publicação da *Revista de Antropologia*, que se tornaria, em 1956, órgão oficial da futura associação, citando esse periódico com referência à publicação de matérias sobre a RBA de 1953<sup>73</sup>.

Vale lembrar ainda a *Revista Brasileira de Filologia*, Rio de Janeiro, dirigida por Serafim da Silva Neto, que também menciona, em Notícias e Comentários, a “Primeira Reunião de Antropologia”, texto assinado por J. Mattoso Câmara Jr. Nele o autor, que focaliza temas de lingüística, elogia a organização do encontro:

---

<sup>71</sup> DIEGUES Jr. *op. cit.*

<sup>72</sup> V. AZEVEDO. “Os médicos e a antropologia brasileira”. *Anais da Academia de Medicina da Bahia*, v. 2 p. 139-178. Salvador, jun. 1979.

<sup>73</sup> Cf. CORRÊA. *op. cit.* p. 17. São indicados os números da *Revista de Antropologia*: 2/1, com um breve texto de Schaden sobre “Problemas do ensino de antropologia”, e 2/2, com a “Convenção para a grafia dos nomes tribais” aprovada na Reunião.

A reunião distinguiu-se dos conclaves usuais desse tipo por uma nítida objetividade e disciplina de propósitos em seu temário. Focalizou-se essencialmente um balanço do que tem sido realizado entre nós em matéria de estudo e pesquisa antropológica e uma tomada de posição para estudos e pesquisas futuras. Em vez de comunicações, escritas ou orais, sobre assuntos variados, estabeleceu previamente a Comissão Organizadora uma série de Relatórios para serem lidos e debatidos nas sessões da Reunião, encarregando-se deles pessoas que, pela sua especialização e atividade constante, pareceram em mais favoráveis condições para se desincumbir da tarefa.<sup>74</sup>

Quanto à correspondência que expressa e alimenta a motivação dos interessados, sobre a I RBA, Thales guardou cartas recebidas de Luiz de Castro Faria, L. A. Costa Pinto e Carl Withers-USA e por ele enviadas – duas a Isaías Alves, Faculdade de Filosofia, Bahia, e uma a J. Mattoso Câmara Jr, todas datadas entre 15 de junho a 20 de dezembro de 1953, além de ter escrito várias notas para jornais. Da II RBA, há no acervo 162 itens de correspondência, sendo 76 emitidos por Thales entre 24 de maio de 1954 e 14 de dezembro de 1957, e 83 recebidos por ele e pela Comissão Organizadora, no intervalo de 28 de maio de 1954 a 02 de novembro de 1957. Só de Egon Schaden contam-se 08 cartas, Herbert Baldus 06, Antonio Rubbo Muller e René Ribeiro 05 cada um, 04 de Anísio Teixeira e vários outros.

Há, nessa geração, um ânimo de fascinante descoberta de um Brasil diverso e concreto, que sugere uma espécie de réplica postergada pelas crises dos anos 30 e 40, revista em conteúdo e retórica e ampliada a escala nacional, do movimento da Semana de Arte Moderna de fevereiro de 1922, em São Paulo. Tanto que, em carta a Thales, de 30 de maio de 1954, Darcy Ribeiro assinala que não houve consenso no que se refere ao sucesso da I RBA: “... não há unanimidade sobre o notável sucesso que obtivemos ...” numa indicação do caráter inovador, ou talvez mesmo insurgente, da iniciativa.

Não é sem motivos que Thales optaria por uma nova reunião de Antropologia mais livre, afirmando, nos *Anais*, que:

---

<sup>74</sup> *Revista Brasileira de Filologia*, Vol. I, Tomo 2, Dezembro, 1953, Rio de Janeiro (Acervo Thales de Azevedo).

A diferença mais significativa entre as duas reuniões foi o fato de que a primeira consistiu por assim dizer num balanço dos estudos antropológicos feitos no Brasil até àquela data; ao invés de “teses”, de trabalhos de livre escolha, de comunicações individuais, o temário constou, por deliberação da respectiva comissão organizadora, de relatórios sobre o estudo dos problemas de ensino de antropologia e as possibilidades de pesquisa e de exercício de atividades técnico-profissionais, no País, bem como sobre os estudos realizados nos campos de etnografia indígena, contribuições culturais do aborígene, do negro e do branco, de comunidades, de áreas regionais, de cultura e personalidade, de antropologia física, arqueologia e lingüística. Levada a efeito apenas dois anos depois, a 2ª Reunião não poderia ter as mesmas características; daí haver resolvido a sua comissão organizadora dar-lhe um pouco o caráter de congresso, ao qual se comunicam “teses” e trabalhos científicos da preferência dos participantes, os quais, por sua vez não funcionariam como relatores previamente designados. Isto não excluía a conveniência, reconhecida logo na reunião preparatória da mesa eleita para presidir o conclave, de dedicar uma parte da Reunião à exposição das experiências adquiridas nos dois anos decorridos e dos planos de trabalho de várias organizações de pesquisa e de ensino que no Brasil operam nos domínios da Antropologia<sup>75</sup>.

Além disso, atento à jovem guarda da futura associação, sintomaticamente Thales convidaria Darcy Ribeiro como o primeiro conferencista de 1955, como o faria em 1976, no renascer da ABA ainda nos anos da ditadura, com o convite a Roberto DaMatta, como conferencista da X RBA, com seu “Você sabe com quem está falando?”.

Decidida a instalação da ABA na reunião do Museu Nacional, foi prevista a II RBA, tendo como Comissão Organizadora Thales de Azevedo como Presidente, Egon Schaden (Museu Paulista – SP), Carlos Ott (Faculdade de Filosofia – BA), Heloísa Alberto Torres (Museu Nacional) e um quinto nome, a ser escolhido pelo presidente na Bahia, e que viria a ser Frederico Edelweiss (Faculdade de Filosofia – BA)<sup>76</sup>.

---

<sup>75</sup> Cf. *Anais*, II RBA, p. 3.

<sup>76</sup> Cf. “II Reunião de Antropologia”. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 29 nov. 1953. (Acervo Thales de Azevedo)

Todas as sessões da II RBA, de 03 a 08 de julho de 1955, realizaram-se na sede da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade da Bahia, à época na Av. Joana Angélica, n. 183<sup>77</sup>, bairro de Nazaré, Salvador. Presidida por Thales de Azevedo, contou, na Mesa Diretora eleita em sessão preparatória em 03 de julho<sup>78</sup>, também com René Ribeiro e Manuel Diégues Jr. (Vice-presidentes) e Frederico Edelweiss e Carlos Ott (Secretários). Contribuíram para o evento a Reitoria da Universidade da Bahia, sob o Reitor Edgard Santos, a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia - FDCBa, presidida por Thales de Azevedo, e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, através de seu Centro Regional – o CRINEP/BA, dirigido por Dr. Luiz R. Sena, que hospedou alguns participantes e onde se realizou o coquetel de encerramento do encontro<sup>79</sup>.

Inscreveram-se 57 pessoas (40 homens e 17 mulheres), ligados às áreas de Antropologia, História, Etnologia, Etnografia, Medicina, Anatomia, Filosofia, Ciências Sociais, Serviço Social, Letras, Arquitetura, Geografia, Arqueologia, Belas Artes, Psicologia, além de professores, seminaristas e estudantes universitários, tendo participado do encontro 47 dos inscritos. O programa oficial compreendeu quatro conferências – por Darcy Ribeiro, com “Uirá vai ao encontro de Maíra”, René Ribeiro, com “Possessão, problema de etno-psicologia”, Egon Schaden, com “Problemas de aculturação no Brasil” e Herbert Baldus, com “As contribuições de Maximiliano, príncipe de Wied-Neuwied, ao estudo dos índios do Brasil” –, 18 comunicações livres e 11 simpósios – discussões abertas sobre a experiência vivida dos antropólogos brasileiros.

Aparecem no programa os seguintes autores: Baldus, Ott, Olyntho Orsini e Darcy Ribeiro (ambos com duas comunicações), Aldemiro J. Brochado, Edelweiss, D. Alcuino Meyer O.S.B., Schaden, Roberto Cardoso de Oliveira, F. Henrique Cardoso, Renato J. Moreira

---

<sup>77</sup> V. *Anais*, p. 8, que registra: “As sessões fizeram-se todas no edifício da faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia...”.

<sup>78</sup> Cf. *Anais*, II RBA, p. 13.

<sup>79</sup> Cf. *Anais*, II RBA, ps. 8 e 13. A reunião contou ainda com a colaboração de funcionários da Faculdade de Filosofia e da FDCBa. Cf. *Idem*, p. 13. Hoje, a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia ocupa os imóveis do CRINEP/BA, entre os quais o casarão, no alto de São Lázaro, Federação, Salvador, onde se realizou o coquetel da II RBA, confirmado inclusive pelo testemunho oral do Prof. Waldir Oliveira, U. F. Bahia.

e Octávio Ianni (os três últimos como signatários de uma mesma comunicação, porém ausentes), Maria Isaura Perreira de Queiroz, Hildegardes C. Viana, Pierre Verger, Carmelita Junqueira Ayres Hutchinson, Harry Willam Hutchinson, Thales de Azevedo, Carlos Castaldi, Camilo Cecchi, Hiroshi Saito (ausente), L. de Castro Faria e Margarida Sinay Neves<sup>80</sup>.

Com a criação da ABA, na sessão solene de encerramento da II RBA, no final da tarde de 8 de julho, foi eleita e empossada, para o biênio 1956-1958, a primeira diretoria da entidade, composta por Luiz de Castro Faria, a quem Thales entregou a Presidência, Darcy Ribeiro (Secretário) e Roberto Cardoso de Oliveira (Tesoureiro), além do Conselho Científico integrado por Egon Schaden, J. Loureiro Fernandes, René Ribeiro, Heloisa A. Torres, Marina Vasconcelos, Thales de Azevedo, Renato Locchi, Fróes da Fonseca e Eduardo Galvão<sup>81</sup>.

As quatro conferências e a quase totalidade dos textos apresentados estão publicados nos Anais da Reunião, onde as comunicações e simpósios são agrupados entre as áreas de Arqueologia, Antropologia Física, Lingüística, Etnologia Indígena, Antropologia Cultural, Acluturação e Ensino de Antropologia<sup>82</sup>.

---

<sup>80</sup> Cf. Em notas nos jornais baianos *Diário de Notícias* e *A Tarde*, datados de 13 de jul. de 1955 (Acervo Thales de Azevedo), consta a apresentação de 34 trabalhos, entretanto foram publicados nos *Anais* apenas 23 textos, além das 4 conferências, alguns com seus títulos não abreviados como ocorre no programa. A diferença resulta da não apresentação de alguns originais e da exclusão de dois textos pela Comissão de Anais, sugerindo publicação em outro veículo.

<sup>81</sup> Desde então membro do Conselho Científico, Thales de Azevedo – coordenador de três RBAs – esteve constantemente presente às reuniões do mesmo e a todos os encontros nacionais, com exceção da RBA de 1971 (Cf. CORREA, *op. cit.*, p. 36), ocorrida sem eleições, em meio ao clima de dificuldades, entre 1966 e 1974 (V. RIBEIRO. *op. cit.*, p. 8. & CORRÊA, M. *op. cit.* p. 36 e 37.), devido à ditadura militar de 1964-1985 (*Idem.*, p. 8). Pela sua ativa participação na IX RBA, promovida por Silvío Coelho dos Santos, em 1974, em Florianópolis, visando a revitalização da ABA, foi eleito Presidente para o biênio 1974/76, organizando e presidindo a X RBA, em Salvador, entre 22 e 25 de fevereiro de 1976 (V. CORRÊA, M. *op. cit.* p. 43; & AGOSTINHO, Pedro. “Uma luz no renascer da ABA”, *A Tarde*, Caderno Cultural, Salvador, 13 abr, 1996, p. 4), tornando-se o primeiro Presidente de Honra da Associação em 1988, tendo presidido as mesas diretoras de três RBAs.

<sup>82</sup> Estas comunicações estão publicadas nas p. 87-367 dos *Anais*. V. também o sumário, *idem*, p. 369-370.

**ABA 50 ANOS NA UFPE  
RECIFE, PE  
8 DE NOVEMBRO 2005**

Comissão Organizadora:  
Russel Parry Scott, Renato Athias e  
Antônio Motta (Coordenação do evento).



## TRÊS MEMORÁVEIS ENCONTROS AS REUNIÕES BRASILEIRAS DE ANTROPOLOGIA NO RECIFE<sup>83</sup>

---

Antônio Motta, Russel Parry Scott, Renato Athias  
UFPE, PE

Quando uma instituição chega ao seu quinquagésimo ano de vida, como é o caso da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), não testemunha apenas sua respeitabilidade. Proporciona também a quem dela participa um recuo suficiente que permite, sem cair na autocomplacência, avaliar diferentes dinâmicas históricas que essa Associação vivenciou, ao longo de cinco decênios dedicados à pesquisa, à docência, à promoção de reuniões e simpósios, entre outras ações que atestam sua ativa participação na vida intelectual e pública do país.

Do amplo leque de suas atividades e realizações, nada melhor do que rememorar alguns encontros que, de certo modo, traduziram momentos importantes e decisivos para a definição e afirmação do campo disciplinar da antropologia no país. Deste modo, é importante ressaltar que o Recife por três vezes foi palco de reuniões nacionais de antropologia, em momentos distintos e cruciais da formação e expansão do campo da antropologia no Brasil, como também na região Nordeste. As reuniões aqui referidas obedecem a seguinte ordem cronológica: a III Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em 1958; a XI Reunião, em 1978 e a XXIV Reunião, em 2004.

É oportuno acrescentar que todas elas constituem hoje importantes registros para a compreensão e entendimento de histórias mais inclusivas da antropologia nacional. Portanto, refletir sobre a

---

<sup>83</sup> Texto apresentado por ocasião da comemoração dos 50 anos da Associação Brasileira de Antropologia, realizado no Recife, em 08 de novembro de 2005, na UFPE, complementado com a exibição de filme intitulado Arquivos da antropologia no Recife.

importância desses três encontros é também uma forma de podermos retrair percursos e percalços trilhados por alguns pesquisadores e, ao mesmo tempo, trazer à memória nomes que se dedicaram ao ensino e à disciplina, desde a criação das primeiras faculdades de filosofia e institutos de pesquisa, muitos deles não se integrando às tradições canônicas mais conhecidas da antropologia brasileira.

Por outro lado, devido a eixos temporais distintos, os três encontros, aqui enfocados nos permitem refletir sobre estilos e sensibilidades diversas do fazer antropológico em épocas passadas, sobre a formação de linhagens intelectuais, tanto hegemônicas quanto tradições esquecidas, enfim, as tensões entre o local e o nacional. Além disso, os três encontros de antropologia no Recife cobrem um período em que o ensino e a pesquisa eram realizados, em grande parte, fora dos quadros universitários, e, depois, já no interior dos Programas de Pós-Graduações.

É revolvendo velhos arquivos ou recuperando testemunhos de quem participou vivamente de algumas dessas reuniões, que é possível hoje recuperar parte dessa memória<sup>84</sup>.

### **A antropologia em escala artesanal: III Reunião Brasileira, em 1958**

No final da década de 1950, quando ocorreu a III Reunião Brasileira de Antropologia, no Recife, o panorama geral da pesquisa e ensino da antropologia no Brasil era ainda predominantemente marcado pela atuação de um reduzido quadro de antropólogos nacionais, que possuía uma significativa autonomia individual no âmbito da pesquisa, já que a maioria possuía filiações extra-acadêmicas, ou mesmo estava vinculada a nichos isolados, seja nas faculdades de filosofia, seja ainda em algumas instituições de ensino e pesquisa criadas no Rio, São Paulo e em outros centros urbanos do país. É oportuno lembrar que os primeiros programas começaram a funcionar de forma mais sistemática somente a partir da década de

---

<sup>84</sup> Agradecemos a disponibilidade e generosidade que alguns tiveram, sejam abrindo seus arquivos pessoais, como foi o caso de Celina Ribeiro Hutzler (arquivo René Ribeiro), de Mariza Corrêa (disponibilizando material iconográfico e vídeos), seja fornecendo diversos tipos de informações e testemunhos sobre as Reuniões Brasileiras de Antropologia em 1958 e 1978, como Roberto Cardoso de Oliveira, Peter Fry, Roberto Mauro Cortez Motta, Heraldo Souto Maior e outros pesquisadores aqui referidos.

1970<sup>85</sup>. Além do que, nas décadas de 1950 e 60, o fomento para pesquisa na área das Ciências Sociais era praticamente inexistente<sup>86</sup>.

Assim, em escala bastante artesanal, aconteceu a III Reunião, no período de 10 a 13 de fevereiro de 1958, no Recife. Na época, contou com a presença de um pequeno grupo de antropólogos, estimado em vinte e cinco participantes, incluindo nacionais e locais, com apresentações individualizadas de pesquisas que, na época, correspondiam a um reduzido campo de interesses temáticos<sup>87</sup>.

Embora o nome de René Ribeiro constasse juntamente com outros na comissão de organização da reunião, coube de fato a ele o principal papel de articulador e realizador do referido encontro. Até porque, diferentemente de Gilberto Freyre, que jamais se interessou em participar da criação da Associação Brasileira de Antropologia, tampouco de suas reuniões, preferindo construir uma carreira mítica à parte, René Ribeiro manteve um profícuo diálogo com os de sua geração e, muito particularmente, com antropólogos estrangeiros que vieram pesquisar no Brasil. Como seu colega e amigo Thales de Azevedo, René Ribeiro também fez parte da conhecida geração de médicos antropólogos. Sem abandonar o interesse pela psiquiatria social, travou contato com a antropologia através de Donald Pierson, tendo acesso a uma diversificada literatura antropológica de origem

<sup>85</sup> Sobre a construção institucional da antropologia no Brasil ver o interessante trabalho de Mariza CORRÊA. "A Antropologia no Brasil (1960-1980)", In MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Ed. Sumaré/FAPESP, 1995, p. 27-106.

<sup>86</sup> Ver MICELI, Sérgio. "O cenário institucional das Ciências Sociais no Brasil" In: *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Ed. Sumaré/FAPESP, 1995.

<sup>87</sup> Estiveram presentes: Luiz de Castro Faria (Museu Nacional), eleito como o primeiro presidente, em 1955, exercendo o cargo até a reunião de 1958; José Loureiro Fernandes (Universidade do Paraná), eleito presidente da ABA durante a reunião de 58; Herbert Baldus (Museu Paulista e Escola de Sociologia e Política de SP); Egon Schaden (Universidade de São Paulo); Darcy Ribeiro (Universidade do Brasil); Otávio da Costa Eduardo (Escola de Sociologia e Política de SP); Thales de Azevedo (Universidade da Bahia); Manuel Diegues Junior (Pontifícia Univ. Católica do Rio de Janeiro); Alfonso Trujillo Ferrari (Escola de Sociologia e Política de SP); René Ribeiro (Universidade do Recife); Fernando Altenfelder Silva (Escola de Sociologia e Política de SP); Antonio Rubbo Muller (Escola de Sociologia e Política de SP); Levy Cruz (Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife); Harry William Hutchinson (Escola de Sociologia e Política de SP); Edison Carneiro (CAPES, Rio de Janeiro); Josildeath da Silva Gomes (Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais CBPE, Rio), Lygia Estevão de Oliveira (Museu do Estado, Recife); Renato Almeida (Instituto Brasileiro de Educação e Cultura, Rio de Janeiro); Theo Brandão (Comissão Nacional do Folclore, Maceió); William H. Crocker (Univ. de Wisconsin. EUA); Roberto Cardoso de Oliveira (Museu Nacional e Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais CBPE, Rio de Janeiro); José Bonifácio Rodrigues (Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro); Maria Lais Moura Mousinha (Faculdade Católica de Filosofia de Petrópolis); Dale W. Kietzman; Maria Heloisa Fennelon Costa e Maria David de Azevedo.

norte-americana, notadamente, sobre relações raciais, relações afro-americanas, religião e família.

Em 1949, sob a orientação de Melville Herskovits, obteve o *Máster of Arts* em antropologia, na Universidade de Northwestern, provavelmente um dos primeiros de sua geração a fazer uma formação em antropologia *strictu sensu*, embora não tenha levado adiante o Phd. A partir do início da década de 1950, René Ribeiro alternou o exercício da medicina com a pesquisa antropológica, tornando-se chefe do recém-criado departamento de antropologia, do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, fundado por Freyre, em 1947. Dez anos depois, tornar-se-ia titular da disciplina Etnografia do Brasil, no Departamento de Ciências Sociais da antiga Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife, atualmente Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

Convém lembrar que no Recife, em 1934, seria realizado o 1º Congresso Afro-Brasileiro, idealizado pelo autor de *Casa-Grande & Senzala*. A partir daí, povos e cultura afro-brasileiros se tornariam importante objeto de interesse de alguns pesquisadores que, em diferentes momentos, tiveram ativa participação no antigo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, atualmente Fundação, como é o caso de Gonçalves Fernandes, Estevão Pinto, Waldemar Valente e o próprio René Ribeiro.

Já na década de 1950 e início de 60 a antropologia começava a ser requisitada como disciplina. A reconfiguração desse novo quadro, naturalmente, contou com a participação de alguns nomes que emergiram na década de 40, notadamente, profissionais da área de saúde, legatários da velha tradição humanística. Alguns deles seriam recrutados para ministrarem a cadeira de antropologia, incluída nos primeiros currículos da Faculdade de Filosofia e de alguns institutos congêneres que começavam a ser criados no Recife.

Como se vê, é num contexto ainda em fase de institucionalização da antropologia no Recife e, portanto, pouco delineado, que transcorre a III Reunião Brasileira, não divergindo de outros contextos homólogos nacionais. Com efeito, na qualidade de cidade anfitriã, coube ao Recife patrocinar o encontro, já que a contabilidade da Associação era praticamente simbólica, não havendo na época nenhum tipo de financiamento por parte dos órgãos de fomento federais. Talvez, esse fato tenha imprimido ao encontro, de quatros dias, um

certo “clima de família” e de intensa sociabilidade, a começar pela própria organização do evento que, em sua programação geral, previa uma distribuição equitativamente proporcional entre o tempo destinado às “sessões de estudos” (apresentação de comunicações científicas) e o tempo livre destinado à programação social<sup>88</sup>.

É interessante atentar para esse aspecto, pois se compararmos o número de três sessões, distribuídas em vinte e quatro comunicações, além de duas mesas redondas, cada uma apenas com um apresentador e um moderador, e o número de atividades sociais e de entretenimento, praticamente se igualam. De fato, a programação social da III Reunião chama a atenção devido ao elevado número de atividades que incluía desde passeios aos pontos pitorescos da cidade, jantar regional no Caxangá Golf Clube, com direito a apresentações de grupos folclóricos; visitas a cidades históricas (Olinda, Igarassu e Itamaracá); almoço regional no Engenho São João; recepção oferecida pelo Cônsul dos Estados Unidos; coquetel oferecido pelo Reitor da Universidade do Recife; jantar de gala no Clube Internacional; peixada na praia de Boa Viagem até a recepção de despedida dos congressistas, na residência de René Ribeiro, presidente da comissão organizadora, seguido de ritual que previa a ida dos congressistas ao desfile de clubes carnavalescos de frevo no centro histórico da cidade<sup>89</sup>.

As comunicações apresentadas retratam, de forma exemplar, os principais campos temáticos predominantes na antropologia da época: etnologia indígena (9 comunicações); os “estudos de comunidade” (8); etnologia afro-brasileira (2); teoria e metodologia (2); cultura popular e folclore (2); educação (1), arqueologia (1). As duas mesas redondas tiveram como palestrantes Luiz de Castro Faria, “Pesquisas indigenistas e política indigenista”, e Harry William Hutchinson, “Experiências pessoais no trabalho de campo do antropólogo”. É interessante lembrar que o então jovem Darcy Ribeiro apresentou como comunicação o projeto de pesquisa desenvolvida na área de educação que incluía comunidades regionais diversificadas<sup>90</sup>.

---

<sup>88</sup> Ver os *Anais da III Reunião Brasileira de Antropologia*. Recife, Imprensa Universitária, 1959.

<sup>89</sup> É diversificado o Arquivo René Ribeiro, especialmente o acervo fotográfico com variadas imagens da Reunião de 1958, notadamente, os registros informais das atividades sociais supra mencionadas.

<sup>90</sup> Na época, Darcy, além de professor, era também coordenador da Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e chefe do Setor de Estudos e Levantamentos da campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo.

## **Divisor d'águas: XI RBA, em 1978**

Vinte anos depois, o contexto político do país e o campo institucional do ensino e da pesquisa em que aconteceu a 11ª Reunião Nacional de Antropologia nada mais tinham a ver com o pacote «clima de família» que predominou na 3ª reunião aqui referida. Os tempos haviam mudado: as pesquisas não mais se associavam apenas a nomes isolados, nem a motivações diletantes, tampouco a filiações extra-acadêmicas. Enfim, o caráter aurático de algumas carreiras individuais, até então tidas como referências nacionais ou regionais, começava pouco a pouco a ser minimizado em favor do aparelhamento técnico especializado, da burocratização dos fomentos para a pesquisa e do trabalho intelectual conjunto, o qual, com o advento dos primeiros cursos de pós-graduação no final da década de 1960, tornar-se-ia requisito indispensável para a reprodução do conhecimento antropológico nos próximos decênios. Esse novo cenário institucional no campo da docência e da pesquisa antropológica começava a se organizar em torno dos programas recém criados no centro-sul do país, o que iria se refletir sensivelmente na forma de reorganização da ABA e, por conseguinte, nas suas reuniões nacionais<sup>91</sup>.

Tal clima ganharia força na XI Reunião de Antropologia no Recife, em 1978, realizada nas dependências da Universidade Federal de Pernambuco. O mundo acadêmico, especialmente o de ciências sociais e de áreas afins, clamava contra a ditadura militar, reivindicando a abertura política e a retomada do processo democrático. No Departamento de Ciências Sociais da UFPE, a composição dos professores aglutinava perfis diversos. Embora algumas figuras, de renome regional e local, ainda transitassem no meio de áreas diferenciadas, como direito, medicina, psicologia e filosofia, boa parte dos novos colaboradores e docentes do curso de ciências sociais da UFPE já começava a investir nas especializações: antropologia, sociologia ou política. Muitos docentes buscaram titulações no estrangeiro, adotando desde as teorias críticas de desenvolvimento até as relações entre estruturas sociais e religião;

---

<sup>91</sup> O conhecido parecer Sucupira, em 1965, instituiu e regulou a criação dos Cursos de Pós-graduação no país. No âmbito da antropologia, os primeiros cursos foram o PPGA do Museu Nacional (1968), a reconfiguração do PPGA da USP (1970), o Programa de Mestrado em Antropologia na Unicamp (1971) e o PPGA da UNB (1972).

outros, mais iniciantes, investiam na própria formação acadêmica no recém criado Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia (PIMES). Alguns estrangeiros, atraídos pela diversidade do campo no Nordeste, desenvolveram pesquisas, estabelecendo vínculos mais duradouros com os recém criados programas de pós-graduação da UFPE.

Ainda na década de 1970, a Fundação Joaquim Nabuco, subordinada ao Ministério da Educação e Cultura, continuava como um importante reduto de pesquisa e lugar aglutinador de encontros e seminários nacionais e internacionais, embora não desenvolvesse atividades de docência como a UFPE. O PIMES, criado em 1967 na UFPE, foi financiado com recursos nacionais e internacionais, incluindo o apoio da SUDENE e da USAID<sup>92</sup>. Contou ainda com o suporte da Fundação Ford, através do Professor David Maybury-Lewis, da Universidade de Harvard, então egresso da Escola de Sociologia e Política da USP e meta-colaborador na implementação do Programa de Antropologia no Museu Nacional e de suas pesquisas desenvolvidas no Centro-Oeste e no Nordeste do país.

Somente em 1977 é que seria criado o Mestrado em Antropologia da UFPE, sinalizando a existência de um campo de estudos culturais e sociais gerado pela dissidência ambígua, ora política, ora epistemológica, ora pessoal, com o PIMES<sup>93</sup>. Ao fundar o programa de antropologia, Roberto Motta, sem sair do PIMES, aliou-se ao prestigioso René Ribeiro, antigo colaborador também do Instituto Joaquim Nabuco, encontrando uma oportunidade para trabalhar com pessoas e temas mais ou menos diferentes que os das linhas de Educação e de Mudança Social então predominantes no PIMES.

---

<sup>92</sup> Sobre o assunto ver SOUTO-MAIOR, Heraldo. *Para uma história de Sociologia em Pernambuco*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2005.

<sup>93</sup> Sobre a institucionalização do ensino e da pesquisa antropológica em Pernambuco existe uma vasta e rica bibliografia, destacando-se os seguintes nomes: Motta, Roberto Mauro Cortez. "Um Mestrado de Antropologia em Pernambuco: Reminiscências e Perspectivas", in *Revista Antropológicas*, Série Especial sobre 20 anos de Pós-Graduação (Org. MOTTA, Antonio; BRANDÃO, M. C.) Recife, PPGA da UFPE, 1997, p. 15-39; HUTZLER, Celina Ribeiro. "A Antropologia em Pernambuco: tradição e atualização", ibidem, p. 41-55; SCOTT, Russell Parry. "A Antropologia nas franjas da periferia: vinte anos de pós-graduação em Pernambuco", ibidem, p. 57-76; HUTZLER, Celina Ribeiro. "Ensaio de etnografia doméstica: a antropologia cultural na Universidade Federal de Pernambuco", in *Anais da II Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste* (org. SCOTT, R. P.), Recife, UFPE/CNPq/ABA, 1991, pp. 15-28.

Foi no espaço do Mestrado em Antropologia que floresceu um campo de variadas temáticas, permitindo a atuação de antropólogos que estudavam a religião e a estrutura social, como também a inserção de outros profissionais com sensibilidades e interesses diversos<sup>94</sup>. Sem desmerecer os posicionamentos políticos individuais dos pesquisadores envolvidos, a régua sociológica da “tradição e modernidade”, predominante na época, situava o PIMES entre os “modernos”, chamados de *development-oriented* pelos seus aliados externos, enquanto que o Programa de Antropologia, mesmo politicamente dividido, ganhou uma marca que o associava na época ao tradicionalismo e conservadorismo.

Provavelmente, o fato de René Ribeiro ocupar a Presidência da ABA (biênio 1976-1977) e possuir na época inclinações partidárias discutíveis na opinião de alguns dos associados da ABA, transformaram a XI RBA numa espécie de laboratório dos desejos de renovação e mudança que assolavam o país, tendo como principais protagonistas tanto alguns dos docentes quanto jovens estudantes, oriundos dos programas de pós-graduação do centro-sul do país. Com efeito, a XI Reunião Brasileira de Antropologia, no Recife contou com uma ampla programação acadêmica: palestras (inclusive a de Charles Wagley), mesas redondas, seminários e diversas outras atividades<sup>95</sup>. Ao contrário da Reunião de 1958, a Reunião de 1978 teve não somente a presença de centenas de congressistas (docentes, discentes e pesquisadores) de programas de pós-graduação do Nordeste, mas também a grande participação dos programas nucleares (Museu Nacional, USP, UNB e UNICAMP), com marcada presença do Rio de Janeiro<sup>96</sup>. Comparadas ao restrito quadro de áreas temáticas da III Reunião, as linhas de pesquisas apresentadas na XI Reunião sinalizavam uma sensível expansão e mudança no campo da pesquisa: os estudos de comunidade já não despertavam o mesmo interesse de antes, mas a etnologia indígena continuava aglutinando

---

<sup>94</sup> O quadro de fundação do PPGA da UFPE, por ordem alfabética, era composto pelos seguintes nomes: Bonifácio Andrade; Cecília Domenica Saniotto di Lascio, Celina Ribeiro Hutzler, Gabriela Martin Ávila; José Hesketh Lavareda, Judith Chambliss Hoffnagel; Maria Auxiliadora Ferraz de Sá; Maria do Carmo Brayner Ferraz; Maria do Carmo Vieira; René Ribeiro; Roberto Motta; Waldenir Caldeira Araújo.

<sup>95</sup> Ver CORRÊA, Mariza. *As reuniões de antropologia: cinquenta anos (1953-2003)*. Campinas, Ed. Unicamp/ABA, 2003, p.46.

<sup>96</sup> O registro dos muitos trabalhos apresentados na 11ª Reunião acabou, ao que tudo indica, comprometido devido ao desfecho da Assembléia.

um grande número de pesquisadores. Entretanto, a grande revelação em termos numéricos coube aos trabalhos apresentados na linha de estudos sobre campesinato no Brasil e no Nordeste, integrando-se a outros grupos que exploravam a antropologia do desenvolvimento e a antropologia política (movimentos sociais rurais e urbanos).

Como era de se esperar, a assembléia geral teve um desfecho tumultuado, isto porque os participantes, em sua maioria jovens estudantes, firmaram posição renovadora em relação ao futuro de sua associação profissional. Ao que tudo indica, mesmo orgulhoso do crescimento da Associação, faltou a René Ribeiro não só uma visão prospectiva, como também uma ação conciliadora, já que esperava a continuação da “tradição”, ou seja, a velha prática da associação realizar a transição da presidência “entre amigos”, o que deveria culminar em calorosa confraternização entre os participantes.

Todavia, os processos de ampliação e centralização institucionais, sob a égide do discurso de democratização e modernização, comandado então pelos programas nucleares, fizeram da assembléia um campo de tensão. Simbolicamente o moderno se levantava contra o tradicional: os velhos “coronéis” se rendiam aos jovens “doutores”. A sucessão foi negociada democraticamente pelos “reformadores”, representados principalmente por alguns destacados nomes dos programas nucleares aqui referidos, apoiados por agências nacionais e internacionais de fomento à pesquisa. Entretanto, a inesperada proclamação do Professor Castro Faria (Museu Nacional) para um segundo mandato parecia ironicamente ir de encontro aos desígnios de renovação então reivindicados, pois mantinha e reforçava as velhas tradições de conciliação, inclusive, atendendo às expectativas das gerações mais antigas. Por outro lado, o dado novo consistia na inserção de jovens docentes na composição da Diretoria e do Conselho científico da ABA<sup>97</sup>.

Os que não tiveram direito, interesse ou espaço disponível para assistir a assembléia, realizada no pequeno auditório da Reitoria da UFPE, aguardaram do lado de fora, no pequeno saguão. Testemunhas do acontecimento referem-se hoje ao episódio de forma divertida. O burburinho ecoava nos corredores, deixando ainda mais curiosos os

---

<sup>97</sup> Ver CORRÊA, Mariza. *As Reuniões brasileiras de antropologia: cinquenta anos (1953-2003)*. Brasília, ABA, 2003, p.46-49.

que acompanhavam à distância, aguardando a hora do coquetel. Num certo momento, contrariado com as reivindicações estudantis, René Ribeiro abandonou o recinto, mas o ânimo exaltado da discussão não esmoreceu, prolongando-se por mais algumas horas. Já a mesa de frios, liberada pelo Magnífico Reitor, terminou sendo vorazmente consumida antes mesmo da proclamação do novo presidente, dado o estado geral de fome e de cansaço dos congressistas.

Se para a antropologia nacional, a 11<sup>a</sup> reunião serviu como uma espécie de divisor d'águas, no sentido de uma maior consciência da profissionalização da Associação, nos moldes modernos, para a antropologia feita em Pernambuco, o episódio passou a ser entendido como o prenúncio de uma crescente dificuldade de inserção intelectual dos quadros locais no panorama nacional. Entretanto, o revés político da reunião não foi um golpe fatal para o campo da antropologia no Recife, que continuou com uma produção de pesquisa significativa, ampliando no início da década de 1980 os quadros docentes no Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFPE<sup>98</sup>.

Em novembro de 1985, numa tentativa conciliatória, que marcaria a importância da tradição Norte e Nordeste de antropologia, bem como a sua relação com os outros produtores da antropologia nacional, Roberto Motta promoveria, sob os auspícios da Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, a primeira reunião regional de antropologia<sup>50</sup>. Contando com um reduzido e seletivo número de participantes, a maioria composta por professores de programas em que a antropologia despontava como uma opção de pesquisa, a reunião foi também referendada por conhecidos membros da Associação Brasileira de Antropologia, entre os quais destaca-se o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira que pronunciou a conhecida conferência intitulada “O que é isso que chamamos de antropologia brasileira?”.

Por se tratar de uma primeira experiência, essa reunião não seguiu os moldes de grupos de trabalho, simpósios ou similares – modalidades que posteriormente iriam prevalecer nas demais reuniões regionais. Entretanto, o encontro reafirmaria uma hegemonia de

---

<sup>98</sup> É dessa época a contratação dos professores Danielle Rocha-Pitta, Parry Scott, Maria do Carmo Brandão, Gisélia Potengy e Luiz Gonzaga de Mello.

<sup>99</sup> Consultar OLIVEIRA, Roberto, Cardoso de. “O que é isso que chamamos de antropologia brasileira?”, in *Sobre o Pensamento Antropológico*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1988, p. 109-128.

tradições antropológicas internacionais e nacionais que se reportava à irreversibilidade histórica dos caminhos de integração e expansão da antropologia brasileira.

Por serem na época os únicos programas em antropologia nas respectivas regiões, coube ao PPGA da UFPE e ao PPGA da UFPA a iniciativa de hospedar a maioria das reuniões Norte e Nordeste de antropologia, como também mobilizar os recursos financeiros necessários para viabilizar tais empreendimentos. A II Regional de Antropologia – se considerarmos a primeira como uma espécie de ato de fundação e de institucionalização – contou com a responsabilidade do PPGA da UFPE. Realizada no período de 03 a 07 de março de 1991, foi organizada pelo então membro da diretoria nacional da ABA, Russell Parry Scott, tendo reunido mais de uma centena de antropólogos de instituições diversas do país<sup>100</sup>. A partir do decênio de 1990 é que se iniciariam com intervalos regulares, a cada dois anos, as regionais do Norte e Nordeste<sup>101</sup>.

Somente em dezembro de 1988, a Associação Brasileira de Antropologia, sob a presidência de Antônio Augusto Arantes (Unicamp), resolveu voltar ao Recife por ocasião de uma reunião regionalizada com o objetivo de discutir o ensino, a pesquisa e a pós-graduação no país. O fato pode ser entendido como uma estratégia de reaproximação entre os quadros nacionais e os locais, o que se consolidaria definitivamente 16 anos depois com a realização da XXIV Reunião Brasileira de Antropologia, em Olinda, sob a presidência de Gustavo Lins Ribeiro (UNB).

### **Expansão e diversidade: XXIV RBA de 2004**

Contrastando com a micro-reunião de 1958 e a média reunião

<sup>100</sup> Ver *Anais da II Reunião de Antropólogos do Norte e do Nordeste* (Org. SCOTT, Russell Parrry). Recife, PPGA-UFPE/CNPq/ABA, 1991.

<sup>101</sup> A III Reunião teve com anfitriões o Departamento de Antropologia da UFPA e o Museu Paraense Emílio Goeldi, no período de 30 de maio a 02 de junho de 1993. A IV Reunião foi realizada em João Pessoa, com o apoio na época do Mestrado em Ciências Sociais da UFPB, ocorrendo concomitante ao VII Encontro de Ciências Sociais Norte e Nordeste, no período de 28 a 31 de maio de 1995. A V Reunião, mais uma vez coube ao PPGA da UFPE, realizada no período de 25 a 28 de maio de 1997. A VI Reunião foi sediada no PPG da UFPA e no Museu Paraense Emílio Goeldi, e aconteceu no período de 7 a 10 de novembro de 1999. Dois anos depois, no período de 28 a 30 de novembro de 2001, o PPGA da UFPE acolheria novamente essa regional, desta vez a VII. A VIII Reunião ocorreu em São Luís do Maranhão, patrocinado pelo PPGCS da UFMA, no período de 1 a 04 de julho de 2003. Finalmente, IX Reunião ocorreu em 2005 em Manaus.

de 1978, aqui referidas, a 24<sup>a</sup> RBA, realizada no período de 12 a 15 de junho de 2004, no Centro de Convenções de Pernambuco, pode ser caracterizada como um megaevento da antropologia, com um público estimado em torno de três mil participantes, entretanto, faltando-nos recuo suficiente para tentarmos um balanço de seus resultados<sup>102</sup>.

Ao que tudo indica, tal fenômeno se explica em função do número crescente de titulação de antropólogos, tanto nos antigos quanto nos recém-criados cursos de pós-graduação, como também pela inserção gradativa de novas gerações, seja nos quadros docentes, seja em instituições públicas, ONG, entre outros espaços. De certo modo, isso vem também atraindo um importante contingente de novos pesquisadores, de sensibilidades diversas, a participarem das Reuniões Brasileiras de Antropologia, como foi o caso da 24<sup>a</sup> no Recife/Olinda.

Nela se pôde observar, além da diversidade de interesses temáticos e de novas linhas de pesquisa, a constituição de redes e de projetos integrados, que atualmente aglutinam docentes e discentes de programas sediados em diferentes regiões do país, permitindo, com isso, a criação de novos grupos e, por conseguinte, assegurando suas participações regulares nas RBA, Abanne, Mercosul, Anpocs, etc. Outro aspecto também relevante é a internacionalização da Associação Brasileira de Antropologia, legitimada com a presença na 24<sup>a</sup> RBA de vários presidentes de associações mundiais, regionais e nacionais de antropologia, financiados pela Fundação *Wenner-Gren*, com o intuito de formalizar o *World Council of Anthropological Associations*<sup>103</sup>.

Enfim, tudo isso é testemunho da expansão e vitalidade da Associação Brasileira de Antropologia que, cada vez mais, vem ampliando a esfera de diálogo entre pesquisadores e programas e, por sua vez, democratizando e aprimorando ainda mais o processo de decisões sobre os rumos a serem traçados no interior dessa associação de pesquisa, como também delineando os contornos de seu próprio campo disciplinar. Este, talvez, venha sendo o seu principal desafio.

---

<sup>102</sup> As dimensões da reunião impossibilitam uma descrição detalhada. Foi escolhido o Centro de Convenções da Região Metropolitana para abrigar os mais de três mil participantes formalmente inscritos na reunião. A quantidade de trabalhos e a diversidade temática se encontram evidenciados no livro de resumos e programação, totalizando 12 grandes Simpósios, 6 Simpósios Especiais, 43 fóruns de pesquisa, 23 sessões de comunicações coordenadas, um fórum ampliado de jovens antropólogos, 4 mini cursos, 2 oficinas, 4 grandes conferências e muitas outras atividades acadêmicas e culturais.

<sup>103</sup> Ver o *Site* [www.wcaanet.org](http://www.wcaanet.org).

**ABA 50 ANOS NA UFAL  
MACEIÓ, AL  
9 DE NOVEMBRO 2005**

Comissão Organizadora:  
Sílvia Aguiar Carneiro Martins (Coordenadora do evento),  
Bruno César Cavalcanti,  
Rachel Rocha de Almeida Barros e  
Siloé Amorim.



# THÉO BRANDÃO E A ANTROPOLOGIA EM ALAGOAS

---

Bruno César Cavalcanti  
UFAL, AL

## Saudações/cumprimentos/agradecimentos

À Diretoria da ABA, através da Prof<sup>a</sup> Miriam Grossi, autoridades, público, colegas e alunos; aos professores do setor de antropologia do CSO/UFAL pela oportunidade de representá-los.

Nesta comemoração dos 50 anos da ABA, aqui na UFAL, há uma particularidade que eu gostaria, de saída, de mencionar. É que foi deste lugar do país que saiu Arthur Ramos para fundar a então denominada Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia. E, como sabemos, foi este autor também um dos pioneiros na institucionalização do ensino da antropologia no Brasil. Arthur Ramos teve forte participação nessa ciência, em nosso país, e, juntamente com outros de seus adeptos brasileiros, levou a antropologia para manifestações e debates importantes da sociedade nacional, de que é exemplo o *Manifesto contra o racismo* de 28.08.1942, e do qual foi co-autor.

Também, e uma vez que a ele dedico o título desta comunicação além de estarmos em sua casa, Théo Brandão esteve naquela associação de antropologia e etnologia criada por Arthur Ramos e seus aliados pioneiros, como sócio-correspondente do Estado de Alagoas. Théo Brandão viria a se tornar, e até os dias de hoje, o nome mais importante para a história da institucionalização da antropologia em Alagoas. Portanto, Arthur Ramos ‘para fora’, e Théo Brandão ‘para dentro’, são os nomes de destaque para que se possa falar numa antropologia desde Alagoas. Como ocorrera para outras cidades brasileiras, e desde os últimos anos do século XIX, ambos foram médicos, formados na escola da Bahia.

As listas de fundadores e pioneiros trazem o risco constante da omissão ou do esquecimento. E antes que isso me ocorra neste momento, há ainda que se destacar, seguindo a ordem de uma escala geracional, os nomes de Manuel Diégues Junior, de Dirceu Lindoso, e de Moacir Palmeira e Luitigarde Cavalcante Barros, esses quatro representantes alagoanos da ‘tradição’ que desde Arthur Ramos, Nise da Silveira, Aurélio Buarque de Holanda, Graciliano Ramos, Jorge de Lima e tantos mais, tem se estabelecido pela adoção, desde os tempos do Estado Novo, do Rio de Janeiro como lugar de suas produções intelectuais mais expressivas. Igualmente devemos mencionar Estevão Pinto, que produziu sua antropologia e suas pesquisas folclóricas a partir do Recife, e que se tornou uma referência na etnologia indígena graças aos seus estudos dos *Fulniô* de Águas Belas.

Se o grande destaque recai sobre Théo Brandão é antes de tudo por ter ele produzido uma obra tributária do “campo” vivenciado em Alagoas, de incursões prolongadas entre fenômenos e pessoas, costumes e coisas, saberes e sabores do seu entorno imediato de cidade e de região. Nessa característica, seu papel torna-se bastante diferenciado daquele de Arthur Ramos, que é personagem importantíssimo dos estudos étnicos em nosso país, mas isso, no que diz respeito à experiência etnográfica sistemática, ocorrendo por conta dos candomblés baianos e das macumbas cariocas, e somente secundariamente pela contribuição explicitada de sua memória juvenil passada em Pilar e Maceió, ou de esporádicas incursões ao Xangô de Alagoas em visitas à terra.

Portanto, acerca do tema que concerne mais diretamente a esta comemoração, e uma vez assinalado o justo reconhecimento das iniciativas institucionais de Arthur Ramos e dos demais que lhes seguiram em âmbito nacional, cabe-nos destacar a importância do nome de Théo Brandão para o estabelecimento e o desenvolvimento da antropologia em Alagoas e na nossa Universidade Federal de Alagoas. Ele foi a um só tempo o antropólogo que se fez e um certo ‘nativo’ que permaneceu sendo.

Théo Brandão tem seu nome nacionalmente reconhecido como um dos grandes na pesquisa empírica do folclore, na proporção em que o foi também Câmara Cascudo para a pesquisa de fontes

documentais. Em âmbito local, sua importância é imensa para a institucionalização da antropologia na Universidade Federal de Alagoas, mas também para a formação dos primeiros pesquisadores de campo informados das técnicas e métodos antropológicos, muitos deles ex-alunos seus ou seguidores de seu gosto pela cultura popular, notadamente a poesia popular, as danças folclóricas, a medicina rústica, as superstições e lendas do povo. Assim, pode-se afirmar que o etnema fundador da primeira antropologia acadêmica alagoana foi aquilo que se chamou às vezes de cultura popular e outras de folclore.

Ele foi ainda um divulgador e um articulador “para fora”, para a ligação mínima necessária ao desenvolvimento, mesmo que lento, da antropologia exercida localmente. Em grande parte, e além de seu círculo geracional de amigos conterrâneos “exilados” no Rio de Janeiro, isso se deveu às suas prerrogativas de pesquisador de folclore e de antropologia cultural em Maceió, e, de modo mais sistemático, como professor em cursos regulares de nível superior, e que culminariam na futura Universidade Federal de Alagoas a partir de 1961.

Passados os anos e décadas (Théo começa a esboçar sua produção intelectual nos anos 1940, e seu primeiro grande trabalho, *Folclore de Alagoas*, data de 1949) ele foi protagonista de uma curiosidade da antropologia alagoana: um claro “matriarcado” que ele construiu, e que é persistente até os dias atuais. Após ele, esteve sempre a antropologia sob a predominância das mulheres. Mesmo que Théo Brandão tenha formado e treinado a dois importantes pesquisadores alagoanos envolvidos diretamente com o tema da cultura, José Maria Tenório (Professor aposentado de folclore da UFAL) e Luis Sávio de Almeida (Professor aposentado de sociologia da UFAL), foram as mulheres e a cultura popular suas companhias permanentes, isto ocorrendo a partir da proliferação da oferta acadêmica para o ensino da antropologia e do folclore após os anos 1960. Coube a ele cativar interesses para a formação de quadro docente para o ensino da antropologia. Assim, Théo esteve acompanhado de Tereza Braga, Vera Calheiros, Nuzi Mendonça, Nádia Amorim, Marilú Gusmão e Maria Helena Wesley. Após sua morte em 1982, a ‘tradição’ se manteve, tendo ensinado antropologia na UFAL um número bem maior de mulheres: Heliane Gusmão, Rita Maria Costa,

Hulda Helena Stadler, Nara Salles, Patrícia Vasconcelos, e Alice Numeriano. Foi também professor com contrato temporário, nos anos 1990, Ulisses Neves Rafael, hoje integrando a UFSE. Atualmente, o quadro permanente de professores de antropologia da UFAL conta com as professoras Rachel Rocha, Sílvia Martins e Clarice Mota, a professora Mariana Melo, contratada temporariamente, e eu. Eu estaria sozinho e bem-vindo entre essas mulheres não fosse a companhia dos professores contratados temporariamente Siloé Amorim e Christiano Barros.

Abelardo Duarte (1900-1992) foi outro médico alagoano, contemporâneo de Arthur Ramos e de Nise da Silveira nos anos 1920 na Bahia. Atuou profissionalmente como médico, inclusive professor de medicina da UFAL, durante toda a vida, mas foi nosso maior antropólogo em matéria dos estudos sobre o negro em Alagoas. Como Arthur e Théó, Abelardo formou-se na influência do evolucionismo e do culturalismo norte-americano. Foi também prestigiado membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e seu secretário perpétuo, além de referência incontornável para as pesquisas locais sobre os afro-brasileiros, em seus artigos sobre o xangô alagoano, ou ainda no único estudo sobre os “malês” em Alagoas, além de seus estudos de folclore negro.

Passemos assim dos homens e mulheres da antropologia alagoana para os seus temas mais caros:

1) **A arte e a cultura popular.** Estudos da arte e da cultura popular por conta de Théó Brandão, mas também pela abundância de suas manifestações em Alagoas, formam uma área contínua de interesse temático; mesmo que depois do Mestre Théó Brandão pouco tenhamos que não sejam repetições, mais ou menos sofisticadas, de seus escritos. Etnema fundador da antropologia praticada em Alagoas, a “cultura popular” é, contudo, um subcampo com imenso potencial para o desenvolvimento criativo de linhas de pesquisa, notadamente na interface de nossa disciplina acadêmica com o campo artístico, com o artesanato e as danças dramáticas populares.

2) **Estudos das populações indígenas.** Um segundo e importante subcampo é formado pelos estudos das populações indígenas. Versando inicialmente sobre a documentação escrita acerca de antigos agrupamentos indígenas “estacionados” em território

alagoano, tornou-se uma área de grande renovação na forma da abordagem analítica e metodológica, mesclando a perspectiva historiográfica com aquela da antropologia desde os estudos de Clóvis Antunes nos anos 1970, passando pelas pesquisas recentes e multifocais de Luis Sávio de Almeida nos anos 1990, centradas seja na renovação historiográfica seja na contribuição etnográfica sobre o sistema de liderança indígena, a questão da terra, visões de mundo, etc. A importância dessa área de interesse antropológico aparece na constatação de que atualmente temos pelo menos quatro antropólogos da UFAL - Silvia Martins, Siloé Amorim, Clarice Mota e Christiano Barros - realizando trabalhos empíricos e iniciação de alunos junto a essas populações. Uma tradição nascida aqui entre sócios e colaboradores do IGHAL, desde o final do século XIX.

3) **Estudos afro-brasileiros.** Um pouco mais tardio e menos relevante para a criação de um subcampo com tal representatividade local, é aquele dos estudos afro-brasileiros. Se partirmos da constatação de que Arthur Ramos produziu para fora e a partir de fora do Estado de Alagoas, a antropologia afro-alagoana foi empiricamente realizada aqui por Abelardo Duarte, e, diga-se, num trabalho solitário, e quase até os dias de hoje. Eu e a professora Rachel Rocha estamos iniciando estudos bibliográficos e de campo sobre as culturas afro-alagoanas, seguindo o rastro inspirador deixado por Abelardo Duarte, mas, sobretudo, buscando suprir a enorme carência de dados nessa área tão marcante da antropologia brasileira urbana. Isso nos parece mais urgente e significativo por tratar-se de uma região costeira do Nordeste do Brasil, social e culturalmente formada na economia de *plantation* do comércio colonial do açúcar e de escravos africanos, dos quais nos chegaram inúmeras manifestações dos elementos sociais e culturais afro-alagoanos.

Evidentemente que existem e existiram outras iniciativas de pesquisas e estudos antropológicos. Vários dos trabalhos de campo levados a termo no processo de formação profissional de nossos antropólogos nos últimos 30 anos, ou no cotidiano das atividades de pesquisa, de ensino e/ou extensão universitária versam sobre temas incluídos na denominação generosa da antropologia urbana (memória social, estigma, consumo, marginalidade social, discurso e sexualidade, estudos de gênero, religião, eventos festivos de massa, e outros), mas

não parecem suficientemente definidos em linhas de pesquisas claramente consolidadas. Atualmente, no Departamento de Ciências Sociais da UFAL esboça-se a consolidação dos núcleos de antropologia visual e de estudos quase sempre urbanos, que estão agrupados sob a rubrica acolhedora dos estudos do contemporâneo, que se pretende um núcleo de reflexão a partir dos estudos urbanos, mas, no limite, promovendo sua ultrapassagem heurística.

A antropologia foi ensinada como disciplina científica a partir do professor Théo Brandão. Após a criação da universidade federal de Alagoas em 1961 seriam ofertadas disciplinas de teor antropológico, como, por exemplo, uma que eu ainda alcancei chamada “cultura brasileira”. Mas será depois da criação do curso de licenciatura em Estudos Sociais, durante o regime militar, que se configurará, gradualmente, o ambiente para a expansão do interesse ampliado pelas ciências sociais e pela antropologia na UFAL. E com a criação do curso de Ciências Sociais, em 1994, assistimos a um segundo e importante momento do seu desenvolvimento, cuja característica maior é o fortalecimento institucional e o aparecimento de um grupo permanente de pesquisadores e professores distribuídos em linhas investigativas diversas. Théo começou lecionando-a em cursos como história, letras e outros, e mesmo assim conseguiu atrair e formar os primeiros alunos e colegas seus. Hoje, somos a segunda geração após o pioneiro, onde nenhum dos atuais professores teve o desfrute de seu convívio direto, mas tão somente de alguns daqueles que foram seus alunos e seguidores, e que nos falam ininterruptamente da sua generosidade, paixão e alegria.

Enquanto um grupo de profissionais antropólogos atuando na UFAL, temos alguns projetos a realizar em curto prazo, e outros ainda a conceber para o futuro breve. Essas iniciativas envolvem desde uma maior consolidação institucional da antropologia, inclusive com a criação de um curso regular de mestrado específico (atualmente temos em nosso Departamento o curso de mestrado em sociologia), crescimento e estruturação do grupo de antropólogos pesquisadores e professores na UFAL, criação de uma revista científica específica e exclusiva, e ainda uma maior atuação para a consolidação do mercado local de trabalho do antropólogo. Este último vem ocorrendo com a abertura de Centros privados de ensino superior, com a abertura de

concursos públicos absorvendo a mão-de-obra de antropólogos em órgãos da administração federal, mas também pela valorização de políticas culturais motivadas pelo turismo, pela relevância crescente atribuída aos patrimônios material e imaterial, aos sítios históricos e arqueológicos etc. Contudo, trata-se de um movimento bastante lento e discreto.

Com isso já começo a fazer aqui um pequeno exercício de futurologia.

Se tal exercício nos parece neste momento inevitável, isso se deve também à euforia de comemorar a permanência e o crescimento da ABA; o que é uma projeção também futurista de nós mesmos enquanto categoria e profissão. Eu destacaria três segmentos que, talvez, deverão receber uma atenção cada vez maior da nossa parte aqui em Alagoas: 1) as temáticas correlatas à dimensão antrópica dos chamados impactos ambientais, e das políticas de preservação de mananciais, incluindo a mata atlântica brasileira mas também os manguezais costeiros e os complexos lagunares de Alagoas – esses últimos em terrível ameaça dada a recentíssima investida da especulação imobiliária e dos negócios envolvendo equipamentos como hotéis, restaurantes e loteamentos; 2) os movimentos sociais, em particular dos Sem-terra, que têm assumido importância às vezes preocupantes quanto ao potencial para conflitos no campo e nas cidades, como tem sido o caso dos eventos de invasão e de marchas à Capital. Nesse subcampo também os estudos étnicos poderão receber estímulos, provocados pelas reivindicações de indígenas e grupos militantes negros alagoanos, que têm mobilizado inúmeros indivíduos em suas respectivas áreas de interesses. Por último, 3) o impacto já sentido das transformações sociais, ambientais, econômicas e culturais do incremento da atividade turística, que a cada dia dá sinais evidentes do potencial de problematizações locais que traz para a prática de nossa disciplina, seja enquanto projetos de pesquisa de professores seja, sobretudo, como tema de dissertações e teses universitárias.

Feita essa rapidíssima retrospectiva, e estabelecida assim essa pretensão futuroológica para a nossa antropologia local, eu gostaria de ouvir e de discutir com todos os presentes esses diferentes temas sob os quais poderemos comemorar a nossa profissão e o seu desenvolvimento em Alagoas.

Muito obrigado.



**ABA 50 ANOS NA UFPA**  
**BELÉM, PA**  
**27 DE MARÇO 2006**

Comissão Organizadora:  
Jane Felipe Beltrão (Coordenadora),  
Raymundo Heraldo Maués.



# EDUARDO GALVÃO, A CRISE DA UNB E A VII REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

---

Raymundo Heraldo Maués  
UFPA, PA

Escrito para fazer parte dos eventos comemorativos dos 50 anos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), transcorridos no ano de 2005, o objetivo principal deste artigo é tratar sobre a VII Reunião Brasileira de Antropologia (VII RBA), ocorrida em Belém, Pará, no ano de 1966, na época em que a presidência da ABA era exercida pelo antropólogo Eduardo Galvão. Essa reunião ocorreu num período de crise, tendo sido importante para a continuidade da associação dos antropólogos brasileiros, além de sua importância em si mesma, como evento científico. Foi também a única reunião nacional da ABA ocorrida na Amazônia<sup>104</sup>. Com base nos anais dos trabalhos completos da Reunião, será feita a seguir uma breve análise dos temas e questões abordados, na tentativa de oferecer um esboço parcial do que se delineava, na época, como importante para a antropologia brasileira.

Peço permissão, porém, para começar este texto com uma comunicação de caráter pessoal, mas que tem muito a ver com o objeto de minha exposição. Em 1965, no segundo ano da ditadura militar mais recente de nossa história<sup>105</sup>, recebi um agradável convite do antropólogo Roberto Las Casas para submeter minha candidatura a professor da Universidade de Brasília (UnB). Eu havia me tornado

---

<sup>104</sup> Além da VII RBA, já ocorreram na Amazônia três Reuniões Norte/Nordeste de Antropólogos, ultimamente chamadas de ABANNE: duas em Belém (1993 e 1999) e uma em Manaus/Boa Vista (2005).

<sup>105</sup> A primeira foi a que se implantou a partir de novembro de 1889, com o governo provisório de Deodoro da Fonseca.

amigo de Las Casas quando ele trabalhou em Belém, alguns anos antes, como antropólogo do Museu Paraense Emílio Goeldi. Enviei a documentação necessária e, recebendo resposta positiva, preparava-me para viajar a Brasília quando, numa época em que as ligações interurbanas eram difíceis, recebi telefonema urgente de Las Casas, via Radional. Não consegui entender muito bem o que ele dizia, mas ficou claro que me pedia para não mais viajar. Dias depois, tive notícia mais completa: havia ocorrido a primeira grande crise da história da UnB, tendo como principal pivô o próprio Las Casas, acusado de comunista, por isso demitido sumariamente da Universidade e em risco de ser preso. Algum tempo depois daquela ligação interurbana, recebi cartão postal assinado por Las Casas, procedente da Europa, onde o mesmo se asilara para escapar à prisão. Desse episódio ficou a lembrança e a saudade do amigo, que nunca mais pude rever.

### **Galvão, a crise da UnB e a VII RBA**

Como é bem conhecido, a I RBA ocorreu no Rio de Janeiro, em 1953, onde Eduardo Galvão apresentou importante trabalho, sobre a aculturação dos grupos indígenas brasileiros, mais tarde publicado na Revista de Antropologia da USP (cf. Galvão, 1957). Entretanto, a fundação da ABA só aconteceu durante a II RBA, em julho de 1955, ocorrida em Salvador. Durante a VI RBA, que aconteceu em São Paulo, em julho de 1963, Eduardo Galvão foi eleito como novo presidente da ABA. Ao final de sua gestão, a VII RBA deveria ocorrer, em Brasília, no ano de 1965, o mesmo da grande crise da UnB. Isso, porém, não se deu. Ela somente aconteceu em 1966, em Belém, e, como consta do caderno de resumos, publicado pela Imprensa Universitária do Pará, “[a] VII Reunião da Associação Brasileira de Antropologia deveria realizar-se em Brasília (DF), entretanto, motivos imponderáveis levaram o Conselho Científico da ABA a transferir a mesma para Belém (...)” (ABA, 1966: 3)<sup>106</sup>.

---

<sup>106</sup> Para um breve histórico da ABA, incluindo algumas informações sobre as dificuldades enfrentadas pela associação durante o período militar, ver <http://www.abant.org.br/quemsomos/historico/historico.shtml>, por mim acessado em 06/01/2006. Uma parte dos dados sobre os acontecimentos que relato provém não só de minha memória pessoal, mas também de entrevistas formais e informais realizadas com vários antropólogos, para elaboração de um outro trabalho, já publicado (cf. Maués, 1999, p. 27, nota).

Os “motivos imponderáveis”, não declarados, diziam respeito à intervenção militar na Universidade de Brasília, em 1965, que levou à demissão voluntária de mais de 200 professores, entre eles o então presidente da ABA, Eduardo Galvão, em protesto pela perseguição aos professores acusados de comunistas<sup>107</sup>. A respeito dessa Reunião, da qual também participaram Roberto Cardoso de Oliveira e Roberto da Matta, respectivamente como então secretário geral e tesoureiro da associação, disse Cardoso de Oliveira, 21 anos mais tarde, em 1987, já agora como presidente da ABA, a quando da abertura da XV RBA, em Curitiba:

“nosso mandato, que se estenderia até 1966, por absoluta impossibilidade de realizarmos em 65 nossa reunião bienal, atropelados que fomos — nós e o país pelo golpe militar —, foi cumprido em plena crise. É somente em 1966, com a realização da Biota Amazônica, em Belém, que Galvão pôde encontrar um espaço naquela reunião internacional sobre a Amazônia para nela realizarmos a VII Reunião Brasileira de Antropologia” (Oliveira, 1987).

Em 1963, Galvão havia deixado o Museu Paraense Emílio Goeldi (onde trabalhava desde 1955, como chefe da Divisão de Antropologia), a convite de Darcy Ribeiro, para implantar o ensino de antropologia na Universidade de Brasília, nos níveis de graduação e de pós-graduação (mestrado). Entre seus alunos de pós-graduação, na UnB, contavam-se Pedro Agostinho, George Zarur, Gilda Azevedo, Lúcia Mattoso Câmara e Adélia Oliveira, esta trabalhando na Amazônia desde a década de 60. Com a crise da UnB, em 1965, Eduardo Galvão transferiu-se novamente para Belém, reassumindo suas funções no Museu Goeldi e trazendo consigo não só a realização da VII Reunião Brasileira de Antropologia, mas também a capacidade de formação de novos antropólogos, tarefa já iniciada, por ele, no Pará, desde o ano de 1955<sup>108</sup>.

<sup>107</sup> Sobre essa crise (que não foi a única durante a ditadura militar), ver o texto “Exposição resgata origens da UnB”, no seguinte endereço da internet: <http://www.unb.br/acs/releases/rl0404-11.htm>, acessado por mim em 06/01/2006.

<sup>108</sup> Estes temas são também abordados por Castro Faria (1977) e Sá & Sá (1979). A respeito da importância de Eduardo Galvão na antropologia produzida na Amazônia, por antropólogos vinculados à Universidade Federal do Pará e ao Museu Paraense Emílio Goeldi, conferir meu trabalho, citado em nota anterior, do qual retiro parte do que está sendo tratado neste artigo, com algumas correções e adaptações (Maués, 1999).

## A VII RBA: conferências e comunicações apresentadas

O livro de resumos da VII RBA contém os nomes de 21 participantes, com um total de 20 sumários de comunicações, pois uma delas foi apresentada conjuntamente por dois antropólogos da Universidade Federal do Pará (UFPA): Napoleão Figueiredo e Anaíza Vergolino e Silva, os únicos professores dessa Universidade a se inscreverem para apresentar trabalho. Entretanto, somente 20 nomes de participantes aparecem nos Anais, com 19 trabalhos completos publicados (cf. ABA, 1966 e ATAS, 1967). Não pude apurar exatamente a razão dessa discrepância, mas, na Apresentação desses Anais, Herman Lent, que a assina, declara: “as atas não incluem necessariamente todos os trabalhos, retirados que foram alguns por motivos vários”. Há também um participante, cujo resumo não foi publicado previamente, mas que aparece nos Anais com seu trabalho completo: trata-se do lingüista Harold Popovich, do *Summer Institute of Linguistics*, de Belém, Pará. Refletindo as dificuldades pelas quais passava a ABA na ocasião, a VII RBA não pôde ocorrer como uma reunião autônoma, mas, para existir, precisou integrar-se a um outro evento, a realização do importante Simpósio sobre a Biota Amazônica, organizado para marcar as comemorações do centenário do Museu Paraense Emílio Goeldi, constituindo seus Anais o segundo volume (Antropologia) das chamadas Atas desse simpósio.

Os 20 participantes que tiveram seus trabalhos completos publicados pertenciam às seguintes instituições: Universidade Federal do Pará (dois), *Summer Institute of Linguistics* de Belém (quatro), Museu Nacional do Rio de Janeiro (três), *Smithsonian Institution* dos EUA (três), Instituto Indigenista Interamericano do México (um), Universidade de Colúmbia dos EUA (um), Museu Paraense Emílio Goeldi (cinco) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (um). Dentre eles, havia três arqueólogos, seis lingüistas, um antropólogo físico e oito antropólogos sociais ou culturais. Quanto a estes, pelos trabalhos apresentados, os mesmos poderiam ser assim classificados, de modo provisório: seis etnólogos (Carlos Moreira Neto, Edson Soares Diniz, Expedito Arnaud, Roberto Cardoso de Oliveira, Roberto da Matta e William H. Crocker), dois antropólogos da religião (Anaíza Vergolino e Silva e Arthur Napoleão Figueiredo) e, independentemente de outros interesses (que certamente possuíam),

dois a que estou chamando, à falta de termo melhor, de “teóricos” (Charles Wagley e Eduardo Galvão); esta classificação é bastante imperfeita e será mais trabalhada na continuação deste artigo. Além disso, esses números refletem, de um lado, uma participação institucional bastante variada e, de outro, o fato ainda comum, que se manteve por várias reuniões subseqüentes, da participação (às vezes intensa), de lingüistas, arqueólogos e antropólogos físicos (estes, de fato, sempre em minoria), nas reuniões nacionais da ABA.

### **As contribuições dos antropólogos culturais ou sociais**

#### **As conferências “teóricas” e programáticas: Galvão e Wagley**

Apresentados esses aspectos gerais relativos aos trabalhos publicados nos anais da VII RBA, passo, a seguir, a fazer uma breve resenha dos trabalhos dos que estou chamando de antropólogos culturais ou sociais. Assim os denomino, pois, claramente, já é possível perceber, em vários deles, influências de caráter sócio-antropológico, que os afastam de uma predominância de interesses por uma antropologia eminentemente culturalista, de matriz norte-americana. Começo pelo trabalho de Eduardo Galvão que, juntamente com Charles Wagley, seu antigo orientador de doutorado, possui claramente preocupações teóricas (de caráter culturalista) e também programáticas. Seu trabalho, que foi apresentado como uma das conferências do evento, se apresenta, de forma mais explícita, como uma resenha sobre os “Estudos de Antropologia na Amazônia” (cf. Galvão, 1967).

Nessa conferência, ao invés de fazer uma “análise detalhada da literatura” já produzida, Galvão prefere apresentar “uma visão impressionista do quadro cultural das populações indígenas, do tempo de sua ocupação da área, à atual, tal como é possível reconstituí-lo, apoiados na pesquisa antropológica”. Não deixa, porém, de referir os estudos pioneiros de etnologia que tiveram mais relevância para a região, começando com a classificação de tribos indígenas brasileiras desenvolvida por Von Martius, a sua reformulação por Karl von den Steinen (as grandes famílias lingüísticas Tupi, Caribe, Aruaque e Jê, assim como um grupo de outras famílias menores) e o pioneirismo

deste autor, pela “minúcia etnográfica” e pelo “levantamento do que chamou de ‘província cultural’, e as possíveis correlações de tribos dessa ‘província’ com as de outras” (Galvão 1967: 13 e 15-16).

Entre esses primeiros estudos, sem desconhecer as contribuições de naturalistas como Wallace e Bates e de etnólogos como Ehrenreich, Galvão considera como “obra definitiva” para a etnologia regional o trabalho de Koch-Grunberg que, como Von den Steinen, também se concentrou em uma área cultural (a norte amazônica, entre os rios Negro e Branco), preocupando-se “essencialmente com o levantamento, a localização, a descrição etnográfica e lingüística das tribos dessa área”, além de não ter esquecido “os problemas de aculturação inter-tribal” (Galvão 1967: 16).

E, a partir daí, com destaque especial para o primeiro, passa a listar as contribuições de antropólogos mais recentes, como Nimuendajú, Lévi-Strauss (Nambikuara e Tupi-Kawahyb), Quain (Trumai), Wagley (Tenetehara e Tapirapé), Frikel (Tiriyó), Galvão (Tenetehara, rio Negro, Xingu), Murphy (Munduruku), Leacock (Maué), Crocker (Canela), Cardoso de Oliveira (Tükuna), Dreyfus (Kayapó), Maybury-Lewis (Kayapó), Becher (Xirianá), assim como “gente mais moça”: Napoleão Figueiredo, Edson Diniz, Roque de Barros Laraia, Roberto Da Matta e outros. Quanto a Nimuendajú, o importante etnólogo que esteve vinculado ao Museu Paraense Emílio Goeldi, contribuindo decisivamente para a construção de uma antropologia *da* Amazônia (isto é, produzida por antropólogos que se vincularam a instituições de ensino e pesquisa regionais), diz Galvão:

“A pesquisa de campo, nos termos que hoje a concebemos, tornou-se com ele (...) uma realidade, em substituição às clássicas e longas viagens de exploração, em que o contato entre [os índios e] o pesquisador era muito abreviado e por isso mesmo orientado para aqueles aspectos mais aparentes do que então se chamava de ‘cultura material’, de comportamentos aparentemente exóticos ou aberrantes, ou de uma embovinada preocupação pela mitologia” (Galvão 1967: 16-17).

Ao final de sua análise histórica sobre a situação das populações indígenas amazônicas, o autor, citando os trabalhos de Julian Steward e L. C. Faron (1959), Roberto Cardoso de Oliveira (1960), Darcy Ribeiro (1962) e o seu próprio (Galvão, 1957), enfatiza a importância

dos estudos de aculturação, mudança cultural, contato interétnico (sempre deletério para os índios) e do processo de formação da cultura cabocla. Isso lhe permite traçar amplo programa de trabalho no campo da antropologia regional, que vai além dos limites desta disciplina, pela sua preocupação interdisciplinar:

“A amplitude desses problemas e dos recursos humanos e financeiros disponíveis, e que em nosso país são de modesta escala, impõem ou deveriam impor a necessidade de uma certa disciplina orientada para a investigação de problemas de interesse teórico realmente relevante e a coordenação de esforços e recursos. A iniciativa individual, por mais brilhante e pioneira que venha a ser, terá que por força dessas circunstâncias, particularmente em uma área como a amazônica, de aguda carência de recursos, ceder lugar ao empreendimento de pesquisas de equipe e de colaboração interdisciplinar. A atuação de órgãos como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, e do Museu Paraense Emílio Goeldi, a ele subordinado, marcam um avanço nesse sentido, polarizando recursos, reunindo equipes mistas, e realizando programas em que não está ausente o sentido de sua aplicação ao desenvolvimento da região” (Galvão, 1967: 25).

O trabalho de Charles Wagley, que também apresenta preocupações teóricas e programáticas, como o de Galvão, aborda a questão do “estudo de comunidades amazônicas” (cf. Wagley, 1967). Sem que eu mesmo desconheça as críticas que posteriormente foram feitas por vários antropólogos aos chamados “estudos de comunidade”, desejo, no entanto, neste artigo, apontar os aspectos mais relevantes da justificativa apresentada por Wagley sobre a relevância desses estudos para o conhecimento antropológico da Amazônia. Segundo esse antropólogo, “o estudo de comunidade descreve e analisa as realidades da vida dentro do contexto de uma unidade natural da sociedade humana – a comunidade. É concreto, específico e empírico, mas, também, analítico e teórico”, implicando num “conhecimento íntimo da comunidade estudada”. Apesar de afirmar sua importância e validade, o autor não desconhece o que considera como “problemas” nesse tipo de estudos, destacando, dentre eles, o da “unidade de estudo” e o da “relação entre a unidade a ser estudada com a sociedade regional maior”. O primeiro diz respeito à definição da “comunidade humana

em determinada região do globo”; o segundo concerne ao reconhecimento de que “as comunidades modernas não são unidades sociais isoladas”, já que “de alguma forma participam da vida regional econômica, política, religiosa e social”, sendo, “acima de tudo o resultado da história da região a que pertencem”. Como resultado dessas preocupações, o autor formula as questões que deseja então discutir em sua comunicação: “Analisarei, primeiramente, a formação das comunidades amazônicas através da história e, assim fazendo, procurarei relacionar as mesmas ao cenário regional. Em segundo lugar, desejaria apresentar um ‘modelo’ esquematizado de comunidade amazônica para pesquisa futura” (Wagley, 1967: 41-42).

A primeira tarefa, bastante influenciada pelas análises já desenvolvidas por Eduardo Galvão, em seu clássico estudo sobre Gurupá (Galvão, 1955), orientado pelo próprio Wagley, segue também, como o de Galvão, as reconstituições do historiador amazonense Arthur César Ferreira Reis (cf. Reis, 1942). Analisa o desenvolvimento histórico das comunidades amazônicas, levando em conta a ocorrência de cinco períodos ou fases históricas, que vão desde a formação das “primeiras comunidades luso-brasileiras” (de 1600 a 1754), passando pelas “comunidades civis amazônicas” (de 1759 a 1850), pela “era da borracha” (de 1850 a 1912), pela “era da decadência” (de 1912 a 1942), chegando ao final ao que considera como “uma era de transformação social” (de 1942 até o momento em que escreveu). E conclui sua periodização e análise de forma bastante otimista:

“Organizações tais como SPVEA, Instituto de Pesquisas da Amazônia, SESP, e outras, exerceram nesse período uma influência considerável sobre as comunidades amazônicas. De 1942 até o presente, as transformações na Amazônia não têm sido tão dinâmicas como no sul do Brasil (...). Nas cidades, porém, e nas zonas rurais, o isolamento foi quebrado. A população cresceu, há novos produtos no mercado como madeira laminada, pimenta-do-reino, juta, novidades na agricultura, estrada de rodagem que liga a Amazônia ao sul do Brasil e transporte aéreo freqüente. Nas pequenas cidades surgiu um novo segmento — alguma coisa como uma ‘classe média’ (...). Embora conservando muita coisa do passado, a comunidade amazônica começa agora a adquirir algumas das características da sociedade aberta moderna” (Wagley, 1967: 43-48).

Quanto ao modelo de comunidade amazônica, que considera como “uma construção abstrata derivada de dados empíricos, reduzida, porém, ao esqueleto teórico da realidade”, seus elementos fundamentais são os seguintes. Em primeiro lugar, uma comunidade rural-urbana, constituída de um centro urbano, embora o mesmo “possa se limitar a apenas algumas centenas de habitantes”. Tal centro constitui “a sede do município, onde as atividades governamentais, burocráticas, comerciais e religiosas se concentram. Há, porém, outros conjuntos urbanos que podem servir de centro de uma comunidade — uma serraria grande, uma vila em crescimento, ou mesmo um posto de missionários”. Juntamente com esses centros urbanos e a eles ligados podem existir agrupamentos rurais, com diferentes formas: “1) uma pequena vila ou povoado; 2) casas espalhadas ao longo de um rio ou igarapé; 3) ou ainda casas espalhadas numa grande propriedade ou fazenda” (Wagley, 1967: 49-52). Além disso,

“o tipo de uma comunidade amazônica é determinado pelas condições ecológicas específicas da localidade e de sua economia básica, havendo na região uma variedade infinita de zonas ecológicas que se estendem desde a ilha do Marajó e Zona Bragantina até ao baixo Amazonas. Acresce ainda que, em qualquer comunidade como a que é definida aqui, há em geral várias ‘micro-áreas ecológicas’ (...). E em cada uma dessas zonas ecológicas e mesmo nas pequenas micro-áreas há adaptações econômicas características” (Wagley, 1967: 54).

Esse modelo, segundo o autor, resulta, porém, de apenas um pequeno número de estudos até então realizados, do ponto de vista antropológico e sociológico. Ele precisa ser testado e complementado por uma série de outros estudos empíricos em várias outras áreas da Amazônia.

### **Uma comunicação sobre as religiões de matriz africana em Belém**

O trabalho de Napoleão Figueiredo e de Anaíza Vergolino e Silva é um estudo de caso sobre “as casas de culto com reminiscências africanas em Belém”, a que chamam de “batuques”, a partir de classificação proposta por Edson Carneiro e seguida por Leacock (1964 a). Segundo esses autores, ao “visitante” que percorre essas

casas de culto, torna-se “impossível a determinação de tipos padrões capazes de fornecerem modelo, pois os mesmos apresentam dessemelhanças de estrutura e de cerimonial” (Figueiredo & Vergolino e Silva, 1967). Os autores, preocupados com a reconstituição da história desses cultos, já que constatam a precariedade e insuficiência de informações a respeito, buscam notícias nos naturalistas viajantes, como Bates, Agassiz e Spix & Martius, os quais, embora tragam informações sobre o “elemento negro” na Amazônia, silenciam, porém, quanto a seus cultos. Em jornais antigos, os autores apenas encontram referências sobre a pressão policial, no começo do século XX, “às ‘casas de feitiçaria’ que perturbavam o sossego público nas ruidosas sessões noturnas”, ou sobre os “despachos” nas “encruzilhadas, que amedrontavam a população religiosa dos subúrbios distantes da cidade”. Quanto a fontes orais, constatam também um grande desconhecimento a respeito da história desses cultos (Figueiredo & Vergolino e Silva, 1967: 102 e 119).

Na literatura antropológica, encontram referências mais precisas em artigos do antropólogo americano Seth Leacock, que estudou esses cultos em Belém. Para este autor, “o batuque é similar, em muitos aspectos, aos outros cultos de origem africana em outras partes do Brasil e do novo mundo”, além do fato de que seus praticantes “não chamam o culto de batuque, mas se referem a ele como Nagô, Mina ou Umbanda, dependendo de pequenas variações em crença e ritual”. Entretanto, pelo fato de que “esses últimos termos são usados na literatura com várias conotações, o termo batuque foi escolhido como denominação geral para os cultos de Belém, a fim de evitar confusão” (Leacock, 1964 a: 344 e 354, *apud* Figueiredo & Vergolino e Silva, 1967: 105-104; minha tradução, R.H.M.). Em outro artigo de Leacock (1964 b, *apud* Figueiredo & Vergolino e Silva), os autores encontram referência a um aspecto aparentemente original, nos cultos de Belém: as “divindades brincantes” (*fun-leiving deities*).

Em sua pesquisa, os autores encontraram, em Belém, elementos “novos”, que consideraram como ainda não revelados pela pesquisa antropológica nesta cidade: os “cultos fitolátricos” e uma nova categoria de entidades, a chamada “gente fina”. Constataram, por outro lado, nesses cultos, não apenas a influência da literatura “não codificada” sobre “religião umbandista”, mas também a influência das

obras de estudiosos nos campos da antropologia e da sociologia da religião. Quanto aos cultos fitolátricos, afirmam que se trata de “rito que vamos encontrar bastante difundido nos candomblés baianos, nos xangôs do nordeste e na Casa das Minas no Maranhão (...). Em Belém (...), o culto e a função das árvores sofreram modificações (...). Em apenas três casos podem ser estabelecidas comparações válidas (...). O cerimonial e o ofertório são, entretanto diferentes”. Quando à “gente fina”, trata-se de

“reis, príncipes, fidalgos, nobres, pessoas importantes que se destacam dos outros por terem *status* mais elevado e mais esmerada educação. Quando ‘baixam’, têm comportamento bem diferente dos demais encantados; vestem-se algumas vezes com indumentárias da época, dão conselhos, jamais ingerem bebida cuja base seja a aguardente. Bebem vinho e refrigerantes, pedem perfumes e enfeites. Pertencem a esse grupo: D. João, D. Luiz de França, Rei da Nuvem, Rei da Bandeira, Rei Floriano, Fina Jóia, Sinhá Bé, Rainha Nave-Orina, Rei Turquia, sua família e outros” (Figueiredo & Vergolino e Silva, 1967: 116-118).

Quanto à influência constatada de autores das ciências sociais sobre os cultos de Belém, não se trata realmente de elemento novo, mas os autores chamam bastante atenção para o fato e, numa nota de rodapé, insistem:

“Os problemas de reinterpretação e reformulação dos cultos afro-brasileiros têm sido objeto de muitos estudos por parte de pesquisadores nacionais e estrangeiros e também, pelos militantes dos mesmos. É bastante comum encontrar-se nas estantes dos pais-de-santo, ao lado dessa literatura não codificada e que é adquirida nas feiras, nos mercados, nas livrarias onde se vendem também banhos, amuletos, defumações, as obras dos autores clássicos, nacionais e estrangeiros, que realizaram estudos sobre os cultos” (Figueiredo & Vergolino e Silva, 1967: 119).

### **Os trabalhos dos “etnólogos”: relações entre índios e brancos**

Quanto aos trabalhos voltados para o campo da etnologia indígena, os mesmos se integram dentro de preocupações e temáticas

comuns: todos eles tratam, de algum modo, da relação entre índios e brancos no território brasileiro, trabalhando, sobretudo, com noções de situação colonial ou de fricção interétnica. Há uma relação muito próxima entre três dos autores dessas comunicações: Roberto Cardoso de Oliveira, Roberto Da Matta e Edson Soares Diniz, estes dois últimos, discípulos do primeiro no Museu Nacional. No caso de Carlos Moreira Neto, a utilização de fontes teóricas comuns, embora com enfoques analíticos e metodológicos distintos, permite também certa aproximação com Cardoso de Oliveira. Expedito Arnaud, do Museu Goeldi, está mais relacionado a Eduardo Galvão, enquanto William Crocker, da *Smithsonian Institution*, embora tendo conhecimento e acompanhando o projeto conjunto do Museu Nacional e da Universidade de Harvard (*Harvard Central-Brazil Project*), coordenado conjuntamente por Roberto Cardoso de Oliveira e David Maybury-Lewis, ao qual irei me referir mais adiante, fazia de fato um trabalho isolado, do qual acabou resultando uma extensa e proveitosa pesquisa de campo sobre os índios Canela, no Brasil (sobre W. Crocker, ver Wagley, 1990).

Moreira Neto, em sua comunicação à VII RBA, trabalha, fundamentalmente, com duas ferramentas teóricas, para abordar, com enfoque histórico e numa perspectiva bem ampla, a questão indígena brasileira: as noções de “indigenato” e de “situação colonial”. Indigenato, “usado com o mesmo significado que tem nas colônias portuguesas da África, e em referência a um contexto semelhante”, serve “para definir as relações históricas de dominação e de espoliação a que foram e continuam sendo submetidas as populações indígenas do Brasil” (Moreira Neto, 1967: 175). Quanto ao conceito de situação colonial, emprestado do conhecido sociólogo francês Georges Balandier, a mesma é definida por Moreira Neto como incluindo certos elementos essenciais:

“a exploração econômica, o engajamento das chefias indígenas e sua subordinação aos interesses dominantes, os deslocamentos de populações e sua utilização como força de trabalho barata, as transformações do direito tradicional e a revisão da propriedade de bens, a política dos arrendamentos, etc. Como corolário necessário, seguem-se os processos dissociativos sócio-culturais e psicológicos das sociedades colonizadas e os mecanismos de racionalização e justificação do domínio: a

superioridade da raça branca, a incapacidade dos indígenas de se dirigirem corretamente e de bem utilizar os recursos naturais de seus territórios e, mais que tudo, o dever indeclinável da ‘missão civilizadora’” (Moreira Neto, 1967: 181).

Sua comunicação busca demonstrar que, ao longo de toda a história brasileira, a situação indígena permaneceu sempre a mesma, frente ao colonizador, mesmo depois da criação do SPI, das legislações que se sucederam e da criação de outros órgãos como a Superintendência de Política Agrária (SUPRA). Uma das raras exceções constituiu a criação do “Parque Indígena do Xingu, submetido hoje a uma administração especial, independente do controle do Serviço de Proteção aos Índios. Os excelentes resultados obtidos nesta região estão a indicar a justeza dos procedimentos usados na solução do problema” (Moreira Neto, 1967: 184).

A comunicação de Expedido Arnaud é um estudo de caso sobre os índios Parakanã e Asurini, habitantes da margem esquerda do baixo Tocantins, abordando “os contatos dos mesmos com a sociedade nacional, sobretudo os decorridos pela ação do Serviço de Proteção aos Índios”. A economia da região é caracterizada pelo autor como baseada no extrativismo da castanha-do-pará, sendo a Estrada de Ferro do Tocantins a principal via de acesso à região. A frente extrativista da castanha se intensificou a partir de 1920, gerando muitos “conflitos entre índios e brasileiros, intercalados por expedições punitivas enviadas contra aldeamentos indígenas” (Arnaud, 1967: 57).

Na época em que foram estudados por Arnaud, os Parakanã constituíam ainda um grupo isolado, habitando, segundo o autor, entre as cabeceiras dos rios Jacundá e Pacajá de Portel. Iniciaram incursões, com objetivo de pilhagem, após 1920 e, a partir de 1927, aproximaram-se do Posto Indígena do Tocantins, no km 67 da ferrovia. A preocupação do autor, em sua comunicação, é a de apresentar alguns dados sobre sua cultura, os quais foram obtidos graças a seus ligeiros contatos com o Posto do SPI:

“A indumentária consiste no uso de um pequeno batoque labial, na ausência de furos nos lóbulos das orelhas e de cobre-sexo, bem como no corte do cabelo que é feito rente em forma circular, ou completamente raspado. Como armas usam o arco e a flecha

(...). Por ocasião dos saques os artigos que mais insistentemente procuram são o tabaco, a farinha de mandioca, redes, tecidos, fios de algodão, machados, facas e terçados. Costumam colher, dos roçados do posto, macaxeira, batata, milho e banana. Conduzem também todos os cães que encontram ao alcance, dando a entender que os utilizam na caça. Quanto à língua que falam (...), podemos aqui (...) informar que, índios Asurini, cujo dialeto falado é realmente o Tupi, empregados como intérpretes, vêm mantendo entendimentos verbais satisfatórios com os mesmos” (Arnaud, 1967: 60).

Quanto aos Asurini, o autor distingue, de um lado, um grupo “ainda arredio, habitando (...) no antigo território situado entre o rio Xingu e seu afluente Bacajá” e outro, do qual trata em sua comunicação, “sob a jurisdição do Posto Indígena do Trocará”, grupo que se localiza “à margem esquerda do Tocantins, no mesmo sítio onde surgiu pacificamente pela primeira vez” (Arnaud, 1967: 60). Esses índios estiveram em luta armada com a população regional desde a década de 1920 até o ano de 1953. Depois de pacificados pelo SPI sofreram epidemias, migrações e dispersões, tendo sua população se reduzido drasticamente, perdendo autonomia e sofreram mudanças em seu contexto sócio-cultural.

“A intromissão administrativa na vida da comunidade (...) mostrou-se contraproducente em vários aspectos; contudo, deve-se justificar que teve início em uma fase que, o grupo local desorganizado caminhava para o extermínio ou para uma completa absorção por parte da sociedade envolvente. De qualquer modo, sua subsistência melhorou a partir de então, pois as lavouras passaram a ser renovadas regularmente, excedendo, às vezes, as necessidades de consumo; e também o estado sanitário melhorou, haja vista que, o índice de nascimentos, superou ligeiramente o de falecimentos. Todavia, a despeito desses fatores e da imigração de indivíduos ainda portadores da antiga cultura (...), julgamos que dificilmente poderão reorganizar-se nos moldes tribais” (Arnaud, 1967: 66-67).

A comunicação de William Crocker é outro estudo de caso, sobre um importante movimento messiânico entre os índios Canela do Maranhão, ocorrido no ano de 1963. Trata-se de uma descrição das

origens do movimento e de seus desdobramentos, até o massacre a que foram submetidos os índios, em conseqüência de suas atitudes de revolta em relação à população regional. Crocker começa relatando o início do movimento, a partir da profecia enunciada por uma índia grávida chamada Kee-khwëi, que “predisse a queda dos civilizados – que eles seriam banidos para os matos para caçar animais com arco e flecha enquanto os índios iriam para as cidades, dirigindo ônibus e voando em aeroplanos”. Trata-se, como é bem sabido, da inversão mítica que costuma estar presente nas profecias messiânicas. Segundo ela, essas profecias foram recebidas “através da ‘criança’ em seu ventre, do grande herói cultural Jê, Aukhé, que iria realizar esta transformação porque estava zangado pela maneira como o civilizado estava tratando o índio”.

“Em fevereiro, a ‘criança’ manifestou vários sinais, ou provas, de poder sobrenatural a Kee-khwëi e sua família, e as boas novas foram passadas para o conselho da aldeia e levadas por mensageiros às outras aldeias Ramkokamekra-Canela. Dez dias depois, a profetiza entrou na aldeia ancestral do Ponto à frente de uma procissão triunfal, protegida do sol com folhas de palmeira e refrescada com água conduzida em cuias por acompanhantes. A esperança de suas profecias havia feito com que as três facções tribais se unissem pela primeira vez em vários anos e proporcionado uma visão otimista em relação ao futuro” (Crocker, 1967: 69, minha tradução, R. H. M.).

Segundo Kee-khwëi, a grande transformação deveria ocorrer quando sua criança nascesse. Enquanto isso, os Canela deveriam realizar rituais de dança, de acordo com formas por ela prescritas, além de fazer doações. Quanto mais dançassem e fizessem doações, mais riquezas receberiam em sua nova vida. Aqueles que não cumprissem suas determinações seriam severamente punidos. O movimento, como descreve Crocker, acabou provocando, por parte dos civilizados, uma verdadeira carnificina, em represália à matança de gado feita pelos índios, para proporcionar alimento aos participantes do culto messiânico. Kee-khwëi profetizara que

“se os civilizados viessem atacar a aldeia, lagos se ergueriam nas savanas para conter seu avanço, fogos os consumiriam, e suas balas se desviariam pelos poderes de Aukhé. Mas quando

o ataque finalmente ocorreu no início de julho, muitas balas realmente atingiram seus alvos, e com a áspere evidência de seus parentes estendidos ao solo, os Canela rapidamente consideraram que o movimento tinha sido uma decepção e que Kee-khwëi era uma impostora” (Crocker, 1967: 70, minha tradução, R. H. M.).

A comunicação se completa com um detalhamento maior de alguns episódios do movimento messiânico e com uma análise à luz de certos aspectos da teoria sócio-antropológica sobre os movimentos messiânicos, dos quais desejo destacar apenas um:

“Uma análise dos fatores antecedentes contribuintes de qualquer movimento de revitalização deve quase necessariamente focalizar em aspectos da deficiência econômica como fonte de descontentamento e falta de confiança. Muito claramente, a economia Canela era deficiente e tinha sido deficiente por vários anos. É interessante, entretanto, que o movimento ocorreu justamente quando a economia estava claramente se desenvolvendo. O jovem Kaapel-tik tinha estabelecido uma relação viável de crédito com um fazendeiro da vizinhança de forma que os Canela estavam recebendo mercadorias e carne em troca de trabalho. Pode ser que um pequeno desenvolvimento econômico possa fazer nascer esperanças para desejar muito mais, o que somente é capaz de ser obtido através do que pode ser chamado de ‘fantasia cultural’” (Crocker, 1967: 79, minha tradução, R. H. M.).

Os trabalhos de Edson Diniz e Roberto Da Matta constituem também estudos de caso, enfocando áreas e grupos tribais específicos. Isso não significa que se trata de simples descrições etnográficas, pois ambos estão inseridos dentro das preocupações teóricas já então dominantes na etnologia brasileira. Diniz, tratando a respeito dos índios Makuxi e Wapitxâna do então Território de Roraima coloca, desde o título, uma questão: trata-se de índios integrados ou alienados? A resposta os considera como alienados:

“Os Makuxi e os Wapitxâna, não tendo condições materiais para fazer face à nova situação, gerada pelo contato continuado e cada vez mais estreito, vendem sua força de trabalho, a fim de suprir as deficiências comerciais de sua economia ainda quase de autoconsumo. Mas, além de constituírem mão-de-obra não

qualificada, têm contra si as flutuações de um mercado de trabalho de pouca desenvoltura. Valem-se, também, como outro maio de suprir o poder aquisitivo, da garimpagem diamantífera, feita por métodos rotineiros, sendo por isso pouco lucrativa. A isso se acrescentam os logros de que são vítimas pelos compradores de suas diminutas pedras (...). As relações entre *civilizados* e *cabocos* [isto é, índios] (...) medeiam entre relações coloniais e relações de classe, embora a estratificação baseada em índices sócio-econômicos não tenha se transferido para os últimos, a não ser quando são vistos como integrantes da ‘classe baixa’. Ademais, a camada dominante da sociedade regional que enfeixa em suas mãos a estrutura do poder, não foi ainda abalada em seu aspecto monolítico” (Diniz, 1967: 96-97).

Aqui o autor está lidando também com a noção de situação colonial, mas invocando as formulações teóricas de Rodolfo Stavenhagen, para quem “não se pode deixar de insistir que o caráter classista e o caráter colonial das relações interétnicas são dois aspectos intimamente ligados de um mesmo fenômeno”. Entretanto, continua o sociólogo mexicano: “o caráter colonial das relações interétnicas imprime às relações de classe características particulares que tendem a frear seu desenvolvimento” (Stavenhagen, 1963: 100, *apud* Diniz, 1967: 97, minha tradução, R. H. M.). Ao mesmo tempo, ele tem em vista as análises feitas por Roberto Cardoso de Oliveira, que também dialoga com Stavenhagen, com base em outras situações empíricas investigadas no território brasileiro. E o conceito de alienação que o autor adota, é por ele definido nos seguintes termos: “Entende-se aqui por alienação do índio, o processo que se caracteriza pela ambigüidade sócio-cultural, provocada neste caso, pelo contato interétnico continuado. Nesse embate interssocietário a sociedade indígena fica desfigurada e, por outro lado, seus membros não conseguem vivência plena como participantes da sociedade envolvente, obstada pela oposição estrutural e histórica que os separa” (Diniz, 1967: 97).

A comunicação de Roberto Da Matta visava fundamentalmente apresentar algumas questões de interesse teórico a respeito de dois grupos tribais que habitam o médio Tocantins, no estado do Pará, ambos de língua Jê: os Apinayé e os Gaviões, que foram classificados, em conjunto, por Kurt Nimuendaju, como Timbira. O trabalho foi

elaborado no contexto de um grande projeto comparativo dos índios Jê, que estava sendo realizado por antropólogos do Museu Nacional do Rio de Janeiro e da Universidade de Harvard, sob a coordenação de Roberto Cardoso de Oliveira e David Maybury-Lewis, graças a convênio existente entre as duas instituições<sup>109</sup>.

Embora esses índios mantivessem contato, na época, com duas frentes extrativistas vegetais (castanha no caso dos Gaviões e babaçu no caso dos Apinayé), com resultados extremamente deletérios para ambos os grupos, não era esta a questão principal que o autor pretendia abordar<sup>110</sup>. Depois de justificar o tratamento em separado dos Apinayé e Gaviões em relação aos outros grupos Jê, o autor passa a tratar, na segunda parte do texto, da questão teórica mais importante que deseja abordar, isto é, a análise do sistema social Gavião e Apinayé. Como não me cabe, aqui, nem tenho competência para resumir, as questões mais técnicas e áridas envolvidas numa análise da estrutura social e do parentesco dos grupos tribais abordados pelo autor, apresento, a seguir, apenas alguns tópicos, sumariados pelo próprio Da Matta, no resumo de sua comunicação: 1) “esses grupos possuem metades que não regulam as trocas matrimoniais”; 2) “possuem sistemas de relações que rompem o chamado ‘princípio de geração’ com equações terminológicas Crow e não um sistema de duas seções”; 3) “não possuem linhagens matrilineares (...), mas ‘kindreds’ bilaterais cujos limites são de difícil determinação mesmo para os nativos”; 4) “não obstante a falta de uma infra-estrutura social teoricamente esperada para fundamentar o dualismo que caracteriza os dois grupos, todo o sistema cosmológico dos Gaviões e Apinayé está baseado no princípio da união dos opostos” (Da Matta, 1967: 142).

<sup>109</sup> Participando desse projeto, vários antropólogos brasileiros e americanos, que ficaram conhecidos como “jeólogos”, fizeram seu doutoramento, no Brasil e nos EUA, entre os quais o próprio Da Matta, que escreveu uma dissertação de doutorado sobre os índios Apinayé, intitulada *Um Mundo Dividido*, onde faz uma penetrante análise da estrutura social desse grupo indígena brasileiro.

<sup>110</sup> Sobre esse problema, diz o autor: “Esses contatos praticamente extinguiram a vida tribal Gavião (...); e os Apinayé quase chegaram à destrabalização nas três primeiras décadas deste século (...). Se bem que atualmente a situação de cada uma destas sociedades seja profundamente diferente, com os Apinayé se recuperando e os Gaviões sem possibilidades de sobrevivência enquanto tribo [previsão que, felizmente, não se confirmou], estes contatos com frentes da sociedade brasileira vieram, sem nenhuma dúvida, acelerar um processo de modificação que acentua ainda mais as diferenças entre estas sociedades e os outros Jê do Norte” (Da Matta, 1967, p. 135). Estas questões ligadas às conseqüências deletérias do processo de fricção interétnica, no caso dos Gaviões, já tinham sido abordadas pelo autor em seu livro, na época ainda inédito, *Índios e Castanheiros*, escrito em colaboração com Roque de Barros Laraia, do qual voltarei a falar adiante.

E, finalmente, em sua conclusão, o autor “tenta resolver certas aparentes contradições da etnografia Timbira, apresentando a hipótese de que os Jê-Timbira, por trás de um formalismo aparente, teriam uma estrutura social fluida, onde seria possível um grande número de combinações e manipulações em certas áreas do sistema”. Com isso, Da Matta “supõe que se possa explicar problemas de ordem imediata, e. g., o conservantismo Timbira e também problemas mais gerais como a intensa vida cerimonial destes grupos e algumas dificuldades encontradas no campo quando o pesquisador tenta apreender certos aspectos dos sistemas sociais Timbira” (Da Matta, 1967: 1:3-143).

O último trabalho desse conjunto de “etnólogos” que estou analisando é o de Roberto Cardoso de Oliveira (cf. Oliveira, 1967). Trata-se, na verdade, do mais maduro do grupo, no Brasil, que, por sua vez, vinha formulando, em diálogo com teóricos estrangeiros, como Balandier e Stavenhagen, a importante teoria da fricção interétnica, em substituição ao paradigma teórico da aculturação, adotado, em razão da influência da antropologia americana, pelos etnólogos brasileiros de uma geração anterior, entre eles Eduardo Galvão.

A comunicação apresentada por Cardoso de Oliveira foi um texto adaptado do prefácio que escreveu para o livro de Roque de Barros Laraia e Roberto Da Matta, *Índios e Castanheiros*. Esse livro, cuja pesquisa foi orientada por Cardoso de Oliveira, estuda os índios do médio Tocantins (Gaviões, Suruí e Asurini), no sul do Pará, em situação de fricção interétnica, pressionados pela frente extrativista da castanha. Trata-se, no caso, como também acontece em outras situações – dos Tükuna no alto Solimões, estudados pelo próprio Cardoso de Oliveira; e dos Krahô, no Centro-Oeste, estudados por Júlio César Melatti —, do uso teórico “da noção de *situação* (colonial ou de fricção), como um instrumento de compreensão e de explicação da realidade tribal, vista não mais em si, mas em relação à sociedade envolvente”. Esse estudo em situação implica em pesquisar não somente a sociedade indígena, mas também “a sociedade alienígena, nacional ou colonial”. Além disso, esse estudo

“presume (...) a consideração da estrutura de classes da sociedade regional e de sua explicação em termos dinâmicos, segundo os quais a identificação pura e simples das classes, por exemplo,

como grupos sociais empiricamente dados, não será por si só suficiente para fazer progredir o conhecimento que se almeja ter do contato interétnico. Por isso a noção de classe é inserida noutras mais amplas, como a de contradição e de antagonismo, porque elas melhor explicam a realidade da situação de fricção interétnica, permitindo ressaltar a ambigüidade do comportamento dos brancos (i. e., dos regionais), ora disputando entre si seringueiros e seringalistas, ora unindo-se na discriminação do índio, pelo jogo dialético de seus interesses e de suas representações raciais, como se constatou entre os Tükuna” (Oliveira, 1967: 187-188).

Ao lado disso, torna-se necessário continuar os estudos de caso para que se possa melhor compreender a complexidade de que se revestem as diversas situações nas várias áreas da Amazônia. Para que se possa, porém, compreender toda essa complexidade, é necessário também “o conhecimento da estrutura social de cada uma das sociedades indígenas submetidas à fricção interétnica”, o que permite, por exemplo, entender que a mesma “fronteira econômica” possa “também engendrar diferentes reações segundo a especificidade sócio-cultural e demográfica de suas respectivas populações” (Oliveira, 1967: 191 e 193). Compreende-se, então, como se integram os diversos estudos desenvolvidos, na época, pelos diferentes antropólogos brasileiros e não brasileiros que participavam dos estudos de etnologia indígena no Museu Nacional e a partir dele, sob a orientação de Roberto Cardoso de Oliveira, e em Harvard, sob a orientação de Maybury-Lewis (alguns deles, como Roberto Da Matta, ligados às duas instituições). Assim, mesmo os estudos sobre o sistema social dos Apinayé e Gaviões, buscando desvendar sua estrutura social e seu sistema de parentesco, com preocupações estruturalistas, aparentemente distantes das questões mais traumáticas do colonialismo interno e da subordinação dos índios ao “mundo dos brancos”, não deixavam de estar integrados às preocupações teóricas mais gerais preconizadas por Cardoso de Oliveira.

### **Em conclusão: perspectivas esboçadas na época para as antropologias brasileira e amazônica**

Na época em que ocorreu a VII RBA, em Belém, a antropologia

brasileira passava por grandes transformações, as quais se encontram refletidas no conjunto das conferências e comunicações que foram apresentadas nessa reunião. O paradigma culturalista e os estudos de comunidade ainda estão presentes como propostas teóricas preconizadas por alguns dos participantes de maior prestígio na Reunião, inclusive o então presidente da ABA, Eduardo Galvão. Mas as novas perspectivas teóricas, influenciadas pelo marxismo, pelo estruturalismo e pela sociologia francesa (sem deixar de lado as importantes contribuições da antropologia americana) já são muito fortes, prenunciando uma dominância que, se ainda não possuem efetivamente, são, no entanto, claramente prenunciadas.

Gostaria, porém, de concluir este artigo retornando à conferência de Eduardo Galvão, que resumi nas primeiras páginas. Ao final de sua conferência, Galvão propõe uma espécie de programa para a antropologia na Amazônia, em que afirma, como foi dito, a necessidade de “pesquisas de equipe” e de “colaboração interdisciplinar”. Quanto ao primeiro ponto, lembra duas experiências: a primeira, a que já me referi acima e que hoje é reconhecida pela sua grande relevância para a etnologia brasileira: “do ponto-de-vista do trabalho de equipe, citamos o exemplo mais recente, desenvolvido pelas equipes do Museu Nacional e da Universidade de Harvard, sob a orientação de Oliveira e Maybury Lewis com enfoque na área Tocantins Xingu, particularmente os grupos Kayapó, e que veio de encerrar-se agora, após três anos, com um seminário em Harvard”. E a segunda, que foi planejada pelo próprio Galvão: “tentativa semelhante foi iniciada pela Universidade de Brasília para a área do alto Xingu, infelizmente interrompida por circunstâncias alheias ao interesse científico [a grande crise da UnB, acima referida] e que agora é retomada pelo Museu Goeldi em termos ampliados, de modo a possibilitar uma cobertura arqueológica, etnológica e lingüística” (Galvão, 1967: 25).

No tocante à colaboração interdisciplinar, na Amazônia, “um começo foi tentado pelo Museu Nacional, utilizando-se de sua própria equipe, nos idos de 50, em que a um trabalho prévio por antropólogos sucederam-se outros de interesse das ciências naturais”. Esse interesse pela interdisciplinaridade foi levado por Galvão para o Museu Goeldi e continuava presente com destaque no final de sua conferência, em

1967, como presidente da ABA, durante a VII RBA: “citaria a minha própria experiência, quando no ano passado com Paulo Vanzolini, do Departamento de Zoologia de São Paulo, ‘sentamos’ por um mês na aldeia Kamaiurá (Alto Xingu) não tanto para coletar bichos ou interpretar cartas de parentesco, mas assuntar do que sua experiência como biólogo, e a minha como etnólogo podiam conduzir a uma explicação da ‘biota’ xinguaná. Se não chegamos a uma explicação, ficaram umas tantas idéias que vamos levar para pesquisas futuras” (Galvão, 1967: 26). Essas pesquisas não tiveram continuidade, pois não surgiram condições objetivas que permitissem sua concretização. Mas a proposta de Galvão certamente continua válida e poderia ser retomada, com resultados altamente proveitosos para o conhecimento científico da Amazônia.

## Referências

ABA, Associação Brasileira de Antropologia. *VII Reunião Brasileira de Antropologia. Sumário das Comunicações Apresentadas*. Belém: Imprensa Universitária, 1966.

ARNAUD, Expedito. “Grupos Tupi do Tocantins”. *Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica*, Vol. 2 (Antropologia). Rio de Janeiro: CNPq., 1967: 57-68.

ATAS do Simpósio sobre a Biota Amazônica, Vol. 2 (Antropologia). Rio de Janeiro: CNPq., 1967.

CASTRO FARIA, Luiz de. “Eduardo Galvão (1921-1976)”. *Anuário Antropológico* 76, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro: 347-354, 1977.

CROCKER, William H.. “The Canela messianic movement: an introduction”. *Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica*, Vol. 2 (Antropologia). Rio de Janeiro: CNPq., 1967: 69-83.

DA MATTA, Roberto. “Grupos Jê do Tocantins”. *Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica*, Vol. 2 (Antropologia). Rio de Janeiro: CNPq., 1967: 133-143.

DINIZ, Edson Soares. “Os Makuxi e os Wapitxâna: índios integrados ou alienados?” *Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica*, Vol. 2 (Antropologia). Rio de Janeiro: CNPq., 1967: 93-100.

FIGUEIREDO, Napoleão & A. VERGOLINO E SILVA. “Alguns elementos novos para o estudo dos batuques de Belém”. *Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica*, Vol. 2 (Antropologia). Rio de Janeiro: CNPq., 1967: 101-122.

GALVÃO, Eduardo. *Santos e Visagens: Um estudo da vida religiosa de Itá: Amazonas*. Brasiliana 284. São Paulo: Editora Nacional, 1955.

GALVÃO, Eduardo. “Estudos de aculturação dos grupos indígenas do Brasil”. *Revista de Antropologia*, São Paulo 5 (1): 67-74, 1957.

GALVÃO, Eduardo. “Estudos de Antropologia na Amazônia”. *Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica*, Vol. 2 (Antropologia). Rio de Janeiro: CNPq., 1967: 13-28.

LEACOCK, Seth. “Cerimonial drinking in an afro-Brazilian cult”. *American Anthropologist* 66 (2), 1964 a.

LEACOCK, Seth. “Fun-leiving deities in an afro-Brazilian cult”. *American Quarterly*, 37 (3), 1964 b.

MAUÉS, R. Heraldo. “Memória da antropologia da Amazônia ou Como fazer ciência no ‘paraíso dos etnólogos’”. In *Uma Outra “Invenção” da Amazônia: religiões, histórias, identidades*. Belém: Cejup, 1999.

MOREIRA NETO, Carlos A.. “Constante histórica do ‘indigenato’ no Brasil”. *Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica*, Vol. 2 (Antropologia). Rio de Janeiro: CNPq., 1967: 175-185.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *O Processo de Assimilação dos Terena*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1960.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. “Áreas de fricção interétnica na Amazônia”. *Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica*, Vol. 2 (Antropologia). Rio de Janeiro: CNPq., 1967:187-193.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. “Elogio da ABA”. *Anais da XV Reunião Brasileira de Antropologia*. Curitiba: Departamento de Antropologia da UFPR, 1987.

REIS, Arthur César Ferreira. *Síntese da História do Pará*. Belém, 1942.

RIBEIRO, Darcy. *A Política Indigenista Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola, 1962.

STAVENHAGEN, Rodolfo. “Classes, Colonialismo y Aculturación. Ensayo sobre um sistema de relaciones interétnicas em Mesoamérica”. *América Latina*, Rio de Janeiro, 6 (4): 63-104, 1963.

STEWART, Julian H. & L. C. FARON. *Native Peoples of South America*. New York: McGraw Hill, 1959.

SÁ, Samuel M. A. & E. V. SÁ. “Eduardo Galvão: His Career and his Presence as an Anthropologist in the Brazilian Amazon Area”. *Florida Journal of Anthropology* 4 (2): 5-15, 1979.

WAGLEY, Charles. “O estudo das comunidades amazônicas”. *Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica*, Vol. 2 (Antropologia). Rio de Janeiro: CNPq., 1967:41-55.

WAGLEY, Charles. “Foreword”. In: *The Canela (Eastern Timbira), I: An Ethnographic Introduction*. By William H. Crocker. Smithsonian Contributions to Anthropology, Number 33, 487 pages, 11 tables, 51 figures, 78 plates, 1990. Disponível em <http://www.mnh.si.edu/anthro/canela/literature/monograph/foreword.htm>, acessado em 06/01/2006.

# HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA ANTROPOLOGIA EM BELÉM – PARÁ

---

Jane Felipe Beltrão  
UFPA, PA

Falar de Antropologia quaisquer de suas nuances: Associação Brasileira de Antropologia (ABA), pesquisa e ensino de graduação e pós-graduação em Belém e, por extensão na Amazônia, para mim, é lembrar de dois antropólogos emblemáticos, para a formação dos profissionais que, hoje, são acolhidos pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e pela Universidade Federal do Pará (UFPA), os mestres Eduardo Enéas Gustavo Galvão e Arthur Napoleão Figueiredo.

## **Os pioneiros**

Eduardo Galvão, para mim, é a representação da formação fora da UFPA, lá no Goeldi. Pessoa severa e, demasiadamente, irônica que ficava pensativo quando nós, eu ou algum dos colegas, aprendizes de antropólogos, dizíamos tolices pela pouca compreensão tínhamos da Antropologia. Socrática e pacientemente, Galvão evitava que desistíssemos da formação. Ficava sempre à cabeceira da mesa, esperando nossas observações, após suas alentadas exposições, durante os seminários de formação que conduzia no Museu Goeldi. Com ele aprendi muito, do pouco que sabia ao tentar dar vãos mais ousados.

Napoleão Figueiredo, mais próximo, foi meu professor e preceptor da monitoria em Antropologia na UFPA. Não era lá muito bem humorado, guardava traços de uma rígida disciplina militar que integrava a sua formação, mas era generoso e quando estava afável era muito engraçado. A ele devo os muitos embates e a condução a

uma formação fora de Belém. Aliás, não apenas eu, pelo menos três gerações de antropólogos do, hoje, Departamento de Antropologia da UFPA foram “empurrados”, incentivados e apoiados por Napoleão para tornarem-se antropólogos.

A lembrança mais terna que tenho dos dois é fora do ambiente institucional, um dia inteiro conversando em face da minha formatura, em 1973. Nesse dia fizeram-se acompanhar da figura mais temida dos aprendizes de antropólogos, Mario Simões. O arqueólogo que ajudou a constituir a divisão de Arqueologia do Goeldi e de quem, minha memória, ouve ecoar a advertência: “menina, na Arqueologia, antes de tudo, lava-se cacos!” Voz troante que me fez estremecer e desistir da formação em poucos meses, pois os aprendizes só iam a campo após longas sessões de técnicas de limpeza e armazenamento de artefatos arqueológicos. Entre piadas e um copo e outro de Whiskey bebida preferida dos três pioneiros, desfiz algumas das imagens pré-concebidas sobre eles que armazenei ao longo dos quatro anos de formação na graduação em História. Mesmo, nos momentos de informalidade, eles não deixavam de orientar e de aconselhar os jovens estudantes. Hoje, longe de nosso convívio, devem dar boas gargalhadas todo final de tarde, como faziam nos idos da década de 80, contando histórias.

### **Como se formam os antropólogos**

Em Belém, como na Amazônia a formação em Antropologia não se processa na graduação,<sup>111</sup> durante a década de oitenta e início dos anos noventa a formação possível para além da graduação, em Belém, era o estágio de aperfeiçoamento oferecido pelo Goeldi. Antes de partir, para o sul e sudeste do país ou para o exterior, em busca de formação pós-graduada em Antropologia os interessados em Antropologia e Arqueologia, em geral, oriundos dos cursos de História e Ciências Sociais da UFPA,<sup>112</sup> passavam um período no Goeldi assistidos por Galvão e Simões. O primeiro era secundado

---

<sup>111</sup> Em 1987, os membros do Departamento de História, que abrigava o Grupo de Atividades em Antropologia, apostaram na possibilidade de criar graduação em Antropologia, mas por diversas razões o projeto malogrou.

<sup>112</sup> Estes cursos concentravam o maior número de disciplinas antropológicas e permitiam a iniciação científica via monitoria e pesquisa em Antropologia, daí a origem de muitos antropólogos paraenses.

por Samuel Maria de Amorim e Sá e Adélia Engrácia de Oliveira na iniciação dos aprendizes. Após o estágio, os aprendizes prestavam exame junto aos cursos de pós-graduação existentes, à época, na Universidade de São Paulo (USP), Museu Nacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal da Bahia (UFBA) ou se dirigiam ao exterior. Além dos que foram para fora fazer formação, o Goeldi também recebeu antropólogos e arqueólogos vindos do sul e sudeste para receber formação aperfeiçoada e, mesmo para integrar os quadros da secular Instituição de pesquisa.<sup>113</sup>

A diversidade da formação dos primeiros mestres permitiu o nascimento da pós-graduação em Belém, que chegou com a experiência da especialização, em 1986, o Curso de Especialização em Teoria Antropológica que teve sete versões. Os últimos profissionais com título de especialistas saíram em 1999. Aproveitando o ensinamento dos pioneiros, Galvão e Napoleão, os cursos foram sempre oferecidos pela UFPA em colaboração com os profissionais do Museu Goeldi. Outra característica da especialização foi estar aberta aos quatro campos da Antropologia, contou-se sempre com disciplinas de Arqueologia, Antropologia Biológica e Lingüística. Os docentes do Departamento de Antropologia da UFPA e do Goeldi ministraram aulas e orientaram os especialistas antes de se afiliarem ao Mestrado em Antropologia, este criado em 1994, tanto que alguns dos discentes fizeram especialização, antes de ingressar no mestrado.<sup>114</sup>

A existência do Mestrado permitiu durante dez anos (1994-2004) a formação de antropólogos na Amazônia, evitando a busca de preparo profissional, exclusivamente, no centro-sul do país, fato que além de onerar substancialmente a formação de recursos humanos, compromete a formação de profissionais em âmbito regional, dificultando a constituição de uma comunidade acadêmica voltada

---

<sup>113</sup> Sobre o assunto, consultar: FAULHABER, Priscila & TOLEDO, Peter Mann (org.). *Conhecimento e fronteira: história da Ciência na Amazônia*. Belém, MPEG, 2001 e MAUÉS, Raymundo Heraldo. "Memória da Antropologia da Amazônia ou como fazer ciência no "paraíso dos etnólogos" In *Uma outra invenção da Amazônia – religiões, histórias e identidades*. Belém, Cejup, 1999: 27-54.

<sup>114</sup> Sobre a formação de antropólogos antes da existência do Mestrado em Antropologia, consultar: ALVES, Ana Rita Pereira & BELTRÃO, Jane Felipe. "Como formar profissionais em Antropologia na Amazônia: um relato de experiência na UFPA" In *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA*. Belém, N° 22, 1990: 1-17.

aos problemas amazônicos e comprometida com os destinos da região. As condições peculiares da região constituem argumento que reforça e pede uma solução regional singular, dada a urgência de qualificar recursos humanos capazes de estudar a realidade local e gerar conhecimentos que se adaptem às peculiaridades e dimensões das questões regionais.<sup>115</sup> O mesmo argumento foi usado na constituição do recém-iniciado (2003) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) com área de concentração em Antropologia e Sociologia que já está colocando no mercado de trabalho seus primeiros mestres.

A demanda ao curso (em nível de mestrado, agora, incorporando o doutorado)<sup>116</sup> jamais foi atendida adequadamente, pois a oferta de vagas não corresponde a um terço da demanda, conforme anotado no Quadro 1, abaixo.

### **Quadro 1** **Mestrado em Antropologia e Programa de Pós-Graduação Ciências Sociais (área de Antropologia) na UFPA**

Ano de seleção <sup>117</sup>	Demanda		Aprovação		Titulação	
	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado
1994	62		7		7	
1996	71		9		9	
1998	83 <sup>118</sup>		9		9	
2000	157		17		15	
2002	98		12		12	
2003 <sup>119</sup>		18		6		6 (fev. de 2007)
2004 <sup>120</sup>	72	21	10	4	10 (fev. de 2006)	4 (fev. de 2008)
2005	53	23	11 <sup>121</sup>	5	10 (fev. de 2006)	5 (fev. de 2008)
2006	43	19	11	5	10 (fev. de 2006)	5 (fev. de 2008)

<sup>115</sup> Sobre a formação de antropólogos no Mestrado em Antropologia, consultar: BELTRÃO, Jane Felipe. "Amazônia e Antropologia: gradações de um enredamento secular" In *O campo da Antropologia no Brasil*. Contracapa/ABA, 2004: 187-212.

<sup>116</sup> Na primeira seleção ao doutorado, em maio de 2003, inscreveram-se 17 candidatos e, em janeiro de 2004, 16 candidatos, tanto na primeira como na segunda seleção foram aprovados quatro candidatos.

<sup>117</sup> As seleções até 2004 foram realizadas de dois em dois anos.

<sup>118</sup> Infelizmente, não foi possível recuperar o número exato de inscrições ao mestrado em 1994, 1996 e 1998, as anotações foram feitas conferindo informações junto aos membros das bancas examinadoras à época.

<sup>119</sup> Em 2003, só foi realizada seleção ao doutorado, pois o PPGCS estava iniciando suas atividades.

<sup>120</sup> A seleção a partir de 2004 é feita para o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais com área de concentração em Antropologia e Sociologia, os números apresentados correspondem, apenas, à demanda da Antropologia.

<sup>121</sup> Um dos candidatos aprovado no Mestrado, também foi aprovado no processo seletivo realizado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como fez graduação na UFPA, decidiu cursar o mestrado junto a UFSC, conforme esclareceu na carta enviada ao PPGCS.

Na verdade, o não oferecimento do Curso de Especialização em Teoria Antropológica, a partir de 1997, fez aumentar a demanda ao Mestrado. Nenhum dos cursos oferecidos pela UFPA para clientela semelhante a nossa ombreia a demanda à Antropologia. O fato é lamentável pela impossibilidade de atendimento. Como disse uma das candidatas que não logrou êxito: “... professora tanta gente precisando estudar, não tem jeito de ter mais vagas?”

Dos 54 alunos que ingressaram no Programa até 2002 todos, à exceção de dois que se evadiram, defenderam suas dissertações dentro das linhas de pesquisa: 25 em *Antropologia das Populações Amazônicas* orientadas por onze docentes; em *Raça, etnicidade e gênero: diferenciações e multiplicidades* foram 14 trabalhos supervisionados por quatro docentes; e em *Simbolismo, religião e saúde* foram 13 trabalhos acompanhados por quatro profissionais. Em geral, os antropólogos afiliados ao mestrado trabalham em mais de uma linha de pesquisa, posto que não somos muitos, nove da UFPA e seis do MPEG,<sup>122</sup> e os temas ultrapassam os campos descritos pelas linhas. Até fevereiro de 2004 titularam-se 52 profissionais sendo: dois em 1997; três em 1998; quatro em 1999; 16 em 2000; 15 em 2002; um em 2003; e 11 em 2004. O PPGCS formou um mestre em agosto de 2005, ingresso em 2004, antes da data prevista, os demais devem defender suas dissertações a partir de fevereiro de 2006. Os primeiros doutores serão titulados após até abril de 2007.

### **Além da academia, o que faziam/fazem os antropólogos**

Em Belém, desde 1966, quando foi realizada a VII Reunião Brasileira de Antropologia (VII RBA),<sup>123</sup> os antropólogos, sempre se fizeram presentes e, também, promoveram eventos científicos de caráter local, regional, nacional e internacional nos quais tiveram ativa participação. É interessante assinalar que nos fizemos presentes, inclusive, em eventos de outras áreas, nos quais éramos solicitados a falar sobre as questões candentes na Amazônia, pois somos considerados “formadores de opinião” em sala de aula e na mídia,

<sup>122</sup> Em dez anos o quadro de profissionais se expandiu, mas o Mestrado iniciou com o concurso de sete profissionais.

<sup>123</sup> Sobre o assunto, consultar o texto de Raymundo Heraldo Maués, neste volume.

espaços onde nos fazemos presentes em debates ou concedendo entrevistas aos veículos de comunicação.<sup>124</sup>

A tradição de falar e participar, dos antropólogos, não se circunscreve aos nossos dias. Ainda nos anos oitenta, criou-se a sessão regional da Associação Brasileira de Antropologia, que, carinhosamente, chamávamos “abinha” participei da comissão que, junto com Raymundo Heraldo Maués e Isidoro Maria da Silva Alves, em 1978, elaborou os estatutos que foram aprovados em assembléia geral. Eram tempos de chumbo, colegas foram presos, muitos perseguidos e, os poucos que podiam se expressar usaram a palavra em apoio aos direitos de minorias étnicamente diferenciadas, os povos indígenas.

Os tempos eram difíceis, as denúncias se sucediam, a Procuradoria da República, tal qual conhecemos hoje, não existia. A ABA juntava-se a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Nacional de Apoio aos Índios (ANAI), a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) e tantas outras associações de classe que se dispunham a oferecer denúncia, encaminhar dossiês, organizar passeatas, entre as muitas atividades que nos consumiam naqueles anos difíceis. A agitação política era grande, mas não descuramos da formação e do apoio aos companheiros de luta pela qualidade do ensino público e gratuito. “Todo dia era dia de índio” e os cursos se multiplicavam! Analisamos livros didáticos recuperando os textos dos preconceitos contra índios, negros e mulheres; oferecíamos cursos de extensão para atualizar os colegas que atuavam nas escolas públicas municipais, estaduais e federais. Íamos de escola em escola conversar com os alunos sobre os indígenas e muitos outros temas.

Os “eventos de calendário” como: dia da mulher; semana do índio; “descobrimento” do Brasil; 13 de maio, mais tarde o 20 de novembro; festas juninas, semana do folclore, semana da Pátria, Círio de Nazaré; Proclamação da República; dia da Bandeira não nos escapavam, “desconstruíamos” e construíamos temas e questões

---

<sup>124</sup> A respeito do assunto, conferir os trabalhos de BELTRÃO, Jimena Felipe. *Opinion Leaders' perceptions on sustainable development and new media role de Brazilian Amazônia*. Dissertação de Mestrado apresentada à University of Missouri. Columbia/USA, 1994 e *Sustainable Development Issues in the Brazilian Amazon Press: A Regional Perspective 1990-1994*. Tese de Doutorado apresentada à University of Leicester, Leicester, 1997.

polêmicas que pudessem provocar discussões políticas e manter acesa a chama da resistência aos militares. Parece pouco, as bandeiras, hoje, parecem rotas, mas era o possível, era a nossa forma de inserção social.

Corremos da polícia, tentamos libertar colegas, escrevemos cartas, manifestos, colhemos assinaturas que, hoje, parecem fora de moda. Os assuntos sobre os quais me debruço, muito rapidamente, até hoje, de certa forma, foram pouco estudados. Muitos documentos estão a espera de historiadores que percorram os arquivos da ABA e de colegas nossos que zelosamente arquivaram documentos importantes para a História da Antropologia depositados no Arquivo Edgard Leuenroth.<sup>125</sup>

Eu me emocionei, no arquivo, ao ver os documentos sobre o Projeto Calha Norte, Parque Yanomami, as cartas à Anistia Internacional, as denúncias sobre os companheiros que foram paralisados pela bala dos pistoleiros, entre tantos outros documentos. Éramos ingênuos, não sei ... talvez! Sei que fiz tudo com a convicção de jovem e idealista. Parece que todos que trabalhamos aqui, em Belém, fugimos escapamos da prática colonial da Antropologia, pois a vida na Amazônia ensina a agir.

Hoje, a rotina mudou um pouco, mas continuamos próximos aos movimentos sociais, somos jovens ao comemorar 50 anos.

## Referências

ALVES, Ana Rita Pereira & BELTRÃO, Jane Felipe. “Como formar profissionais em Antropologia na Amazônia: um relato de experiência na UFPA” In *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA*. Belém, Nº 22, 1990: pp.1-17.

BELTRÃO, Jane Felipe. “Amazônia e Antropologia: gradações de um enredamento secular” In *O campo da Antropologia no Brasil*. Contracapa/ABA, 2004: pp.187-212.

---

<sup>125</sup> Sobre as possibilidades do acervo da ABA, consultar BELTRÃO, Jane Felipe & ECKERT, Cornelia. *Relatório da visita de Jane Beltrão e Cornelia Eckert ao acervo da ABA*. Relatório Técnico de 03.06.2005 disponível no site [http://www.abant.org.br/informacoes/documentos/documentos\\_043.shtml](http://www.abant.org.br/informacoes/documentos/documentos_043.shtml).

BELTRÃO, Jane Felipe & ECKERT, Cornelia. *Relatório da visita de Jane Beltrão e Cornelia Eckert ao acervo da ABA*. Relatório Técnico de 03.06.2005 disponível no site [http://www.abant.org.br/informacoes/documentos/documentos\\_043.shtml](http://www.abant.org.br/informacoes/documentos/documentos_043.shtml)

BELTRÃO, Jimena Felipe. *Opinion Leaders' perceptions on sustainable development and new media role de Brazilian Amazônia*. Dissertação de Mestrado apresentada à University of Missouri. Columbia/USA, 1994.

\_\_\_\_\_. *Sustainable Development Issues in the Brazilian Amazon Press: A Regional Perspective 1990-1994*. Tese de Doutorado apresentada à University of Leicester, Leicester, 1997.

FAULHABER, Priscila & TOLEDO, Peter Mann (org.). *Conhecimento e fronteira: história da Ciência na Amazônia*. Belém, MPEG, 2001.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. "Memória da Antropologia da Amazônia ou como fazer ciência no "paraíso dos etnólogos" In *Uma outra invenção da Amazônia – religiões, histórias e identidades*. Belém, Cejup, 1999: 27-54.

**ABA 50 ANOS NA UFG E UCG  
GOIÁS, GO  
28 DE ABRIL 2006**

Comissão Organizadora:

Marlene Ossami de Moura (UCG) (Coordenadora)

Izabel Missagia de Mattos (UCG)

Laís Aparecida Machado (UCG)

Maria José Soares (UFG)

Nei Clara de Lima (UFG)

Rosângela Barbosa Silva (UCG)

Roseli de Fátima Brito (UFG)



# HISTÓRIA DA ANTROPOLOGIA EM GOIÁS FEITA DE REMINISCÊNCIAS

---

Nei Clara de Lima  
UFG, GO

Este texto tem por objetivo situar alguns movimentos pioneiros da antropologia em Goiás e indicar os caminhos percorridos para a institucionalização da disciplina nas Universidades Federal e Católica de Goiás. É o registro de uma memória entretecida com fragmentos de minhas lembranças dos tempos de estudante de Ciências Sociais, no início da década de 1970, e com depoimentos de precursores, alguns deles atuantes até hoje. Antes disso, no entanto, pretendo descrever em rápidas pinceladas o contexto histórico-cultural que favoreceu a emergência da antropologia entre nós.

Os anos de 1930 em Goiás, seguindo a tendência interpretativa das transformações da sociedade brasileira adotada por cientistas sociais, historiadores e estudiosos em geral, são tidos como marco da transição que separa o universo tradicional do moderno. No caso goiano, o tradicional foi concebido como penúria e decadência<sup>126</sup> num

---

<sup>126</sup> Um exemplo dessa concepção está num artigo publicado, em 1963, em um suplemento literário de um jornal local, e republicado em 1971, em forma de coletânea, cujo autor era um professor de antropologia do então Departamento de Antropologia e Sociologia da UFG: “Sem dúvida, as características feudais e agrárias da cultura goiana amarraram o progresso por intermédio do insulamento, da rotina, do tradicionalismo. Uma das forças responsáveis pelas mudanças culturais é o contacto, a intercomunicação, a difusão. Ora, antes de 30, cada comuna goiana vivia isolada, ensimesmada, empelicada, ou envolvida por um meristema de tradições impermeável às influências externas. Os contactos eram superficiais e intermitentes, no ritmo lento do carro de boi, ou no passo estradeiro de comitivas. De quando em quando, aparecia o cometa, vendendo a mercadoria produzida nas cidades litorâneas, ou o juiz de direito, o médico, o advogado, ou o padre, que vinham de fora, quando não fossem filhos da terra que regressavam dos estudos, depois de longa ausência.” NEIVA, Antônio Theodoro da S. Um estudo antropológico: a formação cultural de Goiás. In: MOTA, Ático Vilas Boas da e GOMES, Modesto. *Aspectos da cultura goiana* (II). Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1971: 99. Atualmente a reflexão sobre o estigma da decadência de Goiás localiza nos textos dos viajantes europeus, que perscrutaram o interior do Brasil e a Província de Goyaz no século XIX, a origem dessa identidade negativa atribuída aos goianos. Ver DOLES e NUNES (1992) e CHAUL (2002).

rol de descrições que passa, entre outras coisas, pelo isolamento da região, pelo atraso identificado com o latifúndio e com a produção camponesa de base familiar, com o sistema político fundado no poder de coronéis, com a “tacanhez” do modo de vida sertanejo que emoldurava indiferenciadamente o lavrador e o dono da terra, o faisgador de ouro e diamantes e o soldado, o comerciante andarilho e o tropeiro, e, em suma, com as formas de sociabilidade repetitivas dos inumeráveis festivais religiosos, da sucessão de trabalhos, estações e ciclos de vida.

O conjunto desses quadros ou de partes deles descreve imagens do sertão que têm servido para uma construção simbólica da identidade regional, construção esta que, ora negando ora afirmando o caráter híbrido da configuração que nos singulariza como goianos, abrange desde a produção literária regionalista até as interpretações acadêmicas da historiografia e das ciências sociais locais.

O século XIX em Goiás é prefigurado como o tempo da decadência que sucedeu ao efêmero período da mineração de ouro, iniciado em 1722, mas já decadente no final daquele século, quando começaram a se apresentar os primeiros sinais de esgotamento das jazidas. Segundo a historiografia, após o auge da exploração aurífera, a população migrou dos pequenos centros urbanos – muitos deles completamente arruinados – e se rarefez pelos sertões, as dilatadas solidões goianas: “Parte da população abandonou o solo goiano e parte dispersou para a zona rural, dedicando-se à criação de gado ou agricultura; costumes e hábitos da civilização branca foram esquecidos em decorrência do isolamento no qual os goianos passaram a viver; ocorreu a ruralização da sociedade e a desumanização do homem”. (Palacín e Moraes, 1989: 46)<sup>127</sup>

Ainda segundo a historiografia, esse período, marcado pela estagnação econômica que se estendeu por todo o séc. XIX e invadiu as primeiras décadas do século seguinte, assistiu, entretanto aos primeiros movimentos rumo à modernização anunciada pela chegada da estrada de ferro e definitivamente instaurada com as repercussões da Revolução de 30 no Estado de Goiás e com a implementação das

---

<sup>127</sup> O Pe. Luís Palacín foi, por três décadas, professor das Universidades Católica e Federal de Goiás, onde se destacou como pesquisador da História de Goiás, com inúmeras publicações. A tese da decadência, largamente defendida por ele, impregnou o ensino da História de Goiás no sistema escolar fundamental e médio local.

políticas de integração nacional. Com efeito, a década de 1930 funda uma espécie de tempo mítico, a que são atribuídos alguns dos movimentos que transmutariam, em progresso e modernidade, a paisagem imóvel predominante na região de Goiás ao longo de tanto tempo. Planejada para ser expressão da transição que instaurava o novo no lugar do antigo, a transferência da capital da cidade de Goiás para Goiânia foi, secundada pela construção de Brasília no início dos anos 1960, o dado determinante dessas transformações.

É certo que, a partir da década de 1950, Goiânia experimentou um significativo crescimento populacional, que viria, aos poucos, imprimir uma fisionomia urbana na região e produzir novos arranjos da vida social. Nesse contexto de implementação de outros ritmos de trabalho, outros valores e modos de convivência coletiva, começam a surgir os primeiros movimentos intelectuais, criam-se faculdades de filosofia e ciências e letras<sup>128</sup> e se realizam incursões a campo para coleta de manifestações folclóricas, artefatos indígenas, registros de rituais e de literatura oral, entre outras atividades de cunho “cultural”. Os signos do novo que se vinham instituindo nesse quadro urbano, alargado em vários sentidos, pareciam exigir outras modalidades de explicação do mundo. Essa necessidade ensejou, entre nós, a introdução das teorias cultivadas nos círculos letrados dos centros urbanos nacionais e estrangeiros.<sup>129</sup>

Diversificado, então, o universo dos inumeráveis ciclos da vida rural e vislumbrados os sinais da irreversibilidade dos novos padrões de comportamento do mundo urbano, os intelectuais, atuando simultaneamente nos movimentos folclóricos, nos círculos literários e jornalísticos, nos departamentos governamentais e na então incipiente vida acadêmica das primeiras faculdades (posteriormente

---

<sup>128</sup> Um curso de Geografia, mais tarde agregado à Universidade Católica de Goiás, funcionava desde 1949. Esse curso foi reconhecido em 1952, coincidentemente com a criação de um curso de História. Nesse mesmo ano foi instituída a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e a UCG foi fundada como Universidade. A Universidade Federal de Goiás foi criada em 1960 e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1962. Seus primeiros cursos foram Letras, Pedagogia, Matemática e Física. O curso de Ciências Sociais só veio a ser criado no ano de 1964.

<sup>129</sup> É notável o desejo antigo da intelectualidade goiana de contribuir para ‘civilizar’ o sertão, por acreditarem que esse movimento prepararia Goiás para integrar o conjunto da nação brasileira. A esse respeito, ver o artigo de PEREIRA, Eliane M. C. Manso. A construção de nação e região em Goiás, 1830-1945. *Ciências Humanas em Revista*. Goiânia, v. 6, n. 2 – jul./dez., 1995. Sobre a produção das ciências humanas locais e a adoção do desenvolvimentismo como modelo explicativo de Goiás, ver RABELO, Francisco C. E. Desenvolvimentismo e identidade: parâmetros da reconstrução das ciências sociais e humanas em Goiás. *Sociedade e Cultura*. Goiânia, v. 1, n. 1 jan./jun., 1998.

agregadas às Universidades Federal e Católica de Goiás), eram mobilizados por uma dupla tarefa: de um lado, pela exigência urgente de resgatar e registrar aquilo que imaginavam estar em processo de extinção – as expressões materiais e mentais da população sertaneja –; de outro, pelo imenso trabalho de empreender a sistematização de todo o conhecimento produzido no curso do processo de transformação.

Registrar, colecionar, classificar e investigar o que estaria desaparecendo e cedendo lugar a outras arquiteturas da vida coletiva significava dizer, entre outras coisas, que a região já ingressara numa nova ordenação do mundo: os modos sociais de vida que a povoavam transformavam-se agora em objeto de estudo. As diferenciações internas da nova sociedade já se faziam notar até mesmo sob a forma de uma especialização do pensamento, com o aparecimento de métodos e linhas de investigação sobre a vida social cada vez mais variados. Neste contexto, as Faculdades de Filosofia, em Goiânia, “seja sob o modelo da USP ou como o dos Institutos Centrais de Brasília, [eram tidas como] verdadeiros focos de fermentação social contra o tradicionalismo e a estagnação”. (TURCHI, 1990, p. 12)

Ao mesmo tempo que os intelectuais participavam do esforço de subtrair o estigma de atraso e isolamento da região, apropriando-se de discursos e de práticas modernizadoras – reproduzindo incessantemente o mito da ruptura com o mundo tradicional –, eles também investiam na elaboração de um sistema de classificação e organização do conhecimento das populações diferenciadas, cujas características e elementos culturais contrastavam frente à instauração do moderno. Animadas pelo afã de resguardar o que era tido como um objeto evanescente, para usar a expressão de Vilhena (1997), inúmeras escavações arqueológicas<sup>130</sup>, expedições etnográficas e folclóricas em Goiás, no atual Estado do Tocantins e no Mato Grosso, foram realizadas com o intuito de coletar, registrar e pesquisar artefatos indígenas, peças arqueológicas e folclóricas, vestígios de populações que se distanciavam junto com o distanciamento do sertão: indígenas e camponeses e, entre eles, remanescentes de escravos.

---

<sup>130</sup> Em 1972, o então Departamento de Antropologia e Sociologia da UFG publicou *A Carta Arqueológica – Divisão Regional para Cadastramento de Sítios Arqueológicos do Estado de Goiás*, aprovada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a *Divisão Regional para o Estudo e Defesa do Folclore no Estado de Goiás*, aprovada pela Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro.

Antes da criação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras da UFG e da UCG, esse empenho colecionista de objetos da cultura material das populações tradicionais resultava de iniciativas individuais que tinham por finalidade de recolher peças para certos acervos particulares. Grande parte desses acervos foi posteriormente doada para o Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da UCG e para o Museu Antropológico da UFG<sup>131</sup>, com a subsequente integração de vários desses exploradores a essas instituições e ao corpo docente dessas universidades. Formando os primeiros núcleos de pesquisa em antropologia, eles ensinavam a disciplina no curso de Ciências Sociais, Geografia, História e outros afins.

Na década de 1970, quando já dez anos havia que a antropologia se convertera em disciplina acadêmica, as Universidades Católica e Federal de Goiás constituíram suas respectivas instituições de pesquisa antropológica. Por esse tempo, no curso de Ciências Sociais, as temáticas de inspiração folclórica, impregnadas com os elementos das várias disciplinas antropológicas ensinadas ali, sofreram uma espécie de refração e cederam lugar à hegemonia da Sociologia, que tomou para si a tarefa de explicar a sociedade brasileira e, dentro dela, Goiás e seus processos de mudança, sob a perspectiva do desenvolvimento capitalista. Assim, a crítica marxista dessas análises exerceu um forte apelo aos estudantes de Ciências Sociais, fazendo com que muitos de nós optássemos pela “modernidade” do discurso sociológico em detrimento da Antropologia. Eu me lembro bem de como nós, estudantes dos primeiros anos da década de 1970, recusávamos o conservadorismo que atribuíamos à Antropologia e a toda análise de base funcionalista, e de como nos sentíamos revolucionários por eleger para nosso aprendizado os autores marxistas e o materialismo histórico-dialético. Sob influência dessa

---

<sup>131</sup> O Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) da Universidade Católica de Goiás foi criado em 1971, com professores oriundos do Departamento de Geografia e História dessa universidade, objetivando realizar levantamentos arqueológico, paleontológico e de história natural. Sua primeira pesquisa sistemática foi uma expedição à Terra Ronca, município de São Domingos, na gruta de Formosa, num sítio de cerâmica em Israelândia e no jazigo paleontológico de Pau Ferrado, no município de Jaupaci, todos no Estado de Goiás. O Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás foi instituído em 1970, com professores do Departamento de Antropologia e Sociologia. Realizou, em 1972, incursões a campo nas seguintes localidades: Parque Nacional do Xingu, Colônia Indígena de São Marcos, Colônia Indígena Meruri, no Mato-Grosso; Ilha do Bananal, Jaupaci, Hidrolândia, Goiás, Mara Rosa, Orizona e Inhumas, em Goiás, visando à pesquisa e a coleta de peças indígenas e registro de manifestações folclóricas.

corrente teórica, fomos conduzidos muito mais em direção a diversas modalidades de militância política que no sentido da pesquisa acadêmica propriamente dita. Além disso, contrapor-se ao regime militar imposto ao país, em 1964, era imperativo para a maioria dos estudantes e para muitos professores universitários. E, pelo menos entre nós e pela maneira como líamos o mundo àquela época, não vinha da análise antropológica, salvo raras exceções, nenhuma base teórica sobre a qual pudéssemos fundamentar as nossas incursões nas práticas esquerdistas que nos mobilizavam.

Mas, ao lado desse predomínio da explicação sociológica, os jovens professores de Antropologia, alguns com formação acadêmica em áreas afins como Geografia, História, Psicologia e Direito, continuavam a ensinar a teoria antropológica, o método etnográfico e a demarcar os campos empíricos da disciplina voltados para o estudo e a compreensão dos modos de vida do homem do Centro-Oeste. Por essa época também, vários deles saíram para cursar pós-graduação noutras cidades, enquanto outros, já titulados e vindos de fora, ingressaram nas duas principais universidades ampliando o quadro docente de Antropologia em Goiás.

No início dos anos 1980, um grupo de professores dos Departamentos de Letras, de Geografia, de Comunicação e de Ciências Sociais da UFG criou o Centro de Estudos da Cultura Popular (CECUP), que, embora oficialmente interdisciplinar, realizou atividades de cunho notadamente antropológico na região. A experiência de pesquisa desse grupo revelou algumas vocações antropológicas, transformando, mais tarde, semiólogos e sociólogos em antropólogos.

Ainda nos anos 1980, por iniciativa do Museu Antropológico da UFG, foram ministrados três cursos de especialização em Antropologia<sup>132</sup>, que consolidaram a afirmação da disciplina nas duas universidades. A partir desses cursos, muitos de nós – considero-me

---

<sup>132</sup> O primeiro deles, Métodos e Técnicas de Abordagem em Etnologia Regional, foi realizado de 04/02/1985 a 28/08/1985; o segundo, Especialização em Antropologia, realizado de 04/11/1985 a 13/12/1985; e o terceiro, Especialização em Antropologia Social, de 31/03/1986 a 18/07/1987. Esses cursos contaram com a presença de professores do Museu Nacional do Rio de Janeiro, da USP, UnB, entre outros centros de pós-graduação consolidados, e reuniu um número significativo de estudantes e profissionais interessados em ingressar na pesquisa antropológica. Por essa época, já se fazia notar a aproximação da Antropologia com a Linguística, influência que redundou, posteriormente, numa produção intensa de pesquisas com línguas indígenas e educação indígena.

filiada à 3ª. geração de antropólogos de Goiás – imprimimos uma reorientação à nossa vida acadêmica e terminamos optando pela pós-graduação em Antropologia.

Por esse tempo, as universidades ampliavam os seus quadros docentes, contratando professores e pesquisadores antropólogos oriundos de outras regiões do país, muitos deles já titulados; a estes, logo passaram a fazer companhia os acadêmicos egressos dos próprios quadros dessas universidades, estimulados por políticas específicas de qualificação a tomar parte nos programas de pós-graduação em Antropologia. Entre outras coisas, isso significou a diversificação do modo de enxergar e construir a diferença, com a conseqüente ampliação das temáticas a serem investigadas. Agora, não eram apenas as populações indígenas, os legados arqueológicos e o material folclórico das populações iletradas que constituíam os objetos de estudo por excelência, suscitando enfoques cada vez mais diversificados: outros temas, advindos especialmente do universo urbano, impunham-se, por sua relevância e pelo seu caráter significativo, à investigação antropológica.

Por fim, à guisa de conclusão de um texto que pretende iniciar – por reminiscências – o debate sobre a Antropologia em Goiás, quero dizer que, em pouco mais de trinta anos, a Antropologia feita no interior das duas universidades goianas já nos tornou herdeiros de um legado que, registrado nas suas múltiplas faces, nos incita a olhar o passado e nos chama ao diálogo com os tempos atuais.

## Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues e RAMALHO, José Ricardo. *Campesinato goiano* – três estudos. Goiânia: Editora da UFG, 1986.

CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. 2. ed., Goiânia: Editora da UFG, 2002.

DOLES, Dalísia E. Martins e NUNES, Heliane Prudente. Memória da ocupação de Goiás na primeira metade do século XIX: a visão dos viajantes europeus. *Ciências Humanas em Revista – História*, Goiânia, v. 3, n. ½, jan./dez., 1992.

COSTA, Lena Castello Branco Ferreira – Entrevista realizada em 04.01.2006.

PALACÍN, Luís e MORAES, Maria Augusta de Sant’Anna. *História de Goiás (1722)-1972*. 5. ed., Goiânia: Editora da UCG, 1989.

NEIVA, Antônio Theodoro da Silva. Um estudo antropológico: a formação cultural de Goiás In MOTA, Ático Vilas Boas da e GOMES, Modesto (Orgs.) *Aspectos da cultura goiana* (II). Goiânia: Departamento Estadual de Cultura – Gráfica Oriente, 1971.

PALACÍN, Luís e MORAES, Maria Augusta de Sant’Anna. *História de Goiás (1722-1972)*. 5. ed., Goiânia: Editora da UCG, 1989.

RABELO, Francisco C. E. Desenvolvimento e identidade: parâmetros da reconstrução das Ciências Sociais e Humanas em Goiás. *Sociedade e Cultura*. Goiânia, v. 1, n. 1, jan./jun., 1998.

TAVEIRA, Edna Luisa de Melo – Entrevista realizada em 26.01.2006.

TURCHI, Egídio. Depoimento. *Letras em Revista*. Goiânia, v. 1, n. 1/2, jan./jun., 1990.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro, 1917-1964*. Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

## **SOBRE OS AUTORES**

**Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer**

Prof<sup>a</sup> do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo. Membro da Comissão de Direitos Humanos da ABA, gestões (2002-2004 e 2004-2006).

**André Prous**

Professor titular de arqueologia do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG.

**Antonio Augusto Arantes Neto**

Professor titular convidado da UNICAMP. Consultor de políticas culturais. Foi Secretário-geral da Associação Latino-americana de Antropologia - ALA (1990-1993) e Presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo - Condephaat (1983-1984), da ABA (1988-1990) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (2004-2006).

**Antonio Motta**

Prof. no PPGA da Universidade Federal de PE e Prof. do Programa de Doutorado em Antropologia de Iberoamérica, da Universidade de Salamanca-Espanha. Membro da Comissão de Ensino de Antropologia da ABA, gestão (2004-2006).

**Bela Feldman-Bianco**

Prof<sup>a</sup>. Departamento de Antropologia e Diretora do Centro de Estudos de Migrações Internacionais (CEMI), IFCH- UNICAMP. Atual representante da área de Antropologia e Arqueologia na Capes (gestão 2005-2007).

**Bruno César Cavalcanti**

Professor de Antropologia, Instituto de Ciências Sociais da UFAL.

**Candice Vidal e Souza**

Prof<sup>a</sup> de Antropologia da PUCMINAS.

**Carlos Alberto Marinho Cirino**

Prof. Departamento de Antropologia, UFRR.

**Carlos Magno Guimarães**

Professor Adjunto de Arqueologia, UFMG.

### **Cecília Maria Vieira Helm**

Prof<sup>a</sup> titular de Antropologia Social, aposentada da UFPR, ex-aluna de José Loureiro Fernandes e Colaboradora do PPGAS/UFPR. Ex-tesoureira da ABA (gestão 1992-1994).

### **Cláudia L. W. Fonseca**

Prof<sup>a</sup>. Departamento de Antropologia da UFRGS. Ex-secretária geral da ABA gestão 1992-1994. Membro Comissão Direitos Humanos ABA (gestão 2004-2006).

### **Cornelia Eckert**

Prof<sup>a</sup>. do Departamento de Antropologia da UFRGS. Secretária Geral da ABA (gestão 2004-2006).

### **Elisete Schwade**

Prof<sup>a</sup>. e Coordenadora do PPGAS, UFRN. Diretora da ABA (gestão 2004-2006).

### **Elizabeth Nasser**

Antropóloga e professora aposentada, UFRN.

### **Emília Pietrafesa de Godoi**

Professora no Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Foi conselheira do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo - Condephaat (2000-2002). Diretora Regional da ABA e membro do GT Quilombos desta Associação (2004-2006).

### **Eny de Camargo Maranhão**

Prof<sup>a</sup>. aposentada, UFPR. E-assistente de Antropologia Física trabalhou com o Prof. Dr. Loureiro Fernandes na UFPR.

### **Eunice Ribeiro Durham**

Professora titular na Universidade de São Paulo (USP). Foi vice-presidente da SBPC (1989-1990) e Secretária Nacional de Educação Superior/MEC (1991-1992). Presidente da ABA (1980/1982).

### **Francisco M. Salzano**

Prof. Departamento de Genética, Instituto de Biociências, UFRGS. Atual presidente Sociedade Brasileira de Genética.

### **Gilberto Velho**

Professor titular, Decano do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ. Pesquisador 1A CNPq. Foi presidente da ANPOCS (1994-1996) e vice-presidente da SBPC (1991-1993). É membro da Academia Brasileira de Ciências desde 1999. Foi presidente da Associação Brasileira de Antropologia (1982-1984).

### **Gustavo Lins Ribeiro**

Professor no Departamento de Antropologia da UnB (DF). Foi membro da diretoria da Society for Latin American Anthropology (SLAA/EUA, 1998-2001). É membro da Secretaria Executiva do World Council of Anthropological Associations (WCAA) desde 2005. Foi presidente da Associação Brasileira de Antropologia (2002/2004).

### **Igor Chmyz**

Pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, UFPR. Atual Diretor. Professor do Departamento de Antropologia, UFPR.

### **Jane Felipe Beltrão**

Antropóloga e historiadora, docente junto ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, coordenadora da linha de pesquisa: *Populações Amazônicas: idéias e práticas*. Diretora da ABA (gestão 2004-2006).

### **João Pacheco de Oliveira Filho**

Professor Titular do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ. Pesquisador 1A do CNPq. Foi presidente da Associação Brasileira de Antropologia (1994/1996).

### **Josildeth Gomes Consorte**

Prof<sup>a</sup>. do Departamento de Antropologia da PUC, SP. Comissão de Relações Étnicas e Raciais (gestão 2004-2006).

### **Julio Cezar Melatti**

Prof. do Departamento de Antropologia aposentado, UnB.

### **Léa Freitas Perez**

Prof<sup>a</sup> adjunto do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG. Comissão científica da ABA 2002-2006.

**Luiz Assunção**

Prof. do Departamento de Antropologia - UFRN.

**Maria de Azevedo Brandão**

Docente Livre em Sociologia, Profa. FFCH-UFBA, responsável pela organização do Acervo Thales de Azevedo e levantamentos sobre a biografia e a bibliografia do titular.

**Maria Rosário G. de Carvalho**

Prof<sup>ª</sup>. do Departamento de Antropologia e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Estudos Étnicos e Africanos da UFBA. Presidente da CRER-ABA, gestão 2004-2006.

**Marília Gomes de Carvalho**

Prof<sup>ª</sup> Aposentada do Depto. de Antropologia da UFPR. Professora do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia - PPGTE, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Relações de Gênero e Tecnologia - GeTec, do PPGTE.

**Miriam Lifchitz Moreira Leite**

Prof<sup>ª</sup> e Pesquisadora aposentada do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

**Manuela Carneiro da Cunha**

Professora titular da University of Chicago e da Universidade de São Paulo (USP, até 1995). É membro do International Advisory Group (IAG) do Programa Piloto to Conserve the Brazilian Rain Forest e membro do Conselho da Latin American Anthropology Association. Foi presidente da Associação Brasileira de Antropologia (1986-1988).

**Mariza Corrêa**

Pesquisadora 1A do CNPq junto ao Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp. Foi professora do Departamento de Antropologia da Unicamp (1976-2003) e presidente da Associação Brasileira de Antropologia (1996-1998).

**Miriam Pillar Grossi**

Professora no Departamento de Antropologia da UFSC, pesquisadora 1A CNPq, Representante da área de Antropologia e Arqueologia e Representante da área de Humanas no Conselho Técnico Científico - CTC (2001-2004), presidente da Associação Brasileira de Antropologia (2004-2006).

**Nássaro Nasser**

Antropólogo e professor aposentado da UFRN; membro da Comissão Científica da ABA em 1986.

**Nei Clara de Lima**

Prof<sup>a</sup> de Antropologia da UFG. Diretora do Museu Antropológico da UFG. Membro comissão organizadora 25<sup>a</sup> RBA em Goiânia (GO) de 11 a 14 de junho 2006.

**Orlando Sampaio Silva**

Prof. Departamento de Antropologia da UFPA, aposentado, UFPA.

**Pedro Ignácio Schmitz**

Prof. Arqueólogo Unisinos e UFRGS (aposentado).

**Peter H. Fry**

Professor Titular na UFRJ. Pesquisador 1A do CNPq. Foi representante na Fundação Ford (1985-1993). Vice-presidente da Associação Brasileira de Antropologia (2004-2006).

**Pierre Sanchis**

Professor Emérito da UFMG, aposentado.

**Raymundo Heraldo Maués**

Antropólogo, docente e coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, coordenador da linha de pesquisa: *Simbolismo, Religião e Saúde*. Diretor da ABA, gestão 1992-1994. Membro do Conselho Científico, de 1982-1986 e de 1998-2002.

**Renato Athias**

Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Coordenador GT Antropologia Visual da ABA (gestão 2004-2006).

**Roberto Cardoso de Oliveira**

Professor Emérito do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp e Pesquisador Associado do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre América Latina e Caribe (CEPPAC, UnB). Pesquisador 1A CNPq. Doutor Honoris Causa pela UnB (2003). Foi presidente da Asociación Latinoamericana de Antropología (ALA, México, 1993-1997). Foi presidente da Associação Brasileira de Antropologia (1984-1986).

**Roque de Barros Laraia**

Professor Emérito da Universidade de Brasília (DF). É representante da SBPC no Conselho Nacional de Imigração. Foi diretor de Assuntos Fundiários da FUNAI (1999-2000) e presidente da Associação Brasileira de Antropologia (1990-1992).

**Ruben Caixeta de Queiroz**

Professor adjunto do Departamento do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFMG.

**Ruben George Oliven**

Professor Titular de Antropologia da UFRGS. Pesquisador 1A do CNPq. Foi secretário da Associação Brasileira de Antropologia (1986-1988), seu vice-presidente (1998-2002) e seu presidente (2000-2002).

**Russell Parry Scott**

Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ex-diretor da ABA (gestão 1990-1992).

**Ruth Cardoso**

Prof<sup>a</sup>. do Departamento de Antropologia USP, aposentada.

**Sérgio Alves Teixeira**

Prof. do Departamento de Antropologia UFRGS, aposentado.

**Sílvio Coelho dos Santos**

Professor Emérito da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisador 1A do CNPq. Foi secretário regional da SBPC (2000-2002). Foi presidente da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA (2000-2002) e presidente da Associação Brasileira de Antropologia (1992-1994).

**Yonne Leite**

Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional. Pesquisadora 1A do CNPq. Foi vice-presidente da Associação Brasileira de Antropologia (1998-2000) e sua presidente (2000-2002).

**Welber da Silva Braga**

Professor Titular de Antropologia da UFMG, aposentado.

# ANEXO

## ABA 50 ANOS NA UNICAMP – CAMPINAS, SP

Organização de Emilia Pietrafesa de Godoi

Coordenadora do Evento

Neste ano de 2005,  
em que a trajetória da Associação Brasileira de Antropologia  
é marcada de maneira especial pelos seus 50 anos,  
a Antropologia da Unicamp  
presta a sua homenagem através de uma reflexão  
sobre os rumos da disciplina e seus diferentes engajamentos  
acadêmicos, sociais e políticos.

Com esta homenagem, esperamos colaborar com a ABA  
no enfrentamento dos desafios que se colocam à formação,  
ação e inserção profissional dos antropólogos no Brasil.

Organização:  
Departamento de Antropologia - IFCH/UNICAMP  
Apoio:  
PPGAS/UNICAMP  
IFCH/UNICAMP  
Apoio Técnico:  
Secretaria de Eventos - IFCH/UNICAMP



# ABA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DE ANTROPOLOGIA

## 50 Anos

Folder Campinas – programa em preto e branco



Campinas 001 – Ao centro, Miriam Grossi (UFSC, Presidente da ABA); à sua direita, Gilberto Velho (MN) e Ruben Oliven (UFRS); à sua esquerda, Sílvio Coelho dos Santos (UFSC) e João Pacheco de Oliveira Filho (MN).



Campinas 002 – Da esquerda para a direita: Manuela Carneiro da Cunha (Universidade de Chicago/Usp), Gustavo Lins Ribeiro (Unb), Emília Pietrafesa de Godoi (Unicamp), Roque de Barros Laraia (UnB) e Eunice Ribeiro Durham (Usp).



Campinas 005 – Em primeiro plano, da esquerda para a direita, Lia Zanotta Machado (UnB), Lux Vidal (Usp), Roberto Kant de Lima (UFF), José Sérgio Leite Lopes (MN), Jane Beltrão (UFPA) e Eunice Ribeiro Durham (Usp).



Campinas 003 – Mariza Correa (Unicamp) e Peter Fry (UFRJ).



Campinas 006 – Em primeiro plano, Roque de Barros Laraia (Unb) e Cecília Helm (UFPR); ao fundo João Pacheco de Oliveira Filho (MN/UFRJ) e José Sérgio Leite Lopes (MN/UFRJ).



Campinas 004 – Em primeiro plano à esquerda, Guita Debert (Unicamp) e, imediatamente atrás, Giralda Seyferth (MN).



Campinas 007 – Em primeiro plano, da direita para a esquerda: Lux Vidal (Usp), Lia Zanotta Machado (UnB), Esther Jean Langdon (UFSC). Imediatamente atrás, Peter Fry (UFRJ) e Mariza Correa (Unicamp). Na terceira fila, da direita para a esquerda, Omar Ribeiro Thomaz (Unicamp) e Suely Kofes (Unicamp).

## ABA 50 ANOS NA UFSC – FLORIANÓPOLIS, SC

18 MARÇO 2005

Comissão Organizadora do Evento:

Alberto Groisman, Alícia Castells, Maria Amélia Dickie, Deise Lucy Oliveira Montardo,  
Miriam Pillar Grossi



Foto 001 - Professores Silvio Coelho dos Santos, Alberto Groisman e Rafael Bastos.



Foto 003 - Explicação de Miriam Pillar Grossi, Presidente da ABA, na foto também Professores Deise Lucy Montardo, Silvio Coelho dos Santos, Maria Amélia Dickie, Rafael Bastos.



Foto 002 - Convidados e público presente.



Foto 004 - Explicação de Silvio Coelho dos Santos, ex-presidente da ABA e ao fundo o representante da reitoria da UFSC.

**Exposição**  
**“Registro e Memória da IX Reunião Brasileira de**  
**Antropologia**  
**Florianópolis, 1974”**

**1. Documentos de acervo do Museu Universitário**

Documentos 1 e 2 : Correspondência com manifestações favoráveis a consulta do professor Silvio Coelho dos Santos, na época, diretor do Museu de Antropologia, hoje Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral) sobre a criação de um programa de pós-graduação em Ciências Sociais.

Documentos 3, 4, 5 e 6: Previsão das despesas necessárias para a realização da IX Reunião Brasileira de Antropologia.

Documento 7: Correspondência relacionando estagiários do Museu de Antropologia que participaram da IX RBA e que auxiliaram direta ou indiretamente na organização do evento.

Documento 8 a 18: Lista e comprovantes da prestação de contas das despesas da IX RBA.

**2. Acervo fotográfico do Prof. Silvio Coelho dos Santos**

1. Reunião ABA 1974 UFSC, sessão abertura.
2. Pronunciamento do professor Thales de Azevedo, na sessão de abertura
3. Sessão presidida pelo professor Thales
4. Sessão presidida por João Batista Borges Pereira.
5. Público participante da reunião
6. Entre os participantes da reunião, destaque para o professor Oswaldo Rodrigues Cabral, à esquerda, na primeira fila.
7. Roque Laraia convidado para ministrar curso de extensão no antigo Instituto de Antropologia, hoje Museu, em 1968.
8. Público participante do curso oferecido pelo professor Roque Laraia, no instituto de Antropologia, em 1968.
9. O reitor David Ferreira Lima (centro) dando boas vindas ao professor Roque na sua vinda à reitoria.
10. Curso do professor Luiz de Castro Faria, ministrado nas instalações da antiga faculdade de Ciências Econômicas, hoje Badesc.
11. Evento de abertura do curso de extensão no museu de Antropologia, em 1974.
12. Silvio Coelho recepciona, no Museu de Antropologia, um famoso médico.

**Exposição**  
**“Registro e Memória**  
**da**  
**IX Reunião Brasileira de**  
**Antropologia**  
**Florianópolis, 1974”**

**Local**  
Centro de Filosofia e Ciências  
Humanas-UFSC  
de 18 a 31 de março de 2005

**Pesquisa e montagem**  
Dr. Alberto Groisman  
Dra. Deise Lucy O. Montardo  
Bel. Carolina Corrêa

**Agradecimentos**  
Prof. Silvio Coelho dos Santos  
Museu Universitário PRCE  
Departamento de Antropologia  
Direção e funcionários do CFH  
PPGAS-UFSC

**Realização**

**ABA** ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DE ANTROPOLOGIA  
Gestão 2004-2006

## ABA 50 ANOS NA UFRN - NATAL, RN

13 ABRIL 2005

Comissão Organizadora:

Elisete Schwade (Coordenadora), Julie Cavignac, Lisabete Coradini



Foto 001 - Sessão solene de abertura. Presenças de Marcio Valença (diretor do CCHLA) e Edna Maria da Silva (Pro-reitora da Pos-Graduação), Miriam Pillar Grossi e Peter Fry.



Foto 004 - Público presente. Primeiro plano Luis Assunção (chefe do Departamento de Antropologia da UFRN).



Foto 002 - Miriam Pillar Grossi e Peter Fry.



Foto 005 - Em primeiro plano Elizabeth Nasser e Nassaro Nasser (ex-professores de antropologia da UFRN).



Foto 003 - Aula Inaugural do PPGAS.



Foto 006 - Foto da Exposição organizada pela Professora Lisabete Coradini.

**ABA 50 ANOS NA USP - SÃO PAULO**  
**07 DE JUNHO 2005**

Comissão Organizadora: Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer (Coordenadora),  
Equipe Lisa/PPGAS/USP.



Foto 001 - Abertura coordenada pela Profª. Miriam Pillar Grossi, Presidente da ABA.



Foto 005 - Explicação Profª. Eunice Durham



Foto 002 - Explicação Profª. Miriam Moreira Leite.



Foto 006 - Público presente, no primeiro plano Profª. Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, coordenadora do evento e John Cowart Dawsey, chefe do Departamento de Antropologia.



Foto 003 - Explicação Profª. Josildeth Gomes Consorte.



Foto 004 - Explicação Profª. Ruth Cardoso



Foto 007 - Explicação da Profª. Lux Vidal.

## ABA 50 ANOS NA UFPR – CURITIBA

16 DE JUNHO DE 2005

Comissão Organizadora: Cecília Maria Vieira Helm (Coordenadora), Igor Chmyz; Rosângela Digiovanni, Liliana Porto e Patrícia Martins (estudante).

Exposição “Loureiro Fernandes e os Precurssores da Antropologia no Paraná” por ocasião do evento: Organização Museu Paranaense da Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, instituição fundada em 1876, exposição. Curadoria Maria Fernanda Campelo Maranhão, responsável pelo Departamento de Antropologia, Museu Paranaense. Colaboraram com acervo o Museu Paranaense, o Círculo de Estudos Bandeirantes-PUC/PR, o CEPA/UFPR, o MAE/UFPR e o DEAN/UFPR.



Foto 001 –Aparecem na foto Oldemar Blasi (arqueólogo ex- diretor do Museu Paranaense e ex- assistente de Loureiro Fernandes) e Profª. Cecília Helm. Sessão de abertura, explanação da Profª. Cecília Helm ex tesoureira da ABA na gestão do Prof. Silvio Coelho dos Santos.



Foto 003 – Coquetel comemorativo Professores Eny de Camargo Maranhão (ex assistente do Loureiro Fernandes, prof. aposentada do Dep. de Geografia da UFPR), Miriam Pillar Grossi, Silvio Coelho dos Santos, Peter Fry e Cecília Helm.



Foto 002 - Profª. Vera Mussi (Secretaria de Estado da Cultura do Paraná) expõe na sessão e abertura.



Foto 04 – No primeiro plano, professores Miriam Pillar Grossi e Sílvio Coelho dos Santos, respectivamente Presidente e Ex-Presidente da ABA no auditório Loureiro Fernandes no Museu Paranaense.

## ABA 50 ANOS NA UFRGS - PORTO ALEGRE 17 JUNHO 2006

Comissão Organizadora: Cornelia Eckert (Coordenadora),  
Equipe do Navisual, Equipe do BIEV.



Foto 001 - Mesa Redonda com a presença dos professores Miriam Pillar Grossi, Peter Fry, Maria Eunice Maciel (coordenadora) e Ruben George Oliven.



Foto 004 - Mesa Redonda com os professores Cláudia Fonseca, Bernardo Lewgoy (coordenador), Pedro Ignácio Schmitz, Francisco M. Salzano e Sílvio Coelho dos Santos.



Foto 002 - Público presente.



Foto 005 - Presidente Miriam Pillar Grossi e ex-presidente Ruben Oliven apreciam a exposição de fotos comemorativa organizada pela equipe do Navisual, PPGAS, UFRGS.



Foto 003 - Mesa Redonda com a presença dos professores Peter Fry, Miriam Pillar Grossi, Maria Eunice Maciel (coordenadora) e Ruben George Oliven.



Foto 006 - Prof. Sílvio Coelho dos Santos aprecia a exposição.

**ABA 50 ANOS NA UFMG – BELO HORIZONTE, MG**  
**22 DE SETEMBRO 2005**

Comissão Organizadora: Léa Freitas Perez (Coordenadora),  
Carlos Magno Guimarães e Ruben Caixeta de Queiroz



Foto 001 - Carlos Magno, Bela Feldman-Bianco, Miriam Pillar Grossi, Candice Vidal, Ruben Queiroz.



Foto 004 - Prof.ª Léa Freitas Perez, coordenadora do evento.



Foto 002 - Explicação Miriam Pillar Grossi na abertura com autoridades presentes.



Foto 005 - André Prous, Josefina Libato de Mello e Pierre Sanchis.



Foto 003 - Da esquerda para direita - André Prous, Josefina Libato de Mello, Pierre Sanchis, Ruben Queiroz, Roque de Barros Laraia, Welber da Silva Braga.



Foto 006 - Público presente.

**ABA 50 ANOS NA UFBA – SALVADOR, BA  
7 DE NOVEMBRO 2005**

Comissão Organizadora: Maria Rosário de Carvalho (Coordenadora),  
Carlos Caroso, Lívio Sansone, Renato Nascimento, Sarah Miranda e  
Rafael Losada Martins.



**Da Tradição de Nina Rodrigues  
à Contemporaneidade**

**Período: 7 a 30 de Novembro de 2005**  
**Museu de Arqueologia e Etnologia - MAE/UFBA**  
**Terreiro de Jesus, s/n (Prédio FAMEB)**  
**Abertura: 7 de Novembro às 16:00**

Associação Brasileira de Antropologia  
Acervo Thales de Azevedo  
Acervo Zélia Cattal - Fundação Casa de Jorge Amado  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - UFBA  
Departamento de Antropologia  
Museu de Arqueologia e Etnologia  
CEAD/Fábrica de Ideias - Fundação Ford  
PINEB  
FAMEB - UFBA  
Projeto Faculdade de Filosofia Memória e Permanência - FFCH/PPGCS - FAPESB  
FIB - POSGRAD



Foto 002 – Explanção de Maria de Azevedo Brandão.



LUSTRAÇÃO BANNER



Foto 001 – Explanção de Maria de Azevedo Brandão.



Foto 003 – Explanção de Miriam Pillar Grossi presidente da ABA.

## ABA 50 ANOS NA UFPE – RECIFE, PE 8 DE NOVEMBRO 2005

Comissão Organizadora: Russel Parry Scott, Renato Athias e  
Antônio Motta (Coordenação do evento).



Foto 001 - Sessão de abertura.



Foto 004 - Professor Russel Parry Scott e autoridades convidadas.



Foto 002 - Homenagem a Renê Ribeiro.



Foto 005 - Professores Miriam Pillar Grossi e Renato Athias.



Foto 003 - Professores Russel Parry Scott, Miriam Pillar Grossi, Renato Athias, Peter Fry e Antônio Motta.



Foto 006 - Prof. Russel Parry Scott, Peter Fry e Renato Athias.

**ABA 50 ANOS NA UFAL - MACEIÓ, AL  
9 DE NOVEMBRO 2005**

Comissão Organizadora: Silvia Martins (Coordenadora do evento),  
Bruno César Cavalcanti, Rachel Rocha e Siloé Amorim.



Foto 001 - Professores Scott Joseph Allen, Rachel Rocha, Silvia Martins, Miriam Grossi e Bruno Cesar Cavalcante.



Foto 002 - Professores Scott Joseph Allen, Rachel Rocha, Silvia Martins, Miriam Grossi e Bruno Cesar Cavalcante.

## ABA 50 ANOS NA UFPA - BELÉM, PA 27 DE MARÇO 2006

Comissão Organizadora: Jane Felipe Beltrão (Coordenadora), Raymundo Heraldo Maués.



Foto 001 - Miriam Pillar Grossi, Peter Fry, Jane Felipe Brandão, Raymundo Heraldo Maués e demais professores do PPGCS, UFPA e do Museu Goeldi.



Foto 004 - Professores de Antropologia da UFPA, do Museu Goeldi e membros da Diretoria da ABA.



Foto 002 - Explicação da Profa. Anaíza Vergolino-Henry.



Foto 003 - Explicação da Profa. Miriam Pillar Grossi.



Foto 005 - Convite da Cerimônia Comemorativa.

**ABA 50 ANOS NA UFG E UCG - GOIÂNIA, GO**  
**28 DE ABRIL 2006**

Comissão Organizadora: Marlene Ossami de Moura (UCG) (Coordenadora), Izabel Missagia de Mattos (UCG), Laís Aparecida Machado (UCG), Maria José Soares (UFG), Nei Clara de Lima (UFG), Rosângela Barbosa Silva (UCG), Roseli de Fátima Brito (UFG)



Foto 001 - Exposição Panorama da Antropologia em Goiás: dos viajantes aos antropólogos no âmbito das comemorações ABA 50 anos em Goiânia. Na foto, Prof. Dr. Manuel Ferreira Lima Filho, Coordenador Geral da 25ª RBA/Goiânia.



Foto 002 - Exposição Panorama da Antropologia em Goiás: dos viajantes aos antropólogos no âmbito das comemorações ABA 50 anos em Goiânia

**ABA 50 ANOS NA UNB - BRASÍLIA, DF**

**26 DE ABRIL 2006**

Comissão Organizadora: Profa. Lia Zanotta Machado, Prof. Gabriel Omar Alvarez,  
Prof. Gustavo Lins Ribeiro.

# **SEMINÁRIO COMEMORATIVO**

## **50 anos da ABA**

### **Antropologia e Políticas Públicas**

**Departamento de Antropologia**  
**Universidade de Brasília - Brasília**

**Organizadores:**

**Profa. Lia Zanotta Machado (DAN/UnB)**

**Prof. Gabriel Omar Alvarez (Dan/UnB)**

**Prof. Gustavo Lins Ribeiro (DAN/UnB)**

**Data: 26/Abril/2006**

**Local:**

**08 às 12:00 horas Auditório da Reitoria**

**14 às 18:00 horas Salão de Reuniões da Reitoria**

#### **PROGRAMAÇÃO**

**08:00 horas Abertura Homenagem aos ex-presidentes da ABA**

Miriam Pillar Grossi (UFSC)

Roberto Cardoso de Oliveira (UNICAMP/UnB)

Roque de Barros Laraia (UnB)

Gustavo Lins Ribeiro (UnB)

**10:00 horas Antropologia e Conflitos Sócio-Políticos**

Gersem José dos Santos Luciano (PPGAS/UnB)

Paul Elliott Little (UnB)

Livio Sansone (UFBA)

**14:00 horas A Antropologia Frente às Demandas do Estado e da Sociedade Civil**

Alfredo Wagner Berno de Almeida (UFAM)

Andrea Butto (MDA)

Marco Paulo Fróes Schettino (MPF)

**16:00 horas Produção Teórica e Desafios Políticos**

Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF)

Lia Zanotta Machado (UnB)

Alcida Rita Ramos (UnB)

**Período de Inscrições para Certificados: De 17 a 24/04/2006**

**Local: UnB Dept. de Antropologia ICC Centro Sobreloja B1-347**

**Horário: 08:30 às 11:30 e de 14:30 às 17:30 horas**